

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Livia Freitas dos Santos**

**O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de História aprovados**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO:  
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE**

**SÃO PAULO  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Lívia Freitas dos Santos**

**O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de História aprovados**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO:  
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Paula Perin Vicentini, de agosto de 2006 a maio de 2008 e da Profa Dra. Alda Junqueira Marin, de maio de 2008 em diante.

**SÃO PAULO  
2009**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Alda Junqueira Marin, pela sua competência como professora e pesquisadora, pela forma generosa como orienta e pela tranquilidade que me concedeu;

À Profa. Dra. Paula Perin Vicentini, por todo o período em que estive sob sua orientação, pelo estímulo e confiança em meu trabalho e pelas contribuições no momento do exame de qualificação;

À Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni, por aquilo que aprendi em suas disciplinas, pelo diálogo constante com os alunos e pelas contribuições oferecidas no exame de qualificação;

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, especialmente ao Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno, pela contribuição à minha formação e atenção que dispensa aos seus alunos;

À Elizabete Adania, querida Betinha, secretária do Programa, por sua competência e generosidade;

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pela concessão da bolsa;

Aos professores que gentilmente aceitaram responder o questionário e possibilitaram a realização dessa pesquisa;

Aos companheiros que ingressaram comigo no mestrado e aos que conheci no percurso, em especial: Carolina Ferrucci Monção, com quem desenvolvi uma amizade cibernética que ajudou a diminuir a ansiedade e Luís Alfredo Chambal, pelo exemplo e palavras sempre motivadoras;

À Lívia Lara da Cruz, pelas conversas “bourdiesianas”, pela amizade e as coisas boas que colocou em minha vida;

À Profa. Dra. Helenice Ciampi, que sempre apoiou e incentivou o meu trabalho desde o momento em que nos conhecemos;

À Fabiana Beltramin, grande amiga, trilhando junto comigo esse novo caminho;

Aos amigos da escola E.E. “Nicéia Albarello Ferrari”, que possibilitaram a realização desse trabalho, me apoiando, me confortando e me ajudando muito nessa jornada, sempre acreditando muito em mim, em especial Ana Gilda Leocádio, Ana Micelli, Eliana Marques, Mirian Fussae, Rosemary Vieira Santos Dias e Viviane Oliveira;

Aos meus alunos com quem sempre aprendo coisas novas;

Às amigas de sempre: Aline, Aninha e Guacira, pela amizade sincera de tantos anos e pelo companheirismo em todos os momentos;

À Silvia, querida Sil, amiga/irmã com quem tanto aprendi e aprendo, por tudo o que representa na minha vida e pelo auxílio no exame de qualificação e na revisão do trabalho;

A Ricardo, por tudo o que aprendemos juntos e com a vida;

Aos meus pais Manoel e Maria José, minhas irmãs Marília, Maíra e Láisa, minha sobrinha Isabella, por todo o amor que recebo, por toda a paciência em me ouvir e em ler as coisas que escrevo, por estarem sempre presentes em qualquer circunstância;

Ao Marquinhos, pelos nossos sonhos e por tudo o que a palavra companheiro possa representar.

SANTOS, Livia Freitas dos. 2009. *O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de História aprovados*. Dissertação de mestrado. Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo estudar as relações entre o concurso público, o processo de profissionalização dos professores e o perfil sócio-cultural dos professores aprovados. É integrante do projeto de pesquisa *Processos de Formação de Professores e Estatuto Profissional do Magistério*, da linha de pesquisa *Escola e Cultura: perspectivas das Ciências Sociais*, desenvolvidos no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Analisaram-se os dois concursos recentes realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, para professor adjunto (2004) e para professor titular (2007), a organização da rede e da carreira docente deste município e o perfil sócio-cultural dos professores de História aprovados nos dois concursos, divididos por ordem de classificação e por concurso prestado (A1, A2, A3 e T1, T2, T3). Os referenciais norteadores da pesquisa foram Nóvoa, no que concerne ao processo de profissionalização docente; Weber, na análise do concurso enquanto instrumento da burocracia de Estado; e Bourdieu, para análise do perfil sócio-cultural dos professores, a partir de seus conceitos nucleares: capital cultural e social, campo e *habitus*. Para a análise, utilizou-se dos dispositivos legais para a organização do concurso (editais) e para a organização interna da rede municipal de educação (estatuto do magistério, leis, decretos, portarias); além de questionários aplicados aos professores de História aprovados, entre os meses de fevereiro e junho de 2008, sobre a sua origem, práticas culturais, formação, opinião sobre o concurso e a carreira. Verificou-se que o concurso está no cerne do processo de profissionalização dos professores, sendo um importante instrumento da burocracia moderna para a seleção; o edital revela o profissional esperado pelo Estado e a disputa pelo saber legítimo dentro do campo educacional operada pelos diversos grupos políticos; os diferentes cargos ocupados pelos professores e as inconstâncias legais provocam status diferenciado dentro da rede e desestabilização; as expectativas manifestas pelos professores em relação ao concurso e à profissão estão ligadas ao capital cultural que possuem e ao espaço social que ocupam.

**Palavras-chave:** ensino fundamental, professores de História, concurso público, burocracia, profissionalização docente, rede municipal de ensino de São Paulo, perfil sócio-cultural.

SANTOS, Livia Freitas dos. 2009. The Examination for Public School Teachers in the process of teacher's professionalization: analysis of the examinations released by the City hall county of São Paulo (2004 and 2007) and the profile of the approved History Teachers. Masters degree theses. Education: History, Politics, Society. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

### **ABSTRACT**

This research aims at the study of the relationship between the examination for public school teachers, the process of teacher's professionalization and the socio-cultural profile of teachers approved. It is a member of the project of the research *Processos de Formação de Professores e Estatuto Profissional do Magistério*, from the line of research *Escola e Cultura: As perspectivas das Ciências Sociais*, developed in the ambit of the Studies of Post graduated program in Education: History, Politics, Society. It analyzes both recent examinations released by the City hall County of São Paulo, for Adjunct Professor (2004) and for Tenured Professor (2007), the County education system and career organization and the socio-cultural profile of the History teachers approved in both examinations, divided by classification order and by examination taken (A1, A2, A3, and T1, T2, T3). The research conducting referential are Nóvoa, in the matters to the process of educational professionalization; Weber in the analyses of the examination as a tool of the state bureaucracy and Bourdieu, to the analyses of the teachers' socio cultural profile, from their nuclear concepts, social and cultural capital, campus and habitus. For the analyses, two legal devices were used for the school teaching examination organization (edictal) and to the intern organization of the Education County net (school teaching statute, laws, decrees, lobbies; and also the questionnaires to the approved history teachers, applied between February and June, 2008, about their origin, cultural practices, graduation, opinions of the teachers process of professionalization being an important tool of the modern civil service for the selection, the edictal reveals the professional expected by the State and also the dispute for the genuine knowledge into the educational campus acted by many political groups; the different positions occupied by the teachers and the legal inconstancies provoke varied states and instability inside the net; the expectations presented by the teachers concerning the examination and the profession are linked to the cultural capital they have and the social space they occupy.

Keywords: Elementary school, History teacher, Public School Teachers examination, civil service, educational professionalization, Education County net of São Paulo, socio cultural profile.



## SUMÁRIO

Introdução .....	13
Capítulo I – A organização da Rede Municipal de Educação, a carreira do magistério e os concursos.....	40
1.1 A Rede Municipal de Educação de São Paulo.....	40
1.2 A carreira do magistério público municipal.....	45
a) Plano de Carreira.....	47
b) O cargo de professor adjunto.....	48
1.3 Os concursos para professor adjunto (2004) e professor titular (2007).....	52
a) A estrutura dos exames.....	53
b) O perfil esperado pela administração.....	59
c) A bibliografia exigida pra o concurso .....	64
d) Aprovação/Reprovação.....	68
Capítulo II – Os professores de História aprovados: perfis e expectativas.....	71
2.1 Os professores de História selecionados pelo concurso público.....	74
2.1.1 Idade: formação recente x experiência.....	74
2.1.2 Gênero: equilíbrio entre homens e mulheres.....	76
2.1.3 Religião: dispersão religiosa e construção de uma nova moral.....	77
2.1.4 Origem e condições de vida atual: espaço social ocupado e estratégias de reconversão.....	78
a) Moradia.....	80
b) Fecundidade .....	83
c) Bens de consumo.....	85
d) Profissão e escolaridade.....	86
2.1.5 Capital cultural incorporado: a importância do <i>habitus</i> primário.....	95
a) Acesso aos espaços culturais .....	96

b) Hábitos de leitura .....	99
c) Gostos musicais.....	100
d) Fontes de informação.....	101
2.1.6 – Grau de satisfação com a vida.....	103
a) Escolha da profissão.....	103
b) Satisfação.....	104
2.2 Expectativas dos professores.....	106
2.2.1 Expectativas econômicas/financeiras.....	108
2.2.2 Expectativas pedagógicas/conhecimento.....	113
 Considerações Finais.....	 115
 Bibliografia.....	 121
 Anexos	
Anexo I - Questionários respondidos pelos professores.....	128
Anexo II - Escolas por modalidade de ensino/diretoria.....	136
Anexo III - Demanda de alunos por modalidade de ensino/diretoria.....	137
Anexo IV - Tabela de Vencimentos.....	138
Anexo V - Leis Federais e municipais exigidas para os concursos.....	139
Anexo VI - Publicações institucionais municipais .....	140
Anexo VII - Bibliografia geral dos concursos.....	141
Anexo VIII - Legislação específica para a disciplina de História.....	143
Anexo IX - Bibliografia Específica para o professor de História.....	144
Anexo X - Editais de Abertura dos concursos.....	145

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Agrupamento dos professores a partir da classificação definitiva e número de questionários respondidos por grupo.....	38
Tabela 2 - Turmas e alunos sob responsabilidade da PMSP.....	44
Tabela 3 - Funcionários da Secretaria Municipal da Educação, efetivos e contratados.....	45
Tabela 4 - Vagas para Professor Adjunto/ de Ensino Fundamental II da PMSP.....	54
Tabela 5 – Livros indicados pela bibliografia que foram lidos na faculdade .....	67
Tabela 6 - Autores indicados na bibliografia cujos livros os professores consideram os mais importantes na formação do professor de História .....	67
Tabela 7 - Vagas, Candidatos Inscritos e Aprovados nos concursos para Professor Adjunto (2004) e Professor Titular (2007) de Ensino Fundamental II da PMSP.....	68
Tabela 8 - Distribuição dos professores quanto à idade.....	75
Tabela 09 - Distribuição dos Professores quanto ao gênero.....	76
Tabela 10 - Opinião dos professores quanto à legalização do aborto.....	78
Tabela 11 - Distribuição dos professores quanto ao Estado/ Cidade de origem.....	81
Tabela 12 - Distribuição dos professores quanto à situação da casa na infância.....	82
Tabela 13 - Distribuição dos professores quanto ao número de irmão .....	83
Tabela 14 - Distribuição dos professores quanto à quantidade de filhos.....	84
Tabela 15 - Distribuição dos professores quanto aos bens/serviços que a família possuía na infância.....	85
Tabela 16 - Distribuição dos professores quanto aos bens/serviços que os professores possuem atualmente.....	86
Tabela 17 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho dos avôs paterno/materno.....	87
Tabela 18 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho das avós paterna/materna.....	87
Tabela 19 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade dos avôs paterno/materno.....	88
Tabela 20 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade das avós paterna/materna.....	88
Tabela 21 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho desempenhado pelo pai.....	89

Tabela 22 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho desempenhado pela mãe.....	90
Tabela 23 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade do pai.....	90
Tabela 24 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade da mãe.....	90
Tabela 25 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho atual.....	91
Tabela 26 - Distribuição dos professores quanto à instituição de formação em História.....	92
Tabela 27 - Distribuição dos professores quanto ao trabalho do cônjuge.....	94
Tabela 28 - Distribuição dos professores quanto a escolaridade do cônjuge.....	94
Tabela 29 - Acesso aos espaços culturais na infância com a família.....	96
Tabela 30 - Acesso aos espaços culturais na infância com a escola.....	96
Tabela 31 - Distribuição dos professores quanto ao acesso aos espaços culturais e a frequência.....	97
Tabela 32 - Distribuição dos professores quanto ao contato com a leitura na infância.....	99
Tabela 33 - Distribuição dos professores quanto aos hábitos de leitura atuais Regularmente/Freqüentemente.....	99
Tabela 34 - Distribuição dos professores quanto ao tipo de música que mais gostam.....	100
Tabela 35 - Distribuição dos professores quanto à frequência que assistem TV.....	101
Tabela 36 - Distribuição dos professores quanto ao uso da Internet .....	102
Tabela 37 - Distribuição dos professores quanto à escolha da profissão.....	103
Tabela 38 - Distribuição dos professores quanto ao gosto pela profissão.....	104
Tabela 39 - Distribuição dos professores quanto ao grau de satisfação com o estilo de vida atual.....	105

**Lista de Quadros**

Quadro 1 – Diretorias de Ensino e distritos correspondentes.....	43
Quadro 2 – Mudanças nas jornadas de trabalho do professor.....	46
Quadro 3 – Mudanças na carreira do magistério da PMSP.....	47
Quadro 4 – Temário dos Exames.....	61
Quadro 5 – Síntese das atribuições específicas dos cargos.....	63

## Lista de Siglas

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEU	Centro Educacional Unificado
CIEJA	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CJ	Complementação de Jornada
CME	Conselho Municipal de Educação
CONAE	Coordenadoria Geral dos Núcleos de Ação Educativa
DEM	Democratas
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GDE	Gratificação por Desenvolvimento Educacional
INTESP	Instituto Tecnológico de Seleção Pública
JB	Jornada Básica
JBD	Jornada Básica do Docente
JEIF	Jornada Especial Integral de Formação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SINPEEM	Sindicato dos Profissionais em Educação do Município de São Paulo
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é estudar as relações entre o concurso público, o processo de profissionalização dos professores e o perfil sócio-cultural dos professores de História aprovados, detendo-se na análise de dois concursos recentes, realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, para professor adjunto em 2004 e para professor titular em 2007, caracterizando a estrutura da rede municipal de educação, os mecanismos de realização e seleção do concurso e os perfis desses professores.

A rede municipal de educação de São Paulo tinha, até 2007, cargos com denominações e características diferentes (adjunto e titular) para os professores concursados. Esses cargos foram criados na gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992. A idéia inicial, que aparece no Estatuto do Magistério, promulgada pela Lei nº 11.229 (SÃO PAULO, 1992), era a de acabar com os professores contratados em caráter temporário, transformando-os em professores efetivos e dando a estes alguma estabilidade. Entretanto, o professor contratado temporariamente nunca deixou de existir e o cargo de professor adjunto passou a ser alvo de críticas pelos próprios docentes, pois o adjunto, aprovado em concurso público, era efetivo, mas não titular de cargo, ou seja, o objetivo do seu cargo era substituir os professores titulares ou cargos vagos. Apesar de ser um professor selecionado e de possuir certa estabilidade financeira, hierarquicamente ele ocupava um lugar inferior, o que interferia no seu status e também nos seus rendimentos; normalmente não estreitava laços com a escola e o entorno, já que constantemente era transferido de unidade escolar.

No decorrer da pesquisa, em dezembro de 2007, com a Lei 14.660 (SÃO PAULO, 2007), que reestrutura toda a carreira e altera o Estatuto do Magistério, o cargo de professor adjunto foi extinto. Os professores enquadrados em tal situação tinham até março de 2008 para solicitarem a permanência nesse cargo e na jornada atual de trabalho, sem a possibilidade de alteração futura. Aqueles que não se manifestaram foram transformados automaticamente em professores titulares. Isso provocou uma celeuma entre os professores da rede, pois implicava alterações no processo de escolha das escolas para remoção e atribuição de aulas (isso será analisado no capítulo 1). Como se depreende dessas informações iniciais, há inconstâncias legais regendo a vida dos professores.

A preocupação com este tema surgiu a partir da minha trajetória acadêmica e profissional, pois também tenho vivido tais conseqüências da regulamentação da profissão. Desde a graduação em História, concluída em 2003, minha atenção tem se voltado para estudos referentes à vida, formação e profissionalização dos professores. Esse interesse vincula-se à minha experiência como professora das redes estadual e municipal de São Paulo. Vivi, em um curto período de tempo, experiências diversas dentro do magistério. Em 2003, quando cursava o último ano da graduação, comecei a dar aulas em uma escola pública da rede estadual de São Paulo, como professora eventual<sup>1</sup>. O vínculo com a instituição e com os colegas era mínimo. A relação com os demais professores apresentava tensões, ainda que não explicitamente, pois o professor eventual depende da falta de seu colega para poder trabalhar e disputa as aulas com os demais eventuais. A equipe técnica necessita desse profissional, mas, salvo exceções, é raro o convite para participar de momentos de formação. Com os alunos, a situação também é delicada, pois substituindo disciplinas diversas nem sempre é possível dar continuidade ao trabalho realizado. Além disso, há a instabilidade financeira, já que esse professor pode passar o dia na escola sem a garantia de substituir qualquer aula. Portanto, pode-se observar que, para esse professor, as perspectivas são imediatas, sem planejamentos para o futuro.

Ainda em 2003, no segundo semestre, assumi aulas de História em outra escola, também da rede pública estadual, como professora contratada em caráter temporário. A situação é melhor que a do professor eventual, pois se sabe (ao menos em princípio) o tempo que terá para desenvolver um trabalho com os alunos; entretanto, o mesmo pode perder as aulas ao longo do ano se o professor titular do cargo voltar para assumi-las e, também, nunca sabe qual será a sua realidade no ano seguinte, nem em que escola estará. Nesse caso, a vida do professor é decidida apenas em fevereiro, no momento de atribuição de aulas<sup>2</sup> na Diretoria de Ensino. Iniciando no começo ou no meio do ano, o professor assume as aulas em uma realidade já planejada pelo corpo docente efetivo e também,

---

<sup>1</sup> Este profissional, na rede pública estadual de São Paulo, recebe apenas a hora-aula trabalhada, substituindo os professores efetivos ou contratados em caráter temporário quando estes faltam.

<sup>2</sup> Ao final de janeiro existe a atribuição para os professores efetivos na sua escola sede. Ainda na unidade escolar outra atribuição é feita para os professores efetivos que queiram complementar sua jornada. Se não existirem aulas suficientes os professores são atendidos na diretoria de ensino. Nos dias que se seguem, as aulas não atribuídas são oferecidas aos professores não efetivos.



normalmente, com o horário das aulas já formulado, sendo obrigado a se adaptar.

No final de 2003 houve um concurso para professores de Educação Básica (PEB II), na própria rede estadual. Na sala dos professores as conversas apresentavam esperança e tensão, pois o concurso significaria a estabilidade para os que trabalhavam na rede há anos com contratos temporários, assim como para professores iniciantes, com pontuação mínima e pouca chance de conseguir aulas, o que era o meu caso; mas havia, também, o temor da reprovação e as dificuldades que viriam a partir daí. Passei nesse concurso, mas à espera da nomeação, iniciei o ano de 2004 como havia terminado o anterior, sem garantia alguma. Já formada, participei do processo de atribuição, em fevereiro, tendo conseguido uma única aula de Ensino Religioso. Essa aula permitiu que eu mantivesse o vínculo que havia conseguido no ano anterior, não sendo necessário, portanto, refazer o exame médico e as portarias de admissão necessárias para o ingresso. Além disso, voltei a trabalhar como professora eventual.

No segundo semestre de 2004, sendo nomeada pelo concurso, tomei posse e assumi como professora titular de cargo, efetiva, em uma escola centralizada da Diretoria de Ensino de Diadema. Como a posse ocorreu no meio do ano, a professora contratada perdeu repentinamente as aulas que lhe haviam sido atribuídas. Os alunos se surpreenderam com as mudanças, pois outros professores também ingressaram na mesma ocasião. Essas chamadas de professores concursados, que ocorrem no meio do ano letivo, são prejudiciais para todos: para os alunos porque têm que se acostumar abruptamente com um novo professor e uma nova proposta de trabalho; para os professores que são obrigados a deixar as aulas, porque isso implica diminuição de vencimentos; para os professores que têm que assumi-las repentinamente porque na maioria das vezes já estruturaram a sua vida para aquele ano, tendo que abandonar compromissos assumidos.

Essa situação demonstrada acima ocorre ainda com mais frequência na rede municipal de São Paulo, pois as chamadas acontecem várias vezes ao ano. A minha passagem por essa rede (ingressando como professora adjunta em 2006 e retornando como professora titular em 2008) me permitiu observar os problemas advindos das chamadas frequentes ao longo do ano letivo, assim como os diferentes tratamentos dados aos professores a partir dos cargos ocupados e as diferentes relações que os mesmos

estabelecem com as escolas.

A relação que o professor efetivo e titular estabelece com a sua escola, seja na rede municipal ou estadual, é totalmente distinta da dos contratados ou eventuais. Isso ficou ainda mais claro para mim após vivenciar uma experiência como coordenadora pedagógica na rede estadual de São Paulo, no ano de 2008. Percebi que, após um período de adaptação e reconhecimento do espaço e das forças de atuação dos agentes dentro da instituição, o professor efetivo cria vínculos com a escola, constrói o seu espaço, fortalece a sua identidade, sente-se mais seguro e começa a planejar, tendo consciência de que estará ali nos próximos anos.

A essas experiências que vivi somou-se um processo de reflexão sobre o campo educacional que estava presente desde a graduação, mas que se intensificou no curso de especialização em “História, Sociedade e Cultura”, do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no qual ingressei em 2004. Convivendo com colegas, também professores, de idades, tempos, locais de formação e experiências de trabalho diversas e, me aprofundando em estudos teóricos, novas questões surgiram alimentando a minha prática. Nesse mesmo curso, em 2005, participei de um projeto de pesquisa, intitulado *Ensino de História: Memórias e Práticas de Professores de História da Rede Municipal de São Paulo*, que buscava recuperar a trajetória de professores de várias coordenadorias dessa rede de ensino. Coordenado pela professora de Prática de Ensino em História, do curso de graduação da PUC-SP e do curso de especialização, Profa. Dra. Helenice Ciampi, esse projeto foi o primeiro de uma série realizada pela professora com os seus alunos da graduação e do *lato sensu*, com o objetivo de traçar um perfil desses professores de História e, ao mesmo tempo, apresentar aos seus alunos caminhos possíveis da pesquisa em ensino. Após um longo período de formação realizado pela professora e pelo Museu da Pessoa, refletindo e aprofundando os conceitos de memória, história oral, saberes escolares e docentes, bem como os aspectos técnicos da entrevista, fomos a campo. Após a transcrição e edição das entrevistas emergiram histórias de vida que possuíam singularidades (trajetórias de vida e de formação diferenciadas) e fatores comuns (dificuldades no início da profissão, de se estabelecer parcerias com os colegas, o distanciamento entre o corpo docente e a equipe técnica, vínculos dispersos entre a escola e

a comunidade, a frustração e as esperanças diante da realidade educacional). Da minha participação no projeto resultou o meu trabalho de conclusão de curso (AMANCIO, 2006).

Portanto, as reflexões realizadas nesses dois âmbitos fundiram-se e alimentaram questões a respeito do magistério que eu passei a querer investigar: as trajetórias de vida e de formação desses professores, que os levava a reagir de formas tão diversas diante dos mesmos fenômenos; as hierarquias existentes no campo educacional, que permitiam ou limitavam a atuação dos mesmos e o processo de profissionalização no magistério, no qual me interessava em particular o concurso público. Para tanto, o meu ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi definitivo. A impressão primeira de que havia algo a ser investigado, foi sendo encaminhada pelos estudos teóricos das disciplinas que me apresentavam uma nova visão acerca do magistério. Para mim, foram fundamentais as leituras do sociólogo francês Pierre Bourdieu e o estudo dos seus conceitos nucleares – capital social, capital cultural, campo e *habitus* – além de diversas leituras sobre a cultura escolar, a profissionalização docente e o papel da burocracia na sociedade moderna, dos quais tratarei mais adiante.

Essas influências ajudaram-me a definir o objeto de pesquisa: o concurso público que, como citado anteriormente, é determinante na vida dos professores e constitui uma etapa essencial no processo de profissionalização dos docentes. Neste trabalho, parto do princípio que é fundamental compreender o universo de ações que envolvem a realização de um concurso, desde o momento em que ele é idealizado, na esfera governamental, passando pela realização das provas, apresentação dos títulos, espera pela convocação, até a efetivação dos professores.

A escolha desses dois concursos da Prefeitura de São Paulo deve-se, além da minha própria experiência profissional mencionada, a diversos fatores. Foram realizados pela mesma instituição, a Fundação Carlos Chagas, mas possuíam diferenças significativas: o concurso para professor adjunto contou apenas com questões objetivas e o destinado a seleção de professor titular contou com questões objetivas e dissertativas, o que fez com que o aumento do número de reprovações fosse marcante; apesar de terem o objetivo de prover professores efetivos para a rede municipal de São Paulo, apresentavam diferenciação

em relação aos cargos, titular e adjunto, o que implicaria inserções distintas dentro da rede; foram realizados em momentos políticos diferentes, o primeiro na gestão da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), o segundo na gestão José Serra/Gilberto Kassab, da coligação entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os Democratas (DEM), possibilitando uma comparação entre os editais, tentando identificar diferenças e/ou semelhanças na concepção de escola e de professor em tais gestões, análise que será apresentada no capítulo 1. No decorrer da pesquisa, o cargo de professor adjunto foi extinto, mas isso não interferiu no desenvolvimento do trabalho, muito pelo contrário, pois houve dentro da rede um acirramento da discussão entre ser titular/adjunto devido às portarias que foram publicadas para a escolha das escolas e atribuição das aulas para 2009.

Questionamentos surgiram a partir daí: será que o grupo de professores que se candidata aos diferentes cargos tem o mesmo perfil? Quais as expectativas dos mesmos em relação ao concurso e à profissão? Para responder essas perguntas e detectar as diferenças nas trajetórias pessoais e de formação desses professores, não seria suficiente concentrar-me nos aspectos técnicos do concurso, que seriam apresentados pelos editais e demais documentos oficiais. Estudá-los seria necessário, sem dúvida, já que esse corpo docente não foi escolhido ao acaso, mas precisaria ir além se o meu objetivo fosse conhecer esses professores. Por isso, iniciou-se, então, a busca sobre as pesquisas relacionadas ao tema.

### **O concurso público, o perfil dos professores aprovados em concursos e a rede municipal de ensino de São Paulo como tema de pesquisa**

O concurso é um importante mecanismo de recrutamento de profissionais para ocupar cargos públicos. A seleção dos funcionários mais aptos ao cargo através de exames seletivos encontra lugar de destaque na sociedade moderna, como analisa Weber (2002). Faz parte do processo de profissionalização dos professores, como aponta Nóvoa (1999), em sua problematização sobre o mesmo fenômeno na Europa do século XVIII, mostrando que o Estado, ao criar condições propícias para o surgimento de um grupo profissional que tenha o ensino como atividade principal, precisa regulamentar as suas formas de recrutamento.

No Brasil, apesar de se tratar de outro tempo, a idéia central se mantém. Com o advento da República e a idéia de expansão do ensino, criam-se novos estabelecimentos, tornando necessário regular a seleção de professores. Esta escolha que atendia inicialmente a apadrinhamentos e favorecimentos políticos passa, sobretudo após a Revolução de 1930, a recorrer aos concursos públicos como forma de ingresso (MASCULO, 2002; COSTA, 1999). Isso ocorre não apenas no campo educacional, mas em muitos outros campos do serviço estatal. O concurso apresenta-se, assim, como uma alternativa mais democrática de acesso, sem esquecer do seu caráter meritocrático, pois a idéia é selecionar os candidatos mais bem preparados para a vaga.

Mas os caracteres democrático e meritocrático do concurso, tão difundidos, vêm sendo discutidos pelos estudos que abordam o tema e desvelam os mecanismos internos do mesmo, como veremos adiante. A idéia de seleção do candidato mais preparado para a vaga também pode ser questionada, visto que a maior parte dos processos de seleção de professores para a escola pública utiliza-se apenas de questões de múltipla escolha, ou então, questões dissertativas, esquecendo-se de inúmeras outras habilidades necessárias para ser professor, além de boa capacidade de leitura e escrita. Em outro contexto, discutindo também os aspectos dos processos de seleção de professores na França na década de 1970, Chapoulie (1979) aponta como, muitas vezes, os candidatos que tiveram as melhores notas nos exames sentiram dificuldades ao assumir a sala de aula. Essa é uma questão importante: quem é o professor que o poder público espera selecionar? E ainda, será que os mecanismos utilizados na seleção são realmente eficazes para isso?

Esse é um tema que necessita de uma ampla investigação. Todavia, as buscas de pesquisas sobre concurso público, realizadas de outubro de 2006 a maio de 2007, no Banco de Teses da CAPES, que contém teses e dissertações realizadas no Brasil, desde 1988; no *site* da ANPEd, e nas bibliotecas das mais importantes Universidades do Estado de São Paulo (USP, UNESP, Unicamp, PUC), com os descritores “concurso público”, “seleção de professores”, “ingresso e recrutamento de professores”, permitem afirmar que o número de trabalhos sobre a temática ainda é reduzido, tendo maior concentração de pesquisas a partir da década de 1990.

Nessas buscas foram encontrados 30 trabalhos: 24 dissertações de mestrado, duas

teses de doutorado e quatro livros. Apesar de parecer volumoso, do total, apenas 21 eram da área da Educação. Quanto ao restante, seis eram da área de Direito (MAIA, 2007; ROCHA, 2006; MACHADO JR, 2006; CARNEIRO, 2002; SCHIRMER, 2001; CUNHA, 1999), um da área de Administração (PIMENTEL, 1993), um da área de Ciências Políticas (MONTEIRO, 1997), e um da área de Lingüística (ATHAYDE JR, 1995).

Dos 21 trabalhos mencionados na área de Educação, seis analisam, em uma perspectiva histórica, os processos de seleção de professores no Império e na Primeira República (SOUTO, 2005; PINTO, 2005; ARAÚJO, 2004; ACCÁCIO, 2002; MANCINI, 1999; GONDRA, 1998.), apresentando os mecanismos utilizados no período, o que, apesar de não ser o objeto desta pesquisa, permite-nos traçar um panorama sobre o tema ao longo da história, no Brasil. Das demais pesquisas na área, oito discutem o concurso público, mas de maneira indireta, ou seja, preocupam-se com alguns dos mecanismos de seleção, mas não com o processo em si. Analisam formas de contratação temporária (REIS, 2006; SIQUEIRA, 2006); tendências pedagógicas presentes na área da Educação Física escolar e a incorporação da produção acadêmica na área de Educação Física, pelos professores, a partir da bibliografia de concursos públicos (BROUCO, 2006; SOUZA, 2002); administração de pessoal (TEIXEIRA, 1983); as questões do concurso e as respostas elaboradas pelos professores (LETA, 1995; DESCARDECI, 1992; ALMEIDA, 1986).

Apenas sete pesquisas têm realmente como objeto central a análise dos mecanismos de realização do concurso público para o ingresso de professores (RIBEIRO, 1955; VALLE, 1990; GOMES, 1998; COSTA, 1999, GREDEL, 2000; MASCULO, 2002; FERREIRA, 2006).

As últimas pesquisas abordadas são, portanto, as que mais se aproximam do objeto do presente estudo. Apesar do tema em comum, elas se diferenciam na abordagem, nos referenciais teóricos e na metodologia. A principal fonte para a realização dos trabalhos foram os editais que permitiram a compreensão das condições de realização dos concursos, os seus aspectos técnicos e o perfil de candidato desejado pelo poder público. Além disso, alguns utilizaram questionários da banca examinadora, como a pesquisa pioneira de Ribeiro (1955) que estudou o concurso de ingresso no magistério público paulista, realizado em 1949, descrevendo as condições do concurso, as vagas, as inscrições, qualificação dos

candidatos, desistências e habilitações. Gomes (1998) e Costa (1999) analisam concursos diferentes (o primeiro estuda a rede estadual, o segundo a rede municipal de São Paulo), mas aproximam-se na abordagem tendo como objetivo investigar esses concursos como expressão das políticas de seleção de professores, confrontando-os com os projetos políticos desenvolvidos pelos governos do período. Outros analisam também as provas, buscando compreender o perfil do professor pretendido e o nível de exigência que se fazia a esse profissional, como é o caso de Valle (1990), analisando o concurso para professores de nível I no Rio de Janeiro, e de Grendel (2000), que tentou compreender o perfil esperado do professor de Filosofia do Ensino Médio no Estado do Paraná. Masculo (2002) também faz uma análise das provas aplicadas aos professores de História em concursos da rede estadual de São Paulo, mas para compreender como os diferentes agentes sociais (e não apenas o Estado) interferiram na definição dos critérios e na realização dos concursos de ingresso. A utilização de questionários para apreender o perfil dos professores ingressantes ocorreu apenas na pesquisa de Ferreira (2006), que caracterizou os professores de História aprovados no concurso público para a rede estadual de São Paulo, em 2003.

A pesquisa de Ferreira nos interessa em particular, por haver utilizado o questionário como instrumento para detectar o perfil dos professores selecionados. Embora os referenciais teóricos do autor não sejam exatamente os mesmos desta pesquisa, ele apresenta o perfil real dos candidatos e não apenas aquele desejado pelo poder público. Para tanto, participou das sessões de escolha de vagas do concurso e pediu aos professores que respondessem ao seu questionário. Dos professores de História presentes às sessões de escolha, 2.225 responderam, o que permitiu ao autor caracterizar as instituições em que esses professores foram formados, a idade dos mesmos e os deslocamentos que efetuaram para a posse. O autor cruzou esses dados e traçou as diferenças existentes entre os três momentos de escolha. Percebemos diferenças significativas entre os candidatos a partir da sua classificação. Nas primeiras sessões de escolha existiu um maior número de professores provenientes de faculdades públicas e mais jovens e nas sessões seguintes, cresceu o número de professores formados em instituições particulares e com mais idade, interferindo na análise que os mesmos faziam do exame.

Não foi objetivo de seu trabalho detectar as diferenças no perfil sócio-cultural dos

candidatos aprovados, embora isso se anuncie. Contudo, os dados obtidos pela sua pesquisa, serviram como ponto de partida para as reflexões aqui suscitadas, associadas às leituras do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Foram localizadas, então, pesquisas que traçavam o perfil dos professores, tendo como suporte a sua teoria, entre elas o estudo de Setton (1994), e Bianchini (2005), agregando-se posteriormente a pesquisa de Cruz (2008), onde encontramos um mapeamento das diferentes práticas de consumo e cultura; discussões sobre o capital cultural dos agentes; a constituição ou ampliação de um capital social; a formação de um *habitus* primário e um *habitus* secundário propiciado pelas diferentes instituições de formação.

Relacionando-se com as questões de formação as quais estão sujeitos os professores, o estudo já citado de Almeida (1986), também trouxe reflexões importantes para a constituição desta pesquisa. Ao fazer uma análise das redações dos professores que prestaram um concurso público para provimento do magistério, em Minas Gerais, na década de 1970, o autor apresenta a ideologia do Estado expressa por meio das questões da prova e como aquela estava incorporada pelos professores, que através dos chavões utilizados nas redações mostraram que entendiam a função a ser desempenhada pelo professor como um “dom”, ou uma “missão”, abandonando a questão do profissionalismo reivindicado pela categoria. O autor apresentou uma preocupação com os cursos de formação de professores, que muitas vezes auxiliam a perpetuar essa percepção sobre a classe docente.

Todas essas pesquisas já mencionadas desvendam aspectos dos concursos que eram vistos como naturais e, portanto, pouco problematizados. Revelam a necessidade de aprofundar os conhecimentos relativos à seleção de professores no país, assim como conhecer o perfil desses profissionais selecionados, ou melhor, os perfis, pois atestam que não existe homogeneidade, mesmo entre aqueles que foram aprovados no mesmo concurso e passaram pelas mesmas exigências, não sendo correto afirmar também que o perfil de professor desejado pelos órgãos responsáveis pelo concurso público corresponde exatamente ao grupo de professores selecionados.

Escassos, também, são os estudos acerca da rede municipal de ensino de São Paulo. Entre os trabalhos que têm como objeto de análise essa rede está a pesquisa pioneira de



Fischmann (1988), na qual a autora revela o processo de formação da rede e a formação das estruturas hierárquicas, que remonta à década de 1950 quando ainda fazia parte do Departamento de Cultura. Cordova (1997) recupera as iniciativas da Secretaria da Educação, na gestão da Prefeita Luiza Erundina e as marcas deixadas pelo Secretário Paulo Freire, nessa administração. Em estudo já citado, Costa (1999), ao estudar os concursos públicos realizados na administração de Mário Covas, Luiza Erundina e Paulo Maluf, também realiza um retrospecto da formação e das estruturas hierárquicas da rede, desde sua fundação, além de trazer elementos das gestões acima mencionadas. Santos (2006), ao investigar as faltas de professores na rede municipal consultando os prontuários de professores de cinco escolas, entre os anos de 2004 e 2005, realiza também uma breve análise da hierarquia. Portanto, buscando complementar e ocupar algumas lacunas, ainda não preenchidas pela bibliografia analisada, esta pesquisa tem como objetivo investigar o concurso, compreendido como um instrumento da burocracia na sociedade moderna, e as suas relações com o processo de profissionalização dos professores e com o perfil sócio-cultural dos candidatos aprovados. Para tanto se utiliza de referenciais teóricos que subsidiam essa discussão explicitados a seguir.

### **Corpo Conceitual**

Os autores que formam o corpo conceitual que estruturou a elaboração desta pesquisa e a análise dos dados coletados são: Weber (2002), que nos permite analisar o concurso público como integrante de um processo social mais amplo que é a burocratização dentro do Estado moderno; Nóvoa (1986, 1998, 1999) para a compreensão do processo de profissionalização docente e Bourdieu (1983, 1998, 2003, 2007, 2008) para a análise do perfil sócio-cultural dos professores.

### **Burocracia**

Weber (2002), em seu estudo clássico sobre a burocracia, nos apresenta como esta se firma, apesar de já existir em estruturas governamentais da Antiguidade e da Idade

Média, a partir das condições propiciadas pelo Estado moderno, e se faz necessária em um mundo cada vez mais complexo e racional. Segundo o autor, a moderna estrutura que denomina de burocrática tem como pressuposto, ainda que não seja o único fator para a sua existência, o desenvolvimento de uma economia monetária, que possibilite uma renda constante para a sua manutenção.

Para Weber, a expansão de um Estado está normalmente relacionada ao seu grau de burocratização

No início do período moderno, todas as prerrogativas dos Estados continentais acumularam-se nas mãos dos príncipes que mais se empenharam na burocratização administrativa. É evidente que, tecnicamente, o grande Estado moderno é absolutamente dependente de uma base burocrática. Quanto maior é o Estado e principalmente quanto mais é, ou tende a ser, uma grande potência, tanto mais incondicionalmente isso ocorre. (WEBER, 2002, p.148)

Entre as características centrais da burocracia, Weber aponta sete: a ordenação das jurisdições de acordo com normas administrativas; a existência de um sistema de mando e subordinação sustentado por uma hierarquia de postos; a administração baseada em documentos escritos; a pressuposição da existência de um treinamento especializado e completo dos funcionários; a exigência da plena capacidade de trabalho do funcionário; o desempenho do cargo seguindo regras gerais que podem ser aprendidas. Para o autor, a organização burocrática plenamente desenvolvida pode ser comparada à máquina, e aí reside a razão de seu progresso, pois é superior a qualquer outra forma de organização

Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal - são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente em sua forma monocrática. Em comparação com todas as formas colegiadas, honoríficas e avocacionais de administração, a burocracia treinada é superior, em todos esses pontos. E no que se relaciona com tarefas complicadas, o trabalho burocrático assalariado não só é mais preciso, mas, em última análise, freqüentemente mais barato do que até mesmo o serviço honorífico não remunerado formalmente. (WEBER, 2002, p.150)

Segundo Weber, quando a burocracia se estabelece plenamente está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir, pois ela se baseia no treinamento e na execução

de funções especializadas, portanto, se alguém deixa de trabalhar, ou é obrigado a isso, nasce o caos. Por isso, qualquer que seja o governo, existe interesse em manter a administração burocrática, assim que aqueles que controlam a máquina burocrática têm em suas mãos um grande instrumento de poder, que pode ser utilizado por interesses de domínios variados – exclusivamente políticos, econômicos, etc.

A burocratização separa a esfera do privado e do público, elimina dos negócios os elementos pessoais, irracionais e emocionais, colocando em seu lugar ações exclusivamente objetivas. E isso vem ao encontro da cultura moderna, cada vez mais complexa e especializada, que passa a exigir “*o perito despersonalizado e rigorosamente “objetivo”, em lugar do mestre das velhas estruturas sociais, que era movido pela simpatia e preferência pessoais, pela graça e gratidão*” (WEBER, 2002, p.151).

A ocupação de um cargo dentro da burocracia é uma “profissão”

Isso se evidencia, primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda a capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego. Além disso, a posição do funcionário tem a natureza de um dever. (WEBER, 2002, p.140)

Entre os atrativos do cargo estão a estabilidade financeira que ele apresenta e o status social que lhe pode proporcionar. Os funcionários tendem sempre a lutar por leis que definam uma carreira e que protejam a sua situação e a “*condicionar o direito ao cargo e a tendência crescente à organização corporativa e à segurança econômica*” (WEBER, 2002, p.143). Existe sempre uma forte tendência a considerar amplamente as habilitações obtidas através de certificados de cursos, ou exames de habilitações, não necessariamente ligados às qualificações gerais, pessoais e intelectuais.

Para Weber, o progresso da burocratização na administração estatal é um fenômeno paralelo da democracia. A organização burocrática chega ao poder à base do nivelamento das diferenças econômicas e sociais, pelo menos no que diz respeito ao ingresso nas funções administrativas, pois acaba com os privilégios feudais e patrimoniais na administração, colocando em seu lugar o trabalho profissional. Entretanto, faz questão de lembrar que a expressão “democratização” pode ser enganosa

A própria *demos*, no sentido de uma massa inarticulada, jamais “governa” associações maiores; ao invés disso é governada, e sua existência apenas modifica a forma pela qual os líderes executivos são selecionados e a medida de influência que a *demos*, ou melhor que os círculos sociais em seu meio podem exercer sobre o conteúdo e direção das atividades administrativas, suplementando o que é chamado de “opinião pública”. “Democratização” no sentido aqui pretendido, não significa necessariamente uma participação cada vez mais ativa dos governados na autoridade da estrutura social. Isso pode ser um resultado da democratização, mas não é necessariamente o caso. (WEBER, 2002, p.158)

Em certas condições, inclusive, a democracia cria rompimentos e bloqueios à organização burocrática. Portanto, para o autor, os paralelos entre burocracia e democracia não devem ser exagerados, e em cada caso histórico individual deve-se analisar em qual direção a burocratização se desenvolveu.

Como foi dito, a burocracia promove um modo de vida mais racional e isso para Weber, tem um efeito claro sobre a educação. Cita as instituições educacionais do final do século XIX, para mostrar que elas são altamente influenciadas por isso, produzindo um sistema de exames especiais e especialização, que atende às necessidades da burocracia moderna. Ressalta que os exames de conhecimentos já existiam, assim como existia o prestígio social baseado na vantagem da educação e dos treinamentos especiais, não sendo, portanto, concomitantes com o processo de burocratização. Entretanto, anteriormente, a educação tinha como objetivo a formação do homem culto e não do especialista. Se na antiguidade, ou no feudalismo, a personalidade culta era o ideal educacional, com o desenvolvimento da plena burocratização se coloca em primeiro plano a formação de especialistas e um sistema de exames racionais para selecioná-los.

Retomando a posição ambígua da democracia frente à burocracia, o autor apresenta que em um primeiro momento, o exame pode ser visto como a seleção de todos aqueles que se qualificam, de todas as camadas sociais, o que para a democracia parece uma alternativa válida. Entretanto, a democracia luta contra o sistema de exames, pois o mérito e os títulos, podem, da mesma forma, criar uma “casta” privilegiada, onde o diploma acaba ocupando o espaço que era dos ancestrais.

Para o autor, esses diplomas levam à formação de uma camada privilegiada nos escritórios e repartições

Esses certificados apóiam as pretensões de seus portadores, de intermatrimônios com famílias notáveis (nos escritórios comerciais, as pessoas esperam naturalmente a preferência em relação à filha do chefe), as pretensões de serem admitidas em círculos que seguem “códigos de honra”, pretensões de remuneração “respeitável” ao invés da remuneração pelo trabalho realizado, pretensões de progresso garantido e pensões na velhice e, acima de tudo, pretensões de monopolizar cargos social e economicamente vantajosos. Quando ouvimos de todos os lados, a exigência de uma adoção de currículos regulares e exames especiais, a razão disso é, decerto, não uma “sede de educação” surgida subitamente, mas o desejo de restringir a oferta dessas posições e sua monopolização pelos donos dos títulos educacionais. Hoje, o “exame” é o meio universal desse monopólio e, portanto, os exames avançam irresistivelmente. Como a educação necessária à aquisição do título exige despesas consideráveis e um período de espera de remuneração plena, essa luta significa um recuo para o talento (carisma) em favor da riqueza, pois os custos “intelectuais” dos certificados de educação são sempre baixos, e com o crescente volume desses certificados os custos intelectuais não aumentam, mas decrescem. (WEBER, 2002, p.168-169)

Como podemos perceber, o concurso público é parte integrante deste processo burocrático. A Secretaria Municipal de Educação, que faz parte da estrutura governamental, e possui uma hierarquia definida, com cargos superiores e subalternos, necessita de integrantes para os seus quadros e espera selecionar por meio de concursos públicos, os candidatos mais preparados para a vaga, a partir de um corpo de saberes definidos pelos seus quadros como essenciais para o cargo que se pretende ocupar. A partir do edital do concurso, fica claro o que se espera desse profissional e o lugar que será ocupado por ele dentro dessa estrutura. Aqui vemos o caráter ambíguo apresentado anteriormente: o concurso é uma via de acesso mais democrática do que as indicações costumeiras do sistema tradicional, todavia, o caráter meritocrático do concurso não mascara a desigualdade de acesso ao mesmo? Esse exame, que tem o poder de tornar alguém apto, ou inapto para a prestação de um serviço, a partir de questões objetivas e dissertativas (no nosso caso), realmente cumpre esse papel?

No caso brasileiro, os conceitos desenvolvidos por Weber possuem um complicador: as nossas estruturas de poder, entre elas a educacional, não estão totalmente pautadas por um modelo racional, pois ainda apresentam resquícios de um modelo tradicional patrimonialista, onde muitas vezes se mesclam interesses públicos e privados,

como nos mostram os estudos de Pereira, L (1969) e Pereira, J. (1969), sobre a expansão do ensino secundário na década de 1960. Embora se refiram a período bastante anterior ao abordado nesse trabalho, as práticas apresentadas nesses dois estudos parecem permanecer em diversas escolas. Muitas vezes, o profissional que ingressou por meio de um sistema racional, no caso do concurso público, se surpreende negativamente com as relações estabelecidas no interior das escolas, até porque, como diz Weber os tipos ideais, tal como o denominado burocracia, dificilmente se encontram integralmente na realidade.

### **Profissionalização**

Vimos até aqui, o papel da burocracia dentro das necessidades do Estado moderno e entendemos que o processo de profissionalização docente também está inserido dentro dessa realidade, apresentando, sem dúvida, as especificidades inerentes a este campo, que ao meu ver, podem ser compreendidas a partir dos conceitos estabelecidos por Nóvoa em estudos sobre o processo de profissionalização docente (1986, 1998,1999). O autor aponta que, na Europa, o período chave é a segunda metade do século XVIII, quando se inicia um movimento de secularização e de estatização do ensino. Todavia os modelos escolares seguem aqueles criados quando a escola estava sob as guardas da Igreja, ainda que os professores passem a ser recrutados pelo Estado. Inicia-se a elaboração de um corpo de saberes e de técnicas, mas o conjunto de normas e valores ainda é influenciado por crenças e atitudes morais. Segundo o autor “...sente-se a perpetuação de um ideário colectivo onde continuam presentes as origens religiosas da profissão docente” (NÓVOA, 1999, p.16). Mas é a agregação ao Estado que permite aos professores a identificação com um corpo profissional e o abandono da concepção corporativa do ofício. Segundo Nóvoa, a primeira preocupação dessas reformas no campo educacional será definir regras uniformes de seleção e de nomeação dos professores. Os professores aderem a esse projeto, pois, ao mesmo tempo em que se tornam funcionários do Estado, passam a ter independência em relação à Igreja, às autoridades locais e à população. Como ressalta o autor, inicia-se aí o carácter ambíguo da profissão “o modelo ideal dos professores situa-se a meio caminho

*entre o funcionalismo e a profissão liberal: ao longo da sua história sempre procuraram conjugar os privilégios de ambos os estatutos.*” (NÓVOA, 1998, p.17)

A partir do final do século XVIII começa a ser exigida uma licença para ensinar, que é concedida aos indivíduos que preencham uma série de condições, o que delimita o campo educacional, podendo intervir nele apenas as pessoas da área. Para Nóvoa, esse é o momento decisivo do processo de profissionalização da atividade docente “*uma vez que facilita a definição de um perfil de competências técnicas, que servirá de base ao recrutamento dos professores e ao delinear de uma carreira docente*” (NÓVOA, 1998, p.17). Os professores também passam a ocupar um papel privilegiado, nesse momento em que a escola passa a representar a esperança de mobilidade social de diversas camadas da população. As instituições de formação de professores ocuparão um lugar central nesse processo, elaborando conhecimentos pedagógicos e contribuindo para a formação de uma ideologia comum.

Segundo NÓVOA, é a partir da segunda metade do século XIX que se permite compreender a ambigüidade do estatuto dos professores

Fixa-se neste período uma imagem intermédia dos professores, que são vistos como indivíduos entre várias situações: não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc (NÓVOA, 1999, p. 18)

Essa indefinição e o isolamento dos professores fazem com que venha à tona a formação de uma identidade profissional, e um processo de solidariedade, que culminam com o aparecimento de um movimento associativo docente, a partir do século XIX. Segundo o autor, apesar das várias divergências dos movimentos, eles pautaram-se sempre na exigência de: melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira. Segundo ele, o prestígio vivenciado pela carreira no início do século XX, está vinculado à ação dessas associações. O século XX é o período de ouro da profissão docente.

É ainda Nóvoa (1999) quem estabelece um modelo de análise composto de quatro etapas, duas dimensões e um eixo estruturante, para a compreensão do processo histórico de profissionalização docente. As etapas seriam: exercício a tempo inteiro (ou como ocupação principal) da atividade docente; estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente; criação de instituições específicas para a formação de professores; constituição de associações profissionais de professores. As duas dimensões que permeiam essas etapas seriam: a formação de um corpo de conhecimentos e de técnicas e de um conjunto de normas e de valores. O eixo estruturante seria o estatuto social e econômico dos professores. O autor ressalta que essas etapas não devem ser vistas de forma rígida, pois o percurso que leva à profissionalização é marcado por lutas, conflitos, hesitações, recuos. O autor segue a sua análise mostrando como esse modelo pode ser utilizado para estudar a profissão docente hoje, que longe do período de ouro dos anos XX, apresenta uma proletarização à qual os professores têm sido sujeitados.

Utilizando esse modelo estabelecido por Nóvoa, verifica-se que o concurso público faz parte desse processo de profissionalização, dando um suporte legal para o exercício da atividade docente, na medida em que estabelece: quem são os profissionais habilitados para tal; um corpo de conhecimento mínimo que os professores devem manejar; o perfil desejado pelo Estado para o professor, revelado por meio do edital. Também as associações profissionais de professores pressionam o governo pela realização de concursos públicos. Estes apresenta-se, então, como a forma mais adequada de seleção desses professores. É claro que as políticas de recrutamento e seleção são mais complexas, pois coexistem, como já apresentamos anteriormente, numa mesma rede de ensino, no caso brasileiro, professores concursados, professores contratados, professores eventuais, que possuem status diferenciado e se relacionam muitas vezes de maneira conflitante. Nóvoa apontou o caráter ambíguo e conflitante do estatuto social e econômico dos professores, ainda mais hoje com esse processo de proletarização. Isso instiga saber quem são os profissionais que buscam esta carreira e quais as expectativas que tem em relação à mesma. Para a compreensão desse processo é essencial, portanto, a análise do perfil de alguns dos professores aprovados.



## Perfil sócio-cultural dos professores

Para a análise do perfil sócio-cultural dos professores, utilizamos, como já foi mencionado anteriormente, os conceitos nucleares desenvolvidos por Bourdieu, quais sejam: capital cultural e social, campo e habitus. Essas noções nos permitiram compreender as trajetórias desses indivíduos dentro do espaço social, a forma como se reconhecem e as expectativas que alimentam a partir da sua condição, compreendendo que o espaço social ocupado está intrinsecamente relacionado ao volume de capital que possuem (econômico, cultural e social) e não apenas às condições econômicas.

Esta noção de capital cultural surge em um primeiro momento para compreender a desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes de classes sociais diversas. Anteriormente, o sucesso escolar era visto como resultado de uma aptidão natural. Bourdieu romperá com esse pensamento, mostrando como a distribuição diferenciada do capital cultural entre as classes e as frações de classe incide diretamente sobre o sucesso e/ou fracasso que o alunado pode obter no mercado escolar.

Segundo Bourdieu (1998), o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado. O capital cultural no estado incorporado é um trabalho do sujeito sobre si mesmo. É transmitido de forma socialmente hereditária, totalmente dissimulada e inconsciente e passa a ser parte integrante do sujeito, constituindo disposições do *habitus*. Um trabalho que exige tempo. Não é um capital visível como o capital econômico e o seu grau de dissimulação é maior. Quanto maior o capital cultural do sujeito, maior o seu valor de raridade, tendo assegurados benefícios materiais e simbólicos. A apropriação do capital cultural depende do capital cultural familiar; a acumulação deste capital só começa sem atrasos dentro daquelas famílias que possuem um forte capital cultural.

... a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital, por isso, no sistema das estratégias de reprodução, recebe um peso tanto maior quanto mais as formas diretas e visíveis de transmissão tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas. (BOURDIEU, 1998, p. 76)

O capital cultural objetivado mantém relações com o capital cultural incorporado e com o capital econômico: os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural

...ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc), e, para além destes, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado. (BOURDIEU, 1998, p.78)

O capital cultural, no estado institucionalizado, ocorre sob a forma de um diploma, que confere, àquele que o possui, um valor juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, já que também pressupõe a incorporação do capital cultural. O diploma tem autonomia em relação ao sujeito que o possui, e ao capital cultural efetivo deste, pois o seu valor é instituído coletivamente. Segundo o autor, ele “institui o capital cultural pela magia coletiva” e exemplifica

Basta pensar no concurso que, a partir do continuum das diferenças infinitesimais entre as performances, produz descontinuidades duráveis e brutais, do tudo ao nada, como aquela que separa o último aprovado do primeiro reprovado, e institui uma diferença de essência entre a competência estatutariamente reconhecida e garantida e o simples capital cultural, constantemente intimado a demonstrar seu valor. Vê-se claramente, nesse caso, a magia performática do poder de instituir, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer. Não existe fronteira que seja mágica, isto é, imposta e mantida (às vezes, com risco de vida) pela crença coletiva. (BOURDIEU, 1998, p. 78)

O diploma é um produto da conversão de capital cultural. O valor de um diploma pode ser relacionado ao valor de outros diplomas, e o detentor passa a ter um valor em dinheiro que pode ser trocado no mercado de trabalho, sem esquecer do fato de que o valor de um diploma e os benefícios materiais e simbólicos que se podem garantir dependem da sua raridade. Se existe uma inflação destes no mercado, os resultados do investimento podem ser menores do que aquilo que se previa.

Portanto, retomando essas reflexões para o nosso objeto de pesquisa: seria possível observar a incorporação do capital cultural de maneira distinta dentro deste grupo de

professores concursados? O capital cultural desses professores interferiu na escolha da profissão? Foi realmente uma escolha, ou como diria Bourdieu, “a escolha do necessário”? Interfere nas expectativas que os mesmos possuem em relação ao concurso público?

Outro conceito fundamental para compreender estas questões é o conceito de capital social, também desenvolvido por Bourdieu

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

Essas ligações, apontadas pelo autor, seriam a proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social. Para que existam e perpetuem são necessárias trocas materiais e simbólicas e o reconhecimento dessa proximidade. O capital social que um agente possui depende das redes de relações que ele pode mobilizar e do capital (econômico, cultural e social) que cada um destes possui. Portanto o capital social não pode ser visto como um capital isolado, mas existe nas relações entre o capital cultural e econômico que ele detém e que faz com que ele se aproxime e se mantenha vinculado a uma determinada rede.

Se pensarmos no caso dos nossos professores, o concurso público aparentemente neutraliza esta rede de ligações sociais e permite o ingresso destes professores com isonomia. Pode se apresentar como o caminho para muitos professores que teriam que ter outro tipo de rede constituída para ingressar em determinadas escolas particulares, ou mesmo para seguir carreira acadêmica, ou outros tipos de atividades. Entretanto, um olhar mais atento diria que, mesmo em relação ao concurso público, o capital social pode contribuir, e muito, não apenas para o ingresso, mas para a permanência desses profissionais na rede pública, facilitando acesso às informações sobre o concurso, à estrutura da rede, às escolas com melhores relações de trabalho e melhores índices educacionais, a pessoas com projetos e interesses semelhantes, etc.

O capital social, sobretudo dentro da profissão, permitiria ao professor melhor conhecimento do campo educacional, para a definição de suas estratégias pessoais. O conceito de campo, também é fundamental na teoria do sociólogo francês, e para a composição do quadro de análise desta pesquisa, ele é assim definido pelo autor

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (BOURDIEU, 1983, pg. 89)

Apesar de existirem propriedades específicas em cada campo, o autor aponta leis gerais dos campos: em cada campo se encontra uma luta, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência. Cada campo possui objetos de disputa e interesses específicos, que só são percebidos por quem foi formado para entrar neste campo. Portanto, para o funcionamento do campo, é necessário que as pessoas estejam cientes desses objetos de disputa e dispostas a jogar, reconhecendo as regras do jogo. As lutas travadas dentro do campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica), que fará com que se conserve ou permitirá a subversão da estrutura da distribuição do capital específico, que é o capital que vale em relação a um certo campo e dentro dos limites deste campo. Aqueles que monopolizam o capital específico e, portanto, a autoridade específica dentro do campo, tendem à conservação; aqueles que possuem menos capital tendem às estratégias de subversão.

Outra característica é que todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, que é o que faz com que o próprio campo exista, por isso, mesmo entre os grupos contrários existe uma certa cumplicidade. Existe uma aceitação do jogo, dos objetos de disputa. Aqueles que jogam possibilitam uma reprodução do jogo e a continuidade da crença no valor do que está em disputa. Os recém-chegados, para entrar, precisam reconhecer o valor do jogo e os princípios de funcionamento do mesmo. Pela própria estrutura do campo, eles são levados às estratégias de subversão, mas que devem permanecer sob certos limites, para que não sejam excluídos,

e isso requer um grande conhecimento do campo. Mas esses investimentos não são cínicos, e sim produtos da relação entre o campo e o habitus, que Bourdieu define como

...sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. (BOURDIEU, 1983, p. 94)

Assim, longe de ser uma disputa mecânica ou ingênua, as pessoas que conseguem se manter no campo, e jogar segundo as suas regras (conservando ou subvertendo) na disputa pela autoridade específica, apenas deixam “*o habitus funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas, eles têm assim, o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados*” (1986, p. 94)

Estamos dentro de um campo, sem dúvida, o campo educacional: pois existem regras claras, objetos de disputa, grupos antagonistas que conhecem as regras do jogo e lutam pela autoridade específica. O edital anuncia os saberes “legítimos”, o que se espera do professor e a sua relação dentro da rede. As leis definem o espaço que cada um ocupa. Além disso, são reconhecidos de formas diferentes dentro desse campo os professores concursados e contratados, professores adjuntos e titulares, professores que ingressaram em um concurso com alto índice de reprovação, etc. A partir da explicitação desses conceitos do autor, podemos observar o quão importante é identificar o perfil esperado pelo Estado, através do Edital; os perfis reais desses professores, suas expectativas em relação à profissão e a forma como se dão as suas relações no interior da escola.

### **Tema/Problema**

Esta pesquisa está inserida, dentro da área da educação, nos estudos referentes à profissionalização docente.

O problema central desta pesquisa é apreender as relações entre o processo de profissionalização docente, o concurso público e a origem sócio-cultural dos professores. Esse problema se desdobra em questões mais específicas, a saber: Como se organizam os exames e quais os profissionais que o poder público espera selecionar? Como se dão as

relações no espaço escolar, dentro da rede municipal, tendo os professores denominações diferentes (adjunto/titular)? Quais os perfis desses professores e as suas expectativas em relação ao concurso e ao ingresso na Prefeitura de São Paulo?

### **Hipótese**

A hipótese proposta é a de que o concurso público, para muitos dos professores é o cerne do processo de profissionalização, visto que ele qualifica e separa esses professores daqueles que não foram aprovados. Tal situação cria para eles um status dentro do campo educacional. Por sua vez, isso não se reflete necessariamente em melhores condições de trabalho ou salariais, nem ao status dos professores fora do campo educacional. Portanto, os candidatos aprovados devem ter expectativas e perfis diferenciados, e estes estão relacionados ao seu capital cultural e social acumulado. Além disso, o edital, como documento legal, expressa aquilo que o poder público (ou os grupos políticos que atuam na gestão) reconhecem como saberes legítimos e funções do professor e da escola.

### **Objetivos**

Esta pesquisa, para tornar possível a identificação dessas relações, tem, portanto, como objetivo, caracterizar a rede na qual os professores pretendem ingressar mediante o concurso, os mecanismos de realização e seleção dos concursos para professor adjunto (2004) e professor titular (2007) de Ensino Fundamental II, além de detectar os perfis de alguns dos professores de História aprovados.

### **Procedimentos de Pesquisa**

Para a caracterização da rede municipal de ensino consultou-se o *site* da secretaria da educação de São Paulo que, por meio do seu departamento de informática, disponibiliza os dados sobre a hierarquia da mesma, a quantidade de escolas por segmento de ensino, o número de funcionários, entre outros. A legislação (Estatuto do Magistério, leis complementares, decretos e portarias), as informações referentes à remuneração e plano de carreira foram localizados no mesmo *site*, no site do SINPEEM e coletados também no Diário Oficial da Cidade.

Para caracterizar o concurso se realizou uma análise do Edital de abertura (Anexo 10), dos resultados e informes do Diário Oficial e do *site* da Fundação Carlos Chagas, instituição responsável pela realização do concurso.

Para traçar o perfil dos professores aprovados foram entregues questionários<sup>3</sup> (Anexo 1) a uma pequena amostra de professores de História aprovados nesses dois concursos. Para o concurso de professor adjunto em História no ensino fundamental, inscreveram-se 3.073 candidatos e foram aprovados 885. Para o de professor titular inscreveram-se 4.257 candidatos e foram aprovados 358. O primeiro contou apenas com questões objetivas, o segundo contou com questões objetivas e dissertativas, o número de candidatos reprovados foi alto em ambos, mas aumentou no segundo. Após a prova, foi publicada no Diário Oficial do Município uma lista com a classificação prévia dos candidatos, a partir da pontuação na prova. Após esse momento, os candidatos enviaram os títulos que possuíam para pontuação e foi gerada a lista definitiva. Para efeito de investigação, utilizou-se a lista definitiva. É necessário lembrar que os professores da rede que já eram adjuntos podiam prestar o concurso por acesso, sendo gerada uma lista paralela. Foi utilizada apenas a lista dos candidatos a ingresso na rede. Os candidatos aprovados foram então separados por ordem de pontuação em três grupos, para a análise: A1 e T1 (professores adjuntos e titulares com melhor classificação), A2 e T2 (professores com classificação intermediária) e A3 e T3 (professores com pior classificação). Esta medida visava identificar se, assim como no trabalho já mencionado de Ferreira (2006), existia alguma diferenciação entre os professores de acordo com a sua classificação.

Como nem todos os professores aprovados assumiram os cargos, principalmente os do concurso realizado em 2007, não adiantaria entregar os questionários apenas para os professores que já estão na rede municipal. Não seria indicado também utilizar a mesma estratégia de Ferreira, entregando os questionários no momento de escolha, pelos seguintes motivos: no momento de coleta de dados a maior parte dos professores adjuntos já tinha sido convocada e não havia previsão para a chamada dos professores titulares. No período de coleta, os professores titulares começaram a ser chamados para ingresso, entretanto,

---

<sup>3</sup> O questionário original foi elaborado pela aluna Noemi Bianchini, também orientanda da professora Dra. Alda Junqueira Marin, a primeira parte do questionário sofreu algumas alterações, apenas para atender as necessidades do meu objeto de pesquisa. A segunda parte do questionário, é de minha autoria.

ainda assim não se considerou adequada a estratégia porque o questionário aplicado aos professores, devido a utilização de outros referenciais teóricos, era muito mais extenso, demorando cerca de 40 minutos para ser respondido e a escolha na Prefeitura é muito mais rápida, são chamados em média 20 professores por vez e o processo dura aproximadamente 30 minutos.

Portanto, considerando as questões levantadas acima, pensou-se em uma estratégia diferenciada, ainda que mais custosa. A lista dos candidatos aprovados, para os dois concursos, foi publicada no Diário Oficial da Cidade. Possui nome completo e RG dos candidatos. Após procura na lista telefônica eletrônica, identificou-se que alguns deles eram assinantes, sendo possível ter acesso aos seus telefones. Entrei em contato com os professores da amostra selecionada, solicitando a resposta ao questionário, que poderia ser encaminhado por e-mail ou via postal, dependendo do próprio candidato. Alguns telefones não correspondiam à pessoa que havia prestado a prova, outros haviam mudado de endereço, ou os telefones estavam temporariamente fora de serviço. Apenas um não concordou em responder ao questionário, mas outros mesmo concordando não encaminharam as respostas; enfim, são percalços de uma pesquisa. Ao final, responderam ao questionário na íntegra 32 professores, que foram divididos em três grupos de acordo com a sua classificação final no concurso. Estas informações podem ser melhor compreendidas na tabela 1 :

**Tabela 1 - Agrupamento dos professores a partir da classificação definitiva e número de questionários respondidos por grupo**

<b>Grupo</b>	<b>Classificação Definitiva</b>	<b>Nº de Pessoas com telefone na lista</b>	<b>Nº de pessoas com quem foi possível estabelecer contato</b>	<b>Nº de pessoas que aceitaram responder</b>	<b>Nº de Pessoas que devolveram o questionário</b>
A1	001 a 100	18	12	12	10
A2	240 a 340	19	11	10	04
A3	785 a 885	18	09	09	04
T1	001 a 030	10	08	08	06
T2	150 a 220	10	07	07	05
T3	300 a 355	07	03	03	03
<b>Total</b>		<b>62</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>32</b>



Tendo como norte a construção do objeto de pesquisa e encaminhando a análise dos resultados obtidos para as respostas aos problemas levantados, organizou-se o trabalho em dois capítulos. Cada capítulo trata de um problema específico, mas se inter-relacionam e se complementam.

O capítulo I está subdividido em duas partes: caracterização da rede municipal de educação de São Paulo e caracterização do concurso. Na primeira parte apresenta-se o pertencimento dessa rede a uma estrutura burocrática mais ampla e as suas hierarquias próprias; a constituição da carreira do magistério; a formulação de um plano de carreira para os docentes e a constituição de cargos diferentes para os professores. Apresentamos também, as considerações dos próprios docentes acerca dessas condições. Na segunda parte, caracteriza-se a formulação dos concursos para essa rede de ensino, o perfil do profissional esperado pela administração, os saberes considerados legítimos através do edital apresentado e os índices de aprovação e reprovação. Essa caracterização nos parece fundamental, para compreender as expectativas dos candidatos ao ingresso, que são apresentadas no capítulo seguinte.

O capítulo II, também está subdividido em duas partes. Na primeira parte apresenta-se um perfil dos 32 professores aprovados no concurso, traçando-se um panorama geral das suas trajetórias de vida: idade, gênero, religião, origem e condições de vida atual, capital cultural incorporado, grau de satisfação com a vida. Embora se tenha mantido no corpo das tabelas a subdivisão entre os grupos de classificação (A1, A2, A3 e T1, T2, T3), nem sempre aparecem diferenças entre esses grupos, portanto, apenas se sublinhará quando essas diferenças forem importantes. Na segunda parte selecionaram-se alguns professores, a partir das expectativas que demonstram ter em relação ao concurso e ao ingresso na rede municipal. Esses professores foram divididos a partir das suas expectativas em dois grupos: Grupo 1- Expectativas econômicas/financeiras e Grupo 2 - Expectativas pedagógicas/verificação de conhecimento.

As considerações finais encerram o trabalho ao retomar as questões e análises realizadas.

## CAPÍTULO I

### A rede municipal de Educação, a carreira do magistério e os concursos

A opção por iniciar este trabalho apresentando a estrutura da rede municipal de ensino de São Paulo e a configuração da carreira do magistério, deve-se ao entendimento de que é necessário compreender a sua estrutura e condições de trabalho, para posteriormente relacionar com as expectativas e o perfil dos profissionais que postulam a entrada. A análise do concurso, mediante seus dispositivos legais visa compreender a concepção de escola, de professor e de saber legítimo apresentadas pelo poder público.

Inicialmente, portanto, apresenta-se uma caracterização da estrutura burocrática da Secretaria Municipal de Educação (SME), apresentando a sua posição dentro da estrutura do governo municipal; a sua hierarquia e dimensão e os órgãos burocráticos associados a ela. Posteriormente, encontra-se a organização da carreira do magistério, as condições de trabalho e salariais e o plano de carreira. Para finalizar estão dados centrais dos editais dos últimos concursos (adjunto/titular), que, como já mencionado, foram realizados em períodos políticos distintos. Constam, ainda, a estrutura de elaboração do concurso, o conteúdo dos exames e as aproximações ou distanciamentos entre as concepções de escola e professor de uma gestão para a outra. As análises serão sempre pontuadas com as percepções dos professores, as quais o questionário possibilitou o acesso.

#### 1.1 A Rede Municipal de Educação de São Paulo

Segundo dados apresentados por Fischmann (1988), a criação das primeiras escolas municipais, em São Paulo, remonta à década de 1950, dentro do processo de expansão da escola primária. Todavia, o primeiro concurso público de provas e títulos para os professores municipais ocorreu apenas em 1967.

Atualmente, a Prefeitura do Município de São Paulo possui uma estrutura burocrática e uma hierarquia bem delimitadas, o que vai ao encontro dos pressupostos anunciados por Weber em relação ao funcionamento do aparelho burocrático, quando o autor define que *“os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridades significam um sistema*

*firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores” (WEBER, 2002, p. 138)*

A cidade está dividida em 31 subprefeituras<sup>4</sup> e, atualmente, é composta por 21 Secretarias<sup>5</sup> de governo, entre elas a de Educação, que está hierarquicamente organizada<sup>6</sup>:



<sup>4</sup> Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel Paulista, Sé, Vila Mariana, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Prudente. Extraído do site oficial da Prefeitura do Município de São Paulo: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

<sup>5</sup> Secretaria do Governo Municipal; Secretaria Especial de Desburocratização; Secretaria Executiva de Comunicação; Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Recreação; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Gestão; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e de Obras; Secretaria Municipal de Participação e Parceria; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Relações Internacionais; Secretaria Municipal de Serviços; Secretaria Municipal do Trabalho; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos; Secretaria Municipal dos Transportes.

Informações e organograma extraídos do site oficial da Prefeitura do Município de São Paulo: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br).

<sup>6</sup> Organograma extraído do site da secretaria de Educação

O cargo de Secretário de Educação é um cargo de confiança, escolha política realizada pelo prefeito. O Conselho Municipal de Educação (CME), é um órgão normativo e deliberativo, com estrutura colegiada, composto por representantes do Poder Público, trabalhadores da educação e da comunidade, criado pela Lei Municipal 10.429 (SÃO PAULO, 1988).

A Coordenadoria Geral dos Núcleos de Ação Educativa (CONAE) coordena todas as ações relacionadas à Educação no Município de São Paulo: administrativas, de recursos humanos, patrimoniais e de orientação técnica. A divisão de Recursos Humanos (CONAE 2) é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e execução das atividades da área de recursos humanos da SME. Estão sob sua responsabilidade os serviços relativos a todos os funcionários dessa secretaria, ativos e inativos. Esse departamento está dividido nos seguintes setores: aposentadoria, benefícios, cadastro, comissão de cursos e títulos, comissão especial de pagamento, enquadramento, divisão administrativa, expediente e protocolo, posse, comissão de acúmulo de cargos.

O setor Técnico de Posse, apresentado acima, é o responsável pelos procedimentos de posse e cadastramento de servidores aprovados em concursos e contratados. Segundo informações do próprio *site* da Secretaria<sup>7</sup>, esse setor gerencia os processos de contratação e prorrogação de contratos para suprimento emergencial de cargos junto à Secretaria e os de convocação de candidatos concursados para a escolha de vagas, além de acompanhar o controle dos títulos de nomeação desses candidatos. É sua função, ainda, orientar os servidores nos assuntos relacionados à chamada de concursos, posse e contratação. Portanto, essa é a primeira porta de entrada do servidor concursado, pois é esse órgão que organiza o processo de escolha das escolas.

Após a passagem pelo setor de posse, o professor é nomeado para uma escola. Cada escola por sua vez está diretamente ligada a uma Diretoria de Ensino<sup>8</sup>, que é o elo com a hierarquia superior. No quadro 1 podemos verificar as 13 diretorias de ensino e os distritos que fazem parte:

---

<sup>7</sup> [www.educacao.prefeitura.sp.gov.br](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br), último acesso em setembro de 2008

<sup>8</sup> A nomenclatura foi modificada a partir da já referida lei n. 14.660/2007, antes o nome era Coordenadoria de Ensino

### Quadro 1

#### Diretorias de Ensino e distritos correspondentes

DIRETORIA DE ENSINO	DISTRITOS CORRESPONDENTES
<b>BUTANTA</b>	Alto de Pinheiros, Butantã, Itaim Bibi, Jd. Paulista, Morumbi, Pinheiros, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sonia.
<b>CAMPO LIMPO</b>	Campo Limpo, Capão Redondo, Jd. Ângela, Jd. São Luis, Vila Andrade.
<b>CAPELA DO SOCORRO</b>	Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros, Socorro.
<b>FREGUESIA/BRASILÂNDIA</b>	Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó, Limão.
<b>GUAIANASES</b>	Cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado.
<b>IPIRANGA</b>	Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Cursino, Ipiranga, Jabaquara, Liberdade, Moema, República, Sacomã, Santa Cecília, São Lucas, Saúde, Sé, Vila Mariana, Vila Prudente.
<b>ITAQUERA</b>	Aricanduva, Carrão, Cidade Líder, Itaquera, José Bonifácio, Parque do Carmo, Tatuapé, Vila Formosa.
<b>JAÇANÃ/TREMembÉ</b>	Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Medeiros.
<b>PENHA</b>	Água Rasa, Artur Alvim, Belém, Brás, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Mooca, Pari, Penha, Ponte Rasa, Tatuapé, Vila Matilde.
<b>PIRITUBA</b>	Anhanguera, Barra Funda, Jaguará, Jaguaré, Jaraguá, Lapa, Perdizes, Perus, Pirituba, São Domingos, Vila Leopoldina.
<b>SANTO AMARO</b>	Campo Belo, Campo Grande, Cidade Ademar, Jabaquara, Pedreira, Santo Amaro.
<b>SÃO MATEUS</b>	Iguatemi, São Mateus, São Rafael, Sapopemba.
<b>SÃO MIGUEL</b>	Itaim Paulista, Jd. Helena, São Miguel, Vila Curuçá, Vila Jacuí.

Fonte: [www.educacao.sp.gov.br](http://www.educacao.sp.gov.br) – último acesso em setembro de 2008

A Secretaria Municipal de Educação expandiu-se muito nos últimos anos. Atualmente conta com 2.285 escolas e outras estão em construção. As escolas de ensino fundamental, compreendendo Centro de Educação Unificado (CEU), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM) e Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), correspondem a 516 escolas. Nos anexos 2 e 3 podemos verificar a quantidade de escolas por modalidade de ensino e por diretoria e a demanda de alunos também por modalidade e diretoria.

As regiões com o maior número de matrículas de alunos no ensino fundamental, estão nos distritos mais periféricos da cidade: Cidade Tiradentes (12.160), Sapopemba (10.333), Jaraguá (9.233), Capão Redondo (8.825), Brasilândia (8.331), Campo Limpo (8.239), Grajaú (7.051), Vila Curuçá (6.881), Cidade Dutra (6.823), Jardim São Luís (6.684), Iguatemi (6.334), Jardim Ângela (6.127). Como consequência o maior número de estabelecimentos de ensino também está nessas regiões, assim como a maior parte das

vagas para os professores ingressantes.

Na tabela 2 observa-se a quantidade de turmas (não de escolas) por nível de ensino e a quantidade de alunos sob responsabilidade da Prefeitura de São Paulo<sup>9</sup>, em 2006:

**Tabela 2**  
**Turmas e alunos sob responsabilidade da PMSP**

<b>Tipo de Atendimento</b>	<b>Turmas</b>	<b>Alunos</b>
Infantil Creche 0 a 3	5.847	60.511
Infantil Pré 4 a 6	11.196	332.004
<b>Total Ed. Infantil</b>	<b>17.043</b>	<b>392.515</b>
Fund. I (1ª a 4ª)	8.321	289.071
Fund. II (5ª a 8ª)	7.411	260.646
EJA I (1ª a 4ª)	847	30.190
EJA II (5ª a 8ª)	2.779	107.089
<b>Total Ens. Fundamental</b>	<b>19.358</b>	<b>686.996</b>
Ensino Médio	89	3.008
Normal	7	257
Ed. Profis. Técnico	23	711
<b>Total Geral</b>	<b>36.520</b>	<b>1.083.487</b>

Fonte: [www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/junho/2007](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/junho/2007)

Como se pode observar, a Prefeitura de São Paulo tem sob sua responsabilidade mais de um milhão de alunos. No Ensino Fundamental II, nosso objeto de estudo, somando-se o ensino regular mais o EJA II era, na época, mais de 367.735 alunos. Para tanto é necessário um corpo docente e uma equipe técnica significativa. Na tabela 3 pode-se conferir o número de professores por área de atuação, demais profissionais efetivos e contratados<sup>10</sup>:

<sup>9</sup> Estes dados foram extraídos do *site* da Prefeitura ([www.educacao.prefeitura.sp.gov.br](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br)) em junho de 2007, mas são referentes a março de 2006. Não havia dados mais recentes disponibilizados no *site*, portanto devemos considerar que estes números sofreram alterações.

<sup>10</sup> Estes números foram extraídos no mesmo site, o período considerado é o mesmo, março de 2006.

**Tabela 3**  
**Funcionários da Secretaria Municipal da Educação, efetivos e contratados**

<b>Funcionários 2006</b>	<b>Efetivos</b>	<b>Não Efetivos</b>	<b>Total</b>
Ag. Escolar	8.303	86	8.389
Ag. Apoio	4.034	106	4.140
Administrativos	3.413	943	4.356
Prof. Ed. Infantil	18.559	597	19.156
Prof. Fund I	12.681	1.219	13.900
<b>Prof. Fund II</b>	<b>14.162</b>	<b>771</b>	<b>14.933</b>
Prof. Ensino Médio	94	27	121
Aux. Des.. Infantil	996	342	1.338
Diretor	1.001	184	1.185
Coord. Pedagógico	1.429	358	1.787
Assist. Diretor	0	903	903
Outros	612	632	1.244
<b>Total</b>	<b>65.284</b>	<b>6.168</b>	<b>71.452</b>

Fonte: [www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/) último acesso junho de 2007

O número de funcionários da rede já era bastante expressivo e é provável que tenha aumentado significativamente com as recentes contratações. O número de professores de ensino fundamental II era de 14.933, sendo que deste número, aproximadamente, 5% era formado por professores contratados. A partir dos dados apresentados percebe-se que a rede municipal de São Paulo, apesar de grande, é uma rede em expansão, com um grande número de matrículas, sobretudo nas áreas mais periféricas da cidade.

## **1.2 Carreira do magistério público municipal de São Paulo**

O primeiro estatuto dos professores da rede municipal foi criado em 1992, com a Lei de nº 11.229 (SÃO PAULO, 1992), na gestão da prefeita Luiza Erundina e do secretário da educação, Paulo Freire. Segundo o estudo de Cordova (1997), muitas transformações ocorreram nesse período na área da educação pública do município, sendo o Estatuto do Magistério uma delas. Levou meses para ser elaborado, contando com a

participação de representantes dos professores, além do sindicato. Estabeleceu, em seu texto, os princípios norteadores da educação, os direitos e deveres dos professores, os planos de carreira, a criação de novas jornadas de trabalho, que possibilitavam que o professor, além de ministrar aulas, tivesse um tempo adicional e remunerado para a execução de atividades pedagógicas; e a configuração da carreira do magistério. Esse estatuto foi alterado depois pelas leis nº 11.434 (SÃO PAULO, 1993), nº 12.396 (SÃO PAULO, 1997) e pela atual lei nº 14.660 (SÃO PAULO, 2007) que reconfiguraram toda a carreira.

Entre as alterações mais significativas está àquela referente às jornadas de trabalho do professor, como podemos observar no quadro 2

## Quadro 2

### Mudanças nas jornadas de trabalho do professor

Jornadas de trabalho		
Lei 11.229/1992	Lei 11.434/1993	Lei 14.660/2007
JTP (Jornada de Tempo Parcial): correspondente à prestação de 20 horas semanais	JB (Jornada Básica): correspondente a 18 horas/aula e 2 horas atividade/ semanais	_____
JTI (Jornada de Tempo Integral): correspondente à prestação de 30 horas semanais, das quais 2/3 com atividades docentes e 1/3 com atividades extraclasse.	JEA (Jornada Especial Ampliada): correspondente a 25 horas aula e 5 horas atividade/ semanais	JBD (Jornada Básica do Docente): correspondente a 25 horas aula e 5 horas/ atividade semanais.
RTC (Regime de Tempo Completo): correspondente à prestação de 40 horas semanais	JEI (Jornada Especial Integral): correspondente a 25 horas/aula e 15 horas adicionais	JEIF (Jornada Especial Integral de Formação): correspondente a 25 horas aula e 15 horas adicionais de formação.

Com a lei atual deixa de existir, portanto, a Jornada Básica, de 20 horas. Apenas os professores que já estavam na rede é que poderiam fazer uma solicitação de permanecer nessa jornada, entretanto estariam impossibilitados de solicitar a participação nas novas jornadas de trabalho. Com a extinção do cargo de professor adjunto, houve alteração também na configuração da carreira do magistério. Essas alterações podem ser vistas no quadro 3. Antes, os professores estavam enquadrados no nível 1 e os titulares no nível 2. Com a extinção do cargo de adjunto, todos passaram a ser nomeados professores de Ensino



Fundamental e Médio, ocupando a mesma classe, continuando a existir a separação entre a classe dos docentes e dos gestores.

**Quadro 3**  
**Mudanças na Carreira do Magistério Público Municipal**

Carreira do Magistério Público Municipal		
Lei 11.229/1992	Lei 11.434/1993	Lei 14.660/2007
Nível I: Professor adjunto (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio)	Nível I: Professor adjunto (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio)	_____
Nível II: Professor Titular (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio)	Nível II: Professor Titular (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio)	I - Classe dos docentes: a) professor de educação infantil; b) professor de educação infantil e ensino fundamental I; c) professor de ensino fundamental II e médio;
Nível III (Diretor, Coordenador Pedagógico e Supervisor Escolar)	Nível III (Diretor, Coordenador Pedagógico e Supervisor Escolar)	II - classe dos gestores educacionais: a) coordenador pedagógico; b) diretor de escola; c) supervisor escolar.

#### **a) Plano de Carreira**

A rede municipal de São Paulo é conhecida entre os professores por possuir um plano de carreira melhor que de outras redes públicas de ensino. Para a evolução funcional contam o tempo de efetivo exercício na carreira e os títulos: certificado de valoração profissional, cursos de graduação, pós-graduação, especialização, e os promovidos, reconhecidos ou patrocinados pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação.

Com a evolução funcional, alteram-se significativamente os padrões de vencimento. Podemos observar no anexo 4, como se dá essa progressão. É composta por números, que fazem referência ao tempo de trabalho, e por letras, que fazem referência aos títulos apresentados. As jornadas dos docentes são a Jornada Básica (JB), a Jornada Básica do Docente (JBD) e a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF). Assim, para o docente, a evolução máxima corresponderia a 21-E. A primeira evolução funcional só ocorre ao final do período probatório (primeiros três anos após o ingresso). A partir de uma política de

bonificações (que não contam para a aposentadoria) ao salário são incorporadas gratificações, que são: Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE), com valor fixado anualmente e correspondente à jornada de trabalho; gratificação por local de trabalho, para escolas com histórico de dificuldade de lotação de profissionais e baixo índice de desenvolvimento humano; e gratificação por serviço noturno, com acréscimo de 30% para aqueles que trabalham das 19h às 23 horas.

### **b) O cargo de professor adjunto**

Apesar de extinto, é necessário ater-se ao histórico do cargo de professor adjunto, já que um dos objetivos da pesquisa era também verificar as diferenças entre os dois cargos. Até o final de 2007 esse cargo ainda existia, mas mesmo após a sua extinção permaneceram, ao menos em 2008, diferenças para os titulares antigos e os “titularizados”.

O cargo de professor adjunto foi criado pela já referida Lei n. 11.229 (SÃO PAULO, 1992). O objetivo, expresso na lei, era encerrar com os contratos temporários, dando estabilidade a esses funcionários que ao final do contrato não possuíam garantia alguma. Como vimos na tabela 3 isso não se transformou em uma realidade, pois a figura do professor contratado continuou existindo, até mesmo para atender à necessidade da rede, visto que entre a elaboração do concurso, homologação, chamada, posse e entrada em exercício, existe um longo tempo.

O professor adjunto, após aprovação em concurso público, tornava-se um professor efetivo, porém não era titular de cargo, sua função era substituir o professor titular. O seu vínculo direto não era com a escola, mas com a Diretoria de Ensino<sup>11</sup> escolhida por ele no momento de sua efetivação ou remoção. Seu caráter era ambíguo: ora deveria atuar e responder como um professor titular de cargo e no momento seguinte poderia perder as aulas e atuar como professor substituto.

O professor adjunto participava do processo de atribuição de aulas na Diretoria de Ensino, após a escolha dos professores titulares na sua escola sede. As aulas que não tivessem sido atribuídas na escola, ou as aulas de professores afastados (licença-médica, licença para tratar de interesses pessoais, afastamento para ocupar outros cargos), eram

---

<sup>11</sup> Relembrando que até 2007 a nomenclatura utilizada era Coordenadoria de Ensino.

escolhidas pelos adjuntos a partir da sua classificação na Diretoria. A escolha de aulas era obrigatória, mesmo que elas estivessem em mais de uma escola. Os professores que não conseguissem aulas escolhiam uma das escolas da Diretoria, onde deveriam ficar como professores substitutos, no lugar de professores de qualquer disciplina, que faltassem. Pela característica de um cargo em substituição, esse professor não tinha garantias de permanência na mesma escola ao longo do ano letivo, podendo mudar inúmeras vezes. Por exemplo, se as aulas dele fossem de um professor titular afastado para ocupar um cargo técnico e o mesmo voltasse para a sala de aula, o adjunto deveria deixá-las e participar de nova atribuição na Diretoria.

Embora não seja objeto de seu estudo, esta realidade é retratada na pesquisa já citada de Santos (2006). Ao investigar as faltas dos professores na rede municipal consultando os prontuários de professores de cinco escolas, entre os anos de 2004 e 2005, a autora identifica que o número bruto de faltas era altíssimo (mas cruza os dados com outros fatores importantes) e analisa as estratégias utilizadas pela escola para suprir as faltas desses professores, concluindo que essas aulas vagas eram supridas, mas com prejuízo para a continuidade do processo de aprendizagem dos alunos. Como a substituição era feita por professores adjuntos, a autora acaba também descrevendo a hierarquia na carreira, dentro do magistério municipal:

Essa hierarquia, contida na carreira do magistério municipal paulistano e estabelecida pelo Estatuto do Magistério Público, apresenta diferentes denominações para os professores, denominações essas que se tornam determinantes, principalmente nos momentos de atribuição de aulas, ocasionando, por consequência, variações na tabela de vencimentos. (SANTOS, 2006, p. 29-30)

Essa hierarquia parece qualificar os sujeitos, estabelecer disputas entre eles, criando *status* diferenciados entre os profissionais. Traçar o perfil desse profissional permitiu, nesta pesquisa, revelar o espaço ocupado por ele dentro do campo educacional e qual a análise que o mesmo faz a partir de sua condição. Observou-se que apesar de aprovado em concurso público, o professor adjunto era, muitas vezes, colocado em um nível

hierarquicamente inferior, que acarretava relações distintas da do professor titular com a equipe técnica das escolas, que possuíam práticas já institucionalizadas.

Cabe aqui mencionar o que os próprios professores que vivenciaram a condição de adjunto responderam à pergunta: “Segundo a sua experiência, o tratamento dado aos professores adjuntos, titulares e contratados na escola era o mesmo?”

*QT3 - 01 – “Não, os titulares tem maior credibilidade e força nas decisões políticas da escola.”*

*QT1- 01 – “Não. Quase sempre os adjuntos estão por fora do que ocorre na escola por não participarem dos horários coletivos e os titulares sempre têm prioridade quando é para decidir quem vai participar de cursos de aperfeiçoamento. Em um caso lembro que, durante a escolha de delegados para o congresso do sindicato, uma professora titular insinuou que os professores titulares deveriam ter prioridade”.*

*QT1- 02 – “Não. Falta entendimento do papel/função do adjunto, inclusive pelo próprio”.*

*QT2- 02 – “Não. Os professores titulares têm prioridade na escolha, na realização dos horários, etc, porque fazem parte da escola há bastante tempo, já o adjunto pode mudar a qualquer momento”.*

*QA2- 02 – “Não. O professor adjunto, até então não mantinha vínculos com a escola. Já estive em uma escola em que a secretária pegava no pé de quem não fosse titular, mas isto não é comum. No Estado, a discriminação aos professores contratados é bem maior.”*

*QA1- 07 – “Não. Os adjuntos não têm uma ligação tão forte com a escola, portanto o tratamento é diferente, tanto para o bem quanto para o mal”.*

*QA3- 02 – “Não. Somos vistos como substitutos que podem sair a qualquer hora da escola”.*

*QA1-10 – “Depende da escola. Já trabalhei em uma com maioria de adjuntos, novos e antigos. Nesse caso, todos eram iguais”.*

Essas citações ratificam aquilo que já foi mencionado. Essa diferenciação ficou bastante evidenciada neste ano de 2008 quando, a partir da lei nº 14.660 (SÃO PAULO,2007), o cargo de adjunto foi extinto. Os professores passaram pelo mesmo processo de atribuição descrito acima, no início do ano, e foram acomodados nessas escolas, com vagas precárias, ou seja, entrariam no processo de remoção ao final do ano letivo. Muitos professores que prestaram o concurso de 2007, para vaga de professor titular, foram chamados para escolha e entraram em exercício em 2008. Ao contrário de anos anteriores, a maior parte não escolheu lotação definitiva, mas vagas precárias, tendo que

participar, também, do processo de remoção ao final do ano. Ao chegar à escola não havia aulas livres para muitos desses professores que tiveram que assumir o que foi chamado de “módulo”, atuando como professores substitutos; ou tiveram algumas aulas atribuídas e nas demais atuavam em complementação de jornada (CJ), também substituindo aulas, tendo assegurado o pagamento da sua jornada, JBD. Como se percebe, a situação para esses professores também ficou confusa, pois, tendo prestado o concurso para professor titular assumiram na mesma condição do ex-adjunto.

Para regulamentar essa situação, portarias foram feitas no segundo semestre pela Prefeitura de São Paulo, explicando como se daria o processo de remoção de escolas e atribuição de aulas. O Edital de remoção publicado em setembro (SÃO PAULO, 2008a) previa a inscrição dos professores que eram titulares antigos, ou seja, com exercício até 2007. Os professores ingressantes do concurso e os ex-adjuntos entrariam em um concurso de remoção posterior, os ingressantes escolheriam na frente.

Tal situação provocou, no interior das escolas, uma grande discussão entre titulares antigos, ingressantes e ex-adjuntos. O sindicato se manifestou de forma ambígua, não se posicionando claramente perante os acontecimentos, já que entre os sindicalizados encontram-se representadas todas as categorias de professores. O processo final de remoção só acabou em dezembro de 2008, às vésperas da escolha na escola sede, que na prefeitura de São Paulo, ocorre sempre em dezembro, próximo ao último dia letivo. Entretanto, o problema não foi resolvido, pois a portaria de atribuição divulgada previa a escolha dos professores a partir da sua pontuação no magistério municipal. Muitos professores ex-adjuntos, com maior pontuação, poderiam escolher na frente dos titulares. Na véspera da atribuição, a portaria nº 4.848 (SÃO PAULO, 2008b) foi divulgada alterando o processo de escolha. Haveria uma “escala própria” para os ocupantes do antigo cargo de titular e ingressantes e outra para os ex-adjuntos; os titulares escolheriam na frente. Aqueles que viveram esses momentos na escola puderam observar que professores e gestores reagiram a isso de maneiras diversas: criticando as políticas que alteram a configuração da carreira sem consultar as bases; agradecendo por haver sido beneficiado pela nova lei; ou culpabilizando, irracionalmente, o professor, adjunto, ou titular, que lhe “tiraria” determinado direito.

Portanto, fica claro que essas inconstâncias legais criam situações de divisão do corpo docente, pois muitos professores não conseguem, ou não têm condições suficientes para enxergar-se dentro de uma categoria mais ampla, defendendo apenas interesses do cargo x ou y. A insensibilidade (ou estratégia) da hierarquia imediatamente superior em relação à dinâmica dessas relações acaba provocando desestabilização. A regulamentação da atividade por leis, decretos e portarias atende a um sistema racional, que tem por base o direito, tentando eliminar a concessão de favores e regalias que são características do sistema patrimonialista, como postula Weber

A redução do cargo moderno a regras está profundamente arraigada à sua própria natureza. A teoria da moderna administração pública, por exemplo, sustenta que a autoridade para ordenar certos assuntos através de decretos – legalmente atribuída às autoridades públicas – não dá à repartição o direito de regular o assunto através de normas expelidas em cada caso, mas tão-somente para regulamentar a matéria abstratamente. Isso contrasta de forma extrema com a regulamentação de todas as relações através dos privilégios individuais e concessão de favores, que domina de forma absoluta no patrimonialismo, pelo menos na medida em que essas relações não são fixadas pela tradição sagrada. (WEBER, 2002, p. 140)

Entretanto, cabe observar que dentro de um sistema racional também é necessário um planejamento em longo prazo e não medidas que reconfigurem a cada instante uma estrutura instituída, já que a divulgação dessas portarias e decretos, de forma freqüente, alterando decisões anteriores, acaba reforçando a incredulidade nas instituições o que, decerto, não é o objetivo da burocracia moderna, que deveria agilizar e não tornar morosos esses processos. Nesse sentido, a visibilidade política parece pesar mais do que a racionalidade.

### **1.3 Os Concursos para professor adjunto (2004) e professor titular (2007)**

Como apontam os trabalhos anteriores referentes aos concursos públicos, a preocupação na seleção de professores já existia desde o período colonial, mas não havia uma regulamentação específica. Para o serviço público em geral, é a partir da Constituição de 1934 que se estabelece a admissão de funcionários públicos pela forma de concursos de

provas. Não é objetivo aqui fazer uma retrospectiva dos concursos públicos no Brasil, visto que trabalhos anteriores já o fazem com qualidade (GOMES, 1998; COSTA, 1999; MASCULO, 2002; FERREIRA, 2006).

Na apresentação inicial do trabalho foi enunciado que esses dois concursos interessaram por motivos específicos não estudados: distintas gestões políticas, cargos e elaboração dos exames. Assim que analisaremos os editais dos dois concursos buscando apreender as semelhanças e diferenças na estrutura, na bibliografia exigida e na concepção de escola e professor.

#### **a) A estrutura dos exames**

Como enuncia Weber (2002), dentro da burocracia que caracteriza a sociedade moderna, ocupar um cargo significa ter uma profissão e os exames especiais são pré-requisitos para a admissão, assim como um posterior treinamento também se faz necessário. Dentro dessa lógica a realização de um exame não é uma tarefa simples. É necessário que estejam expressas as obrigações que o futuro profissional deverá atender, assim como as atividades que desempenhará e o capital cultural (BOURDIEU, 1998) que dele se espera. Existem instituições especializadas em concursos de todo o tipo: para ingresso em cargos públicos e de empresas privadas; para admissão em vestibular, etc. A Fundação Carlos Chagas é uma delas; criada na década de 1960, é hoje uma das maiores do ramo no Brasil.

Os dois concursos estudados foram realizados por essa instituição, encarregada de todos os últimos concursos para a Prefeitura do Município de São Paulo. O concurso de 2004 se destinava ao ingresso para provimentos de cargos vagos para professor adjunto de educação infantil e para professor adjunto de ensino fundamental II. O Concurso de 2007 se destinava ao provimento de cargos vagos para professor titular de educação infantil, professor titular de ensino fundamental I, professor titular de ensino fundamental II, de ensino médio e para coordenador pedagógico. Os Concursos de 2007 possuíam editais diferenciados de ingresso (professores que desejassem ingressar na rede), e de acesso (professores adjuntos que decidissem realizar a prova para titular, ou professores que

desejassem realizar a prova para coordenador pedagógico). Ambos apresentavam uma vasta indicação bibliográfica tanto pedagógica, quanto para a disciplina específica.

Os candidatos aprovados ocupariam os cargos vagos já existentes, mais os que vagassem ou fossem criados durante o seu prazo de validade, sendo 5% (cinco por cento) do total de cargos vagos reservado a pessoas portadoras de deficiência física e/ou sensorial.

Na tabela 4 podem ser conferidos os números de vagas criadas para o cargo de Professor Adjunto de Ensino Fundamental II (2004) e para o de Professor Titular de Ensino Fundamental II e Médio (2007), em cada disciplina (incluindo as vagas específicas destinadas a portadores de deficiências):

**Tabela 4**  
**Vagas para Professor Adjunto/ de Ensino Fundamental II da PMSP**

Professor Adjunto de Ensino Fundamental II – Disciplinas	Vagas		Vagas Específicas	
	2004	2007	2004	2007
Arte	105	27	06	01
Ciências	180	61	09	03
Geografia	217	70	11	04
História	44	26	03	01
Inglês	58	09	03	01
Língua Portuguesa	200	106	10	06
Matemática	125	44	07	02
Ed. Física	-	32	-	02

Fonte: [www.educacao.prefeitura.sp.gov.br](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br), último acesso: agosto de 2008

Os candidatos aprovados estariam, inicialmente, após a entrada em exercício, sujeitos à prestação da Jornada Básica correspondente a 18 horas-aula e duas horas/atividade semanais, perfazendo 120 horas-aula mensais.<sup>12</sup> Os candidatos tinham que apresentar as seguintes condições para a inscrição: ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português; ter até a data do encerramento das inscrições idade mínima de 18 anos; ter o pré-requisito para o cargo/disciplina para o qual estivesse se candidatando, até a data

<sup>12</sup> Como apresentado no capítulo anterior, a partir de 2008 essa jornada deixou de existir, e os professores que ingressaram em 2008 deveriam assumir na jornada JBD.



do ato da posse; encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos. As inscrições poderiam ser feitas via banco, ou internet.

As provas foram realizadas em São Paulo, capital, em um domingo. A data, os horários e os locais de realização das provas foram divulgados no Diário Oficial da Cidade e por meio de cartões informativos enviados pelo correio aos candidatos. O candidato deveria apresentar, no momento de realização do exame a Carteira de Identidade ou outra carteira de identificação válida em todo o território nacional. No momento de realização do exame era feita uma autenticação digital nas folhas de respostas, para garantir a autenticidade da mesma.

A Fundação Carlos Chagas, segundo pronunciamento através do Edital, não forneceu exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público e privado, mesmo após o encerramento do concurso, segundo ela *“por razões de ordem técnica, de segurança e direitos autorais adquiridos”*. Na pesquisa de Costa (1999), ao analisar também os concursos da Prefeitura de São Paulo, realizados pela Fundação, o autor estabelece uma crítica pertinente sobre o não acesso às provas após o encerramento do concurso *“não entregar os cadernos das provas após a realização do pleito é um desrespeito ao cidadão e, em particular, aos candidatos. Em outras palavras, é privatizar e privar o que deveria ser público, em detrimento do próprio público e da comunidade científica.”* (COSTA, 1999, p.38). Se o pesquisador, e a opinião pública foram ouvidos, ou não, o certo é que as questões das provas objetivas e as respostas consideradas como certas foram divulgadas por meio do endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas, assim como, na prova de 2007, divulgaram-se também os critérios de correção da prova dissertativa e o candidato tinha acesso, por meio eletrônico, a verificação da correção de sua prova.

O exame realizado em 2004 constou de duas provas objetivas, de múltipla escolha, eliminatórias e classificatórias, de conhecimentos gerais (30 questões) e de conhecimentos específicos (40 questões). O de 2007 também utilizou questões objetivas, mas acrescentou as questões dissertativas (quatro), de caráter eliminatório e classificatório. Aqui, como em quase todos os concursos, a parte pedagógica tem um peso menor do que a de

conhecimentos específicos, o que demonstra uma concepção de “*característica acessória da competência pedagógica*” (CHAPOULIE, 1979).

Em relação à avaliação das provas, na parte objetiva, cada prova foi avaliada na escala de zero a cem. A nota da prova de cada candidato resultou da diferença entre o seu escore bruto (número de acertos que obteve na prova) e a média do grupo, dividida pelo desvio padrão de distribuição, multiplicada por dez e acrescida de 50, com o objetivo de avaliar o desempenho do candidato em relação aos outros. Foi considerado aprovado nas provas objetivas o candidato que obteve nota igual ou superior a 50 em cada uma das provas. O mesmo critério foi utilizado no exame de 2007, acrescentando-se critérios para a correção da prova dissertativa. Somente foram corrigidas as provas dissertativas dos candidatos aprovados nas objetivas. Cada prova dissertativa foi avaliada na escala de zero a cem, utilizando-se o escore bruto. Foi considerado aprovado na prova dissertativa o candidato que obteve nota igual ou superior a 60. O total de pontos de cada candidato foi igual à soma das notas obtidas na prova objetiva e dissertativa.

Para os candidatos aprovados foi publicada uma listagem com a classificação provisória, e os professores foram orientados a enviar os títulos para a Fundação Carlos Chagas, para que então fosse publicada a lista definitiva. A pontuação máxima para os títulos era de dez pontos. Os títulos válidos eram: doutorado (quatro pontos) e mestrado (três pontos), relacionados à área da Educação; licenciatura plena em Pedagogia ou em área/disciplina relacionada com o currículo do Ensino Fundamental e Médio (dois pontos), estes dois itens juntos não poderiam ultrapassar seis pontos; tempo de serviço na administração direta da PMSP em cargos e/ou funções do magistério (0,10/mês); tempo de serviço em estabelecimentos federais, estaduais, municipais ou particulares devidamente autorizados em cargos e/ou funções do magistério, não podendo ser concomitante com o item anterior (0,10/mês), os dois últimos itens juntos não poderiam ultrapassar quatro pontos. Os diplomas dos cursos deveriam estar devidamente registrados e o tempo de serviço deveria ser atestado por um formulário específico, feito pela escola, assinado pela dirigente de ensino e com firma reconhecida. Com exceção dos professores da prefeitura, ou antigos funcionários, cujo tempo de serviço seria automaticamente computado por sistema informatizado. Para o concurso de 2007, os critérios utilizados foram os mesmos,

com exceção da licenciatura, que não foi computada, portanto o valor máximo da pontuação foi de oito e não dez pontos.

A contagem do tempo é uma questão que não pode passar despercebida, pois faz uma diferença significativa na classificação final. No concurso analisado por Ferreira (2006), por exemplo, não se contou o tempo de magistério, permitindo um ingresso muito maior de professores recém-formados. Os professores mais antigos sentiram-se desprestigiados, visto que imaginavam que o seu tempo de trabalho serviria como capital para o momento da efetivação.

Nos concursos analisados, a nota final do candidato foi igual ao total de pontos obtido nas notas das provas, somados os pontos dos títulos entregues. Havendo nota igual entre os candidatos, os critérios de desempate utilizados foram: a maior nota na prova de conhecimentos gerais, a maior nota na prova de conhecimentos específicos, ser brasileiro, ter mais idade. Todas as informações foram publicadas no Diário Oficial da Cidade.

Os recursos referentes ao concurso foram feitos com os seguintes prazos: inscrições, até dois dias úteis após a publicação; realização das provas, até um dia útil a contar do dia seguinte ao da data de sua realização; dos gabaritos e das notas das provas, dois dias úteis a contar do dia seguinte das publicações; dos pontos atribuídos aos títulos e da classificação prévia, dois dias após a publicação; em local previamente indicado no Edital. No caso do concurso de 2007, como já mencionado, a correção da prova dissertativa e os critérios utilizados foram publicados no *site* da Fundação Carlos Chagas para todos os candidatos aprovados na avaliação objetiva, tendo os candidatos um prazo de dois dias após a publicação para a entrega do recurso, caso não estivessem de acordo com a nota obtida. O prazo de validade do concurso é de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Após a divulgação da classificação definitiva, os concursos foram homologados pela Prefeitura, com publicação no Diário Oficial, e os candidatos começaram a ser chamados para a escolha. Em relação ao concurso de 2004 a primeira escolha ocorreu em 2005, e no concurso de 2007, a primeira escolha ocorreu em 2008. A escolha na Prefeitura de São Paulo pode ocorrer a qualquer momento do ano, por isso o candidato tem que

acompanhar as publicações do Diário Oficial cotidianamente<sup>13</sup>. É enviada para a casa do candidato a data de sua escolha e o setor técnico de posse telefona, ainda assim, como as chamadas são freqüentes é comum encontrar candidatos que perderam a data.

Após a escolha no CONAE, o professor recebe uma guia de laudo médico para fazer o exame admissional que indicará se está apto para a entrada em exercício. Depois do exame médico e a publicação da escolha no Diário Oficial, o candidato tem um prazo de 15 dias para tomar posse e depois um prazo de mais 15 dias para entrar em exercício. O problema é que, como as chamadas na Prefeitura acontecem em vários momentos do ano, muitas vezes os candidatos têm que tentar adequar as atividades que estão desenvolvendo para poder ingressar. Sem contar que normalmente, como vimos no capítulo anterior, as vagas para os ingressantes estão, em sua maioria, em regiões periféricas da cidade e alguns têm que fazer um amplo deslocamento para chegar à escola (às vezes até mais de duas horas). Este também é outro fator que faz com que alguns candidatos não assumam.

No ato da posse, na Diretoria de Ensino, o candidato deve entregar os documentos que comprovem os pré-requisitos para o cargo, mais o laudo médico indicando as condições físicas necessárias para assumir o cargo. O candidato também deve indicar se acumula cargos em outras esferas públicas, entregando o seu horário até cinco dias após a entrada em exercício, para que o seu acúmulo seja analisado e julgado legal.

Podemos observar que, do ponto de vista burocrático racional, a instituição que realiza os exames é extremamente estruturada, pois entre os 32 professores, 22 consideraram o concurso organizado e 21 consideraram que a bibliografia indicada correspondia às perguntas da prova objetiva. Todavia, as críticas dos professores recaem sobre o tipo de exame, pois para 23 deles um concurso com provas objetivas não seleciona o melhor candidato: *“avalia apenas a teoria e não a prática; “exige apenas leitura específica e memorização”; “muitas vezes a sorte ajuda”*. Já a utilização de perguntas objetivas e dissertativas foi aceita por 19 professores: *“sai da memorização e exige argumentos; “revela mais o candidato”; “aumenta a seleção”*. Entretanto, os professores consideraram que, ainda assim, essas estratégias não são suficientes: *“seria necessário fazer uma entrevista”; “essas provas não são bem corrigidas; “seria preciso cruzar*

---

<sup>13</sup> Como explicitado na Lei n. 12. 936/97

*formação, experiência e apresentação da proposta pedagógica”; “ainda não revela o perfil do candidato”.*

Fica claro que a realização de um concurso não é tarefa simples e que a escolha da instituição de realização do concurso não é uma banalidade. Selecionando um grande número de professores que têm direito, após o período probatório, à estabilidade na carreira, os concursos em geral deveriam ser levados mais a sério. Ainda que essa forma atenda a uma escala industrial de seleção, está muito longe de ser ideal, principalmente quando se compara com as exigências feitas ao profissional que vai ingressar e as expectativas que se depositam no mesmo. Na realidade apresentada por Ferreira (2006), ao retratar o concurso realizado pelo Instituto Tecnológico de Seleção Pública (INTESP), contratado pelo governo do Estado de São Paulo, em 2003, para organizar um dos maiores concursos já feitos, os professores que responderam ao seu questionário reclamavam, de uma maneira geral, da incompetência e da falta de estrutura do mesmo

A pouca experiência do INTESP ficou evidente com a ocorrência de diversos problemas, relatados pela imprensa, pelos professores e pelos sindicatos. Problemas de natureza diversa, como: professores inscritos cujos nomes não constavam na lista do local da prova, despreparo dos aplicadores, trocas de provas, quebra de sigilo, fechamento de portões antes do horário. Posteriormente, a qualidade da prova foi questionada, pois muitas questões foram anuladas (4 em História e 24 no total) e os critérios de correção da prova dissertativa não foram devidamente explicitados. Vários candidatos tiveram seus nomes omitidos ou apareceram com a pontuação zerada na primeira lista de classificação, de forma que muitos recursos foram impetrados contra o instituto. (FERREIRA, 2006, p. 25)

#### **b) O perfil do professor esperado pela administração**

Retomando os conceitos de Weber (2002) e Nóvoa (1998), lembra-se que a exigência do concurso para a efetivação dos professores é parte da organização racional necessária às instituições modernas para a profissionalização e especialização dos professores. Constituiu-se um corpo de saberes e atribuições que são apresentados como necessários a esse profissional

A partir do final do século XVIII não é permitido ensinar sem uma licença ou autorização do Estado, a qual é concedida na sequência de um exame que pode ser requerido pelos indivíduos que preencham um certo número de condições (habilitações, idade, comportamento moral, etc.) Este documento constitui um verdadeiro suporte legal ao exercício da actividade docente, na medida em que contribui para a delimitação do campo profissional do ensino e para a atribuição ao professorado do direito exclusivo de intervenção nesta área.

A criação desta licença (ou autorização) é um momento decisivo do processo de profissionalização da actividade docente, uma vez que facilita a definição de um perfil de competências técnicas, que servirá de base ao recrutamento dos professores e ao delinear de uma carreira docente. Este documento funciona, também, como uma espécie de “aval” do Estado aos grupos docentes, que adquirem por esta via uma legitimação oficial da sua actividade. As dinâmicas de afirmação profissional e de reconhecimento social dos professores apóiam-se fortemente na consistência deste título, que ilustra o apoio do Estado ao desenvolvimento da profissão docente (e vice-versa). (NÓVOA, 1999, p. 17)

Se as licenças e os exames são centrais no processo de profissionalização e dão aos professores o direito exclusivo de intervenção na área, eles também indicam o que é considerado pelo Estado como saber e prática legítima. A análise do temário e das atribuições específicas dos concursos permite identificar como essa tecnologia, por meio da qual o Estado atua, formata o profissional esperado. Também se identifica qual o capital cultural valorizado (BOURDIEU, 1998), seja no que se refere aos conhecimentos de que deve se apropriar e demonstrar nas provas, seja nas habilidades e competências que deve demonstrar incorporadas conforme atribuições específicas, embora estas não sejam cobradas do ponto de vista de seu desempenho prático; apenas para conhecimento daqueles que pleiteiam as vagas.

Para possibilitar a análise os editais dos concursos de 2004 e 2007 foram agrupados em quadros comparativos, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças. A escolha do professor de História não foi aleatória, mas deve-se ao fato de que seria impossível realizar, no período curto do mestrado, uma análise de todas as áreas. Optou-se, então, pela História por permitir algum tipo de comparação com o trabalho de Ferreira, que também analisou professores dessa área, além do fato de eu ser professora de História e ter uma maior familiaridade com a área. Na análise dos temários dos exames de 2004 e 2007, apesar das inúmeras semelhanças, percebe-se que algumas expressões características de ambos os governos emergem.

**Quadro 4**  
**Temário dos Exames**

Temário da prova	
2004	2007
<p><b>Gestão</b></p> <p>a) Descentralização e políticas públicas regionais articuladas;</p> <p>b) Dialogicidade, Participação e Autonomia entre os diferentes segmentos da Unidade Educacional na construção da Qualidade Social de Educação;</p> <p>c) Escola como <i>locus</i> da Ação Educativa. Espaço das Unidades Educacionais e</p> <p><b>Educação Inclusiva</b></p> <p>a) Diversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>~ Cultural;</li> <li>~ Étnico – racial;</li> <li>~ Gênero;</li> <li>~ Sexual.</li> </ul> <p>b) Necessidades Educacionais Especiais</p> <p><b>Currículo</b></p> <p>a) Identidade da Unidade Educacional;</p> <p>b) Comunidade Educativa;</p> <p>c) Estudo da Realidade Local, Organização do Conhecimento e Produção Cultural: as Unidades Educacionais e as diferenças;</p> <p>d) Projeto Político Pedagógico;</p> <p>e) Tempo/Espaço nas Unidades Educacionais;</p> <p>f) Leitura de Mundo, Letramento e Alfabetização;</p> <p>g) Organização da Escola em Ciclos;</p> <p>h) Avaliação e Registro;</p> <p>i) Especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos: cultura infantil, cultura do adolescente, do jovem e do adulto.</p> <p>j) Currículo como construção sócio-cultural e histórica.</p> <p><b>Formação</b></p> <p>a) Formação Permanente do educador;</p> <p>b) Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico – PPP;</p> <p>d) Processo de Globalização Política e Econômica.</p>	<p><b>Gestão Escolar para o sucesso do ensino e da aprendizagem</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A prática docente e a gestão escolar como fator de aperfeiçoamento do trabalho coletivo;</li> <li>- A escola como espaço de formação continuada e de aperfeiçoamento profissional;</li> <li>- O processo de avaliação do desenvolvimento e do desempenho escolar como instrumento de análise e de acompanhamento, intervenção e reorientação da ação pedagógica e dos avanços da aprendizagem dos alunos;</li> <li>- A Educação e as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação: Ensinar na era da Informação;</li> <li>- O cotidiano escolar: A construção de valores de uma vida cidadã que possibilita aprender e socializar saberes, desenvolver atitudes cooperativas, solidárias e responsáveis;</li> <li>- A ação coletiva e o diálogo com a comunidade educativa como fator de fortalecimento institucional para a promoção da cidadania;</li> <li>- O desenvolvimento curricular: Planejamento da ação didática e o Projeto Pedagógico;</li> <li>- A construção coletiva da proposta pedagógica da escola: demandas sociais, das características multiculturais e das expectativas dos alunos e dos pais, como fator de aperfeiçoamento da prática docente e da gestão escolar.</li> </ul> <p><b>Currículo e Programas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Saberes e práticas voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais;</li> <li>- Concepção sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem;</li> <li>- Organização dos conteúdos de aprendizagem</li> <li>- Finalidades da educação</li> <li>- A Escola o Currículo e a Diversidade</li> </ul> <p><b>Educação e Sociedade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedade, Educação e Culturas</li> <li>- Cidadania no mundo globalizado</li> </ul>

Como se pôde ser visto no quadro 4, no concurso de 2004 as palavras chaves são: descentralização, participação, autonomia, construção do projeto político pedagógico,

currículo como construção sócio-cultural e histórica. No de 2007 o foco está na sala de aula e no docente, as palavras-chave são: prática docente, formação continuada, avaliação do desempenho escolar, novas tecnologias, competências, proposta pedagógica da escola (é retirada a expressão “política”).

Apesar de a estrutura burocrática funcionar para além da administração política momentânea, vemos que, se a estrutura permanece, cada grupo tenta impor a sua ideologia mediante palavras utilizadas e autores que consideram essenciais. O temário de 2004 foi produzido dentro da gestão do PT partido que, apesar de todas as suas transformações, representa tradicionalmente a esquerda política brasileira. As palavras destacadas representam toda uma concepção teórica de organização, não apenas da escola, mas da sociedade. Assim como ocorre no temário de 2007, cuja produção foi feita dentro da gestão do DEM, partido representante dos setores ligados às políticas neoliberais, onde encontram um forte significado os conceitos de avaliação de desempenho, novas tecnologias e competências. É forte o poder simbólico que exercem as palavras apresentadas, observa-se uma tentativa dos especialistas, de ambos os lados, em instituir a sua ideologia como legítima. Bourdieu (2007) nos auxilia nessa análise

Os “sistemas simbólicos” distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados, pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autónomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer, do progresso da divisão do trabalho religioso, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes e que conduz, entre outras consequências, a que se desapossam os laicos dos instrumentos de produção simbólica.

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas. (BOURDIEU, 2007, p. 12-13)

Entretanto, se o poder simbólico é tão forte nas concepções apresentadas acima, percebemos que muitas das atribuições designadas ao professor são comuns a ambos os editais. Assim, para além das concepções ideológicas, considera-se função do professor:



planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional. As atribuições explicitadas no texto de 2004 são mais concisas, já no de 2007 aparecem bem diversificadas.

### Quadro 5

#### Síntese das atribuições específicas dos cargos

Síntese das atribuições específicas dos cargos	
2004	2007
<p>I. Planejar e ministrar aulas registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional.</p> <p>II. Acompanhar o aluno, desenvolvendo de forma compatível, as atividades inerentes às salas de aula, projetos pedagógicos e demais atividades, garantindo novas oportunidades de aprendizagem.</p> <p>III. Participar da elaboração e execução do Plano Escolar, bem como das demais atividades do processo educacional.</p> <p>IV. Garantir a articulação entre as experiências dos educandos e o conhecimento organizado, de formas integradas, abrangentes e transformadoras, através de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que avaliem de forma eficaz os diferentes momentos do processo ensino aprendizagem.</p>	<p><b>I-</b> Participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, bem como das demais atividades do processo educacional, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais do SMESP;</p> <p><b>II-</b> Planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;</p> <p><b>III-</b> Desenvolver, articuladamente com a Equipe Escolar e demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Unidade Educacional, tais como: sala de aula, Laboratório de Informática Educativa, Sala de Leitura, Sala de Apoio à Inclusão - SAAI -, ou naqueles identificados e localizados fora do espaço escolar;</p> <p><b>IV-</b> Articular as experiências dos educandos com o conhecimento organizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas;</p> <p><b>V-</b> Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo;</p> <p><b>VI-</b> Planejar e executar atividades de recuperação, reforço e compensação de ausências, de forma a garantir oportunidades de aprendizagem dos educandos;</p> <p><b>VII-</b> Participar das reuniões de avaliação de aproveitamento escolar;</p> <p><b>VIII-</b> Discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da Unidade Educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação dos educandos;</p> <p><b>IX-</b> Identificar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação e reforço;</p> <p><b>X-</b> Adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implementação da Educação Inclusiva;</p> <p><b>XI-</b> Manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;</p> <p><b>XII-</b> Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional.</p>

Pode-se observar, no quadro 5, que são inúmeras as atividades exigidas do professor, e isso também é uma característica da burocracia, pois Weber (2002) já apontava para a característica da especialização e preparo completo do funcionário, que deveria atender e concentrar sua energia no exercício da sua função. Contudo, ainda que as exigências do edital sejam extremamente pertinentes, nunca se resolvem outras questões que há tempos permeiam as discussões políticas sobre a profissão: baixos salários, duplas jornadas de trabalho, etc. Não se discute também se a configuração do espaço escolar, tal como está estruturada, permite que essas ações sejam realizadas. Se, como foi apresentado, nem todos os professores podem fazer JEIF (e por tanto não participam dos momentos coletivos de discussão) porque não tem o número de aulas necessário para isso, em qual momento eles vão discutir os problemas e as necessidades com os seus pares e com a coordenação? As políticas educacionais não podem ser pensadas a partir do ideal, mas devem levar em consideração a estrutura real para que as ações sejam efetivas.

Chapoulie (1979), ao discutir a seleção de professores no sistema de ensino francês, reitera essa questão de que muitas expressões, como democratização, inovação, competência, são utilizadas de forma recorrente sem que sejam problematizadas, sem que se discuta o que os diversos agentes (pais, professores, superiores) entendem por isso. O que seria, por exemplo, competência pedagógica para os pais, para os diretores e para os próprios professores?

### **c) A bibliografia exigida para o concurso**

Quanto à bibliografia exigida para o concurso não se observa grandes diferenças no que se refere a legislação, ambos utilizaram-se das mesmas leis federais e municipais (anexo 5). As principais leis utilizadas são: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de leis sobre: a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação de Jovens e Adultos, o Estatuto dos Funcionários Públicos e o Estatuto do Magistério.

As diferenças apontadas estão principalmente nas publicações institucionais municipais (anexo 6), já que tanto no concurso de 2004, quanto no concurso de 2007,

aparecem apenas as publicações produzidas pela gestão do momento. No concurso de 2007 é possível observar que aparecem referências aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que não ocorre no concurso anterior. Ambos foram idealizados e produzidos, pela esfera federal, na gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PSDB, ao qual o partido do atual prefeito, Gilberto Kassab, é coligado. Outra característica marcante é que na legislação municipal indicada para o concurso de 2004 aparece apenas a referência ao Estatuto do Magistério, de 1992, produzido na gestão da prefeita Luiza Erundina, do PT, partido ao qual pertencia a prefeita, na época, Marta Suplicy. Não aparecem referências às alterações posteriores da lei, que constam da indicação bibliográfica do concurso de 2007.

Em relação aos livros e artigos, da bibliografia geral (anexo 7), poucos são os livros e autores em comum, apenas quatro autores aparecem nas duas seleções: Paulo Freire, Luiz Carlos Freitas, Vera Candau e Jussara Hoffmann. Os dois primeiros aparecem com a mesma obra nos dois concursos, “*Pedagogia da Autonomia*” e “*Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*”, respectivamente. Já as duas autoras aparecem com obras diferentes, “*Reinventar a escola*” e “*Sociedade, Educação e Culturas*”, da primeira e “*Avaliar para promover: as setas do caminho*” e “*O jogo do contrário em avaliação*”, da segunda.

Outra coisa interessante de se observar é que, na bibliografia indicada para o concurso de 2007, aparecem autores que vêm sendo utilizados de forma recorrente nas indicações bibliográficas para exames do governo do Estado de São Paulo e que, inclusive, fizeram parte da equipe que elaborou a atual proposta curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo<sup>14</sup>: Lino de Macedo e Guiomar Namó de Mello.

Em relação à legislação específica para o professor de História (anexo 8), observa-se novamente o aparecimento dos PCN na indicação do concurso de 2007 e os cadernos de orientação didática, no mesmo concurso, produzido por aquela gestão.

---

<sup>14</sup> No site da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo ([www.educacao.sp.gov.br](http://www.educacao.sp.gov.br)), é possível conferir a bibliografia exigida para o concurso interno de coordenador pedagógico, além de consultar os vídeos e os textos da nova proposta curricular, onde os dois autores aparecem. É interessante notar que o partido governista é o PSDB, ao qual o DEM, partido do atual prefeito é coligado.

Com as comparações acima indicadas, observamos que a opção pelos autores e as terminologias utilizadas não são ingênuas, mas estratégias, mais ou menos conscientes, utilizadas pelos especialistas para legitimar as suas idéias. A escolha de publicações institucionais produzidos por sua gestão, a referência aos autores do mesmo círculo político, entre outros, apresentam uma busca pela conquista da autoridade específica. A citação de Bourdieu ajuda a clarificar ainda mais essas idéias

Destarte, pode-se postular que não há tomada de posição cultural que não seja passível de uma dupla leitura na medida em que se encontra situada ao mesmo tempo no campo propriamente cultural (por exemplo, científico ou artístico) e em um campo que se pode designar “político”, a título de estratégia consciente ou inconscientemente orientada em relação ao campo das posições aliadas ou inimigas.

(...) Uma pesquisa orientada por esta hipótese encontraria seus índices mais seguros mediante uma análise metódica das referências privilegiadas concebidas não como meros índices dos circuitos de trocas de informação (em particular, empréstimos manifestos ou dissimulados de palavras ou idéias) entre os produtores contemporâneos ou de épocas diferentes, mas também enquanto índices que delimitam o campo dos aliados e dos adversários privilegiados com que se defronta objetivamente cada categoria de produtores no interior do campo de batalha ideológica comum ao conjunto de um campo ou de um subcampo de produção. A construção do sistema de relações que cada uma das categorias de produtores mantém com poderes concorrentes, hostis, aliados ou neutros – os quais é preciso aniquilar, intimidar, conchavar, anexar ou coligar – supõe uma ruptura radical com os pressupostos implícitos que impedem a “citatologia” ir além das relações mais aparentes e, em especial, com a representação superlativamente ingênua da produção cultural quando apenas leva em conta as referências explícitas, ou seja, somente a face visível das referências realmente efetuadas, tanto para o produtor como para o público. (BOURDIEU, 2007, 168-170)

Seguindo a pista deixada pelo autor, podemos identificar como a citação recorrente consagra determinados autores tornando-os autoridades em determinados assuntos. Não que os trabalhos desses autores não sejam importantes, obviamente não é essa a discussão, mas, ao operar a preferência por um e não por outro é a esse que se confere a legitimidade. Está claro que em todo campo existe uma luta pela autoridade específica e no campo acadêmico não é diferente. Para as faculdades privadas de licenciatura, por exemplo, pouco preparadas para esse embate e cuja produção, quando há, não tem o mesmo reconhecimento, isso pesa ainda mais. Isso nos faz pensar que, ao preparar professores apenas para o exercício docente, muitas dessas faculdades tem como norte a preocupação em oferecer aquilo que

deles será exigido, não sendo exagerado supor que um livro que conste na lista de um concurso, seja também utilizado pelas disciplinas curriculares. Por exemplo, podemos verificar que entre os livros indicados para a bibliografia específica dos professores de História (anexo 9), existem autores que se repetem nos dois concursos, Perry Anderson (*Passagem da Antiguidade ao Feudalismo*), Circe Bittencourt (*Saber histórico na sala de aula*) e Eric Hobsbawn (*Era dos Extremos*). Estes são, coincidentemente, aqueles que aparecem também na citação dos professores aprovados no concurso, quando questionados sobre quais os autores, dentre os livros da bibliografia, que tinham lido na faculdade, como podemos observar na tabela 5<sup>15</sup>

**Tabela 5**  
**Livros indicados pela bibliografia que foram lidos na faculdade**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Eric Hobsbawn	03	-	01	02	02	01	<b>09</b>
Perry Anderson	03	01	01	02	02	-	<b>09</b>
Circe Bitencourt	01	-	-	03	02	-	<b>06</b>
Boris Fausto	-	-	-	01	02	01	<b>04</b>
Paulo Freire	01	01	-	01	-	01	<b>04</b>
Sérgio Buarque de Holanda	02	01	-	-	-	-	<b>03</b>
Marc Ferro	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>

No caso dos dois últimos autores, os professores também os consideram como leituras fundamentais para os professores de História, ainda que a maioria não lembre ou não tenha informado, recorda-se o fato de que a lista da bibliografia exigida não foi enviada junto com o questionário e o primeiro concurso, havia sido realizado, na época, há três anos, portanto, significa que esses autores estão marcados na memória desses leitores. Observe-se a tabela 6

**Tabela 6**  
**Autores indicados na bibliografia cujos livros os professores consideram os mais importantes na formação do professor de História**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Hobsbawn	01	01	01	03	03	-	<b>09</b>
Circe Bittencourt	-	-	-	02	01	-	<b>03</b>
Boris Fausto	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
Não lembro	02	02	01	-	-	-	<b>05</b>
Não informado	07	01	02	02	02	02	<b>16</b>

<sup>15</sup> Foram incluídos apenas os autores com um mínimo de três referências

Os professores defenderam as suas escolhas utilizando-se dos seguintes argumentos: sobre a *Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawn, “*narração precisa, análise profunda, trabalho com fontes diversas*”, “*devido às grandes transformações do século XX, retratadas*”, “*devido às suas pesquisas e publicações na área de História*”, “*um dos melhores livros de História contemporânea já escrito*”, “*por ser amplo, serve inclusive para o leitor leigo*”; quanto ao livro de Circe Bittencourt, *Saber Histórico na sala de aula* “*excelente manual, que auxilia no planejamento de aulas do professor*”.

#### d) Aprovação/Reprovação nos Concursos

Na tabela 7 pode-se observar a quantidade de professores inscritos, em todas as áreas, para o concurso de professor adjunto (2004) e titular (2007), e a quantidade de professores aprovados nos mesmos:

**Tabela 7**

**Vagas, Candidatos Inscritos e Aprovados nos concursos para Professor Adjunto (2004) e Professor Titular (2007) de Ensino Fundamental II da PMSP**

Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - Disciplinas	Inscritos		Aprovados		%	
	2004	2007	2004	2007	2004	2007
Arte	2.019	3.234	501	181	24,81	5,59
Ciências	4.116	5.279	937	172	22,76	3,25
Geografia	2.552	2.876	698	213	27,95	7,40
História	3.073	4.257	885	358	28,79	8,40
Inglês	3.114	1.859	845	122	27,13	6,56
Língua Portuguesa	8.865	13.033	2.390	1.020	26,95	7,82
Matemática	6.401	6.823	1.373	192	21,44	2,81
Educação Física	-	7.896	-	260	-	3,29

Fonte: [www.concursosfcc.org.br/](http://www.concursosfcc.org.br/) último acesso em abril de 2008

Como se pode observar, na tabela 7, no exame de seleção de professores adjuntos de 2004, que constava apenas de questões objetivas, nenhuma das disciplinas chegou a ter 30% dos professores inscritos aprovados. A disciplina com maior número de aprovados, em

relação ao número de inscritos, foi História (com 28,79%), e a disciplina com menor índice de aprovados foi Matemática (com 21,44%). Na seleção de professores titulares, que contava com questões dissertativas, a reprovação foi em massa. Novamente História é a disciplina com o maior número de aprovados (8,40%) e Matemática com o menor número (2,81%). Isto poderia apresentar um alto nível de exigência e/ou pouco preparo dos candidatos inscritos. Verifica-se também, como a utilização de questões dissertativas altera por completo o número de aprovações.

Apesar dessa forte seleção e do número pequeno de vagas disponibilizadas, como foi visualizado nas tabelas anteriores, no caso dos professores adjuntos, em apenas dois anos, houve um grande número de convocações para a posse. No caso de História, as vagas iniciais eram 44, e em menos de dois anos foram chamados aproximadamente 515 professores para o cargo adjunto. Para o cargo de professor titular, foram convocados em 2008 mais de 200 professores de História.

Encontramos relação com os três concursos analisados por Costa (1999), na Prefeitura de São Paulo, quando o autor identificou que era alto o número de candidatos que desistiam na convocação para a posse e para a entrada em exercício. Entre as possibilidades que o autor coloca estão: a distância entre a homologação e a chamada para a posse, visto que é necessário que surjam cargos vagos para tal; o fato de que muitos professores que já estão na rede, prestem o concurso apenas para efeito de pontuação, pois conta para a sua evolução funcional. Para o cargo de professor adjunto o autor acrescenta que as particularidades do cargo (atribuição e função) eram fatores que pesavam na decisão dos professores para a entrada em exercício. Sobre a desistência após a escolha o autor pondera que

As escolas localizadas na periferia da cidade de São Paulo também são preteridas por ocasião do concurso de remoção de professores. Além das rejeições mencionadas foi constatado que nessas escolas havia muitos cargos vagos na época da posse. Todavia, nas unidades escolares encontradas em bairros de classe média ou alta, o número de cargos vagos na época da posse era baixo.

Os motivos para o candidato não assumir as aulas após a posse podem estar vinculados, acredita-se, a incompatibilidade de horário (período) do novo trabalho, às condições socioeconômicas da comunidade em torno da escola, ao meio de transporte, ao índice de periculosidade no bairro onde se situa a unidade escolar e à distância entre o local de

trabalho e a residência do candidato. A desistência pode ser maior se estes fatores estiverem inter-relacionados. (COSTA, 1999, p. 72)

Essas hipóteses levantadas pelo autor parecem se confirmar com as respostas dadas pelos candidatos aprovados para o cargo de professor adjunto. Entre os 18 professores, dois não informaram, oito escolheram e entraram em exercício, e outros oito não haviam assumido. Entre estes, três não o fizeram porque no momento de resposta ao questionário ainda não tinham sido chamados (grupo A3) e os outros cinco não assumiram porque: “*já era diretor de escola*”, “*as escolas eram distantes*”, “*já era professor da rede*” e “*falha na divulgação da escolha*”. Além disso, o cargo de professor adjunto realmente apresentava as suas complicações, como já foi apresentado, tanto que dos oito candidatos que assumiram, cinco tinham se exonerado, encontrando-se, entre os motivos citados, manifestações de que “*os horários eram muito ruins*”, “*descontentamento*”.

A partir do que foi apresentado neste capítulo conseguimos compreender como funciona a estrutura da rede municipal de ensino de São Paulo, apresentando inúmeras inconstâncias legais que causam desestabilização na vida dos professores, apesar da segurança oferecida por um emprego público. Quem serão então, os professores que pretendem ingressar na carreira do magistério municipal?



## CAPÍTULO II

### OS PROFESSORES DE HISTÓRIA APROVADOS: PERFIS E EXPECTATIVAS

Neste capítulo apresentam-se os dados extraídos dos questionários respondidos pelos 32 professores de História aprovados no concurso para professor adjunto/titular. Conforme explicitado nos procedimentos de pesquisa, a partir dos dados da pesquisa de Ferreira (2006), que distribuiu questionários a 2.225 professores de História ingressantes na rede estadual paulista com o concurso público realizado em 2003, e detectou diferenças marcantes entre os professores a partir da ordem de sua classificação no mesmo, decidiu-se adotar a mesma estratégia e coletar questionários dos professores a partir de sua classificação final no concurso, tanto para adjunto (A1, A2, A3) como para titular (T1, T2, T3). A idéia era conseguir um número correspondente de questionários por grupo, meta que não foi atingida, devido à dificuldade de acesso a esses professores e respostas aos questionários, conforme opção metodológica já relatada. De qualquer maneira, responderam ao questionário 32 professores: sendo dez do grupo A1 (melhor classificação para adjunto), quatro do grupo A2 (classificação intermediária), quatro do grupo A3 (últimos classificados), seis do grupo T1 (melhor classificação para titular), cinco do grupo T2 (classificação intermediária) e três do grupo T3 (últimos classificados).

No momento de análise dos dados, percebeu-se que, em alguns momentos, diferenças se anunciavam entre os grupos e em outros as respostas eram homogêneas. Decidiu-se, então, manter as divisões entre os grupos no corpo das tabelas e apontar para as diferenças ou semelhanças nas análises. Embora o trabalho de Ferreira tenha servido como ponto de partida para esta pesquisa, existiam diferenças na opção metodológica (instrumento, análise quantitativa e qualitativa) e no referencial teórico, não sendo possível, portanto, encaminhar o mesmo tipo de análise.

Do ponto de vista teórico, o presente trabalho encontra correspondência com outros desenvolvidos pelo grupo de pesquisa *Processos de Formação de Professores e Estatuto Profissional do Magistério*, da linha de pesquisa *Escola e Cultura: perspectivas das Ciências Sociais*, coordenado pela professora Dra. Luciana Maria Giovanni. O instrumento utilizado foi elaborado por Noemi Bianchini (BIANCHINI, 2005), orientanda da professora

Dra. Alda Junqueira Marin, a partir do estudo dos conceitos nucleares desenvolvidos por Bourdieu, quando a mesma cursou o mestrado na UNESP de Araraquara. Esse instrumento foi posteriormente utilizado por Livia Lara da Cruz (CRUZ, 2008), Fernanda Pinho e eu (então orientandas da professora Dra. Paula Perin Vicentini), sendo reelaborado para atender as necessidades de pesquisa de cada uma. Em comum tínhamos a preocupação com o perfil dos professores: Livia Lara em relação ao perfil dos professores e a percepção dos museus como potencialidades educativas; Fernanda Pinho em relação ao perfil dos professores atuantes em educação infantil e eu em relação ao perfil dos professores de História aprovados em concurso público.

A teoria de Bourdieu, que dá origem ao instrumento utilizado, é também central para a explicação das respostas advindas dos questionários. Como explicitado ao longo do trabalho, o objetivo era focalizar as relações entre a origem sócio-cultural dos professores, o concurso público e o processo de profissionalização docente. No capítulo anterior, apreendeu-se, através das outras fontes utilizadas (editais, decretos, etc), a função do concurso público como forma de recrutamento utilizada pelo estado moderno (WEBER, 2002) e percebeu-se também, que as formas de seleção constituem um dos cerne do processo de profissionalização (NÓVOA, 1998). Entretanto, faltava ainda responder a relação com a origem sócio-cultural dos professores.

Utilizei os problemas de pesquisa apontados no início, para compor o quadro de análise: Como se organizam os exames e quais os profissionais que o poder público espera selecionar? Como se dão as relações no espaço escolar, dentro da rede municipal, tendo os professores denominações diferentes (adjunto/titular)? Quais os perfis desses professores e as suas expectativas em relação ao concurso e ao ingresso na Prefeitura de São Paulo?

As duas primeiras perguntas já haviam sido respondidas anteriormente, no capítulo I. Ao tratar da configuração da rede, do concurso e da carreira do magistério ficou claro o perfil desejado pelo poder público e como as diferenciações de títulos acabam por qualificar e dividir o corpo docente, dando status diferenciado aos mesmos, como pudemos comprovar a partir do depoimento dos próprios professores que vivenciaram a situação de adjuntos. A primeira pergunta transformou-se, então, em categoria para analisar esses professores. A hipótese era de que os candidatos aprovados deveriam ter expectativas e

perfis diferenciados, e estas estariam relacionadas ao seu capital cultural, econômico e social acumulado. Por essa razão, cruzamos as informações obtidas através da pergunta “Quais as expectativas em relação ao cargo?” com o perfil geral dos professores (idade, gênero, religião, origem, formação, capital cultural, etc), buscando ampliar a compreensão sobre esses indivíduos.

Assim, optamos por apresentar os dados coletados e a sua análise da seguinte forma: primeiramente um panorama do perfil dos 32 professores que responderam ao questionário, apontando para dados gerais (idade, gênero, religião); origem e condições de vida atual (local de nascimento, moradia, fecundidade, acesso aos bens de consumo, trabalho e escolaridade dos avós, pais e cônjuges); capital cultural (acesso aos bens culturais na infância e hoje) e formação. Posteriormente, apresenta-se uma análise de oito professores que explicitaram as expectativas em relação ao ingresso no concurso e na profissão.

Nessa segunda parte, ao analisar as expectativas desses professores percebeu-se que a divisão por ordem de classificação e por cargo não era determinante e que emergiam dois eixos para análise: as expectativas econômicas/financeiras (estabilidade, plano de carreira, conseguir segunda aposentadoria) e expectativas pedagógicas/verificação de conhecimentos (realizar trabalho efetivo e duradouro, verificar os conhecimentos a partir do exame). Pensou-se primeiro em realizar uma análise intra-grupos (adjuntos e titulares) e depois uma análise inter-grupos, comparando as semelhanças e diferenças entre eles, todavia percebeu-se que não existiam diferenças substanciais, enquanto que as semelhanças eram muito grandes, então decidiu-se separar apenas por expectativa em relação à profissão, indicando para o leitor o grupo de origem.

Antes de iniciar a apresentação dos dados, parece relevante lembrar a advertência apresentada por Bourdieu (2007), ao se referir aos dados estatísticos

Embora as estatísticas que se baseiam nas declarações dos entrevistados e não em observação direta acabem superestimando a intensidade da prática (devido à propensão das pessoas entrevistadas a se aproximarem, pelo menos por meio do discurso, da prática reconhecida como legítima) elas permitem detectar a estrutura real da distribuição do capital cultural. (BOURDIEU, 2007a, p. 299)

No geral percebeu-se que as respostas aos questionários se realizaram de forma bastante coerente, pois não se contradiziam entre um item e outro. Os itens sem resposta foram bastante comuns e nesse sentido é importante não desconsiderar a relevância dos dados que não são respondidos, pois a omissão normalmente não é ingênua, revelando tabus, medos, recusas, preconceitos ou desconhecimentos sobre determinado assunto. Ver-se-á, no decorrer da apresentação dos dados, que para algumas questões é ínfimo o número de ausências às respostas, já em outros itens esse número cresce.

Outro fator importante, que não se pode desconsiderar, é a amostra selecionada. Analisando os trabalhos de Bianchini (2006) e Cruz (2008), vê-se que o grupo de professores desta pesquisa apresenta semelhanças, sobretudo na origem sócio-econômica, mas diferenças, essencialmente nos gostos culturais. Primeiro é necessário lembrar que o grupo que se dispôs a responder ao questionário é formado por professores aprovados em dois concursos com alto índice de reprovação, como visto no capítulo anterior; segundo, os professores foram contatados por telefone, não foram pegos de surpresa, por tanto tiveram realmente o interesse em responder, provavelmente por considerarem importantes as pesquisas na área, mas por outro lado, tiveram também tempo para elaborar as suas respostas. Dadas essas ressalvas caminhamos para a análise.

## **2.1 Os professores de História selecionados pelo concurso público**

### **2.1.1) Idade: formação recente x experiência**

Entre aqueles que informaram (24 professores), quase a metade deles é jovem (10), concentrando-se na faixa etária de 25 a 35 anos. Seguem-se os professores na faixa dos 36 a 45 anos (07), apresentando uma declinação nos anos seguintes, 46 a 55 anos (04) e mais de 55 anos (03). No estudo da UNESCO (2004), a média internacional de idade dos professores é de 37,8 anos, sendo que nos países mais desenvolvidos essa média de idade cresce e nos países mais pobres diminui. No caso dos professores brasileiros 35,6% se concentram na faixa etária de 36 a 45 anos e 33,6% se concentram entre os 26 a 35 anos, diminuindo nas faixas posteriores.

**Tabela 8**  
**Distribuição dos professores quanto à idade**

<b>Idade</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
25- 35	04	01	01	02	01	01	<b>10</b>
36- 45	02	-	02	03	-	-	<b>07</b>
46- 55	01	01	-	-	02	-	<b>04</b>
55 ou +	01	01	-	-	01	-	<b>03</b>
Não informado	02	01	01	01	01	02	<b>08</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Como se vê na tabela 8 aparece uma pequena inversão e concentração de professores mais jovens do que a média nacional. É importante recordar que os professores foram aprovados recentemente em um concurso público, bastante disputado, e que a formação recente (comparada aos demais) pode ter contado a favor, por maior atualização em relação à bibliografia e temáticas atuais. Entretanto, a diferença nessa amostra selecionada não é tão gritante, se considerarmos os dados internos a cada sub-grupo que apresenta um equilíbrio com a presença de professores de mais idade, o que recorda a importância que a experiência da docência pode ter nesse momento avaliativo, sobretudo no que diz respeito às questões pedagógicas. E, no geral, o número de professores com mais de 36 anos (14), é maior. A idade também se relaciona com as expectativas desses professores em relação ao ingresso na Prefeitura de São Paulo, como será visto mais adiante.

Ainda que fique difícil a comparação entre os dados, pelo fato de não termos o mesmo número de questionários respondidos por grupo e devido à grande ausência de respostas (08), observa-se, em números brutos que a concentração de professores jovens está nos sub-grupos de melhor classificação (A1 e T1). Dado semelhante aparece no trabalho de Ferreira (2006) quando o número de professores mais jovens se concentra nas primeiras chamadas do concurso e o número de professores com mais idade, se concentra na ponta inversa.

### 2.1.2) Gênero: equilíbrio entre homens e mulheres

No que tange ao gênero, encontramos um equilíbrio em relação ao número de pessoas que se dispuseram a responder ao questionário. Dados referentes aos candidatos inscritos por gênero não foram disponibilizados pela instituição realizadora do concurso. Todavia, observando o número de candidatos aprovados mediante a lista apresentada no diário oficial, o equilíbrio permanecia. No concurso para adjuntos, por exemplo, foram aprovados 485 mulheres e 481 homens. Observemos o número de homens e mulheres que responderam ao questionário, representados na tabela 09:

**Tabela 9**  
**Distribuição dos Professores quanto ao gênero**

<b>Gênero</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Masculino	06	02	02	04	---	02	<b>16</b>
Feminino	04	02	02	02	05	01	<b>16</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Esses dados não correspondem aos resultados encontrados por pesquisas recentes (UNESCO, 2004; FERREIRA, 2006; CRUZ, 2008), nem à distribuição efetiva entre os gêneros nas redes de ensino, que apontam para uma predominância no número de mulheres. Aliás, o processo de feminização do magistério é um tema bastante recorrente na bibliografia, abordado já em trabalhos mais distantes no tempo como o de Pereira (1969).

No trabalho mencionado da UNESCO (2004), em parceria com o Ministério da Educação e outros institutos, realizou-se um levantamento de pesquisas na área educacional, no período que vai de 1990 a 1998, identificando a presença majoritária de mulheres e levantando hipóteses sobre as conseqüências do processo de feminização para a constituição de uma identidade do docente: a associação entre “*escola e maternidade, que leva à uma concepção do processo educativo da escola como continuidade do iniciado no lar, sempre sob a orientação e/ou coordenação das mulheres*” (UNECISO, 2004, p.45); a vinculação da docência como dirigida ao apoio e ao cuidado dirigidos aos alunos, etc. Entretanto, verifica-se que nos graus mais elevados de ensino a presença das mulheres diminui proporcionalmente ao crescimento do número de homens.

Apesar da predominância feminina na educação básica (e principalmente no ensino fundamental) ser notória, é necessário investigar, e os dados apresentados apontam para isso, o número de homens que tem ingressado na profissão nos últimos anos. Pois, se eram inclinados a buscar profissões mais valorizadas e com melhores rendimentos, também é fato que atualmente muitos, devido às condições atuais de mercado, buscam o magistério como um porto seguro, especialmente no setor público, onde a estabilidade parece ter mais força do que a possibilidade de salários promissores. Na análise sobre os professores e as expectativas de ingresso, a ser apresentada na seqüência, entre aqueles que apontam para a estabilidade na carreira, os homens se encontram em maior número.

### **2.1.3) Religião: dispersão religiosa e construção de uma nova moral**

Em relação à religião é expressivo o número de professores que declaram não pertencer a nenhuma religião (10), sendo necessária a ressalva de que não é o mesmo que não ter algum tipo de religiosidade, pois apenas um professor se declara ateu, ou seja, o que parece estar em jogo é a aceitação das autoridades, das doutrinas religiosas e dos dogmas.

Dos que participam, a maioria vem de religiões com origem no cristianismo (13), sendo católicos (09), cristãos (03) e luterano (01). Depois, aparecem também espíritas (04), budista (01), panteísta (01) e umbandista (01). Apenas um professor não informou. É interessante chamar a atenção para a ausência de professores evangélicos, religião que cresce entre a população brasileira. Essa diversidade de religiões aparece também no trabalho de Cruz (2008), em contraposição aos dados de Bianchini (2005), onde, entre as professoras-alunas do curso normal superior, entrevistadas, aparecem adeptas as igrejas evangélicas.

O elevado número de professores sem religião declarada e a ausência de professores evangélicos, pode estar vinculado ao percurso de formação desses professores, que tiveram acesso ao nível superior, e no curso, neste caso História, tiveram amplo acesso a inúmeros estudos, ampliando a sua criticidade em relação às instituições e diminuindo a influência dos textos sagrados. Isso se reflete também nas suas opiniões morais, por exemplo, em relação à legalização da prática do aborto. Observe-se a tabela 10

**Tabela 10****Opinião dos professores quanto à legalização do aborto**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Favorável	07	04	02	05	05	01	<b>24</b>
Contrário	03	-	02	01	-	01	<b>07</b>
Não sei	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Como se pode ver, na tabela 10, a maior parte é favorável a legalização (entre eles encontram-se professores sem religião declarada, ateu, católicos, umbandista, etc), todavia entre os professores que se dizem contrários à legalização do aborto (07), todos professam uma religião: quatro são católicos, dois são espíritas e um é luterano; são cinco homens e duas mulheres; e apenas dois tem menos de 35 anos. Defendem o seu ponto de vista dizendo que “*aborto é homicídio*”, “*como espírita sou a favor da vida*”, “*ninguém tem direito de tirar a vida*”, “*haveria uma banalização da vida*”. Entre estes, apenas um professor argumenta que o aborto só deve ser admitido nos casos previstos em lei e que deveria se investir na prevenção. Verifica-se então, entre os argumentos utilizados, uma clara correspondência com a religião que professam.

#### **2.1.4) Origem e condições de vida atual: espaço social ocupado e estratégias de reconversão**

Antes de apresentar os dados recolhidos sobre a origem, seria importante destacar que a opção metodológica, de mapear os antepassados, desde os avôs, focalizando atividades desenvolvidas e escolaridade, vem ao encontro das teorias desenvolvidas por Bourdieu (2008). O sociólogo francês não utiliza o conceito de mobilidade social, pois para ele a idéia de “*ascensão*” ou “*declínio*”, é ingênua e irreal, não encontrando correspondência na realidade vivida, pois o espaço social não é unidimensional, mas multidimensional. Para o autor, o que existem são estratégias de reprodução, que seriam “*um conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura*”



*das relações de classe*” (BOURDIEU, 2008 p.122). As estratégias dependem do volume de capital (econômico, social, cultural), possuídos pelo grupo.

Essas estratégias, utilizadas para o deslocamento dentro do espaço social, tentando obter o maior benefício do volume do capital que possuem, são chamadas pelo autor de reconversão. O espaço social permitiria duas formas de deslocamento: vertical e horizontal, que não tem nenhuma equivalência e cuja probabilidade de ocorrer é extremamente desigual:

...em primeiro lugar, os deslocamentos verticais, ascendentes ou descendentes, no mesmo setor vertical do espaço, ou seja, no mesmo campo (tais como o professor primário que se torna docente em um grau mais elevado de ensino, ou o empresário que passa de pequeno a grande; em seguida, os deslocamentos transversais, implicando a passagem de um para outro campo, que podem operar-se seja no mesmo plano horizontal (quando o professor primário, ou seu filho, torna-se pequeno comerciante), seja em planos diferentes (com o professor primário, ou seu filho, que se torna empresário industrial). (BOURDIEU, 2008, p.122-123)

Portanto, a posição ocupada pelo sujeito dentro do espaço social é fundamental na teoria bourdiesiana. Para o autor o campo social não está unicamente subordinado ao campo econômico, sendo necessário considerar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, onde está em jogo a representação do mundo social e da hierarquia dentro de cada um dos campos. Bourdieu (2007) descreve o campo social como

... um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.” (BOURDIEU, 2007a, p. 135)

Portanto, dependendo do volume global de capital que possuem (econômico, cultural e social) os agentes, dentro do espaço social, ocupam provavelmente posições semelhantes, são sujeitos a condições e condicionamentos semelhantes e apresentam atitudes, interesses, práticas e posicionamentos semelhantes. Contudo, diferentemente do que aponta a tradição marxista, Bourdieu (2007) não identifica a classe construída

teoricamente com a classe social existente na realidade. Essa é, para o autor, uma construção teórica, não é realmente uma classe no sentido de um “grupo mobilizado para a luta”

... poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes.

O que existe é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo (ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou os estigmas desse esforço). Também as distâncias se medem nele em tempo (de ascensão ou de reconversão, por exemplo) (BOURDIEU, 2007a, p. 136-137)

Por isso para Bourdieu é tão importante analisar a trajetória do indivíduo desde sua origem e não apenas as condições mais imediatas. Ao encontro disso, nesta pesquisa, destaca-se a trajetória familiar desses indivíduos, apresentando as situações de moradia, o acesso aos bens de consumo, o trabalho e a escolaridade dos antepassados, até as condições vividas pelos sujeitos atualmente.

#### **a) Moradia**

Respondendo à questão: “Qual a classe social da sua família na infância?”, 19 professores declararam que pertenceram à classe média-baixa, 11 à classe baixa e apenas dois se identificaram com a classe média alta. Apesar de reconhecer que os critérios utilizados para essa definição são estritamente econômicos, é interessante perceber como os professores avaliam a sua realidade na infância.

Mais da metade dos professores (18), nasceu em São Paulo, capital. Aparecendo uma concentração maior nos grupos de melhor classificação (A1 e T1) e no grupo T2, único grupo cujos professores são todos paulistanos. Apenas três professores não informaram a sua origem, sendo eles dos grupos de menor classificação (A3 e T3). O grupo A3 é o único que não apresenta nenhum professor nascido na capital. Com exceção do professor nascido na Bahia (T3), todos os outros são procedentes da região Sul e Sudeste. Atualmente todos vivem na capital do Estado (25) ou na Grande São Paulo (06). Apenas um professor não respondeu a este item.

**Tabela 11****Distribuição dos professores quanto ao Estado/ Cidade de origem**

<b>Estado/Cidade de Nascimento</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
São Paulo – Capital	07	01	-	04	05	01	<b>18</b>
São Paulo Interior	01	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Grande S. Paulo	01	-	01	01	-	-	<b>03</b>
Bahia	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
Minas Gerais	-	-	01	01	-	-	<b>02</b>
Paraná	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Rio de Janeiro	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Tangará	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Não informado	-	-	02	-	-	01	<b>03</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

O concurso se realizou em São Paulo, portanto é esperado que o maior número de professores seja proveniente da capital de São Paulo e das regiões Sul e Sudeste, mas não se pode deixar de problematizar a existência, na cidade, de um número maciço de migrantes de outras regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, que não aparece na origem dos candidatos. Quanto a isso, podem ser levantadas algumas questões: primeiro, como vimos anteriormente o número de candidatos é jovem, e apesar de poderem ter ascendência de outras regiões do país, nasceram em São Paulo; segundo, morar na capital de São Paulo, com todas as contradições que isso representa, favorece, ainda assim, à população das classes menos favorecidas esta aproximação a determinados bens culturais e informações que são duplamente sonegados (pela distância e pela condição sócio-econômica) aos que vivem no interior ou em regiões mais pobres do Brasil.

Na infância, a maior parte dos professores viveu em bairros, ou regiões mais afastadas do centro da cidade. Três professores são provenientes da zona rural, um do interior de São Paulo, um da grande São Paulo e 11 vieram de bairros da capital de São Paulo mais afastados do centro: Penha, Freguesia do Ó, Jardim Ester, Jardim Ingá, Jardim Miriam, Jardim Vergueiro, Limão, Pirituba, Tucuruvi, Vila Brasilândia. Oito em bairros relativamente mais próximos ou mais estruturados: Tatuapé, Planalto Paulista, São Judas, Saúde, Sumaré, Vila Clementino, Vila Mariana, Vila Romana. E uma professora em bairro

considerado de classe média alta: Alto da Lapa. Nessa questão, seis professores deixaram de informar o bairro em que viveram na infância.

Em relação aos bairros onde vivem atualmente não se encontrou grandes deslocamentos no espaço social. Verifica-se a tendência a permanecer nos bairros de origem, ou em condições semelhantes às vivenciadas, entretanto com um pouco mais de infra-estrutura. Não existem mais professores morando na área rural, mas aumenta o número que mora na Grande São Paulo (Caieiras, Itapeverica, Osasco, São Bernardo). Alguns professores permanecem nos bairros de origem por ainda morarem com os pais (Vila Brasilândia, Jardim Vergueiro, Vila Clementino), outros permaneceram mesmo após casados (Alto da Lapa, Vila Romana, Jardim Miriam). Alguns migraram de bairros mais periféricos para bairros centralizados, mas pouco valorizados (Tatuapé para o Brás, Pirituba para Campos Elíseos). Surgem bairros novos (Vila Constança, Vila Santa Catarina, Vila Regente Feijó, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaquera, Santana, Butantã) mas que pouco se diferenciam em relação aos bairros onde esses professores viviam originariamente. Quanto à propriedade da casa observe-se a tabela 12:

**Tabela 12**  
**Distribuição dos professores quanto à situação da casa na infância**

<b>Casa na infância</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Própria	05	03	02	04	04	03	<b>21</b>
Alugada	03	01	-	02	-	-	<b>06</b>
Dos avós	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Emprestada pela empresa	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
Outros (não especificado)	02	-	-	-	-	-	<b>02</b>
Não informado	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Como se pode perceber pela análise, a maior parte (21) possuía casa própria, os que viveram em casa alugada se encontram no grupo A1 (03) e T1 (02). Parecem ser oriundos de famílias estruturadas de modo tradicional, pois, com exceção de dois professores, todos os demais foram criados pelos seus pais. Entretanto, eram famílias numerosas, apenas dez professores viviam em famílias com até quatro pessoas; quatro viviam em famílias com até cinco pessoas; e 16 viviam em famílias com mais de seis pessoas. Esse é um dado que

revela a origem mais simples no campo social, pois é característica de famílias com muitos filhos. Apenas um professor não informou esse dado. Mas possuíam casas relativamente espaçosas: quatro a cinco cômodos (07); de seis cômodos ou mais (18); entre aqueles que possuíam habitações mais precárias, casas com até três cômodos, dois se encontram no grupo T1 e três no grupo A1; dois professores não informaram.

Comparando com a situação na infância, atualmente é menor o número de professores que possui casa própria (17) e maior o número de professores que vivem em casa alugada (13). As habitações também são menores, 14 professores vivem em habitações com até cinco cômodos (antes eram sete) e 13 vivem em habitações de seis cômodos ou mais (antes 18). Entre aqueles que possuem habitações menores, casas com até três cômodos, o número passou de três para quatro. Todavia, as famílias são menos numerosas: cinco moram sozinhos, 25 professores vivem em famílias com até quatro pessoas; apenas dois vivem em famílias com até cinco pessoas; e ninguém vive em uma família com mais de seis pessoas, dado que revela alterações sociais desses agentes como se verá a seguir.

Do ponto de vista da moradia, portanto, as mudanças mais significativas são as migrações da zona rural para a zona urbana, efetuada por três professores. Em relação à aquisição de casa própria, ou ao tamanho da mesma, no cômputo geral houve até um retraimento, seguido também da diminuição do número de pessoas na família.

## b) Fecundidade

O número de filhos por família era alto, a maior parte dos professores (20), tinham pelo menos três irmãos, o que significa quatro filhos por família, mas 11 professores tinham quatro irmãos ou mais, conforme se apresenta na tabela 13:

**Tabela 13**  
**Distribuição dos professores quanto ao número de irmãos**

<b>Irmãos</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Não tenho	-	-	-	01	-	-	<b>01</b>
Tenho 1	04	01	-	01	02	01	<b>09</b>
Tenho 2	-	-	02	01	-	01	<b>04</b>
Tenho 3	03	01	-	01	02	-	<b>07</b>
Tenho 4 ou +	03	02	02	02	01	01	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Atualmente, embora a maior parte dos professores seja casada (20), o número de filhos por família diminuiu consideravelmente, apenas 10 professores tem filhos, e entre estes, cinco tem apenas um filho, três tem dois filhos e apenas dois tem dois filhos. Como se observa na tabela 12:

**Tabela 14**

**Distribuição dos professores quanto à quantidade de filhos**

<b>Nº de Filhos</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
<b>Não tem</b>	07	03	03	04	03	02	22
<b>01</b>	01	01	-	01	01	01	05
<b>02</b>	01	-	01	-	01	-	03
<b>03</b>	01	-	-	01	-	-	02
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Bourdieu (1998), ao referir-se sobre as estratégias utilizadas pela classe média para os deslocamentos no espaço social, aponta que a taxa de fecundidade tende a cair nessa classe para atender às ambições que têm para os seus filhos, quando se torna necessário dispor de um volume maior de recursos financeiros a serem gastos no investimento para a conservação, mas, sobretudo para o aumento de seu capital (econômico, cultural, social):

Isso é observado particularmente bem no caso da fecundidade que, sendo importante para as baixas rendas, passa por um mínimo que corresponde grosso modo às rendas médias, para crescer novamente com as rendas elevadas. Se isso acontece desse modo é porque o custo relativo do filho, para as famílias com renda mais baixa que, não podendo vislumbrar para os filhos um futuro diferente de seu próprio presente, fazem investimentos educativos extremamente reduzidos, e baixo também para as famílias dotadas de renda elevada, já que a renda cresce paralelamente aos investimentos, passa por um máximo que corresponde às rendas médias, isto é, às classes médias forçadas, pela ambição da ascensão social, a fazerem investimentos educativos relativamente desproporcionados aos seus recursos. Esse custo relativo é definido pela relação entre os recursos de que a família dispõe e os investimentos monetários ou não que deve consentir para reproduzir, através de sua descendência, a sua posição – dinamicamente definida – na estrutura social, isto é, para realizar o futuro que lhe está destinado, dando aos filhos os meios para realizar as ambições efetivas que forma para eles. Assim se explica a forma da relação que se observa entre as estratégias de fecundidade das diferentes classes ou frações de classe e as chances de ascensão social objetivamente oferecidas a seus membros. (BOURDIEU, 1998, p 98-99)

### c) Bens de consumo

Em relação aos bens de consumo a que tiveram acesso na infância, rádio e tv são a regra, com exceção de um professor no grupo A1 e um professor no grupo T1. Vídeo cassete, máquina de lavar roupas e carro, foram bens que metade dos professores tiveram em suas casas na infância. O índice já diminuiu para convênio médico particular (12) e mais ainda para computador (06), bem ao qual tiveram acesso apenas os professores com menos de 30 anos, inclusive porque na infância dos demais (décadas de 1970/1980), o computador não era um bem doméstico, o acesso foi expandido nas décadas seguintes. Foram também poucos os professores que contaram, em suas casas, com a presença de empregada doméstica, apenas oito entre os 32 entrevistados.

**Tabela 15**  
**Distribuição dos professores quanto aos bens/serviços que a família possuía na infância**

<b>Bens de consumo</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total*</b>
Rádio	09	04	03	05	05	03	<b>29</b>
TV	09	04	03	05	05	03	<b>29</b>
Máquina de lavar roupa	05	01	02	02	05	03	<b>18</b>
VHS	04	01	03	01	05	02	<b>16</b>
Carro	06	03	01	01	04	01	<b>16</b>
Convênio Médico	03	02	01	02	02	02	<b>12</b>
Computador	01	01	-	01	02	01	<b>06</b>

\* Quantidade de professores que possuíam cada um dos bens listados (entre os 32 professores)

Em relação à aquisição de bens de consumo o quadro mudou intensamente, como pode-se ver nas tabelas 15 e 16. Possuem rádio 32 professores (antes eram 29); 31 possuem TV (antes eram 29); 31 possuem máquina de lavar roupa (antes apenas 18); 30 possuem computador com acesso a internet (anteriormente eram seis), lembrando que o acesso a computador e principalmente à internet, são mais tardios no Brasil; 29 possuem dvd (antes 16 possuíam VHS); 25 possuem convênio médico (na infância 12) e 23 possuem carro (anteriormente eram 16). Entretanto, o número de professores que contavam com o serviço de empregada doméstica na sua casa, que já era pequeno (08), diminuiu (06).

**Tabela 16**  
**Distribuição dos professores quanto aos bens/serviços que os professores possuem atualmente**

<b>Bens de consumo</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Rádio	10	04	04	06	05	03	<b>32</b>
TV	09	04	04	06	05	03	<b>31</b>
Máquina de lavar roupa	10	04	04	06	05	02	<b>31</b>
Computador c/ internet	10	04	03	06	05	02	<b>30</b>
Dvd	07	04	04	06	05	03	<b>29</b>
Convênio médico	08	03	03	06	03	02	<b>25</b>
Carro	08	03	02	05	04	01	<b>23</b>

Em relação aos bens de consumo, verifica-se um maior acesso a estes, entretanto seria necessário observar a relação entre o aumento do número de bens pelos professores e a oferta e barateamento destes itens no mercado, além das maiores facilidades de crédito e financiamento atuais em relação ao passado.

#### **e) Profissão e escolaridade**

Em relação aos avôs paternos e maternos, 27 desempenhavam atividades rurais, o que aponta para uma grande leva de migração do campo para a cidade. Mas já havia um grande número, entre eles, que desenvolvia atividades urbanas, exigindo uma especialização (açougueiro, estivador, ferroviário, serralheiro, pedreiro, sapateiro, etc), como fica claro na análise apresentada na tabela 17.

Quanto às avós, 14 desenvolviam atividades rurais e as demais desempenhavam profissões caracterizadas como femininas, que exigiam pequena especialização (babá, faxineira), média (costureira, operária), ou maior especialização (professora). Mas a maioria não desempenhava função remunerada, atuavam como donas-de-casa (27). Como podemos observar na tabela 18.



**Tabela 17**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho dos avôs paterno/materno**

<b>Trabalho/Avôs</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>Total</b>
<b>Atividades rurais</b>							
Balseiro	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Lavrador/agricultor	06	02	05	08	04	-	<b>25</b>
Fazendeiro	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
<b>Atividades urbanas</b>							
Açougueiro	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Ajudante geral	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
Comerciante	01	-	-	01	02	-	<b>04</b>
Estivador	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
Ferrovário	01	-	-	-	-	01	<b>02</b>
Fiscal de mina/ serralheiro	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Funcionário de empresa	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Funcionário Público	-	03	-	-	-	01	<b>04</b>
Marceneiro	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Mecânico	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
Operário	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Pedreiro	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Pintor de carros	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Sapateiro	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Zelador	-	-	-	-	-	01	<b>01</b>
Não informado	06	02	02	01	01	01	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>08</b>	<b>08</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>06</b>	<b>64</b>

**Tabela 18**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho das avós paterna/materna**

<b>Trabalho/avós</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>Total</b>
<b>Atividades rurais</b>							
Agricultora/Lavradora	03	02	04	04	01	-	<b>14</b>
<b>Atividades Urbanas</b>							
Babá	-	-	-	-	01	-	<b>02</b>
Costureira	03	-	-	-	-	-	<b>03</b>
Faxineira	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Operária	01	-	-	-	01	-	<b>02</b>
Professora	01	02	-	-	-	-	<b>03</b>
Professora leiga	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
<b>Dona de Casa</b>	06	03	02	07	06	03	<b>27</b>
Não informado	05	-	02	01	01	03	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>08</b>	<b>08</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>06</b>	<b>64</b>

Quanto à escolaridade, também é possível observar nas tabelas 19 e 20 que proporcionalmente, o número de analfabetos era pequeno (oito entre os avôs e sete entre as

avós), ainda que não possuíssem uma larga experiência escolar (apenas dois concluíram o ensino médio nos dois grupos). Portanto, já existia familiaridade, senão com a instituição escolar, ao menos com a leitura e a escrita. Embora seja alto o número de professores que não responderam sobre a escolaridade dos seus avôs.

**Tabela 19**  
**Distribuição dos professores quanto à escolaridade dos avôs paterno/materno**

<b>Escolaridade/Avôs</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>Total</b>
Analfabeto	02	01	03	02	-	-	<b>08</b>
Não escolarizado	01	-	-	05	-	-	<b>06</b>
Fundamental incompleto	06	04	01	04	03	03	<b>21</b>
Fundamental completo	01	-	-	-	01	-	<b>02</b>
Ensino Médio completo	-	02	-	-	-	-	<b>02</b>
Não informado	10	01	04	01	06	03	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>08</b>	<b>08</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>06</b>	<b>64</b>

**Tabela 20**  
**Distribuição dos professores quanto à escolaridade das avós paterna/materna**

<b>Escolaridade/Avós</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>A3</b>	<b>T1</b>	<b>T2</b>	<b>T3</b>	<b>Total</b>
Analfabeta	02	01	03	01	-	-	<b>07</b>
Não escolarizada	01	-	01	06	-	-	<b>08</b>
Fundamental incompleto	06	03	-	04	04	03	<b>20</b>
Curso Normal	-	02	-	-	-	-	<b>02</b>
Não informado	11	02	04	01	06	03	<b>27</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>64</b>

O número de ausências às respostas sobre o trabalho e a escolaridade dos avôs é alta, como observamos nas tabelas anteriores. Isso pode demonstrar um verdadeiro desconhecimento em relação à trajetória, ou uma estratégia, consciente ou inconsciente de romper com o passado que se distancia da posição atual do sujeito no espaço social. Segundo Bourdieu “a ‘decolagem’ pressupõe sempre uma ruptura, sendo que a rejeição dos antigos companheiros de infortúnio não representa senão um de seus aspectos. O que é exigido do trãnsfuga é uma derrubada da escala dos valores, uma conversão de toda a atitude.”(BOURDIEU, 1998, p. 106) Será por isso tão grande o número de ausência de informação?

Quanto às atividades desempenhadas pelos pais já observamos mudanças no tipo de trabalho realizado. Apenas quatro realizavam atividades rurais, o que ratifica a idéia de que

a migração, do campo para a cidade ocorreu na geração anterior. Vê-se o surgimento de profissões liberais (advogado, contador, diretor cultural, professor, veterinário) e funcionário público; profissões que exigem grande especialização (ferroviário, mecânico de automóveis, de avião e de manutenção, metalúrgico, radiologista, etc), assim como ainda aparecem profissões mais modestas (motorista, vigilante).

**Tabela 21**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho desempenhado pelo pai**

<b>Trabalho/Pai</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
<b>Atividades rurais</b>							
Agricultor	-	01	01	02	-	-	<b>04</b>
<b>Atividades urbanas</b>							
Advogado	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Contador	01	-	-	-	-	01	<b>02</b>
Diretor cultural	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Ferroviário	01	-	01	-	-	-	<b>02</b>
Funcionário Público	01	01	-	-	01	-	<b>03</b>
Gráfico	-	-	-	-	01	01	<b>02</b>
Mecânico de automóveis	-	-	01	-	-	01	<b>02</b>
Mecânico de avião	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Mecânico de manutenção	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
Metalúrgico	-	-	-	02	-	-	<b>02</b>
Motorista	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Professor	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>
Radiologista	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Sapateiro	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Veterinário	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Vigilante	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Não informado	03	-	-	01	-	-	<b>04</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Entre as mães, vemos uma diversificação das atividades, em relação àquelas que as avós desempenhavam, uma diminuição das que se dedicavam exclusivamente a casa (11), mas ainda ocupam profissões que são ou eram, socialmente, consideradas femininas: profissões que exigiam um nível superior ou técnico (contadora, professora, secretária executiva, veterinária), que exigiam especialização (auxiliar de enfermagem) e atividades menos exigentes em relação aos estudos (empregada doméstica).

**Tabela 22**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho desempenhado pela mãe**

Trabalho/ Mãe	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Auxiliar de enfermagem	-	01	-	-	-	-	01
Contadora	02	-	-	-	-	-	02
Costureira	-	-	-	01	-	-	01
Dona de casa	02	02	02	02	-	03	11
Empregada doméstica/faxineira	02	-	01	02	-	-	05
Funcionária pública	-	-	-	-	01	-	01
Professora	01	-	01	-	02	-	04
Operária	01	-	-	-	-	-	01
Secretária executiva	01	-	-	-	-	-	01
Vendedora	-	-	-	01	-	-	01
Veterinária	-	01	-	-	-	-	01
Não informado	01	-	-	-	02	-	03
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Essa diversificação das atividades também é acompanhada pela elevação do nível de escolaridade, tanto para os pais, quanto para as mães. Como se pode verificar nas tabelas 23 e 24, o número de analfabetos diminui (05) e elevam-se aqueles que concluíram o ensino médio (06), além de observarmos que os pais/mães já chegam ao nível superior (13), existindo também um livre docente e uma doutora.

**Tabela 23 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade do pai**

Escolaridade/ Pai	A1	A2	A3	T1	T2	T3	Total
Analfabeto	-	-	02	-	-	-	02
Fundamental Incompleto	04	02	01	05	01	01	14
Fundamental Completo	-	01	-	-	01	01	03
Ensino Médio	03	-	01	-	-	-	03
Superior completo	01	-	-	-	03	01	05
Livre docência	-	01	-	-	-	-	01
Não informado	02	-	-	01	-	-	03
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

**Tabela 24 - Distribuição dos professores quanto à escolaridade da mãe**

Escolaridade/Mãe	A1	A2	A3	T1	T2	T3	Total
Analfabeto	01	01	-	01	-	-	03
Fundamental incompleto	04	-	02	03	02	03	14
Fundamental completo	-	01	-	01	-	-	02
EnsinoMédio	01	-	02	-	-	-	03
Superior incompleto	-	01	-	-	-	-	01
Superior completo	03	-	-	01	03	-	07
Doutorado	-	01	-	-	-	-	01
Não informado	01	-	-	-	-	-	01
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

É interessante observar o equilíbrio entre as profissões e a escolaridade dos pais. Isso parece indicar que as pessoas tendem a buscar parceiros que se aproximem do espaço social ocupado, cujas condições determinadas produzem *habitus* semelhantes, como aponta Bourdieu

Esta identificação do *habitus* pelo *habitus* encontra-se no princípio das afinidades imediatas que orientam os encontros sociais, desencorajando as relações socialmente discordantes, incentivando as relações ajustadas, sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da antipatia. A extrema improbabilidade do encontro singular entre as pessoas singulares oculta a probabilidade dos acasos substituíveis, leva a viver a escolha mútua como um acaso feliz, coincidência que imita a finalidade – “porque era ele, porque era eu” – reduplicando assim o sentimento do milagre. (...) O amor é também a maneira de amar o seu próprio destino em um outro e de sentir-se amado em seu próprio destino. (BOURDIEU, 2008, p. 227-228)

Quanto aos filhos, o aumento no capital cultural institucionalizado é flagrante, assim como a transformação em relação às profissões desenvolvidas. É perceptível um deslocamento no espaço social, assim como dentro da própria profissão. Vinte e três são professores, mas entre eles já aparecem dois professores de nível superior, um assessor de projetos educacionais e um supervisor de ensino.

**Tabela 25**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho atual**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Professor	05	04	04	04	05	01	<b>23</b>
Professor de nível superior	-	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Assessor de projetos educacionais	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Pesquisador bolsista	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Supervisor de ensino	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Não informado	02	-	-	01	-	02	<b>05</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Quanto ao ensino superior, sabemos que todos tiveram acesso. Contudo, apenas 15 professores tiveram acesso a universidades públicas, de reconhecido prestígio acadêmico. A maior parte desses professores encontra-se nos grupos de melhor classificação no concurso, A1 e T1. E no grupo A3, não há nenhum professor proveniente de universidade pública. Esse dado também se relaciona com o trabalho de Ferreira (2006),

em que havia um maior número de professores provenientes de universidades públicas nas primeiras chamadas, aumentando os formados em faculdades particulares nas chamadas seguintes.

**Tabela 26**  
**Distribuição dos professores quanto à instituição de formação em História**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Pública	07	01	-	03	02	02	<b>15</b>
Privada	03	03	03	03	03	01	<b>16</b>
Não informado	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Entre os formados por instituições públicas a maioria é proveniente da USP (13), sendo que há em todos os grupos de classificação membros dessa instituição, com exceção do A3; o grupo A1 é o que tem o maior número (05). Dois são provenientes da UNESP e também se encontram no grupo A1. Um é proveniente da PUC/ SP, e encontra-se no grupo T2. Os demais são provenientes de instituições privadas com menor renome acadêmico, que aparecem com apenas um candidato aprovado. Com exceção para a faculdade Unifai que aparece com quatro candidatos aprovados, nos grupos A1, A2, A3 e T2. Há um equilíbrio entre aqueles que cursaram apenas licenciatura (15) e também o bacharelado (15), mas novamente no grupo A3 aparecem apenas candidatos que concluíram a licenciatura.

Esse aumento de capital cultural institucionalizado não corresponde necessariamente a um ganho do ponto de vista econômico ou de relações sociais que possibilite um grande deslocamento no espaço social, visto que com a democratização do ensino na Educação Básica e, com uma maior facilidade de acesso ao ensino superior, esses títulos adquiridos pelos agentes tendem a não ter o mesmo valor que teriam, por exemplo, para os seus avós.

As estratégias utilizadas pelos agentes para evitar a desvalorização dos diplomas que é correlata da multiplicação dos titulares encontram seu fundamento na defasagem particularmente acentuada, em determinadas conjunturas e posições sociais, entre as oportunidades objetivamente oferecidas em determinado momento e as aspirações realistas que são apenas o produto de um outro estado de oportunidades objetivas: essa defasagem é, quase sempre, o efeito de um declínio em relação à trajetória

individual ou coletiva que se encontrava inscrita como potencialidade objetiva na posição anterior e na trajetória, que conduziu a essa posição. (BOURDIEU, 2008, p. 143)

Os professores parecem perceber isso, tanto é que continuam investindo na sua formação, ambicionando progredir na carreira e ocupar novas posições no espaço social. Entre os 32 candidatos, 17 cursaram outras faculdades em áreas vizinhas (estudos sociais, ciências sociais, letras, pedagogia, psicologia), o que significa um investimento na profissão. E 17 estudam atualmente, cursando outras faculdades (filosofia, pedagogia, psicologia), especialização (03), mestrado (06) e doutorado (01). Os mestrandos encontram-se nos grupos A1 e T2 e o doutorando no grupo T1. Ainda assim, para fazer com que esses títulos tenham o valor que o mercado propaga, esses precisaram de uma boa rede de relações sociais.

“Os limites da autonomia escolar na produção de suas hierarquias coincidem rigorosamente com os limites objetivamente atribuídos a seu poder de garantir fora do mercado escolar o valor econômico e simbólico dos títulos que outorga. Títulos escolares semelhantes recebem valores e funções bastante variáveis conforme o capital econômico e social (sobretudo o capital de relações legadas pela família) de que dispõem seus detentores e de acordo com os mercados em que são utilizados.” (BOURDIEU, 2007b, p. 332)

Outra estratégia para a manutenção ou avanço em relação à sua posição, são os laços matrimoniais. Isso não ocorre de forma cínica, já que não é totalmente consciente, mas as “*afinidades eletivas*” pouco têm de casuais, como já vimos anteriormente. Tanto que, entre os casados podemos verificar que, para a maioria, a união se deu com sujeitos com trajetórias semelhantes e que ocupam espaços semelhantes no campo social. Observando a profissão dos mesmos, na tabela 27, e o nível de escolaridade, na tabela 28, podemos ver essa similaridade: dos 20 casados, seis têm cônjuges professores, quatro são profissionais liberais e sete não informaram. Apenas três ocupam atividades pouco próximas a atividade docente: auxiliar administrativo, operador de máquina, microempresário.

**Tabela 27**  
**Distribuição dos professores quanto ao trabalho do cônjuge**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Professor	02	-	-	01	01	01	05
Jornalista	01	-	-	-	-	01	02
Advogado	01	-	-	-	-	-	01
Atriz	-	01	-	-	-	-	01
Auxiliar administrativo	-	01	-	-	-	-	01
Microempresário	-	01	-	-	-	-	01
Operador de Máquina	-	-	01	-	-	-	01
Professor Universitário	-	-	-	-	01	-	01
Não informado	03	-	02	01	-	01	07
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>20</b>

Quanto à escolaridade, entre aqueles que informaram, todos os cônjuges, com exceção de um, cursaram o ensino superior, realizando inclusive especialização e uma livre docência. Apenas um não concluiu o Ensino Médio.

**Tabela 28**  
**Distribuição dos professores quanto à escolaridade do cônjuge**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Superior Completo	03	03	01	01	01	02	11
Lato-sensu	01	-	-	-	-	-	01
Livre Docente	-	-	-	-	01	-	01
Ensino Médio incompleto	-	-	01	-	-	-	01
Não informado	03	-	01	01	-	01	06
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>20</b>

Para concluir, percebemos que para a maior parte dos candidatos, não houve um grande deslocamento no espaço social, embora fica claro que avanços perceptíveis ocorreram entre as gerações, sobretudo no que diz respeito à aquisição de capital cultural institucionalizado. Aumentou também o acesso aos bens de consumo, que pode ser relativizado pela maior facilidade de acesso ao mesmo. Ficam claras as estratégias de reconversão das famílias, tentando um deslocamento no espaço social, mas, sobretudo esforçando-se para manter o espaço adquirido.



### 2.1.5 Capital Cultural incorporado: a importância do *habitus* primário

Já foi mencionado que para Bourdieu a posição ocupada pelo sujeito no espaço social pode ser medida pelo volume total do seu capital. Nas classes médias o capital cultural é normalmente o trunfo de quem está destituído de capital econômico e social, suficientes, para utilizá-los como moeda de troca.

Entretanto, a incorporação do capital cultural, não ocorre instantaneamente. Não se compreende uma peça teatral ou um filme de arte porque leu a última crítica do jornal; tampouco apreende em sua totalidade um concerto aquele que não conhece os instrumentos musicais e as suas próprias regras. Assim, ocorre na literatura, na pintura e em todas as outras esferas. A compreensão e a fruição exigem um contato prolongado. Esse contato, segundo Bourdieu, vem primeiramente das experiências familiares, da proximidade que esta tem ou não com esses espaços e da apropriação que faz dos mesmos. O *habitus* primário é tão intenso que pode ser complementado por outras instituições, mas não substituído.

A escola, no discurso comum, serviria para equilibrar e dar oportunidade de acesso aos espaços culturais que as crianças não tiveram contato com suas famílias. Entretanto, segundo Bourdieu (2007), normalmente o sistema escolar apenas reproduz a desigualdade inicial, atingindo a sua máxima eficiência apenas entre aqueles que já foram iniciados pela família no mundo da arte. Muitas vezes as iniciativas escolares não são contínuas, e sim eventuais, permitindo que a criança tome conhecimento do espaço, mas não que se aproprie dele

Em primeiro lugar, a apropriação das obras de arte depende em sua intensidade, em suas modalidades e em sua própria existência, do domínio que o espectador possui dos instrumentos de apropriação disponíveis e, mais ainda, do código genérico e específico da obra, ou por assim dizer, dos esquemas de interpretação propriamente artísticos e diretamente adequados a cada obra particular sendo tais esquemas a condição de deciframento da obra. No caso especial das obras de cultura erudita, o domínio do código não pode ser completamente adquirido pela aprendizagem corriqueira e difusa da existência cotidiana, sendo portanto necessário um ensino metodicamente organizado por uma instituição montada com este objetivo. Como o rendimento da comunicação pedagógica, responsável pela transmissão do código das obras de cultura erudita, é função da competência cultural que o receptor deve à educação

familiar, o êxito da transmissão vai depender do grau de proximidade do código familiar junto à cultura erudita que a escola transmite e dos modelos lingüísticos e culturais segundo os quais se efetua tal transmissão. (BOURDIEU, 2007b, p. 304)

A partir dessas reflexões iniciais, vamos verificar qual a proximidade que os candidatos tiveram com o campo da cultura, a quais espaços tiveram acesso na infância, com a família e com a escola e como isso se repercute nos seus gostos e atividades culturais atuais.

#### a) Acesso aos espaços culturais

**Tabela 29**  
**Acesso aos espaços culturais na infância com a família**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Cinema	04	01	02	01	03	01	<b>12</b>
Biblioteca	-	01	-	02	04	01	<b>08</b>
Teatro	01	01	01	01	02	-	<b>06</b>
Museu	01	01	-	-	01	-	<b>03</b>

Como se pode perceber pela análise apresentada na tabela 29, o acesso aos espaços culturais na infância com a família entre os professores era baixo, e se concentrava, sobretudo, no cinema. O grupo que parece ter tido maior frequência a esses espaços foi o grupo T2, no qual, de cinco professores três tinham acesso ao cinema, quatro à biblioteca, dois ao teatro e um ao museu. A escola não alterou substancialmente essa realidade, entretanto tem um papel fundamental no acesso ao museu e a biblioteca, cujo número eleva-se segundo os dados da tabela 30

**Tabela 30**  
**Acesso aos espaços culturais na infância com a escola**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Museu	03	-	03	03	03	02	<b>14</b>
Biblioteca	04	-	02	03	01	01	<b>11</b>
Teatro	01	-	01	01	02	-	<b>05</b>
Cinema	01	-	01	01	01	-	<b>04</b>

De qualquer forma, na relação atual que esses professores têm com o campo da cultura, percebe-se a clara influência das suas experiências na infância. O espaço mais frequentado (regularmente) ainda é o cinema, a cujo acesso tiveram com as suas famílias, e

depois, exposições e museus, acesso a que tiveram com a escola na infância. No caso das exposições e dos museus, há que se considerar, também, que o grupo é representado por professores de História, cuja formação aponta, mais do que em outras áreas, para a necessidade de freqüência a museus não apenas para proveito individual, mas também como recurso didático. Já a freqüência regular a teatro e concertos é baixíssima. Quando perguntados a quais desses espaços nunca freqüentavam, 17 entre 32 professores declararam nunca ir a concertos. Isso encontra correspondência com as atividades extracurriculares que os mesmos declararam praticar na infância, pois apenas dois professores declaram ter aprendido um instrumento musical: contrabaixo e piano.

**Tabela 31**  
**Distribuição dos professores quanto ao acesso aos espaços culturais e a freqüência**

<b>Freqüentemente/Regularmente</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Cinema	05	01	04	04	03	01	<b>18</b>
Exposições	06	01	02	03	04	-	<b>16</b>
Museus	03	-	02	03	04	-	<b>12</b>
Teatro	-	01	01	01	01	-	<b>04</b>
Concertos	-	-	-	-	01	-	<b>01</b>

Esses resultados vêm ao encontro das pesquisas realizadas por Bianchini (2005) e Cruz (2008), embora no nosso caso a freqüência ainda seja maior. Estão ainda de acordo com a proposição de Bourdieu, quando apresenta reflexões sobre esse foco

De fato, a estatística de freqüência ao teatro, ao concerto, e sobretudo ao museu (uma vez que neste último caso, talvez seja quase nulo o efeito de obstáculos econômicos) basta para lembrar que o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence realmente (embora seja formalmente oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer, que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Em suma, o livro jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, isto é, a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos. (BOURDIEU, 2007b, p. 297)

Entretanto, apesar de não ser alta a frequência regular aos espaços culturais, observa-se, nos filmes que os professores declararam ter assistido recentemente, um distanciamento da produção de “massa” e uma aproximação do que poderiam ser considerados filmes “cult”, destinados a um público mais específico e com exibição em circuitos reduzidos, na cidade: *O sonho de Cassandra*, de Woody Allen; *Medo privado em lugares públicos*, de Alain Resnais; *A vida dos outros*, de Christiane Rothe; produções mexicanas como *Babel*, de Alejandro González-Iñárritu; além de recentes produções nacionais, *Polaróides Urbanas e Estômago*. São citados apenas dois filmes de maior apelo comercial: o filme de animação *Shrek* e *Indiana Jones*. O alto índice de citações leva a crer que existe coerência entre a frequência citada e a real, com exceção do grupo A3, onde houve apenas uma citação. Bourdieu chama atenção para essa relação com o cinema

Dentre todas as práticas culturais, a frequência ao cinema em sua forma comum é a menos estreitamente vinculada ao nível de instrução (sem dúvida, eis uma das propriedades mais significativas das “artes médias” erroneamente designada das “artes de massa”), ao contrário da frequência a concertos, prática mais rara que a leitura e a frequência a teatros. Não obstante, o cinema tende a adquirir o poder de distinção social reservado até então às artes consagradas, sendo possível perceber tal mutação através da estatística de frequência aos cinemas de arte.” (BOURDIEU, 2007b, p. 302)

O mesmo ocorre com as últimas peças teatrais que os professores declararam ter assistido. Aparecem clássicos (*Hamlet*, *Crime e Castigo*, *Auto da Barca do Inferno*), produções de vanguarda (*Adeotas*, *Compassos*, *O círculo de giz caucasiano*) e apenas uma produção considerada comercial (*Trair e coçar, é só começar*). Entretanto, nos sub-grupos de menor classificação A3 e T3 aparece novamente apenas uma citação.

Os museus e as exposições também recebem citações (Museu da Língua Portuguesa, Museu Paulista, Masp, Museus Afro-Brasil, Pinacoteca, Arte Sacra, Galeria de Arte do Sesi, MAE, Memorial da América Latina), inclusive museus que estão fora da cidade (Museu de Arte Moderna, de Salvador-BA) e do país (Louvre – França), o que indica que esses professores tem o hábito de visitar museus nas suas viagens. O inverso ocorre com os concertos, cuja citação é totalmente imprecisa, correspondendo à baixíssima frequência: cita-se a OSESP (04), mas não o concerto executado; cita-se a Filarmônica e a Jazz Sinfônica, sem mencionar a procedência.

Aqui cabe abrir um parêntesis: em todas as citações, o menor número delas corresponde sempre aos professores do sub-grupo A3, que aparentam ter uma menor frequência e apropriação desses espaços culturais, ao contrário dos demais sub-grupos, onde essas diferenças não são tão perceptíveis.

### b) Hábitos de Leitura

As famílias desses professores tinham em sua maioria certo nível de instrução, pois, como vimos, o número de analfabetos entre os pais era ínfimo, já reconheciam, portanto, a estrutura escolar e a importância da leitura para a sociedade moderna, assim como para qualquer ambição futura. Assim é que 26 professores tinham contato com a leitura na infância e 15 declararam ter recebido livros de presente.

**Tabela 32**  
**Distribuição dos professores quanto ao contato com a leitura na infância**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Sim	07	03	03	06	04	03	26
Não	01	01	-	-	-	-	02
Não informado	02	-	01	-	01	-	04
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Em relação ao tipo de leitura à qual tiveram acesso, 15 professores citaram livros infanto-juvenis (sobretudo nos grupos A1 e T1); 12 citaram gibis; quatro citaram livros didáticos (dois pertenciam ao grupo A3); três citaram jornais; um citou dicionários e um, enciclopédias. Verificamos a grande presença de leituras do universo escolar.

Percebe-se que esses professores continuam leitores frequentes, como exposto na tabela 33

**Tabela 33 - Distribuição dos professores quanto aos hábitos de leitura atuais Regularmente/Freqüentemente**

<b>Livros</b>	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Livros	09	04	03	06	04	03	<b>29</b>
Revistas	07	04	03	05	04	03	<b>26</b>
Jornais	07	03	02	04	04	02	<b>22</b>
Outras Mídias	05	03	01	03	03	02	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Todavia, percebe-se, mediante análise da citação dos últimos livros lidos que as leituras estão fortemente voltadas para o universo profissional (*As Fundações do Pensamento Político Moderno; Do ano 1000 ao 2000, na pista dos nossos medos; D. Pedro II; Economia e Sociedade; História da Filosofia; Lições da Nicarágua; Práticas de Leitura, etc*). As citações de literatura são menores (*Crime e Castigo; Travessuras da Menina Má; Na praia, etc*). Contudo aparece uma única citação a um livro espírita (*Laços Eternos*), citado por um professor do grupo A3.

### c) Música

Entre aqueles que informaram sobre este item (28) todos declararam escutar música na infância. O gênero musical escutado, principalmente, era MPB (16), seguido por rock (11), sertanejo (06), samba (02) e bossa nova e música latino-americana (uma citação cada). Corresponde também ao estilo musical que mais gostam, conforme a tabela 34. Atualmente a maior parte dos professores (23) declara ouvir música em casa regularmente/freqüentemente. Poucos compram cd regularmente (12), mas a metade declara baixar músicas pela internet (16).

**Tabela 34**  
**Distribuição dos professores quanto ao tipo de música que mais gostam**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
MPB	08	03	02	06	05	02	<b>26</b>
Rock	05	03	01	03	03	01	<b>16</b>
Clássica	02	01	01	-	01	-	<b>05</b>
Jazz	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Pop	01	-	-	01	-	-	<b>02</b>
Forró	-	-	-	01	-	-	<b>01</b>
Latinas	-	-	-	01	-	-	<b>01</b>
New Age	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Regionais	01	-	-	-	-	-	<b>01</b>
Samba	-	-	-	01	-	-	<b>01</b>
Sertaneja	-	01	-	-	-	-	<b>01</b>
Não informado	01	-	02	-	-	01	<b>04</b>

As preferências (MPB e rock) correspondem aos últimos cds comprados (*Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Lenini, Vanessa da Mata, Titãs, Capital Inicial,*

*Black Sabbath, Nirvana, etc*); as rádios que escutam (*Nova Brasil, USP, Kiss, 89,7, etc*); os cantores preferidos (*Chico Buarque, Legião Urbana, Zeca Baleiro, Caetano Veloso, Elis Regina, Led Zepelin, Milton Nascimento, The Doors, Adriana Calcanhoto, Capital Inicial, Edu Lobo, Lenine, Luiz Melodia, Marisa Monte, Nirvana, Paulinho da Viola, Pink Floyd, etc.*); assim como os últimos shows que assistiram (*Chico Buarque, Tom Zé, Zé Ramalho, Mônica Salmaso, Rita Ribeiro, Still Pulse, Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, etc*).

Não aparecem citações a grupos sertanejos ou evangélicos e aparecem grupos e cantores não tão conhecidos do grande público (o venezuelano *Ali Primera*; o chileno *Victor Jara*; a americana *Nina Simone*; o francês *Manu Chao*; a banda recifense *Cordel de Fogo Encantado*; entre outros)

Observa-se que aqui, também, os estilos de música ouvidos na infância correspondem ao estilo atual, com exceção do sertanejo, que disseram ouvir quando crianças seis professores e atualmente não fazem menção a esse estilo musical.

#### **d) Acesso à informação**

Os professores, para acesso à informação, parecem estar ainda condicionados aos veículos mais tradicionais (Tv e jornais e periódicos impressos), do que à Internet. São 24 professores que declararam assistir a TV frequentemente/regularmente, sobretudo jornais, documentários e filmes, conforme demonstra a tabela 35:

**Tabela 35**  
**Distribuição dos professores quanto à frequência que assistem TV**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Freqüentemente	04	02	01	01	02	01	<b>11</b>
Regularmente	03	01	02	04	01	02	<b>13</b>
Esporadicamente	03	01	01	01	02	-	<b>08</b>
Não assiste	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

O acesso à informação através de mídia eletrônica, apesar de alto (14), como veremos na tabela 36, é menor do que a leitura de periódicos tradicionais, revistas (26) e jornais (22). As revistas mais lidas são revistas de circulação ampla: *Veja* (05) e *Época*

(04). Mas também aparecem citações a outras revistas (*Caros amigos, Piauí, Carta Capital*), além de revistas voltadas pra área de atuação (*História da Filosofia, Foucault e a Educação, História Viva, etc*). Há bastante dispersão entre as revistas lidas, não se pode dizer que haja preponderância de alguma, e os gostos são bastante dispersos e diferenciados dentro dos sub-grupos. Já com os jornais, a situação é inversa, são citados apenas três deles e 16 professores declararam ler a Folha de S. Paulo, sete lêem O Estado de S.Paulo, e dois o Jornal da Tarde.

Os 32 professores declararam utilizar a internet. A maioria acessa em casa (26), na casa dos pais (01), no trabalho (11), *lan house* (01), não informado (02). Com o objetivo de lazer/comunicação (21), pesquisa/estudo (17), trabalho (11), informação (09), não informado (03).

**Tabela 36**  
**Distribuição dos professores quanto ao uso da Internet**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Sim	10	04	04	06	05	03	32
Não	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Portanto, apesar da diversidade de acesso à informação, vemos uma predominância da TV e de dois jornais em particular (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo), sabe-se da importância desses veículos como formadores de opinião, legitimando determinadas práticas (culturais, sociais), ajudando a definir um “gosto”

... a distinção reconhecida a todas as classes dominantes e a todas as suas propriedades assume formas diferentes segundo o estado dos sinais distintivos da ‘classe’ que, efetivamente, estão disponíveis. De fato, no caso da produção dos bens culturais, pelo menos, a relação entre oferta e demanda reveste uma forma particular na medida em que a oferta exerce sempre um efeito de imposição simbólica: um produto cultural – quadro de vanguarda, programa político ou jornal de opinião – é um gosto constituído, um gosto que foi levado da imprecisa semi-existência da experiência vivida para o semiformulado ou informulado, assim como do desejo implícito, até mesmo, inconsciente, para a plena realidade do produto acabado, por um trabalho de objetivação que incumbe, quase sempre, no estado atual, a profissionais; por conseguinte, ele contém a



força da licitação, legitimação e fortalecimento, reivindicada sempre pela objetivação, sobretudo, como é o caso, quando a lógica das homologias estruturais o atribui a um grupo prestigioso e que ele funciona, então, como autoridade que autoriza e fortalece as disposições, dando-lhes uma realização coletivamente reconhecida. (BOURDIEU, 2008, p. 216)

### 2.1.6 Grau de satisfação com a vida

Quanto ao grau de satisfação com a vida, nos parece importante considerar que quanto mais se aproximaram daquilo que desejaram para si, é possível que mais satisfeitos estejam os agentes. A profissão, nesse sentido, é determinante. Se foi fruto de uma escolha, ou a escolha da “necessidade”, isso faz uma grande diferença na relação que o agente estabelece com a profissão. Entretanto, mesmo as escolhas que parecem ser as mais conscientes, muitas vezes estão ajustadas às condições de vida, não ambiciona outras coisas porque sabe que aquilo “não é para ele”. Ajustam-se também as necessidades: o trabalho precoce, a formação da família, etc. Bourdieu, nos remete à “causalidade do provável”

... a causalidade do provável é o resultado dessa espécie de dialética entre o habitus, cujas antecipações práticas repousam sobre toda a experiência anterior, e as significações prováveis, isto é, o dado que ele toma como uma a percepção seletiva e uma apreciação oblíqua dos índices do futuro para cujo advento deve contribuir (coisas a “serem feitas”, a “serem ditas”, etc): as práticas são o resultado desse encontro entre um agente predisposto e prevenido, e um mundo presumido, isto é, pressentido e prejudgado, o único que lhe é dado conhecer.” (BOURDIEU, 1998, p. 111)

Assim, vejamos como os professores se posicionaram a respeito da escolha da profissão.

#### a) Escolha da profissão

Como podemos observar na tabela 37, a maior parte dos professores (25) disseram ter escolhido a profissão.

**Tabela 37 - Distribuição dos professores quanto à escolha da profissão**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Sim	10	03	03	05	02	02	25
Não	-	01	-	01	03	01	06
Não informado	-	-	01	-	-	-	01
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Entretanto, entre os argumentos utilizados para a escolha vemos que nem todos estão necessariamente ligados à profissão. Vejamos: disseram ter escolhido a profissão porque tem “*o conhecimento como matéria prima*”, “*gosta de História*”, “*gosta de ler*”, “*relacionamento com as pessoas*”; essas características não são exclusivas da docência, outras profissões, inclusive melhor remuneradas e com maior prestígio social também as exigem. Outros já escolheram a profissão claramente por necessidade, porque teriam “*estabilidade*”. Há ainda a questão das relações de gênero e, apesar de muitas transformações, o magistério ainda é visto como uma profissão feminina que permite conciliar com as atividades familiares, portanto possibilita “*horários flexíveis*”. A influência do grupo social também é grande “*influência de bons professores*”, “*influência de parentes*”. Outros colocaram a questão social “*interferir na realidade*”. Outros disseram não ter escolhido a profissão, mas foram conduzidos a ela porque “*o campo era restrito para a pesquisa*”, “*necessidade financeira*”, “*podia trabalhar e estudar*”. E a menor parte dos professores diz ter escolhido a docência por “*realização pessoal*”, “*vocação/afinidade*”, “*gostar de ensinar*”. A maioria disse não ter sido influenciado pelos pais em relação à escolha (27), mas 22 deles têm algum professor na família: avó (01), irmãos (06), mãe (04), pai (02), primos (05), sobrinhas (03), tios (02), cônjuge (06).

Assim, para muitos a docência não foi realmente uma escolha, o acesso se deu muito mais pelas circunstâncias do que por um “sonho de infância”. E, de qualquer forma, apesar de todos os problemas da profissão, ter professores na família, principalmente nas classes média-baixa e baixa ainda é motivo de orgulho e dá um status diferenciado do que o exercício de outras profissões, por ser relacionado a um trabalho intelectual e não manual.

## b) Satisfação

**Tabela 38**  
**Distribuição dos professores quanto ao gosto pela profissão**

	<b>A 1</b>	<b>A 2</b>	<b>A 3</b>	<b>T 1</b>	<b>T 2</b>	<b>T 3</b>	<b>Total</b>
Sim	08	03	03	05	04	02	<b>25</b>
Não	-	01	-	01	-	01	<b>03</b>
Em partes	02	-	-	-	01	-	<b>03</b>
Não informado	-	-	01	-	-	-	<b>01</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Como se pode observar na tabela 38, a maior parte dos professores gosta da profissão. Entre as justificativas estão que a docência possibilita ações diferenciadas de outras profissões, existe “*aprendizado constante*”, “*autonomia de decisões*”, “*a relação professor aluno é especial*”, “*posso falar de coisas que gosto*”, “*importância social*”, “*trabalho não alienado*”. Inclusive, 24 professores apoiariam os filhos caso optassem pelo magistério com o argumento de “*liberdade de escolha*” (10). Entretanto, até que ponto essas afirmações não são uma tentativa de tornar a *necessidade* uma *virtude*? Já que, se observarmos a tabela 39, 17 professores se disseram estar insatisfeitos com o seu estilo de vida atual

**Tabela 39**  
**Distribuição dos professores quanto ao grau de satisfação com o estilo de vida atual**

	A 1	A 2	A 3	T 1	T 2	T 3	Total
Sim	04	02	02	05	01	01	<b>15</b>
Não	06	02	02	01	04	02	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>32</b>

Apenas quatro disseram que estão satisfeitos com a vida porque fazem o que gostam. Dois disseram estar satisfeitos por se sentirem realizados no trabalho e na família. Outros utilizaram como argumento “*estou me aposentando*”, “*vivo com dignidade*”. Mas o maior número de professores diz que está insatisfeito porque “*é muito trabalho e pouco ganho*” (06), “*queria ter mais tempo para lazer*” (03), “*falta esporte*” (02), “*trabalho é lugar de tensão*” (02), “*ritmo de vida acelerado*” (01), “*falta tempo para a família*” (02).

Se reconhecem que a sua profissão é importante e o discurso comum aponta para o papel fundamental da escola na sociedade atual (que de fato tem), sabem e sentem que a profissão não é valorizada socialmente. Ainda que sejam reconhecidos dentro do seu círculo social, sabem, porque vivem, que as condições, mesmo que muito melhores do que a maior parte dos cidadãos do país, não são as mesmas dos ocupantes das esferas mais altas da sociedade.

Não utilizam o seu tempo como gostariam. No seu tempo livre a maior parte aproveita “*para descansar*”, e outros continuam trabalhando “*cuidar da casa*” (15), “*fazer compras*” (12); ou visitam amigos e familiares. Pouco tempo têm para fazer esportes,

apenas 12 fazem regularmente e 11 não fazem nunca. Poucos participam de atividades políticas, apenas quatro (MST, APEOESP, partido político, núcleo de ação e reflexão socialista).

Assim, é possível considerar que esses professores têm um capital cultural que lhes permite saber o que lhes falta, o que gostariam de ter e de ser. Muitos seriam realmente professores, outros teriam seguido outros caminhos. Alguns estão resignados, principalmente os mais velhos, com maior vivência na área; outros ainda postam na formação, sobretudo os mais jovens, buscam novas possibilidades. Reconhecem a importância da escola e da profissão, mas reconhecem que as condições de trabalho não são ideais. Esses professores, de acordo com as suas vivências, com capital cultural e social que herdaram ou adquiriram, têm expectativas diferenciadas em relação à profissão.

## **2.2 Expectativas**

Como visto anteriormente, esses professores têm muito em comum, entretanto, existem singularidades para as quais não foi possível atentar na análise geral. Até o momento a abordagem não foi suficiente para responder ao total do problema de pesquisa, apresentado ao início do trabalho, em relação às expectativas.

A hipótese inicial era de que os candidatos aprovados deveriam ter expectativas e perfis diferenciados e estes estariam relacionados ao seu capital cultural e social acumulado. Para tentar verificar a validade da hipótese formulada, foram analisados os questionários, focalizando a pergunta “Quais as suas expectativas em relação ao Concurso e ao cargo?”. E percebeu-se que as respostas indicavam dois tipos de sub-grupos: um, cuja expectativa em relação ao ingresso atendia às necessidades financeiras e outro que se referia ao campo pedagógico propriamente dito. Verificou-se que não existiam diferenças substanciais entre os professores que se candidataram a cargos diferentes (adjunto/titular), e sim que as características mais marcantes estavam mesmo na trajetória dos sujeitos.

Seguindo esse raciocínio, dividiu-se os professores em dois grupos. O grupo 1 correspondia às expectativas econômicas/financeiras, que englobavam estabilidade, plano

de carreira, segunda aposentadoria. O grupo 2 correspondia às expectativas pedagógicas, quais sejam, desenvolver bom trabalho e verificar os conhecimentos.

Perseguiram-se as relações entre as expectativas de ingresso e o perfil apresentado anteriormente: idade, gênero, religião, estado civil, origem, moradia atual, trabalho do cônjuge, parentes professores, renda, ensino superior, acesso aos bens culturais na infância e hoje, se já saiu do país, se fala outras línguas, escolha da profissão, opiniões morais e políticas, grau de satisfação com a vida, trabalho atual.

Foram 19 os professores que responderam a essa pergunta. Entretanto, selecionaram-se apenas oito trajetórias que apresentam essas singularidades mencionadas de forma significativa, possibilitando um esboço de análise que pode ser aprofundada por pesquisas posteriores. Dos 19 professores, quatro tinham expectativas pedagógicas, selecionamos dois; 15 tinham expectativas econômicas/financeiras, selecionamos seis. Apresenta-se a seguir, com nomes fictícios, os professores segundo as suas expectativas em relação ao concurso e ao ingresso.

## **Grupo 1 – Expectativas econômicas/financeiras**

### **a) Estabilidade**

#### **QA11 – Marcelo**

Marcelo tem 41 anos, é casado e tem 3 filhos. Não tem nenhuma religião. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe social baixa. Morou em uma casa alugada, de três cômodos, onde viviam quatro pessoas. Entre os bens de consumo sua família possuía apenas TV. Seus avôs foram lavradores, os paternos cursaram o primário e os maternos eram analfabetos. A mãe era faxineira e analfabeta. O pai era motorista e tinha o ensino fundamental incompleto, mas gostaria de ter feito faculdade, não fez por falta de oportunidade. Atualmente ele mora em casa própria de cinco cômodos, com a esposa e filhos, totalizando cinco pessoas. Possui rádio, TV, computador, carro, convênio médico, máquina de lavar roupa. Não têm empregada doméstica. Sua esposa também é professora e cursou o superior completo. A renda familiar (contribuem ele e a esposa) está entre 7 e 10 salários mínimos, e sua renda individual está entre 4 e 7 salários. Fez História em faculdade privada, depois fez pedagogia. Não estuda atualmente mas pensa em fazer filosofia. Na infância, não frequentou teatro e cinema, museu e biblioteca só com a escola. Tampouco fazia atividades extracurriculares. Tinha contato com a leitura, mas não ganhava livros de presente. Hoje, frequenta regularmente museus e exposições. Esporadicamente vai ao cinema, teatro, shows, parques e shoppings. Nunca vai a concertos e restaurantes. Viaja e pratica esportes esporadicamente, não participa de organizações sociais. Entretanto, lê frequentemente livros, jornais e revistas. Não fala nenhuma língua estrangeira e nunca saiu do país. É a favor da legalização do aborto e contra a redução da maioridade penal, discute política com amigos e familiares frequentemente. Escolheu a profissão para poder “*interferir na realidade*”. Está satisfeito com o seu estilo de vida atual porque “*faço o que gosto, vivo com quem gosto*”. Trabalha há mais de dez anos na PMSP.

### QA21 - Roberto

Roberto tem 46 anos, é casado e tem dois filhos. É católico. Nasceu e morou no interior de Santa Catarina, migrando posteriormente pra São Paulo. Roberto pertencia a uma família de classe social baixa. Tinham casa própria, de 11 cômodos, onde habitavam 15 pessoas. Entre os bens de consumo possuíam rádio, TV e carro. Os avôs, paternos e maternos, foram agricultores e cursaram o primário. Os pais também eram agricultores e cursaram até a 4ª série. Atualmente mora em São Paulo, em uma casa de sete cômodos, que não é própria, nem alugada, mas ele não especifica a condição. Vivem ele, a esposa e dois filhos. Possui todos os bens listados, mas não têm empregada doméstica. A esposa é auxiliar administrativo, tem nível superior. A renda familiar está entre sete e dez salários (contribuem ele e a esposa) e a sua renda individual está entre quatro e sete salários. Fez licenciatura em instituição particular, não estuda atualmente e não pensa em fazer outra faculdade. Na infância não frequentou teatro, cinema, museu ou biblioteca, nem com a família, nem com a escola. Não tinha contato com a leitura, não gostava de ler, não ganhava livros de presente, mas ouvia música, especialmente sertanejo, e fazia artesanato. Atualmente frequenta shoppings e pratica esportes regularmente. Ao cinema, teatro, concertos, shows e restaurantes ele vai esporadicamente. Lê regularmente revistas (Veja) e jornais (O Estado de S.P.) e livros relacionados a área de trabalho. Já saiu do país a estudo e sabe falar espanhol, tendo aprendido de forma autodidata. É contra o aborto e a favor da maioridade penal. Discute política com amigos e familiares regularmente. Têm três irmãs professoras. Diz ter escolhido a profissão como “*conseqüência de ter estudado e ideal pessoal e social*”. Não está satisfeito e gostaria de ter mais tempo para a família, amigos e passeio. Trabalha na Prefeitura há algum tempo.

Marcelo e Roberto têm trajetórias parecidas, vêm de uma família de classe social baixa, com poucos recursos. Os avôs eram lavradores, possuíam pouca instrução. No caso de Roberto, seus pais ainda mantiveram atividades rurais. No caso de Marcelo seus pais já desenvolviam atividades urbanas, mas tinham profissões pouco valorizadas socialmente. Os dois entretanto, possuíam pais que tinham instrução. O pai de Marcelo, inclusive, gostaria de ter feito faculdade.

Percebe-se que para ambos o magistério significa um deslocamento social. E percebe-se o reflexo disso na justificativa de ambos para a escolha do magistério ligada a um idéia de “*interferir na realidade*” e por um “*ideal pessoal e social*”. A escola e o capital cultural institucionalizado fizeram diferença na vida dos dois.

Avançaram muito em relação às gerações que os precederam, no que se refere a aquisição de capital cultural institucionalizado, mas na relação com as outras esferas sociais, seu diploma tem um valor menor, visto que estudaram em universidades particulares, com um menor status em relação às públicas. Do ponto de vista do acesso aos espaços culturais, as práticas na infância foram limitadas e isso se reflete nos hábitos atuais, pouco frequentam cinema, teatro, shows.

A união afetiva se deu, para ambos, com pessoas que parecem ocupar o mesmo espaço social, pois também possuem nível superior, a esposa de Marcelo, inclusive, é professora. Percebe-se que ambos (marido e mulher) contribuem para a renda familiar. Portanto, o emprego público é muito importante e segundo os próprios, confere “estabilidade”.

Como se pode observar, ambos têm mais de 40 anos, são casados e têm filhos, portanto as obrigações familiares fazem com que tenham os pés no chão. Precisam de estabilidade financeira e parecem não ter maiores ambições na carreira, já que, atualmente, pouco investem na profissão.

## **b) Plano de Carreira**

### **QT3 – Claudia**

Claudia tem 27 anos. É solteira e não tem filhos. É católica não praticante. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média baixa. Morava com os pais e a irmã, na casa da avó paterna. Possuíam todos os bens de consumo e não contavam com o trabalho de empregada doméstica. O avô materno era açougueiro, a avó materna era dona-de-casa. O avô paterno era zelador, a avó foi doméstica e operária em fábrica têxtil. Os avôs cursaram o ensino fundamental incompleto. A mãe é professora e o pai já foi professor, atualmente é programador cultural da prefeitura de uma cidade da grande São Paulo. Os dois possuem superior completo. Ainda mora com os pais. A renda familiar está entre sete e dez salários mínimos e a renda individual entre quatro e sete salários. Cursou História em universidade pública, atualmente faz mestrado e não pensa em fazer outra faculdade. Na infância freqüentava teatro e cinema com a família, museu com a escola e a biblioteca com ambas. Tinha contato com a leitura, gostava de ler, ganhava livros de presente, escutava música, jogava vôlei e fazia inglês. Hoje, vai freqüentemente ao cinema, shows, museus, restaurantes. Viaja regularmente. Vai esporadicamente ao teatro, parques, shopping. Nunca vai a concertos, não participa de organizações sociais e esporadicamente pratica esportes. Lê freqüentemente livros, revistas e jornais. Nunca viajou ao exterior, não fala língua estrangeira. É a favor do aborto e contra a redução da maioridade penal. Discute política regularmente. Escolheu *“fazer história, ser professora foi uma consequência”*, reconhece a importância social do seu trabalho mas não se sente valorizada pelo governo e pelos alunos. Está satisfeita em parte com o seu estilo de vida atual, pois reconhece que *“é relativamente melhor do que a maioria da população, mas gostaria de ter mais tempo e dinheiro para estudar, viajar ou ficar sem fazer nada”*. Atualmente trabalha como professora efetiva na rede estadual.

## QT2 – Sofia

Sofia tem 26 anos. É solteira e não tem filhos. Não têm religião. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média baixa. Morava em casa própria de cinco cômodos, com os pais e irmãos. Possuíam todos os bens de consumo, exceto convênio médico e carro. Contavam com o trabalho de empregada doméstica. O avô paterno foi lavrador e depois vendedor, a avó paterna foi lavradora e depois dona-de-casa. O avô materno era comerciante e a avó materna dona-de-casa. Todos eram alfabetizados. O pai e a mãe eram professores, concluíram o ensino superior. Atualmente mora sozinha em casa alugada. Tem todos os bens de consumo, menos convênio médico e carro. Não tem empregada doméstica. Sua renda individual está entre quatro e sete salários mínimos. cursou História em faculdade particular, atualmente faz mestrado e não pensa fazer outra faculdade. Na infância freqüentava teatro, cinema, biblioteca com a família e museu também com a escola. Tinha contato com a leitura, gostava de ler, ganhava livros de presente, escutava música, fazia teatro, inglês e espanhol. Hoje, vai freqüentemente ao cinema; regularmente ao teatro, a shows, concertos, museus, exposições e restaurantes. Viaja regularmente. Vai esporadicamente a parques e shoppings. Não pratica esportes e não participa de organizações sociais. Lê freqüentemente livros, revistas e jornais. Já viajou pro exterior e fala inglês e espanhol, tendo aprendido em cursos de idiomas. É a favor da legalização do aborto e contra a redução da maioridade penal. Discute política freqüentemente. Escolheu a profissão por influências familiares e também porque sente que no magistério existe ainda alguma possibilidade de “*intervenção e criação*”. Na família tem os pais e tios que são professores. Não está satisfeita com o seu estilo de vida atual pois “*apesar de gostar do que faço, gostaria de trabalhar um pouco menos e me dedicar mais a outras coisas*”. Atualmente trabalha na rede estadual de ensino de São Paulo.

O caso de Claudia e Sofia, é totalmente distinto dos dois anteriores. As duas têm claras ambições na carreira. Isso tem relação óbvia com a sua idade, pois ambas têm menos de 30 anos, mas não é só. Vieram de famílias de classe média baixa, mas que já possuíam um volume considerável de capital cultural e capital institucionalizado. Basta ver que seus pais eram/são professores. Os seus avôs já desempenhavam atividades urbanas.

A relação com os espaços culturais era intensa, freqüentavam teatro e cinema com a família e com a escola. Liam regularmente e ganhavam livros de presente. Faziam atividades extracurriculares. Atualmente têm uma relação de proximidade com o campo da cultura, pois freqüentam assiduamente cinema, museus, exposições, etc, além de viajar freqüentemente.

Tornarem-se professoras não é um deslocamento, mas é a manutenção do mesmo status. Outros parentes na família também são professores. Entretanto, está claro que a profissão atende as suas necessidades econômicas. É possível que tenha faltado um pouco mais de capital social para que tivessem ido além. Mas percebe-se que ambas buscam estratégias para isso, já que fazem mestrado. Trabalham na rede estadual, como professoras efetivas e prestaram o concurso porque vêem maiores perspectivas na rede municipal E



apesar de reconhecer a importância da profissão que escolheram, as duas estão insatisfeitas com o seu estilo de vida atual. Gostariam de poder dedicar seu tempo a outras atividades.

### c) Voltar a lecionar/conseguir segunda aposentadoria

#### QT24 – Marta

Marta tem 51 anos, é solteira. É católica. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média baixa. Possuía casa própria de seis cômodos, situada em cidade da grande São Paulo. Morava com os pais e irmãos. Possuía todos os bens de consumo, exceto convênio médico. Não contavam com o serviço de empregada doméstica. Os avós eram lavradores e as avós donas-de-casa, não cita a escolaridade dos mesmos. O pai e a mãe eram funcionários públicos, cursaram o primário. Atualmente mora em casa própria de cinco cômodos, sozinha. Tem todos os bens de consumo, menos convênio médico. Não conta com os serviços de empregada doméstica. Sua renda está entre quatro e sete salários mínimos. Cursou História em faculdade particular, não estuda atualmente, não pensa em fazer outra faculdade. Na infância não frequentava teatro e cinema. Museu e biblioteca somente com a escola. Tinha contato com a leitura, gostava de ler, ganhava livros de presente, escutava música, fazia inglês e francês. Hoje, pratica esportes frequentemente; viaja regularmente; vai esporadicamente a cinema, teatro, shows, parques, museus, exposição, shoppings e restaurantes. Não vai a concertos e não participa de organizações sociais. Nunca viajou para o exterior. Não fala outros idiomas. Não emite opinião sobre a legalização do aborto. Em alguns casos é a favor da redução da maioria penal. Escolheu a profissão porque “*daria estabilidade e por vocação*”. Está satisfeita porque além de sobreviver consegue satisfazer as necessidades de lazer e cultura, mas queria engordar menos. Aposentada quer voltar a lecionar.

#### QT25 - Fernanda

Fernanda tem 52 anos, é casada e tem um filho. É católica. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média alta. Morava em casa própria de dez cômodos, com os pais e irmão. Possuía todos os bens de consumo, exceto computador porque não havia ainda. O avô paterno era agricultor, o materno marceneiro. A avó materna era babá, não fala sobre a avó paterna. Não cita a escolaridade dos avós. O pai era gráfico, concluiu o ensino fundamental, queria ter feito medicina, mas não teve condições. Não cita o trabalho desenvolvido pela mãe, mas concluiu o primário. Atualmente segue morando no bairro onde viveu, em casa alugada de oito cômodos. Possui todos os bens de consumo, mas não conta com os serviços de empregada doméstica. O marido é professor. A renda familiar é maior que dez salários mínimos, a renda individual está entre sete e dez salários. Cursou História em faculdade particular, fez também psicologia, mas não pensa em fazer outra faculdade. Na infância ia ao teatro e ao museu com a escola, ao cinema com a família, não frequentava a biblioteca. Gostava de ler e ganhava livros de presente. Hoje, vai frequentemente a parques, regularmente a museus, exposições e shopping, não vai nunca ao cinema, ao teatro, a shows, a concertos, não pratica esportes, nem participa de organizações sociais. Nunca viajou pro exterior e não fala outros idiomas. É a favor da legalização do aborto e da redução da maioria penal. Pretendia trabalhar somente com pesquisa, mas começou a gostar de dar aulas no estágio. Não está satisfeita com o seu estilo de vida atual por questões financeiras e queria fazer menos serviços domésticos. Quer segunda aposentadoria, atualmente trabalha no estado como efetiva e na rede particular.

Marta e Fernanda têm mais de 50 anos, já são aposentadas e prestaram o concurso com o objetivo de conseguir uma segunda aposentadoria. Têm trajetórias de vida diferentes. Marta vem de uma família de classe baixa, que vivia na grande São Paulo. Fernanda, disse ter pertencido a uma família de classe média alta. Entretanto, ambas parecem ter escolhido

a profissão por necessidade: “*daria estabilidade*”, “*pensava em trabalhar com pesquisa*”. Não têm mais ambições de ascensão na carreira, e não investem mais na profissão.

Na infância tinham pouco acesso a atividades culturais e isso se reflete nas suas ações hoje, já que pouco freqüentam teatro, cinema, shows, etc. Entretanto, Fernanda parece estar menos realizada, investiu em outra faculdade, queria ter feito pesquisa, mas as coisas parecem não ter se encaminhado como gostaria, pois não está satisfeita com o seu estilo de vida “por questões financeiras”. Marta ao contrário diz que está satisfeita, porque além de sobreviver consegue atender as necessidades de lazer e cultura, entretanto pouco freqüenta esses espaços culturais. Talvez, a diferença central esteja naquilo que significa necessidade para ambas.

## **Grupo 2 – Expectativas pedagógicas/verificar conhecimentos**

### **QA10 – Rosa**

Rosa não informou a idade. É casada e não tem filhos. É católica. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média baixa. Moravam em casa própria de seis cômodos, ela, os pais e dois irmãos. Possuíam todos os bens de consumo, exceto computador. Também não contavam com o trabalho de empregada doméstica. A avó materna era costureira, a paterna faxineira, o avô materno era marceneiro e o paterno pintor de carros. O pai era radiologista, concluiu o ensino médio. A mãe era contadora, tendo cursado o ensino superior. Atualmente Rosa mora no mesmo bairro onde nasceu, em casa alugada de seis cômodos. Possui todos os bens de consumo. Não conta com o trabalho de empregada doméstica. O marido é advogado. A renda familiar está em mais de 10 salários mínimos, mas a individual está entre um e três salários. Cursou História em universidade pública, atualmente faz pedagogia também em instituição pública. Frequentava o teatro com a família e com a escola, o cinema com a família, e não frequentava museu e biblioteca. Tinha contato com a leitura, gostava de ler, ganhava livros de presente. Escutava música, fazia balé. Vai frequentemente a restaurantes, regularmente ao cinema e a exposições. Esporadicamente frequenta teatro, vai a shows, concertos e ao shopping. Pratica esportes e viaja frequentemente. Não citou a ida a parques, museus e participação em organizações sociais. Nunca viajou para o exterior, mas fala inglês, aprendeu em um curso de idiomas. É contra o aborto e a redução da maioria penal. Discute política frequentemente. A escolha da profissão se deve aos professores de História que teve. Tem uma tia que é professora. Está satisfeita com o seu estilo de vida atual porque escolheu fazer as coisas que gosta realmente

## QT21 – Patrícia

Patrícia tem 55 anos. É casada e tem filhos. É cristã. Nasceu em São Paulo, em uma família de classe média alta. Moravam em uma casa com “muitos cômodos”. Possuíam todos os bens (menos computador porque não existia), e três empregadas. As avós eram donas-de-casa, o avô paterno era comerciante e o materno trabalhava na Light, não sabe a escolarização deles. O pai era advogado, “*formado pela USP*” e a mãe, também “*formada pela USP*”, trabalhava com o pai. Atualmente mora ainda no mesmo bairro, em uma casa de 10 cômodos. Possui todos os bens e tem empregada doméstica. Seu marido é livre-docente e professor da USP. Sua renda familiar é maior que dez salários mínimos, sua renda individual está entre sete e dez salários. cursou História em universidade pública, não fez outra faculdade e não pensa em fazer. Atualmente faz cursos de extensão universitária. Na infância ia apenas à biblioteca com a família. Tinha contato com a leitura, gostava de ler, não ganhava livros de presente. Estudava francês. Hoje, vai frequentemente ao cinema, a parques, museus e exposições. Viaja e pratica esportes frequentemente. Vai regularmente a restaurantes e esporadicamente ao teatro e shoppings. Nunca vai a shows e concertos, nem participa de organizações sociais. Já viajou ao exterior a lazer e a estudo. Estudou francês na Aliança Francesa e em Paris. É a favor da legalização do aborto, contra a redução da maioridade penal. Discute política frequentemente. Não escolheu ser professora “*foi automático após o término da universidade.*” Não está satisfeita com o estilo atual de vida porque “*é muito stress e pouco tempo para relaxar, queria trabalhar menos e viajar mais*”. É professora da rede municipal desde 1993.

Rosa e Patrícia têm trajetórias distintas, uma vem de família de classe média baixa, a outra de classe média alta. Mas ambas cursaram a mesma universidade (USP) e têm pais que cursaram nível superior. No caso de Patrícia, tanto o pai quanto a mãe estudaram na USP na década de 1950. As duas são cristãs. Tiveram acesso aos espaços culturais e fizeram atividades extracurriculares.

Mas, o que parece unir as duas são as condições de vida atual. As duas têm uma renda familiar que ultrapassa dez salários mínimos. Entretanto, a maior parte da renda é proveniente de seus maridos. Rosa é casada com um advogado e Patrícia tem um marido que é livre-docente. Assim, a parte financeira não parece ser mesmo a principal preocupação.

Patrícia tem, ainda, uma trajetória que parece apontar para uma submissão do mundo feminino, pelo masculino. Suas avós eram donas-de-casa, sua mãe, apesar de formada em uma instituição de renome, trabalhava no escritório do pai. Ela mesma, com tal trajetória familiar, poderia ter investido mais na sua carreira, mas seguiu como professora do ensino fundamental, enquanto o seu marido é livre-docente. Diz que a escolha foi automática, quando saiu da faculdade. Não parece mesmo ter outras pretensões acadêmicas, já que não fez outra faculdade, não pensa em fazer, e faz apenas alguns cursos de extensão universitária. Não está satisfeita com o seu estilo de vida atual. Rosa, ao contrário, continua

estudando, atualmente faz Pedagogia e diz estar satisfeita porque escolheu as coisas que gosta de fazer realmente.

\*\*\*\*

Observando essas trajetórias, vemos claramente o quanto as discussões que fizemos anteriormente estão aqui presentes: as necessidades feitas virtudes; as escolhas de um mundo já conhecido e presumido; a escolha da profissão a partir de uma perspectiva de gênero; o gosto constituído a partir de um *habitus* primário; as estratégias de reconversão; as expectativas e percepções do mundo a partir da posição ocupada e do volume de capital (cultural, econômico e social) acumulado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se analisar as relações entre o concurso público, o processo de profissionalização docente e o perfil sócio-cultural dos professores aprovados, identificando como se processavam a organização dos concursos; o perfil dos professores que o poder público esperava selecionar; as relações existentes dentro do espaço escolar a partir de sua estruturação e os perfis e as expectativas dos professores em relação ao ingresso na rede municipal de ensino de São Paulo, tendo como norteadores os estudos referentes à burocracia, à profissionalização docente e perfil sócio-cultural dos professores. Para tanto se coletaram dados de fontes legais (editais, leis, decretos, portarias) e foram respondidos questionários por 32 professores de História aprovados no concurso público. Chega-se ao fim da pesquisa, mas não se esgota a discussão sobre o tema.

O estudo do concurso público e da estrutura burocrática da rede remetem a questões importantes da profissionalização docente. A análise permitiu apresentar uma forte hierarquia dentro do governo municipal, da qual faz parte a Secretaria Municipal de Educação. Existem órgãos muito delimitados e com funções bastante específicas, atendendo a uma organização mais racional, condizente com o Estado moderno, substituindo as relações patrimoniais que antes eram predominantes.

A organização da carreira do magistério municipal também está fundamentada em leis, decretos. A carreira apresenta a estruturação de uma profissão, com normas, deveres e direitos, que devem ser cumpridos e exercidos e estão contidos inclusive em um Estatuto. As funções do professor estão explicitadas, assim como o papel que ocupa no sistema de ensino, a despeito das horas que permanece na escola e a organização do espaço escolar.

Dentro da carreira do magistério municipal, observou-se que as denominações diferentes dadas aos professores (adjuntos e titulares) interferiram na relação que os mesmos tinham dentro das unidades escolares, assim como acarretavam instabilidade financeira e de organização pessoal.

Verificou-se que os exames ocupam um espaço privilegiado no sistema racional, pois é a forma encontrada pela burocracia para selecionar os profissionais mais aptos aos cargos. Os editais dos exames especificam o capital cultural exigido dos professores, assim

como as habilidades que devem demonstrar, embora isso não seja avaliado de forma prática, apenas conceitual, através de questões objetivas e dissertativas.

Nos editais, analisando-se os temários, observou-se como os diferentes grupos políticos, junto com os especialistas dos seus grupos, expressam as suas ideologias e tentam impor as suas concepções como legítimas aos demais, utilizando as suas produções institucionais e referências às produções daqueles que confessam as suas mesmas crenças.

A bibliografia exigida explicitou as lutas no campo educacional, a importância das “citologias” a determinados autores que participam inclusive da construção de currículos atuais para secretarias de governo. Assim como encontrou-se correspondência entre os livros e autores que são repetidos em mais de um concurso e aqueles que os professores leram nos cursos universitários e que consideram importante para a carreira.

Em relação ao perfil dos professores percebemos que as suas trajetórias de vida estão ligadas às suas expectativas diferenciadas em relação ao ingresso na carreira do magistério municipal.

O perfil geral dos professores indicou que existe equilíbrio de gênero entre o grupo que respondeu o questionário. A importância da religião na construção das suas atitudes morais diminuiu consideravelmente, embora tenha se verificado correspondência entre as opiniões morais e práticas religiosas, sobretudo em relação àqueles que são contra à legalização do aborto.

Verificou-se que a maior parte dos professores ocupava na infância uma posição média dentro do espaço social. Entre aqueles que tinham origem no interior ou fora do estado, a migração ocorreu em grande parte na geração dos avós, sendo que os pais já ocupavam atividades urbanas e especializadas. Em relação à formação institucional, verificou-se que muitos avós já tinham cursado pelo menos o ensino fundamental, e entre os pais o número de analfabetos era ínfimo, assim como elevou-se o número daqueles que seguiram seus estudos e chegaram inclusive ao curso superior. Observou-se a tendência desses professores a unirem-se afetivamente a pessoas que ocupam o mesmo espaço social, no que se refere à soma global do seu capital (econômico, político e social).

Observou-se que o capital cultural institucionalizado para os professores aumentou em relação às gerações anteriores, entretanto, metade dos professores tiveram acesso a

faculdades privadas, menos reconhecidas socialmente. O acesso aos bens de consumo também aumentou, embora isso não signifique um deslocamento radical no espaço social, visto que diminui, em relação aos pais, o número de agentes que possui casa própria, além disso, moram em casas menores, e tem menos filhos.

Em relação à incorporação do capital cultural, viu-se a importância da constituição de um habitus primário entre a família, já que, nas práticas atuais, atualmente foi mais comum a citação ao acesso aos espaços culturais entre aqueles que tiveram acesso também quanto criança. Entre os sub-grupos, percebeu-se que o grupo A3 era o mais desprovido de capital cultural, já que eram os que menos declaravam acesso aos espaços culturais atualmente, assim como os que citavam com menos frequência as peças, filmes, etc. Mas no geral os professores tinham uma frequência bastante positiva desses espaços e demonstravam ter um certo domínio, especialmente no que se refere ao cinema, o que nos indicam as citações que fizeram. Os museus e exposições eram frequentados de forma relevante pelos professores. Já os concertos eram espaços aos quais os mesmos não tinham realmente acesso, demonstrando desconhecimento, reflexo das práticas culturais vivenciadas, já que apenas dois aprenderam instrumentos musicais na infância.

Quanto à leitura observou-se à mesma relação. Os professores se apresentaram como leitores habituais de livros, revistas e jornais. Os livros voltados sobretudo para a atividade profissional, mas também citações literárias e apenas um livro de origem espírita, indicado por um professor do grupo A3, que também demonstrou um menor trânsito nessa área. As revistas lidas são diversas, mas os professores lêem sobretudo as de circulação em massa, embora surjam revistas destinadas a um público mais específico. Para a obtenção de informação utilizam-se de meios tradicionais: a tv e os jornais impressos. Entretanto o acesso à internet, para diversos fins, é intenso entre esses professores e a maioria possui computador com internet em casa.

Quanto à escolha da profissão, apesar dos professores terem dito que escolheram sem influência dos pais, vimos que a maior parte já tinha professores na família: mãe, pai, tios, irmãos, etc. A maioria se declara contente com a profissão, mas em contrapartida estão insatisfeitos com o estilo de vida que levam.

Ficou claro também que as expectativas dos professores em relação ao concurso público para a rede municipal se deve às percepções que os mesmos têm sobre a rede e a carreira do magistério. Praticamente todos já são efetivos, na rede estadual ou municipal, outros trabalham na rede particular, e alguns prestaram apenas para verificar os seus conhecimentos, pois já são professores da rede. Identificamos dois tipos de expectativas: econômicas/financeiras e pedagógicas/verificação de conhecimentos.

Entre as expectativas econômicas/financeiras verificamos tendências e trajetórias diferentes entre os sujeitos. Buscam estabilidade homens com mais de 40 anos, com família e filhos. Já não investem mais na carreira e o magistério dentro das gerações significou um grande deslocamento na posição social ocupada pela família. Buscam um plano de carreira, professores jovens, com menos de 30 anos, com intensa atividade cultural, cujos pais já eram professores e que portanto o acesso à docência é apenas uma manutenção do espaço social ocupado, o que faz com que busquem novas estratégias de reconversão, como o investimento no mestrado, que possibilitaria o acesso a um novo patamar na docência. Querem voltar a lecionar, mulheres aposentadas, com mais de 50 anos cujas trajetórias não foram exatamente aquilo que esperavam e que portanto necessitam seguir trabalhando para atender as suas necessidades de consumo e de sobrevivência.

Entre as expectativas pedagógicas/verificação de conhecimentos, encontramos duas mulheres casadas, que embora tenham trajetórias diferenciadas, tiveram acesso à universidade, acesso aos espaços de cultura na infância, mas cuja renda não é determinante para a renda familiar, pois os seus maridos recebem um salário considerável, o que faz com que, dentro da profissão, elas não estejam voltadas apenas para as necessidade econômicas, embora, especificamente para uma delas fique clara a subordinação do mundo feminino em relação ao masculino.

Esses perfis encontrados, quando relacionados às pesquisas recentes sobre o perfil de professores, utilizando o mesmo referencial teórico, são bastante distintos. A maior parte desses professores apresenta um acesso aos bens culturais mais frequentes e gostos diferenciados.

Isso nos faz voltar ao relacionamento com o concurso público. Verificou-se que nos dois exames o número de reprovações foi bastante alto. Sobretudo no segundo, que



constava de questões objetivas e dissertativas. O primeiro, selecionou um número maior de professores, e isso vai ao encontro de que o grupo A3, grupo de pior classificação no concurso, é o que menos se aproxima das práticas culturais dos outros grupos, onde verifica um certo equilíbrio. Ou seja, esse grupo de professores que respondeu ao questionário já é um grupo bastante selecionado e por pior que tenha sido seu resultado no concurso é bastante distinto do professorado que vem sendo pesquisado.

Os professores, a partir das suas citações, da forma como descreveram a sua própria condição e como expressaram os seus gostos culturais, mostraram que têm, ao menos em princípio, totais condições de desempenhar a profissão. Entretanto, verificou-se que muitos não encontram correspondência entre aquilo que esperam e o que de fato os espaços escolares oferecem. Muitos falam da desvalorização da profissão, que gostariam de trabalhar menos, ter mais tempo para a realização de outras atividades que escapassem ao cotidiano trabalho/casa.

Observe-se que, apesar desses exames conseguirem, neste caso, selecionar profissionais que parecem ter um bom nível de formação, não há um esforço para mantê-los na carreira. Basta ver que entre os oito professores que assumiram como adjuntos, cinco se exoneraram. Será que esses profissionais que estão fazendo mestrado e outras faculdades permanecerão muito tempo na rede? E se permanecerem, o espaço escolar está organizado de forma que esses professores possam realmente contribuir com o processo educativo?

As exigências realizadas pelo concurso e o que se espera do profissional não é pouco. Mas e a contrapartida para esse profissional? A escola, socialmente, é vista como caminho para a mobilidade social, mas parece haver muito mais uma reprodução do que possibilidades de alteração. Não apenas reprodução da cultura dominante, mas também a reprodução de um sistema, que concede ao professor sempre uma posição ambígua: deposita-se nele uma série de atribuições e esperanças, sem conferir condições de trabalho semelhantes.

Foi possível verificar que as condições de profissionalização dos professores conforme preconiza Nóvoa estiveram presentes inclusive como parte das características que as instituições da modernidade apresentam para sua sobrevivência conforme propõe o ideal tipo denominado de burocracia por Weber. Além disso, este estudo apresenta outras

informações a serem levadas em conta pelas políticas no que tange à profissionalização dos professores, características possíveis de detectar por meio dos perfis dos professores, sua trajetória e suas expectativas em relação ao exercício da função docente, mesmo numa situação melhor que é dentro de uma carreira e com um cargo com as condições aqui visualizadas.

Confirma-se a hipótese de que o concurso qualifica e distingue os professores aprovados dos não aprovados. Eles têm características aproximadas e outras diversas. Entretanto essas distinções – tanto por terem sido aprovados, como por apresentarem semelhanças entre si e diferenças em relação ao professorado – são resultado de marcas sociais, ou seja, já chegaram aos concursos distintos de grande parte da parcela do professorado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCÁCIO, Liette Oliveira. 2002. *Docentes e Catedráticos: os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal (1928-1930)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.

ALMEIDA, Guido de. 1986. *O professor que não ensina*. 3ª edição. São Paulo: Summus.

AMANCIO, Livia Freitas dos Santos. 2006. *Ensino de História: memórias e práticas de uma professora de História da rede municipal de ensino de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: PUC-SP.

ARAÚJO, José Augusto de Melo. 2004. *Debates, Pompa e Majestade: A história de um concurso docente nos trópicos no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Sergipe: UFS.

ATHAYDE Jr, Mario Candido de. 1995. *O discurso político em redação de professores: exercício da leitura*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

BIANCHINI, Noemi. 2005. *As ausências de conhecimentos manifestos na formação de professoras-alunas de curso normal superior*. Dissertação de mestrado. Araraquara:UNESP.

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero.

\_\_\_\_\_. 1998. *O capital social*. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes: p. 65-69.

\_\_\_\_\_. 1998. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes. p. 71-79.

\_\_\_\_\_.1998. *Futuro de classe e causalidade do provável*. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis. Vozes. p.81-126.

\_\_\_\_\_. 2007a. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. 2007b. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_. 2008. *A distinção*.Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Zouk/Edusp.

BROUCO, Gisely Rodrigues. 2006. *As diferentes tendências da Educação Física Escolar e os Concursos para professores da Rede Pública Estadual de Ensino das Regiões Sul e Sudeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP.

CHAPOULIE, Jean Michel. 1979. La compétence pédagogique comme enjeu de conflits. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Minuit, nº 30, jun 1979, p. 65-85.

COSTA, José Cícero. 1999. *Dos concursos públicos e da política de recrutamento de professores do Ensino Fundamental I, no município de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP.

CORDOVA, Rogério de Andrade. 1997. *Educação, instituição e autonomia uma análise da gestão educacional no município de São Paulo no período 1989/1992*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP

CRUZ, Livia Lara da. 2008. *Magistério e cultura: a formação cultural dos professores e sua percepção das potencialidades educativas dos museus de arte*.Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.

CUNHA, Elke Mendes. 1999. *Concurso Público (Visão Jurisprudencial)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP

DESCARDECI, Maria Alice de Souza. 1992. *O concurso público: um estudo de letramento em exame*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. [www.concursosfcc.org.br](http://www.concursosfcc.org.br). último acesso em outubro de 2008

FERREIRA, Marcos Paulo. 2006. *Concursos, Ingresso e Profissão Docente: um estudo de caso dos professores de História (São Paulo, 2003-2005)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC

FISCHMANN, Roseli. 1988. *Estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP

GRENDDEL, Marlene Terezinha. 2000. *Recrutamento e seleção de professores de filosofia para o ensino médio: a prova de conhecimentos específicos do concurso público de provas e títulos realizado no estado do Paraná, em 1991*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP

GOMES, Luiz Roberto. 1998. *Políticas de Seleção de professores: estudo sobre os concursos públicos para provimento de Cargo de Professor I da Rede Estadual Paulista na década de 80*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC

GONDRA, José Gonçalves. 1998. *Concursos e provas de professores como estratégias de profissionalização docente na Corte Imperial*. São Paulo: Centro de Memória da USP.

LETA, Maria Masello. 1995. *O garimpo da escrita: Conhecimentos pedagógicos num Concurso Público para o Magistério do Município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ

MACHADO Jr, Agapito. 2006. *O controle jurisdicional nos Concursos Públicos*. Dissertação de Mestrado. Ceará: UFCE.

MAIA, Marcio Barbosa e QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro. 2007. *O regime jurídico do Concurso Público e o seu controle jurisdicional*. Editora Saraiva. São Paulo: SP

MANCINI, Ana Paula Gomes. 1999. *Concursos Públicos para admissão de professores no Município da Corte: 1876*. Dissertação de Mestrado. Mato Grosso do Sul: UFMS.

MASCULO, José Cássio. 2002. *Concurso de professores de História da Rede Pública frente às práticas e ao conhecimento histórico (São Paulo: 1970-1998)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.

MONTEIRO, Mario Lúcio de Souza. 1997. *Nomeação e concurso público: Máquina Burocrática Estatal e Dominação Política*. Dissertação de Mestrado. Pará: UFPA.

NÓVOA, António. 1986. *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário*. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, p. 07-63

\_\_\_\_\_. 1998. *La professionnalisation enseignante en Europe: analyse historique et sociologique*. \_\_\_\_\_ Histoire & Comparaison: essais sur l'éducation. Lisboa: Educa, p. 147-185.

\_\_\_\_\_. 1999. *O passado e o presente dos professores*. In: Profissão Professor. Porto: Porto Editora. 2ª Ed.

- ORTIZ, Renato (org). 2003. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água.
- PEREIRA, João Baptista Borges. 1969. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- PEREIRA, Luís. 1969. *O magistério primário numa sociedade de classes*. Estudo de uma ocupação em São Paulo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- PIMENTEL, Aquilina de La Cruz. 1993. *Recrutamento e seleção da administração pública: Um estudo de caso no serviço público no Estado de Minas Gerais*. Minas Gerais: UFMG.
- PINTO, Inara de Almeida Garcia. 2005. *Certame de Atletas Vigorosos/as: Uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ.
- REIS, Roseli Regis. 2006. *O professor do Ensino Médio Público Estadual de Santos (SP): sua formação e seleção*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC.
- RIBEIRO, José Querino, et al. 1955. *Concurso de ingresso no magistério secundário e normal*. São Paulo: USP.
- ROCHA, Francisco Lobello de Oliveira. 2006. *Regime jurídico dos Concursos Públicos*. São Paulo: Editora Dialética.
- SÃO PAULO (Município). [www.prefeiturasp.gov.br](http://www.prefeiturasp.gov.br), último acesso em outubro de 2008
- SÃO PAULO (Município). 1988. Secretaria Municipal de Gestão Pública. Lei nº 10.429 de 24/02/1988

SÃO PAULO (Município). 1992. Secretaria Municipal de Gestão Pública. *Estatuto do Magistério Público Municipal*: Lei: 11.229 de 26/06/1992

SÃO PAULO (Município). 1993. Secretaria Municipal de Gestão Pública. Lei nº 11.434 de 12/11/1993

SÃO PAULO (Município) 1997. Secretaria Municipal de Gestão Pública. Lei 12.396, de 02/07/1997

SÃO PAULO (Município). 2004. Diário Oficial do Município. *Lista de Classificação Definitiva*. 13/11/2004. Fls 59/179

SÃO PAULO (Município). 2007. Secretaria Municipal de Gestão Pública. Lei nº 14.660

SÃO PAULO (Município). 2008a. Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 3.589 de 22/08/2008

SÃO PAULO (Município). 2008b. Secretaria Municipal de Educação. Portaria de atribuição nº 4.848, de 17/12/2008

SANTOS, Silmar Leila dos. 2006. *As faltas de professores e a organização de escolas na rede municipal de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC

SCHIRMER, Mário Sérgio de Albuquerque. 2001. *Da investidura de Servidores Públicos*. Dissertação de Mestrado. Paraná: UFPR.

SINPEEM – [www.sinpeem.org.br](http://www.sinpeem.org.br). Último acesso em dezembro de 2008

SIQUEIRA, Valfredo Alves Siqueira. 2006. *O Recrutamento e a seleção de professores pós-municipalização do Ensino na Cidade de Jundiaí*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC

SETTON, Maria da Graça J. 1994. *Professor: Variações sobre um gosto de classe*. In: Educação e Sociedade. São Paulo, nº47, p.73-96



SOUTO, Rosiley Teixeira. *Recrutamento e Qualificação de professores primários na Instrução Pública Paulista (1892-1933)*. 2005. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP

SOUZA, Adalberto dos Santos. 2002. *O conhecimento dos professores da Leste 2 de São Paulo, sobre a Produção Acadêmica da Educação Física, nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. 1983. *Política e administração de pessoal docente: um estudo sobre a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo*. São Paulo: USP

UNESCO.2004. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. Pesquisa Nacional. São Paulo: Moderna

VALLE, Lígia de Souza. 1990. *Avaliação dos concursos para magistério de nível 1 do 1º Grau no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

WEBER, Max. 2002. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora

## ANEXOS

## Anexo 1 – Questionários respondidos pelos professores

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP**  
**Pesquisa de mestrado em Educação**

## QUESTIONÁRIO

## PARTE 1

## Identificação Pessoal

1. Idade:
2. Sexo: ( ) F ( ) M
3. Estado / cidade onde nasceu:
4. Estado / cidade onde mora:
5. Estado civil: ( ) solteiro/a ( ) casado/a (mesmo não oficialmente)
6. Você tem filhos: ( ) sim ( ) não  
Quantos?
7. Eles estudam? ( ) sim ( ) não  
Em instituição: ( ) pública ( ) privada
8. Você tem irmãos? ( ) sim ( ) não.  
Quantos?
9. Você é o primeiro, segundo, terceiro (etc) filho?
10. Qual a sua religião?
11. Com que frequência participa de cultos?  
( ) semanalmente ( ) mensalmente ( ) às vezes

## Em relação a sua casa atual:

12. Se localiza: centro ( ) bairro ( )  
Qual?
13. Ela é: ( ) própria ( ) alugada ( ) outros:
14. Quantos cômodos sua casa possui:
15. Você mora com: ( ) pais ( ) sozinho ( ) cônjuge  
( ) filhos ( ) outros:
16. Quantas pessoas no total?
17. Você e sua família possuem:

	Sim	Não	Quantos
Rádio			
Dvd			
Televisão			
Computador com Internet			
Convênio médico particular			
Máquina de lavar roupa			
Empregada doméstica			
Carro			

## Em relação à renda familiar:

18. Quantas pessoas da sua casa contribuem para a renda familiar?
19. Sua renda familiar está entre (salários mínimos):  
( ) 1 e 3 ( ) 4 e 7 ( ) 7 e 10 ( ) mais de 10

20. Sua renda individual está entre (salários mínimos): ( ) 1 e 3 ( ) 4 e 7 ( ) 7 e 10 ( ) mais de 10

## Em relação à sua formação escolar e Profissional

21. Em que instituição de ensino você estudou:

Ens. Fund.: ( ) pública ( ) privada

Ens. Médio: ( ) pública ( ) privada

Modalidade:

EF ( ) regular ( ) supletivo ( ) a distância

EM ( ) regular ( ) supletivo ( ) a distância

22. Você fez faculdade de História em instituição:

( ) pública ( ) particular

Modalidade do curso:

( ) Bacharelado

( ) Licenciatura

( ) Programa Especial de Formação Pedagógica

Em qual instituição?

Qual cidade?

23. Você fez alguma outra faculdade?

( ) sim ( ) não Qual curso?

Instituição: ( ) pública ( ) privada

24. Você pensa em fazer alguma outra faculdade?

( ) sim ( ) não Qual?

25. Você estuda atualmente? ( ) sim ( ) não

O quê?

Onde?

26. Ser professor (a) foi uma escolha? ( ) sim ( ) não

27. O que te motivou a escolher essa profissão?

28. Seus pais influenciaram sua escolha?

( ) sim ( ) não

29. Existem outras pessoas na sua família que são professores? ( ) sim ( ) não Quem?

30. Seus pais eram exigentes em relação a suas notas? ( ) sim ( ) não

31. Você gosta do que faz? ( ) sim ( ) não

Por quê?

32. Você apoiaria seu (s) filho (s) caso optasse pelo magistério? ( ) sim ( ) não

Por quê?

## Sobre seus hábitos culturais e opiniões pessoais

33. O que você costuma fazer no seu tempo livre?

( ) descansar ( ) ir à casa de familiares

( ) ir à casa de amigos ( ) cuidar da casa

( ) ir à igreja ( ) fazer compras ( ) outros:

34. Com que frequência você ouve música em casa?

( ) freqüentemente ( ) regularmente

( ) esporadicamente ( ) não ouve

35. Você costuma comprar CDs:

( ) freqüentemente ( ) regularmente

( ) esporadicamente ( ) não compra

36. Qual o último CD que você comprou para você mesmo (a)?

Há quanto tempo?

37. Você costuma baixar música pela Internet?

( ) sim ( ) não

38. Qual tipo de música que você mais gosta?

39. Quais são seus cantores (as) ou grupos preferidos? (cite 3)

40. Você costuma ouvir rádio? ( ) sim ( ) não

41. Qual a estação de rádio que você mais escuta?

42. Você fala outra língua? ( ) sim ( ) não

Qual?

Como aprendeu?

43. Você já saiu do país? ( ) sim ( ) não

Com qual finalidade? ( ) trabalho ( ) estudo ( ) lazer ( ) outro:

44. Você costuma assistir televisão?

( ) freqüentemente ( ) regularmente

( ) esporadicamente ( ) não assiste

45. Entre os programas de televisão, qual (is) você prefere assistir?

( ) jornais ( ) novelas ( ) filmes

( ) documentários ( ) esportes ( ) debates

( ) variedades ( ) seriados ( ) outros:

46. Você costuma usar a Internet? ( ) sim ( ) não

Onde?

Com qual finalidade?

47. Você é a favor da legalização do aborto?

( ) sim ( ) não

Por quê?

48. E da redução da maioridade penal?

( ) sim ( ) não

Por quê?

49. Com que freqüência você costuma discutir política com os amigos e familiares?

( ) freqüentemente ( ) regularmente

( ) esporadicamente ( ) não discute

50. Você está satisfeito (a) com o estilo de vida que tem atualmente? ( ) sim ( ) não

Por quê?

51. O que você gostaria de deixar de fazer ou fazer menos?

52. Complete a tabela abaixo, referente aos seus hábitos culturais atuais:

Use a numeração indicada abaixo, para

completar as colunas de freqüência:

1. Freqüentemente 2. Regularmente

3. Esporadicamente 4. Nunca

S E U S		Freqüên cia	Sozinho? Acom- panhado? De quem?	Última vez	Qual o último? (cite)
	Cinema				
Teatro					
H Á B I T O	Shows				
Concerto					
Parques					

S	Viagem				
	Museus				
	Exposição				
	Shopping				
	Restau rantes/ Bares				
	Prática de Esportes				
	Organizaç ões Sociais				

53. Sobre seus hábitos de leitura atuais:

HÁBITOS DE		Freqüên cia	Última Vez	Qual o Último (cite)
	LEITURA	Livros		
	Revistas			
	Jornais			
	Outras Mídias			

Em relação a sua situação familiar na INFÂNCIA

54. Como você classificaria a classe social de sua família? ( ) baixa ( ) média baixa ( ) média alta ( ) alta

55. Sua casa na infância era: ( ) própria ( ) alugada ( ) outros:

56. Se localizava no: ( ) centro ( ) bairro

Se lembra qual?

57. Com quem você morava: ( ) pais ( ) avós ( ) outros:

58. Quantas pessoas no total?

59. Quantos cômodos a casa possuía:

60. Você e sua família possuíam:

	Sim	Não	Quantos
Rádio			
VHS			
Televisão			
Computador com Internet			
Convênio médico particular			
Máquina de lavar roupa			
Empregada doméstica			
Carro			

61. Quais das atividades abaixo você costumava fazer quando era criança?

Hábitos		Com a Família	Com a Escola	Não freqüentava
	Teatro			



**PARTE 2****Sobre o concurso público para Professor Adjunto de Ensino Fundamental II, disciplina História, da Prefeitura do Município de São Paulo em 2004.**

1. A bibliografia indicada correspondia às perguntas da prova objetiva:

sim     parcialmente     não

Justifique:

2. Dos livros indicados, quais você se lembra de ter lido na faculdade? Citar quais.

3. Você indicaria outros livros para a bibliografia?

sim             não

Quais?

4. Dos livros indicados qual você acha mais importante para a formação do professor de História?

Justifique.

5. As questões objetivas da parte específica estavam:

muito difíceis             difíceis

fáceis                       muito fáceis

Justifique:

6. As questões objetivas da parte pedagógica estavam:

muito difíceis             difíceis

fáceis                       muito fáceis

Justifique:

7. O Concurso, foi:

organizado     falhou em alguns pontos. Quais?

8. Na sua opinião um concurso com questões de múltipla escolha seleciona o melhor candidato?

sim             não

Por quê?

9. E um concurso com questões de múltipla escolha e dissertativas, seleciona o melhor candidato?

sim             não

Por quê?

10. Você já prestou outros concursos na área da Educação?  sim  não

Quais?

Em que ano?

Em quantos foi aprovado?

11. Você já prestou concursos em outras áreas?

sim     não

Quais?

Em quantos foi aprovado?

12. Você realizou algum curso preparatório para este concurso:  sim  não

13. Você fez uso de alguma apostila de curso preparatório:  sim     não

Qual?

14. Você assumiu o cargo na prefeitura?

sim  não

**Se não**, qual o motivo?

**Se sim:**

( ) assumi mais me exonerei

Qual o motivo?

( ) assumi e ainda trabalho

Há quanto tempo?

Como você vê essa possibilidade de tornar-se professor titular, colocada pela gestão atual?

**15.** Você já lecionava na Rede Municipal de Ensino?

( ) sim ( ) não

**Se sim**, como: ( ) contratado ( ) titular ( ) outros

Há quanto tempo?

Se titular de cargo, quando se efetivou?

**16.** Atualmente você trabalha (assinale todas as alternativas que correspondam a sua situação):

PMSP como adjunto	PMSP como titular	PMSP como contratado	Estado de SP como contratado	Estado De SP Como efetivo	Rede Particular de Ensino	Outros Específicos

**17.** Você prestou o último concurso para o cargo de professor titular (2007)? ( ) sim ( ) não

Por quê?

Se sim, foi aprovado? ( ) sim ( ) não

Houve grandes diferenças entre um concurso e outro:

( ) sim ( ) não Quais?

**Se você assumiu como Professor Adjunto:**

**18.** Quais eram as suas expectativas em relação ao Concurso Público e ao cargo de Professor Adjunto?

Justifique.

**19.** Qual é a sua opinião sobre o cargo de professor adjunto?

**20.** Como é/era a sua relação com a equipe administrativa da escola (coordenadores, diretor, vice-diretor)?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique.

**21.** Como é/era a sua relação com os professores titulares?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique.

**22.** Como é/era a sua relação com os outros professores adjuntos?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique.

**23.** Como é/era a sua relação com os professores contratados?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique.

**24.** Segundo a sua experiência, o tratamento dado aos professores adjuntos e titulares na escola é o mesmo? ( ) sim ( ) não Por quê?

**25.** Como adjunto, por quantas escolas você já passou?

**26.** Você chegou a mudar de escola no mesmo ano letivo? ( ) sim ( ) não. Quantas vezes?

**27.** Durante o ano letivo você chegou a perder aulas e cair de Jornada?

**28.** Houve algum momento em que você não conseguiu aulas e teve que trabalhar como professor eventual?

sim  não

Como foi esta experiência?

**PARTE 2****Sobre o concurso público para Professor Titular de Ensino Fundamental II, disciplina História, da Prefeitura do Município de São Paulo em 2007.**

1. A bibliografia indicada correspondia às perguntas da prova objetiva:

sim     parcialmente     não

Justifique:

2. Dos livros indicados, quais você se lembra de ter lido na faculdade? Citar quais.

3. Você indicaria outros livros para a bibliografia?

sim             não

Quais?

4. Dos livros indicados qual você acha mais importante para a formação do professor de História?

Justifique.

5. As questões objetivas da parte específica estavam:

muito difíceis             difíceis  
 fáceis                       muito fáceis

Justifique:

6. As questões objetivas da parte pedagógica estavam:

muito difíceis             difíceis  
 fáceis                       muito fáceis

Justifique:

7. Como você avalia as perguntas dissertativas?

muito difíceis             difíceis  
 fáceis                       muito fáceis

Justifique:

8. O Concurso, foi:

organizado     falhou em alguns pontos. Quais?

9. Na sua opinião um concurso com questões de múltipla escolha seleciona o melhor candidato?

sim             não

Por quê?

10. E um concurso com questões de múltipla escolha e dissertativas, seleciona o melhor candidato?

sim             não

Por quê?

11. Você já prestou outros concursos na área da Educação?  sim  não

Quais?

Em que ano?

Em quantos foi aprovado?

12. Você já prestou concursos em outras áreas?

sim     não

Quais?

Em quantos foi aprovado?



13. Você realizou algum curso preparatório para este concurso: ( ) sim ( ) não

14. Você fez uso de alguma apostila de curso preparatório: ( ) sim ( ) não  
Qual?

15. Você já lecionava na Rede Municipal de Ensino?  
( ) sim ( ) não

**Se sim**, como: ( ) contratado ( ) adjunto  
( ) titular ( ) outros:

Há quanto tempo?  
Se titular de cargo, quando se efetivou?

16. Atualmente você trabalha (assinale todas as alternativas que correspondam a sua situação):

PMSP como adjunto	PMSP como titular	PMSP como contra- tado	Estado de SP como contra- tado	Estado De SP Como efetivo	Rede Particu- lar de Ensino	Outros Especi- fique

**Sobre o Cargo de Professor Titular:**

17. Quais eram as suas expectativas ao prestar esse concurso?

18. Qual é a sua opinião sobre o cargo de professor titular?

**Se você já trabalha ou trabalhou na Rede como professor adjunto:**

19. Como é/foi a sua relação com a equipe administrativa da escola (coordenadores, diretor, vice-diretor)?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique:

20. Como é/foi a sua relação com os professores titulares?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique:

21. Como é/foi a sua relação com os outros professores adjuntos?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique:

22. Como é/foi a sua relação com os professores contratados?

( ) excelente ( ) boa ( ) regular ( ) ruim ( ) péssima

Justifique:

23. Segundo a sua experiência, o tratamento dado aos professores adjuntos, titulares e contratados na escola é o mesmo? ( ) sim ( ) não Por quê?

24. Como adjunto, por quantas escolas você já passou?

25. Você chegou a mudar de escola no mesmo ano letivo? ( ) sim ( ) não. Quantas vezes?

26. Durante o ano letivo você chegou a perder aulas e cair de Jornada? ( ) sim ( ) não

27. Houve algum momento em que você não conseguiu aulas e teve que trabalhar como professor eventual?

( ) sim ( ) não

Como foi esta experiência?

28. Na sua opinião as exigências no concurso foram as mesmas para o cargo de professor adjunto e titular?

( ) sim ( ) não Por quê?

**Anexo II e III – Escola por modalidade de Ensino e Diretoria e Demanda de Alunos por modalidade de Ensino e Diretoria**

**Quantidade de escolas por modalidade de ensino em cada Diretoria Regional**

Diretoria Regional	CECI	CEFAI	CEI DIRET	CEI INDIRET	CEU	CEU CEI	CEU EMEF	CEU EMEI	CIEJA	CMCT	CR.P. CONV	E. TÉCNICA	EM EE	EMEF	EMEFM	EMEI	TOTAL
Butantã		1	15	15	2	2	2	2	1		45			30		28	143
Campo Limpo		1	41	25	8	8	8	8	1		57			53		40	250
Capela do Socorro	2	1	24	20	4	4	4	4	1		45			27		23	159
Freguesia/ Brasilândia		1	14	21	2	2	2	2	1		48	1	1	33		31	158
Guaianases		1	24	11	4	4	4	4	1		27			25	1	28	135
Ipiranga		1	17	39	2	2	2	2	2		66		1	32		46	212
Itaquera		1	21	27	3	3	3	4	1		48			25		38	174
Jaçanã/ Tremembé		1	23	19	1	1	1	1	2		31		1	34	2	37	154
Penha		1	32	28	2	2	2	2	1	1	39		1	34		47	192
Pirituba	1	1	22	22	5	5	5	5			39		1	47	2	40	195
Santo Amaro		1	16	21	2	2	2	2	1		44		1	29	1	21	143
São Mateus		1	27	27	4	5	5	5	2		23			40	1	41	181
São Miguel		1	36	21	4	4	4	4		2	42			35	1	34	188
Vazio					1												1
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>312</b>	<b>296</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>45</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>554</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>444</b>	<b>8</b>	<b>454</b>	<b>2285</b>

Dados extraídos do site da Secretaria: [www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/](http://www.educacao.prefeitura.sp.gov.br/) último acesso em agosto de 2008

**Legenda:**

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil  
 EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental  
 EMEE – Escola Municipal de Educação Especial  
 EMEFM – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio  
 CEI – Centro de Educação Infantil (direto ou indireto)  
 CEU – Centro Educacional Unificado – engloba CEI, EMEI e EMEF  
 DRE – Diretoria Regional de Educação  
 CEMES – Centro Municipal de Ensino Supletivo  
 CMCT – Centro Municipal de Capacitação e Treinamento  
 CIEJA – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos  
 CECI - Centro Educacional de Cultura Indígena  
 CR.P.CONV - Creche Particular Conveniada  
 CEFAI - Centro de Formação e Aperfeiçoamento  
 E TECNICA - Escola Técnica de Saúde

## Anexo IV – Tabela de Vencimentos

<b>Tabela de vencimentos – agosto/2008</b>					
REF/GRAUS	A	B	C	D	E
<b>APOIO À EDUCAÇÃO</b>					
QPE-01	556,13	592,28	630,77	671,75	715,43
QPE-02	592,28	630,77	671,75	715,43	761,93
QPE-03	630,77	671,75	715,43	761,93	811,46
QPE-04	671,75	715,43	761,93	811,46	864,19
QPE-05	715,43	761,93	811,46	864,19	920,39
QPE-06	761,93	811,46	864,19	920,39	980,21
*QPE-07	811,46	864,19	920,39	980,21	1.043,92
*QPE-08	864,19	920,39	980,21	1.043,92	1.111,78
*QPE-09	920,39	980,21	1.043,92	1.111,78	1.184,05
*QPE-10	980,21	1.043,92	1.111,78	1.184,05	1.261,02
*QPE-11	1.043,92	1.111,78	1.184,05	1.261,02	1.342,98
*QPE-12	1.111,78	1.184,05	1.261,02	1.342,98	1.430,26
*QPE-13	1.184,05	1.261,02	1.342,98	1.430,26	1.523,22
*QPE-14	1.261,02	1.342,98	1.430,26	1.523,22	1.622,22
<b>JB - 20 HORAS/AULA</b>					
QPE-11	618,78	659,00	701,84	747,52	796,07
QPE-12	659,00	701,84	747,52	796,07	847,80
QPE-13	701,84	747,52	796,07	847,80	902,87
QPE-14	747,52	796,07	847,80	902,87	961,58
QPE-15	796,07	847,80	902,87	961,58	1.024,09
QPE-16	847,80	902,87	961,58	1.024,09	1.090,73
QPE-17	902,87	961,58	1.024,09	1.090,73	1.161,54
QPE-18	961,58	1.024,09	1.090,73	1.161,54	1.237,09
QPE-19	1.024,09	1.090,73	1.161,54	1.237,09	1.317,55
QPE-20	1.090,73	1.161,54	1.237,09	1.317,55	1.403,30
QPE-21	1.161,54	1.237,09	1.317,55	1.403,30	1.494,32
<b>JBD - 30 HORAS/AULA</b>					
QPE-11	928,20	988,58	1.052,81	1.121,26	1.194,13
QPE-12	988,58	1.052,81	1.121,26	1.194,13	1.271,74
QPE-13	1.052,81	1.121,26	1.194,13	1.271,74	1.354,39
QPE-14	1.121,26	1.194,13	1.271,74	1.354,39	1.442,45
QPE-15	1.194,13	1.271,74	1.354,39	1.442,45	1.536,17
QPE-16	1.271,74	1.354,39	1.442,45	1.536,17	1.636,02
QPE-17	1.354,39	1.442,45	1.536,17	1.636,02	1.742,44
QPE-18	1.442,45	1.536,17	1.636,02	1.742,44	1.855,70
QPE-19	1.536,17	1.636,02	1.742,44	1.855,70	1.976,29
QPE-20	1.636,02	1.742,44	1.855,70	1.976,29	2.104,67
QPE-21	1.742,44	1.855,70	1.976,29	2.104,67	2.241,55
<b>JEIF E J-30 (CEI)</b>					
**QPE-11	1.237,57	1.318,01	1.403,70	1.495,02	1.592,12
**QPE-12	1.318,01	1.403,70	1.495,02	1.592,12	1.695,58
**QPE-13	1.403,70	1.495,02	1.592,12	1.695,58	1.805,76
**QPE-14	1.495,02	1.592,12	1.695,58	1.805,76	1.923,14
**QPE-15	1.592,12	1.695,58	1.805,76	1.923,14	2.048,21
**QPE-16	1.695,58	1.805,76	1.923,14	2.048,21	2.181,46
**QPE-17	1.805,76	1.923,14	2.048,21	2.181,46	2.323,10
**QPE-18	1.923,14	2.048,21	2.181,46	2.323,10	2.474,20
**QPE-19	2.048,21	2.181,46	2.323,10	2.474,20	2.635,06
**QPE-20	2.181,46	2.323,10	2.474,20	2.635,06	2.806,37
**QPE-21	2.323,10	2.474,20	2.635,06	2.806,37	2.988,66
<b>JORNADA BÁSICA E ESPECIAL DE 40 HORAS</b>					
QPE-11	1.650,16	1.757,44	1.871,71	1.993,31	2.122,93
QPE-12	1.757,44	1.871,71	1.993,31	2.122,93	2.260,85
QPE-13	1.871,71	1.993,31	2.122,93	2.260,85	2.407,80
QPE-14	1.993,31	2.122,93	2.260,85	2.407,80	2.564,28
QPE-15	2.122,93	2.260,85	2.407,80	2.564,28	2.731,01
QPE-16	2.260,85	2.407,80	2.564,28	2.731,01	2.908,57
QPE-17	2.407,80	2.564,28	2.731,01	2.908,57	3.097,61
QPE-18	2.564,28	2.731,01	2.908,57	3.097,61	3.298,94
QPE-19	2.731,01	2.908,57	3.097,61	3.298,94	3.513,36
QPE-20	2.908,57	3.097,61	3.298,94	3.513,36	3.741,76
QPE-21	3.097,61	3.298,94	3.513,36	3.741,76	3.984,94
QPE-22	3.298,94	3.513,36	3.741,76	3.984,94	4.244,00
<b>J-40 HORAS/AGENTE DE APOIO E VIGIAS</b>					
	B-1 .....				439,38
	B-2 .....				467,95
	B-3 .....				498,36
	B-4 .....				530,75
	B-5 .....				565,24
	B-6 .....				601,98
	B-7 .....				641,12
	B-8 .....				682,80
	B-9 .....				727,17
	B-10 .....				774,44

\* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

\*\* Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

## Anexo V - Leis Federais e municipais exigidas para os concursos

Legislação comum aos concursos de 2004 e 2007
<b>I - Legislação Federal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição da República Federativa do Brasil</li> <li>- Estatuto da Criança e do Adolescente</li> <li>- Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal n. 9394/96</li> <li>- Língua Brasileira de Sinais – Lei Federal nº 10.436/2002</li> <li>- Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB n. 02/2001</li> <li>- Escolas Indígenas - - Resolução CNE / CEB nº 03, de 10 de novembro de 1999 – Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.</li> </ul>
<b>II - Legislação Municipal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei Orgânica do Município de São Paulo – Capítulo 1</li> <li>- Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo – Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979</li> <li>- Estatuto do Magistério Público Municipal – Lei n. 11.229, de 26 de junho de 1992</li> <li>- LIBRAS – Decreto Municipal n. 41986 de maio de 2002</li> </ul>

Legislação Concurso 2004
<b>Legislação Federal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Nacional de Educação – Lei Federal n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001</li> <li>- Lei 10.793 de 1º de dezembro de 2003 - Altera a redação do art. 26 §3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</li> </ul>
<b>Legislação Municipal</b>
Decreto 42.011 – introduz modificações no Decreto n. 33930, de 13 de janeiro de 1994

Legislação Concurso 2007
<b>Leis Municipais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 - Dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo e dá outras providências.</li> <li>- Lei nº 12.396, de 02 de junho de 1997 - Dispõe sobre a reorganização parcial do Quadro do Magistério Municipal, altera as Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992 e nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, e readequadas as Escalas de Vencimentos que especifica, e dá outras providências</li> <li>- Lei nº 13.500, de 08 de janeiro de 2003 - Introduz alterações na Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 que dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.</li> <li>- Lei nº 13.574, de 12 de maio de 2003 - Dispõe sobre a transformação e inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais da Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.</li> </ul> <p>Observação: Na legislação indicada, devem ser incorporadas as alterações supervenientes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicação 06/05 CME - Inclusão no âmbito escolar</li> <li>- Decreto Municipal 45 415 - Política de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos</li> <li>- Decreto Municipal 45 652- da nova redação ao parágrafo artigo 7 do decreto 45.415/04</li> <li>- Portaria 57 18/04 - Regulamenta o Decreto 45. 415/04</li> <li>- Portaria 5883/04 - altera a Portaria 57 18/04</li> </ul>

## Anexo VI - Publicações institucionais municipais

<b>Publicações Institucionais Municipais - Concurso 2004</b>
<p>SME. Revista Educação 1. SME/DOT, 2001.</p> <p>SME. Revista Educação 2. SME/DOT, 2001.</p> <p>SME. Revista Educação 3. SME/DOT, 2002.</p> <p>SME. Revista Educação 4. SME/DOT, 2003.</p> <p>SME. Revista Educação 5. SME/DOT, 2004.</p> <p>SME. Projeto Político Pedagógico e o Movimento de Reorientação Curricular, 2003.</p> <p>SME. Caderno Temático de Formação I - Leitura de Mundo, Letramento e Alfabetização: diversidade cultural, etnia, gênero e sexualidade, 2003.</p> <p>SME. Caderno Temático de Formação 2 – Construindo a Pedagogia da Infância no Município de São Paulo, 2004</p>

<b>Publicações Institucionais Federais - Concurso 2007</b>
<p>- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília : MEC/SEF, 1997.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares Brasília : MEC/SEF, 1998.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio; bases legais. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica. Brasília: MEC/INEP, 2005. p. 11-53</p> <p>- BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEESP, 2005.</p> <p>- Saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, MEC/SEESP, 2005.</p> <p>- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília, MEC/SEED, 2005. cap. 1, 2 e 3.</p>
<b>Publicações Institucionais Municipais</b>
<p>- São Paulo, Secretaria Municipal de Educação - Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever - Tecnologias na Educação, 2007. <a href="http://www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br">www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br</a></p>

## Anexo VII - Bibliografia geral dos concursos

Livro/Artigo	Concurso 2004	Concurso 2007
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.		x
ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.	x	
BABHA, Homi K. O Local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2001.	x	
BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em preto e branco. São Paulo: Ática, 1999.	x	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre a educação e cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.	x	
4.5 BRITO, Leila Maria Torraca. Jovens em conflito com a lei. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.	x	
BRUNEL, Carmen. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.		x
CANDAUI, Vera. Reinventar a escola. São Paulo: Vozes, 2002.	x	
CANDAUI, Vera Maria (Organizadora) - Sociedade, Educação e Culturas, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.		x
CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os "pingos nos is". Porto Alegre, Mediação, 2004, Capítulo 10.		x
CASTORINA, J.A. et alii. Piaget e Vigostsky - novas contribuições para o debate. São Paulo: Ed Atica, 2001.		x
COLL, César. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento, Porto Alegre, Artmed, 1994.		x
CORTELLA, Mario Sérgio. A Escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 1999.	x	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996/2000	x	x
_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.	x	
_____. A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2001.	x	
FREITAS, Luiz Carlos. Ciclos, serialização e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.	x	x
GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político pedagógico. São Paulo: Vozes, 2000.	x	
GARCIA, O. G. A aula como momento de formação de educandos e educadores. Revista de Educação da AEC, n.º 104, 1997, página 62 a 84.		x
GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seu contextos. Belo Horizonte; Autêntica, 3ª Ed., 2001 HADJI, C. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.		x
GUACIRA, Lopes Louro. Segredos e mentiras do currículo: sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron da. A Escola no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.	x	
HARGREAVES, Andy. O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2004.		x
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.	x	
HOFFMANN, Jussara. O jogo do contrário em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2005.		x
LERNER, DELIA - Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário, Porto Alegre, Artmed 2002.		x
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira;		x
MACEDO, Lino. Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola Para Todos, Porto Alegre, Artmed, 2005.		x
MELLO, Guiomar Namó de. Educação Escolar Brasileira - o que trouxemos para o Século XX? Porto Alegre, Artmed, 2004 - Parte II - Gestão Pedagógica - páginas 35 a 72.		x
MOLL, Jaqueline (org.) Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre: Mediação, 2005.		x
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas : Papirus, 2000.		x
MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Currículo: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2003.	x	
MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil: Histórias, realidades, problemas e Caminhos. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.		x
PERRENOUD, Phillipe. Avaliação entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999 - 1ª Edição. Introdução, Cap. 4,6 e 9.		x
PERRENOUD, Phillipe. Dez novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed,		x

2000. Cap. 1 a 5.		
POCHMANN, Marcio. Pobreza e violência no Município de São Paulo. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Direitos Humanos no Brasil 2002: relatório. Global Exchange, 2002. Disponível em: www.social.org.br (ou Rede Social de Justiça e Direitos Humanos -Rua Batista Cepelos, 28, Cj.04).	x	
RIBEIRO, Vera M. Masagão (org.). Educação de Jovens e Adultos - Novos Leitores, Novas Leituras - Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil - ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leituras no Brasil).		x
SACRISTÁN J.GIMENO, Compreender e Transformar o Ensino, 4ª Ed. Artmed, Porto Alegre, 2000 - cap. 2, 6, 7 e 8.		x
SANTOS, Milton. Por uma globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.	x	
SKLIAR, C. E se o outro não estivesse aí? Notas para uma pedagogia (improvável) da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.	x	
SPOSATI, Aldaíza. Cidade em pedaços. São Paulo: Brasiliense, 2001.	x	
STAINBACK, Suzan. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, capítulo 4.		x
TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2005. 1ª parte, Cap. 2 e 4ª parte, Cap. 1,2,3,4.		x
TAILLE, Yves de La. O erro na perspectiva piagetiana, in Aquino, J. G. (org). Erro e fracasso na escola - alternativas teóricas e práticas. SP, Summus, 1997, página 25 a 44.		x
TEBEROSKY, Ana et alii. Compreensão de leitura: a língua como procedimento, trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.		x
THURLER, Mônica Gather Inovar no interior da escola, Porto Alegre, Artmed, 2001. TORRES, Rosa Maria. Que (e como) é necessário aprender? SP, Papirus Ed., 1994, Cap. 4 e 6.		x
UNESCO Brasil. Relatório do monitoramento global de educação para todos 2002: o mundo está no caminho certo? São Paulo: Moderna, 2003.	x	
VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento - Avaliação da aprendizagem: Práxis de mudança - Por uma práxis transformadora, São Paulo: Libertad, 2003 .Cap.1		x
VYGOTSKY, L.S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001		x
WEISZ, Telma O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo, Ática 2000.		x
ZABALA, Antoni , Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo - Uma proposta para o currículo escolar, Artmed 2002.		x
ZABALA, A. A prática educativa- como ensinar Porto Alegre, Arned, 1998.		x

## Anexo VIII Legislação específica para a disciplina de História

### Quadro 15 - Legislação Específica para o Professor de História

<b>Legislação – Concurso 2004</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.</li> <li>- Resolução CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.</li> <li>- Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.</li> <li>- Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.</li> </ul>
<b>Publicações Institucionais Federais – Concurso 2007</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1998</li> </ul>
<b>Publicações Institucionais Municipais – Concurso 2007</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.</li> <li>- SME/DOT. Caderno de Orientação Didática – Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de História. São Paulo: SME/DOT, 2007</li> </ul>



### Anexo IX - Bibliografia Específica para o professor de História

Livro/Artigo	Concurso 2004	Concurso 2007
ANDERSON, P. Passagem da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2001/1998	x	x
BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina - América Latina após 1930. SP: EDUSP, 2005 (vol. VI).		x
BITTENCOURT, Circe (org) O Saber histórico na sala de aula. São Paulo:Contexto, 1997/1998	x	x
BITTENCOURT, Circe M. F. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados - Fundação Carlos Chagas, 2000, página 127 a 162.		x
BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.	x	
CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.	x	
CHASTEEM, Jonh C. América Latina: uma historia de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.	x	
DEL PRIORE, Mary (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.	x	
FAUSTO, Boris. História do Brasil. SP: EDUSP, 1995.		x
Ferro, M. A. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: Brasa, 1983		x
FREITAS, Marcos C. de (org) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.	x	
HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea. SP: Selo Negro, 2005.		x
HOBSBAWM, E.J.A. Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003/1991	x	x
MACKENZIE, J.M. A Partilha da África 1880-1900. São Paulo: Ática, 1994.	x	
NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all. (orgs). Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 107 – 120. São Paulo: Cortez, 1991.	x	
NOVAIS, F.A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808). São Paul: Hucitec, 1979.	x	
PERROT, Michelle. Os Excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.	x	
REIS, José Carlos. As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.		x
Schmidt Maria Auxiliadora: CAINELLI, Marlene, Ensinar História. São Paulo: ED Scipione, 2004 (Pensamento e Ação no Magistério)		x
THOMPSON, E.P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. v. 2	x	

**Anexo X - Editais de abertura dos concursos**



**CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DA CLASSE I –  
PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR ADJUNTO DE ENSINO FUNDAMENTAL II,  
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL**

**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS**

A Secretaria Municipal de Gestão Pública – SGP e a Secretaria Municipal de Educação – SME, da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, nos termos da Lei 8.989, de 29 de outubro de 1979, Lei 11.229, de 26 de junho de 1992, Lei 11.434, de 12 de novembro de 1993, Lei 12.396, de 02 de julho de 1997, Lei 13.574, de 12 de maio de 2003, Lei 13.398, de 31 de julho de 2002, Lei 13.168, de 06 de julho de 2001, Lei 13.757, de 16 de janeiro de 2004 e Lei 13.758, de 16 de janeiro de 2004, fazem saber que realizarão em local(is), data(s) e horário(s), a serem oportunamente divulgados, Concursos Públicos de Ingresso para provimento, em caráter efetivo, de cargos vagos da Classe I - Professor Adjunto de Educação Infantil – QPE 11, Professor Adjunto de Ensino Fundamental II – QPE 14, da Carreira do Magistério Municipal, conforme autorização da Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de São Paulo, no processo nº 2003-0.293.181-0, concurso este que será regido pelas presentes Instruções Especiais e Anexos I, II, III, IV e V que constituem parte integrante deste Edital para todos os efeitos.

**INSTRUÇÕES ESPECIAIS**

**1. DOS CARGOS**

- 1.1 O concurso destina-se ao provimento de cargos vagos, de acordo com a relação constante do Anexo I – Tabela de Cargos, mais os que vagarem ou forem criados durante o seu prazo de validade, sendo 5% (cinco por cento) do total de cargos vagos, reservado a pessoas portadoras de deficiência física e/ou sensorial nos termos da Lei 13.398/02, conforme disposto no referido anexo.
  - 1.1.1 Dos cargos reservados a pessoas portadoras de deficiência(s), para efeito do disposto no item 1.1, quando da aplicação do percentual resultar fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), será arredondada para 1 (um) cargo;
  - 1.1.2 Não havendo candidatos portadores de deficiência(s) inscritos nos termos da Lei 13.398/02 ou aprovados nas provas, os cargos reservados serão providos pelos demais aprovados, com estrita observância da ordem classificatória da lista definitiva.
  - 1.1.3 A síntese das atribuições a serem desempenhadas pelos ocupantes do cargo de Professor está contida no Anexo II – Síntese das Atribuições Específicas dos Cargos.
- 1.2 Os ocupantes dos cargos ficarão sujeitos à prestação da Jornada Básica do Professor correspondente a 18 (dezoito) horas-aula e 2 (duas) horas-atividade semanais, perfazendo 120 (cento e vinte) horas-aula mensais.
- 1.3 A remuneração mensal dos cargos corresponde ao vencimento especificado no Anexo I – Tabela de Cargos.
- 1.4 A PMSP reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

- 2.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.
  - 2.1.1 Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição, somente após tomar conhecimento de todos requisitos exigidos para o concurso.
  - 2.1.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição efetuada via banco ou pela Internet.
  - 2.1.3 As inscrições efetuadas em desacordo com as disposições deste Edital serão indeferidas.
- 2.2 São condições para inscrição:
  - 2.2.1 ser brasileiro nato ou naturalizado, cidadão português e estrangeiro conforme disposto na Lei nº 13.404, de 08/08/2002 e no Decreto nº 42.813, de 28/01/2003;
  - 2.2.2 ter até a data do encerramento das inscrições, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
  - 2.2.3 ter o pré-requisito para o cargo/disciplina para o qual estiver se candidatando conforme o especificado no Anexo III, até a data do ato da posse;

- 2.2.4 encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- 2.2.5 conhecer e estar de acordo com as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como com as condições previstas em Lei.
- 2.3. O interessado poderá fazer no máximo 2 (duas) inscrições nos Concursos Públicos de Ingresso objeto deste Edital, devendo recolher o valor estabelecido para cada cargo.
  - 2.3.1 O candidato que efetivar mais de duas inscrições no Concurso terá a(s) primeira(s) indeferida(s). Não sendo possível definir a(s) primeira(s) inscrição(ões) efetivada(s) todas serão indeferidas.
- 2.4 Ficam inscritos de ofício os profissionais de Educação Docentes, titulares dos cargos criados pela Lei nº 8.694, de 31 de março de 1978, não estáveis, nos termos do inciso IV do artigo 73 da Lei 11.434/93.
  - 2.4.1 A inscrição de ofício dar-se-á no concurso correspondente ao cargo a que se refere a Lei nº 8.694/78, o que não o impossibilita de efetuar uma segunda inscrição para um dos cargos objeto deste edital.
  - 2.4.2 O inscrito de ofício que não efetuar o pagamento da importância referente ao valor da referida inscrição, conforme especificado no Anexo I – Tabela de Cargos, dentro do prazo regulamentar, terá sua(s) inscrição(ões) impedida(as) não cabendo, neste caso, interposição de recurso, o que implicará sua eliminação do(s) concurso(s).
- 2.5 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas, poderá solicitar os benefícios do Decreto 23.269/87, até o término do período de inscrição, via SEDEX ou AR, à Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, nº 1565, São Paulo, SP - CEP 05513-900.
- 2.6 As inscrições ficarão abertas através da Internet, de acordo com o item 2.6.2 deste Capítulo no período de **12 a 22 de abril de 2004**, até às **20h30min** (horário de Brasília) e via Banco, no período de **12 a 23 de abril de 2004**.
- 2.6.1 **via Banco** serão recebidas nas agências autorizadas do **BANESPA** – Banco do Estado de São Paulo, relacionadas a seguir, nos dias úteis, no horário de expediente bancário:

**São Paulo – SP**

- **Ag. Agua Rasa**  
Rua Siqueira Bueno, 1691 – Belenzinho ;
- **Ag. Artur Alvim**  
Rua Maciel Monteiro, 297 – Artur Alvim;
- **Ag. Avenidas**  
Av. Paulista, 436 – Bela Vista;
- **Ag. Brás**  
Av. Rangel Pestana, 2252 – Brás ;
- **Ag. Brooklin**  
Rua Joaquim Nabuco, 138 – Brooklin Paulista;
- **Ag. Butantã**  
Av. Francisco Morato, 365 – Butantã;
- **Ag. Casa Verde**  
Rua Dr Cesar Castiglioni Jr, 121 – Casa Verde;
- **Ag. Conceição**

- Av. Eng. Armando Arruda Pereira, 951 – Jabaquara
- **Ag. Consolação**  
Rua da Consolação, 2104 – Consolação
  - **Ag. Faria Lima**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2491 – Jardim Paulistano
  - **Ag. Guarapiranga**  
Av. de Pinedo, 353 – Socorro
  - **Ag. Itaim Paulista**  
Av. Mal. Tito, 4712 – Itaim Paulista;
  - **Ag. Jaçanã**  
Av. Guapira, 2480 – Jaçanã
  - **Ag. Largo 13 de Maio**  
Av. Mário Lopes Leão, 121 – Santo Amaro;
  - **Ag. Liberdade**  
Av. Liberdade, 151 – Liberdade
  - **Ag. Moema**  
Av. Ibirapuera, 1994 – Indianópolis
  - **Ag. Moóca**  
Rua da Moóca, 2000 – Moóca
  - **Ag. República**  
Pça. da República, 291 – Centro
  - **Ag. Penha**  
Rua Dr João Ribeiro, 194 – Penha
  - **Ag. Pinheiros**  
Rua Teodoro Sampaio, 2258/68 – Pinheiros
  - **Ag. Pirituba**  
Av. Benedito de Andrade, 302 – Pirituba
  - **Ag. Rafael de Barros**  
Av. Dr. Rafael de Barros, 37 – Paraíso
  - **Ag. Rio Branco**  
Av. Rio Branco, 408/426 – Centro
  - **Ag. Tatuapé**  
Av. Celso Garcia, 3863 – Tatuapé
  - **Ag. Tucuruvi**  
Av. Tucuruvi, 25 – Tucuruvi
  - **Ag. Via Anchieta**  
Via Anchieta, 2027 – Moinho Velho
  - **Ag. Vila Maria**  
Av. Guilherme Cotching, 1420/1432 – Vila Maria
  - **Ag. Vila Prudente**  
Av. Paes de Barros, 3442 – Moóca
  - **Ag. Vila Romana**  
Rua Clélia, 902 – Água Branca
- 2.6.1.1 Para inscrever-se, o candidato deverá, no período das inscrições, apresentar-se nos locais indicados no item anterior, munido de original de documento de identidade. São considerados documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Polícia Militar; a Cédula de Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), expedida na forma da Lei nº 9.503/97, sendo que o mesmo documento deverá ser apresentado no ato da realização das provas.
- 2.6.1.2 Preencher a Ficha de Inscrição, o requerimento e o protocolo de inscrição, fornecidos GRATUITAMENTE nas Agências credenciadas do BANESPA, indicadas no item 2.6.1. deste Edital. É de fundamental importância que o candidato assine e preencha de forma correta e completa, na Ficha de Inscrição, o número de seu Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o número do Registro Funcional (RF), com nove dígitos (no caso de servidor ou ex-servidor da PMSP - Administração Direta), para fins de pontuação de títulos prevista no item 7.7.
- 2.6.1.3 O candidato servidor da Administração Direta da PMSP poderá confirmar o número de seu Registro Funcional pelo constante no hollerith ou junto à Unidade de Recursos Humanos à qual pertence.
- 2.6.1.4 O candidato ex-servidor da Administração Direta da PMSP poderá obter ou confirmar o número de seu Registro Funcional junto à Seção Técnica de Atendimento do Departamento de Recursos Humanos – DRH, da Secretaria Municipal de Gestão Pública – SGP, situada na Rua Líbero Badaró, nº 425, térreo, nos dias úteis, no período de 05 a 16 de abril de 2004, das 9 às 12 horas.
- 2.6.1.5 O candidato que deixar de indicar na Ficha de Inscrição o Código do Cargo para o qual pretende concorrer, conforme tabela constante no Anexo I – Tabela de Cargos, deste Edital, ou indicar código inexistente, terá sua inscrição indeferida.
- 2.6.1.6 Efetuar o pagamento da inscrição, conforme especificado no Anexo I – Tabela de Cargos, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços prestados pela Fundação Carlos Chagas.
- 2.6.1.6.1 O pagamento do valor da inscrição poderá ser efetuado em dinheiro ou cheque do próprio candidato, sendo que:
- o pagamento efetuado em cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação;
  - em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, considerar-se-á automaticamente sem efeito a inscrição;
  - efetuada a inscrição, não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga e/ou alteração do cargo/disciplina a que o interessado estiver se candidatando, mesmo que, posteriormente, seja constatado erro por parte do candidato;
  - não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.
- 2.6.1.7 O candidato deverá formalizar sua inscrição pessoalmente ou através de seu representante legalmente constituído, devendo, para tanto, preencher de forma correta e completa a ficha de inscrição e o requerimento, assinando no campo específico.
- 2.6.1.7.1 A inscrição por procuração será feita mediante entrega do respectivo instrumento de mandato com firma reconhecida e cópia reprográfica do documento de identidade do candidato e do mandatário. Deverá ser apresentada para cada inscrição uma procuração específica, que ficará retida.
- 2.6.1.7.2 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas na ficha de inscrição por seu representante legalmente constituído, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.
- 2.6.1.8 A ficha de inscrição será retida pelo banco, assim como, quando for o caso, a procuração e a cópia reprográfica do documento de identidade do candidato e do mandatário, sendo devolvido o comprovante com a autenticação bancária.
- 2.6.2 As inscrições via Internet, estão disciplinadas abaixo:
- 2.6.2.1 Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br) e procurar os links correlatos à este Concurso Público. A inscrição poderá ser efetuada a partir do dia 12 de abril, e até às 20h30min (horário de Brasília) do dia 22 de abril de 2004, sendo que após esta data e horário, o acesso às inscrições estará bloqueado.
- 2.6.2.2 Ler o Requerimento de Inscrição, preencher o Formulário de Inscrição, transmitir os dados pela Internet.
- 2.6.2.3 Ao inscrever-se o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição via Internet, o Código do Cargo para o qual pretende concorrer, conforme tabela constante do Anexo I – Tabela de Cargos, deste Edital e das barras de opções do Formulário de Inscrição via Internet.
- 2.6.2.4 O candidato que realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento do valor da inscrição conforme especificado no Anexo I – Tabela de Cargos, por boleto bancário, pagável em qualquer banco, até 23 de abril de 2004.
- 2.6.2.5 O boleto bancário disponível no endereço eletrônico [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br) deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.
- 2.6.2.6 O único comprovante de inscrição aceito é o boleto bancário, com a autenticação mecânica no valor referente à inscrição.
- 2.6.2.7 A efetivação da inscrição pela Internet ocorrerá após confirmação, pelo banco, do depósito referente ao valor.
- 2.6.2.8 A partir de 30/04/2004, conferir no site [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br) se os dados da inscrição efetuada pela Internet foram recebidos e confirmada a inscrição. Caso haja algum problema detectado o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), para verificar o ocorrido.
- 2.6.2.9 As solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições, não serão aceitas, e não será devolvida a importância paga.
- 2.6.2.10 O candidato inscrito via internet não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.
- 2.6.2.11 A Fundação Carlos Chagas e a PMSP não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 2.6.2.12 O descumprimento das instruções para inscrição via Internet implicará na não efetivação da inscrição.
- 2.6.3 Não serão aceitos pagamentos de inscrição por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.
- 2.6.4 O deferimento da inscrição dependerá do correto e completo preenchimento da ficha de inscrição.

### 3. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (LEI 13.398/02)

- 3.1 O candidato portador de deficiência deverá tomar conhecimento da Síntese das Atribuições Específicas dos Cargos - Anexo II, e da Lei 13.398/02 e, julgando-se amparado pelas disposições legais, poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, aos cargos vagos reservados aos portadores de deficiência(s), nos termos dos itens 1.1 a 1.1.2 deste Edital (desde que atenda os requisitos relacionados nos itens 2.2 a 2.2.5) podendo efetivar a sua inscrição, no período de **12 a 23 de abril de 2004**, via banco (pessoalmente ou por procuração) ou **12 a 22 de abril de 2004**, até às **20h30min** (horário de Brasília), via Internet observadas as demais condições estabelecidas no Capítulo 2 deste Edital.
- 3.1.1 O candidato deverá preencher CORRETA e COMPLETAMENTE a ficha de inscrição e declarar o(s) tipo(s) de deficiência(s) de que é portador.
- 3.2 Uma vez deferidas as inscrições, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão, na relação de candidatos inscritos como portadores de deficiências.
- 3.3 O candidato portador de deficiência(s) participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, critérios de aprovação, horário, local de aplicação das provas e à nota mínima exigida.
- 3.4 o candidato inscrito como portador de deficiência(s) deverá, nos termos da Lei nº 13.398/02 e/ou Decreto nº 23.269/87, enviar, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas, (Núcleo de Execução de Projetos – Ref.: Concurso Professor) Av. Professor Francisco Morato, 1565 – Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900, ou entregar pessoalmente ou por procurador no Posto da Fundação Carlos Chagas, em funcionamento no Colégio Madre Cabrini, na Rua Madre Cabrini, 36 – Vila Mariana (próximo à Estação do Metrô Vila Mariana) São Paulo/SP, até 23 de abril de 2004, a seguinte documentação:
- a) laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova;
- b) solicitação de prova e/ou de condição especial.
- 3.4.1 Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braille e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
- 3.4.2 Aos deficientes visuais (ambliopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 3.4.3 Os candidatos que não atenderem, dentro do prazo do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no:
- **item 3.4 – letra “a”** – serão considerados como não portadores de deficiência;
  - **item 3.4 – letra “b”** – não terão a prova preparada, sejam quais forem os motivos alegados.
- 3.5 O candidato aprovado nos termos do Capítulo 6 deste Edital, inscrito nos termos da Lei 13.398/02, além das exigências pertinentes aos demais candidatos, sujeitar-se-á, por ocasião do ingresso, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo almejado.
- 3.5.1 O(s) local(is), data(s) e horário(s) para a realização do exame médico específico serão divulgados oportunamente no Diário Oficial do Município – DOM, pelo Departamento de Saúde do Trabalhador - DESAT.
- 3.6 Será eliminado da lista específica, o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição, não se configure, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 3.7 A Prefeitura do Município de São Paulo publicará, no DOM, a relação de candidatos inscritos como portadores de deficiência(s).

### 4. DOS CONCURSOS

- 4.1 O concurso constará de duas provas objetivas, eliminatórias e classificatórias, de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos e, também, Títulos, de caráter classificatório.
- 4.1.1 A prova de Conhecimentos Gerais, composta de 30 (trinta) questões, será para todos os cargos / disciplinas objeto deste Edital.
- 4.1.2 As provas de Conhecimentos Específicos, compostas de 40 (quarenta) questões, serão distintas em seu conteúdo para os cargos de Professor Adjunto de Educação Infantil e, respeitadas as disciplinas, para os cargos de Professor Adjunto de Ensino Fundamental II.
- 4.2 Cada uma das provas objetivas conterá questões de múltipla escolha e versará sobre os conteúdos discriminados nos Programas e Bibliografias descritos no Anexo V.
- 4.3 Os títulos, de caráter classificatório, serão considerados conforme estabelecido no Capítulo 7.

### 5. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1 As provas serão realizadas em São Paulo – Capital, no mês de junho de 2004, em um domingo.
- 5.1.1 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais para realização das provas, serão divulgadas, oportunamente, por meio de Edital de Convocação publicado no DOM e de Cartões Informativos aos Candidatos - CIC que serão encaminhados via correio. Para tanto, é fundamental que o endereço constante na Ficha de Inscrição esteja completo e correto, inclusive com indicação do CEP.
- 5.1.1.1 Não serão postados Cartões Informativos para candidatos cujo endereço na Ficha de Inscrição esteja incompleto ou sem indicação do CEP.
- 5.1.1.2 A comunicação feita por intermédio do Correio e da Internet não tem caráter oficial, sendo meramente informativa. O candidato deverá acompanhar pelo DOM a publicação do Edital de Convocação para Provas.

- 5.1.1.3 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não recebida, não desobriga o candidato do dever de consultar no DOM o Comunicado de convocação para as provas.
- 5.1.2 O candidato que não receber o Cartão Informativo até o terceiro dia que anteceder a aplicação das provas ou em havendo dúvidas quanto aos locais, datas e horários de realização das provas, poderá ligar para o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC, da Fundação Carlos Chagas (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas.
- 5.1.3 Ao candidato só será permitida a realização das provas, nas datas, nos locais e horários constantes do Edital de Convocação e do Cartão Informativo ao Candidato – CIC.
- 5.2 Os eventuais erros de digitação verificados no Cartão Informativo ao Candidato - CIC, tais como: nome, número do documento de identidade, número do Registro Funcional, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas, em formulário específico.
- 5.2.1 Caso a opção efetuada pelo candidato no ato da inscrição não esteja corretamente indicada no Cartão Informativo ao Candidato - CIC e/ou nas Listas de Convocação para Prestação das Provas, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da Fundação Carlos Chagas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização das provas, pelo telefone (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas.
- 5.3 O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais/funcionais nos termos dos itens 5.2 e 5.2.1, arcará com todas as consequências advindas de sua omissão, inclusive com a não pontuação do tempo de serviço na PMSP e dos títulos por meio do Sistema EOL/SME, conforme discriminado no Capítulo 7.
- 5.4 Somente será admitido à sala de provas o candidato que apresentar documento que bem o identifique como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Polícia Militar; a Cédula de Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), expedida na forma da Lei nº 9.503/97.
- 5.4.1 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
- 5.5 A Fundação Carlos Chagas, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do concurso, o que é de interesse público, em especial, dos próprios candidatos, assim como visando a autenticidade do correspondente processo de seleção, solicitará aos candidatos, quando da aplicação das provas a autenticação digital das respectivas Folhas de Respostas personalizadas. Na hipótese de o candidato não autenticá-la digitalmente, deverá registrar sua assinatura em campo específico, por três vezes.
- 5.6 Não haverá segunda chamada ou repetição de provas. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento do candidato em qualquer etapa do concurso caracterizará a desistência do mesmo e resultará em sua eliminação do concurso.
- 5.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas, com antecedência mínima de 30 minutos, munido de caneta esferográfica preta, lápis preto nº 2, borracha, comprovante de inscrição/boleto bancário e de identidade.
- 5.7 O preenchimento da Folha de Resposta, que será o único documento válido para a correção das provas, será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 5.7.1 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 5.7.2 O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta preta ou reforçá-los com grafite na cor preta, se necessário.
- 5.7.3 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 5.8 Será excluído do Concurso o candidato que:
- a) apresentar-se após o horário estabelecido;
  - b) apresentar-se em outro local que não seja o previsto no Edital de Convocação para prova e no Cartão Informativo ao Candidato - CIC;
  - c) não comparecer às provas seja qual for o motivo alegado;
  - d) não apresentar o documento de identidade conforme previsto no item 5.4 deste Edital;
  - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
  - f) ausentar-se da sala de provas antes de decorrida uma hora de seu início;
  - g) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos ou calculadora;
  - h) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (agendas eletrônicas, relógios digitais, telefones celulares, pagers, walkman, receptor, gravador, laptop e outros equipamentos similares);
  - i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
  - j) não devolver integralmente o material solicitado;
  - k) estiver portando armas; e
  - l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
- 5.9 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos na Convocação, a Fundação Carlos Chagas procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do comprovante de inscrição autenticado pelo Banespa ou boleto bancário com comprovação de pagamento, com o preenchimento de formulário específico.
- 5.9.1 A inclusão de que trata o item 5.9 será realizada de forma condicional e analisada pela Fundação Carlos Chagas, na fase de Julgamento das

- Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 5.9.2 Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 5.9, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 5.10 Quando após a prova for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso.
- 5.11 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.
- 5.12 Em hipótese alguma haverá vista ou revisão de prova em qualquer uma das formas de avaliação, seja qual for o motivo alegado.
- 5.13 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Fundação Carlos Chagas não fornecerá exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público. As questões das Provas objetivas e respectivas respostas consideradas como certas serão divulgadas no endereço eletrônico [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br), em data a ser comunicada no dia da aplicação das provas.

## 6. DA AVALIAÇÃO DAS PROVAS

- 6.1 Cada prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem).
- 6.2 Cada prova será estatisticamente avaliada, de acordo com o desempenho do grupo a ela submetido.
- 6.2.1 Considera-se grupo o total de candidatos presentes em cada uma das provas, por cargo/disciplina, quando for o caso.
- 6.3 Na avaliação da prova será utilizado o escore padronizado com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).

## 7. DOS TÍTULOS

- 7.1 Concorrerão à contagem de pontos por títulos os candidatos que forem aprovados na forma prevista no item 6.5. deste Edital.
- 7.2 Serão considerados títulos os relacionados na Tabela abaixo, limitados ao valor máximo de 10,0 (dez) pontos, observando-se o limite de 6,0 (seis) pontos para o somatório dos itens "A" e "B" e de 4,0 (quatro) pontos para o somatório dos itens "C" e "D", sendo desconsiderados os demais.

ESPECIFICAÇÕES DOS TÍTULOS	COMPROVANTES	VALOR UNITÁRIO	QUANTI-DADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO
A) Título de: - Doutor em área relacionada à Educação, obtido até 31/12/2003 ou - Mestre em área relacionada à Educação (desde que não seja pontuado o título de Doutorado), obtido até 31/12/2003	Diploma devidamente Registrado	4,0 3,0	01 01	6,0 (A+B)
B) Licenciatura Plena em Pedagogia ou em área/disciplina relacionada com o currículo do Ensino Fundamental e Médio, concluída até 31/12/2003	Diploma registrado pelo órgão competente e, quando for o caso, com a habilitação devidamente apostilada / anotada (acompanhado do respectivo histórico escolar)	2,0	01	
C) Tempo de serviço na Administração Direta da PMSP em cargos e/ou funções do magistério até 31/12/2003	Não haverá necessidade de comprovação. Pontuação feita pela SME em conjunto com DRH/SGP	0,10 (por mês)	40 meses	4,0 (C+D)
D) Tempo de serviço em estabelecimentos federais, estaduais, municipais ou particulares devidamente autorizados em cargos e/ou funções do magistério até 31/12/2003, não concomitante com o item anterior	Atestado de tempo de serviço expedido conforme modelo (Anexo IV)	0,10 (por mês)	40 meses	

- 7.2.1 Os títulos a que se referem os itens "A" e "B" serão computados através do Sistema Informatizado Escola On Line – EOL, quando se tratar de servidor ativo cadastrado no referido sistema, sendo de exclusiva responsabilidade do servidor encaminhar para a Comissão de Cursos e Títulos – CCT, conforme cronograma a ser oportunamente publicado em DOM, os títulos que ainda não estiverem devidamente cadastrados.
- 7.2.2 Quando se tratar de candidato que atualmente não possui vínculo ativo com a PMSP/SME e portanto não possui os títulos relacionados nos itens "A" e "B" devidamente cadastrados no sistema EOL/SME, deverá encaminhá-los para a Fundação Carlos Chagas, conforme instruções a serem oportunamente divulgadas em DOM.
- 7.3 Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando vertidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidados nos termos da legislação em vigor.
- 7.4 Somente serão pontuados os cursos reconhecidos e comprovados através de Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, estando vedada a pontuação de Licenciaturas obtidas nos termos da Resolução nº 02, de 26/06/97, do Conselho Nacional de Educação – CNE, bem como qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste Edital.
- 7.5 Não serão aceitos protocolos dos documentos, os quais, deverão ser entregues em cópia reprográfica autenticada.
- 7.6 A entrega e comprovação dos títulos serão de exclusiva responsabilidade do candidato.
- 7.7 A apuração dos pontos referentes ao item "C", tempo de serviço na Administração Direta da PMSP, será feita pela SME em conjunto com o DRH/SGP, com base nos dados constantes nos sistemas informatizados, para o candidato servidor ou ex-servidor que informar corretamente seu Registro Funcional – RF, com 09 (nove) dígitos, na ficha de inscrição, estando vedada a entrega de documentos comprobatórios do tempo de serviço a ser objeto de pontuação.
- 7.7.1 O candidato que não se encontrar na situação prevista no item anterior, deverá encaminhar os títulos objeto de pontuação nos termos previstos no item 7.10.
- 7.8 O tempo de serviço em estabelecimentos federais, estaduais, municipais ou particulares devidamente autorizados, será pontuado pela Fundação Carlos Chagas, mediante atestado expedido nos termos do Anexo IV e encaminhado

- 6.4 A nota da prova de cada candidato resultará da diferença entre seu escore bruto e a média do grupo, dividida pelo desvio padrão de distribuição, multiplicada por 10 (dez) e acrescida de 50 (cinquenta).
- 6.4.1 O escore bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
- 6.4.2 Esta padronização da nota de cada prova tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais. Na avaliação das provas, o Programa de Computação Eletrônica:
- conta o total de acertos de cada candidato em cada prova;
  - calcula a média de acertos de todos os candidatos presentes e o desvio padrão em cada prova;
  - transforma o total de acertos de cada candidato em nota padronizada. Para isso, calcula para cada prova a diferença entre o total de acertos obtido pelo candidato e a média de acertos do grupo, divide pelo desvio padrão, multiplica o resultado por 10 (dez) e soma 50 (cinquenta).

$$NP = \frac{(A - \bar{X})}{S} \times 10 + 50$$

NP = nota padronizada

A = escore bruto (número de acertos)

X = média do grupo (o total de candidatos submetidos a prova)

S = desvio padrão (Índice de variação entre a nota dos indivíduos do grupo)

- 6.5 Será considerado aprovado nas provas objetivas o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) em cada uma das provas.
- 6.6 O total de pontos de cada candidato será igual ao somatório das notas obtidas em cada uma das provas.

conforme cronograma a ser oportunamente publicado em DOM, mesmo quando já averbado junto à PMSP.

- 7.9 Não poderão ser, em hipótese alguma, objeto de pontuação:
- tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria;
  - os períodos concomitantes.
- 7.10 As informações sobre local(is), data(s), horário(s) e demais especificações para encaminhamento dos títulos referentes aos itens "A", "B" e "D" serão divulgados no DOM.
- 7.11 Os títulos encaminhados pelos candidatos para fins de pontuação serão inutilizados decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da homologação do resultado definitivo dos Concursos.
- 7.11.1 Excetuam-se do disposto no item 7.11 os candidatos que estejam na condição de servidores da PMSP/SME, cujos títulos foram objeto de cadastro no Sistema EOL.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1 A nota final do candidato será igual ao total de pontos obtido pelo somatório das notas das provas, acrescido dos pontos atribuídos aos títulos.
- 8.2 Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final.
- 8.3 Havendo igualdade na Classificação Definitiva terá preferência, sucessivamente, o candidato que apresentar:
- maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
  - maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
  - ser brasileiro;
  - mais idade.
- 8.3.1 O desempate será efetuado pela Fundação Carlos Chagas.

## 9. DAS PUBLICAÇÕES

- 9.1 O DRH / SGP fará publicar no DOM, oportunamente:
- inscrições deferidas, indeferidas e impedidas;
  - convocação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas, para prestação das provas;
  - gabaritos;
  - lista de candidatos aprovados nas provas;
  - convocação para encaminhamento dos títulos;
  - pontuação dos títulos e classificação prévia;

- g) resultado dos recursos;
  - h) comunicados que se fizerem necessários;
  - i) classificação definitiva.
- 9.1.1 Para cada listagem de resultado publicada haverá uma relação com todos os aprovados (lista geral) e outra com os aprovados inscritos nos termos da Lei 13.398/02 (lista específica).

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1 Caberá recurso à Secretária Municipal de Gestão Pública:
- a) do indeferimento, do impedimento e da omissão das inscrições, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação. No caso de recurso em pendência à época da realização das provas, o candidato participará condicionalmente do(s) Concurso(s);
  - b) da realização das provas, dentro de 01 (um) dia útil, a contar do dia seguinte ao da data de sua realização;
  - c) dos gabaritos e das notas das provas, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data das respectivas publicações;
  - d) dos pontos atribuídos aos títulos e da classificação prévia, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação.
- 10.2 Os recursos referentes às letras "a" e "d" do item anterior deverão ser entregues em local, horário(s) e data(s) a serem oportunamente divulgados através do DOM. Os discriminados nas letras "b" e "c" deverão ser endereçados via SEDEX ou AR à Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, nº 1565, São Paulo, SP - CEP 05513-900.
- 10.3 O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova.
- 10.4 No caso de provimento de recurso interposto na forma do item 10.3, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para aprovação.
- 10.5 O recurso interposto por procurador só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
- 10.6 A decisão do recurso será dada a conhecer, coletivamente, através de publicação no DOM, após o que não caberá recurso adicional.
- 10.7 Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste capítulo não serão avaliados.

## 11. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

- 11.1 A nomeação obedecerá, rigorosamente, à classificação obtida pelo candidato, que será integrante da lista final de classificação a qual será publicada em DOM.
- 11.2 Sem prejuízo do disposto no artigo 11 da Lei 8.989/79, deverão ser observadas para a posse as seguintes condições:
- 11.2.1 A apresentação dos documentos comprobatórios do exigido nos itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4 bem como ter boa conduta e gozar de boa saúde física e mental e de não ser portador de deficiência incompatível com o exercício do cargo / disciplina conforme laudo expedido pelo Departamento de Saúde do Trabalhador Municipal – DESAT, da Secretaria Municipal de Gestão Pública - SGP.
- 11.2.2 O documento comprobatório do requisito a que se refere o item 2.2.3 e Anexo IV do Edital deverá ser o diploma original registrado, com a habilitação específica devidamente apostilada, acompanhado de histórico escolar ou o certificado de conclusão do Programa Especial de Formação Pedagógica realizado nos termos da Resolução nº 02, de 26/06/97, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que deverá estar acompanhado do diploma do curso superior (bacharelado) utilizado como pré-requisito para sua obtenção e dos respectivos históricos escolares.
- 11.2.3 Os documentos especificados no item 11.2.1 e os demais documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas autenticadas ou em cópias reprográficas acompanhadas dos originais para serem vistas no ato da posse.
- 11.3 O candidato inscrito como portador de deficiência sujeitar-se-á, também, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo.
- 11.3.1 No exame médico específico, não sendo configurada a deficiência declarada, o título de nomeação pela lista específica será tornado insubsistente, voltando o candidato a figurar apenas na lista geral de candidatos aprovados, observando-se a ordem de classificação desta.
- 11.3.2 No exame médico específico, sendo configurada a deficiência declarada, e remanescendo dúvidas, quanto a compatibilidade das atividades inerentes ao cargo, poderá a comissão multidisciplinar específica determinar a realização de avaliação prática.
- 11.3.3 Do resultado do exame médico específico caberá recurso, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do dia seguinte ao da sua publicação, dirigido ao Diretor do Departamento de Saúde do Trabalhador Municipal – DESAT.
- 11.3.4 Da decisão da comissão multidisciplinar específica, caberá recurso fundamentado dirigido ao titular da Secretaria responsável pela realização do concurso público, no prazo de 3 (três) dias contados de sua publicação, apenas na hipótese de não ter sido realizada a avaliação prática.
- 11.3.5 Será tornado sem efeito o título de nomeação do candidato cuja deficiência for considerada incompatível com as atribuições do cargo.
- 11.4 Será analisado o acúmulo de cargos em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, na redação que lhes foi conferida pela Emenda Constitucional nº 19/98 (Reforma Administrativa), bem como o acúmulo de proventos com vencimentos na conformidade do § 10 deste artigo, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20/98 (Reforma Previdenciária), observando-se, também, o Decreto Municipal nº 14.739/77.

- 11.5 No caso de ex-servidor da esfera Federal, Estadual ou Municipal, deverá ser apresentado documento que comprove o motivo da demissão, dispensa ou exoneração.
- 11.6 O candidato que se apresentar para posse deverá firmar declaração quanto aos antecedentes criminais e administrativos;
- 11.6.1 Apontada a existência de antecedentes criminais, a unidade encarregada da posse solicitará ao candidato a apresentação das certidões de Antecedentes e de Execução Criminal;
- 11.6.2 Após análise desses elementos, a posse deverá ser liminarmente negada se verificada a condenação nos seguintes casos:
- 11.6.2.1 Crimes contra a Administração Pública;
  - 11.6.2.2 Crimes contra a Fé Pública;
  - 11.6.2.3 Crimes contra o Patrimônio;
  - 11.6.2.4 Crimes previstos pelo artº 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e dos definidos como hediondos pela Lei Federal nº 8072, de 25 de julho de 1990.
- 11.6.3 Quando a condenação decorrer de outros crimes que não os acima especificados, os elementos trazidos pelo candidato serão examinados para aferição de compatibilidade entre a natureza do crime e o exercício de função pública em geral e, particularmente, das atribuições específicas do cargo a ser provido.
- 11.6.4 Apurada a incompatibilidade a posse será negada.
- 11.6.5 O servidor que, na data da nomeação, estiver incurso em procedimento administrativo, somente poderá formalizar a posse após o despacho decisório do Departamento de Procedimentos Disciplinares da Secretaria de Negócios Jurídicos.
- 11.7 Preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Valores ou apresentação da cópia da Declaração de Imposto de Renda conforme o Decreto nº 36.472, de 25 de Outubro de 1996.
- 11.8 Os candidatos aprovados, constantes das listas de classificação definitiva serão convocados para escolha de vagas segundo a conveniência da Administração e observada a ordem de classificação no referido Concurso nos termos da Lei 12.396/97.
- 11.8.1 A SME enviará correspondência sobre a(s) data(s), horário(s) e local(is) para escolha de vaga, sendo no entanto a referida comunicação meramente informativa, ficando sob inteira responsabilidade do candidato acompanhar o Edital de Convocação a ser publicado no DOM.
- 11.8.2 O candidato convocado que não comparecer a escolha de vaga a que se refere o item anterior, no período, local e horário(s), conforme estabelecido no Edital de Convocação, não será nomeado, conforme dispõe a Lei 12.396/97.
- 11.8.3 A nomeação será comunicada via correio, para o endereço informado pelo candidato, sendo considerado desistente o candidato que não comparecer ao local indicado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação da nomeação no DOM.
- 11.8.4 O candidato deverá manter atualizado seu endereço desde o momento da inscrição até a publicação da classificação definitiva, junto à Fundação Carlos Chagas e, após esta data e durante o prazo de validade do concurso, desde que aprovado, junto à CONAE – 2, na Av. Angélica nº 2.606 – Higienópolis, para atendimento ao disposto nas Leis Municipais 11.606/94 e 12.396/97, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à PMSP informá-lo da convocação para a escolha de vaga e da consequente nomeação, por falta da citada atualização.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 12.2 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da posse, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 12.3 Caberá à Secretária Municipal de Gestão Pública, a homologação dos resultados do Concurso.
- 12.4 O prazo de validade deste concurso será de 02 (dois) anos contados da data da homologação de seus resultados, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.
- 12.5 A aprovação e a classificação definitiva geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. A PMSP, durante o período de validade do concurso, reserva-se o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados para escolha de vaga e às nomeações, em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os cargos vagos existentes.
- 12.6 A SME, no momento oportuno, afixará uma foto 3X4 do candidato no cartão de autenticação digital – CAD e na seqüência colherá sua assinatura e procederá à autenticação digital no cartão.
- 12.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado no DOM.
- 12.8 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do concurso, a qualquer tempo.
- 12.9 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar no Diário Oficial do Município, os Editais, Comunicados e demais publicações referentes a este concurso.
- 12.10 Os casos omissos serão resolvidos pelas Secretarias Municipais de Gestão Pública e de Educação, por meio dos órgãos competentes, ouvida sempre a Comissão Coordenadora de Planejamento e Execução do presente Concurso.

**ANEXO I - TABELA DE CARGOS**

CÓDIGO DOS CARGOS	CARGOS/PADRÃO	CARGOS VAGOS	CARGOS VAGOS Lei 13.398/02	VENCIMENTO MENSAL	VALOR DA INSCRIÇÃO
A01	PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL /QPE-11 A	465	25	R\$ 493,36	R\$ 28,00 (vinte e oito reais)
	PROFESSOR ADJUNTO DE ENSINO FUNDAMENTAL II /QPE-14A	Distribuídos em	Distribuídos em	R\$ 596,00	R\$ 33,00 (trinta e três reais)
<b>DISCIPLINAS:</b>					
B02	Língua Portuguesa	200	10		
C03	Matemática	125	07		
D04	Ciências	180	09		
E05	História	044	03		
F06	Geografia	217	11		
G07	Inglês	058	03		
H08	Arte	105	06		

**ANEXO II - SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CARGOS**

- Planejar e ministrar aulas registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional.
- Acompanhar o aluno, desenvolvendo de forma compatível, as atividades inerentes às salas de aula, projetos pedagógicos e demais atividades, garantindo novas oportunidades de aprendizagem.
- Participar da elaboração e execução do Plano Escolar, bem como das demais atividades do processo educacional.
- Garantir a articulação entre as experiências dos educandos e o conhecimento organizado, de formas integradas, abrangentes e transformadoras, através de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que avaliem de forma eficaz os diferentes momentos do processo ensino aprendizagem.

**ANEXO III – PRÉ-REQUISITO PARA POSSE**

CARGO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA
PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		- Habilitação Específica para o Magistério, de Nível Médio (atual Curso Normal) ou - Habilitação Específica em Pedagogia (Licenciatura em Pedagogia com aprofundamento em Educação Infantil).
PROFESSOR ADJUNTO DE ENSINO FUNDAMENTAL II	Língua Portuguesa	- Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Português; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Português".
	Matemática	- Licenciatura em Matemática; - Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Matemática".
	Ciências	- Licenciatura em Ciências Biológicas; - Licenciatura em Ciências com habilitação em: Biologia, Física, Matemática ou Química; - Licenciatura em História Natural; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Biologia".
	História	- Licenciatura em História; - Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em História; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "História".
	Geografia	- Licenciatura em Geografia; - Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em Geografia; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Geografia".
	Inglês	- Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Inglês; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Inglês".
	Arte	- Licenciatura Plena em Educação Artística; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Educação Artística".

(Reconhecimento de Firma)

**ANEXO - IV – MODELO DE ATESTADO**

TIMBRE / CARIMBO DA ESCOLA OU ENTIDADE EDUCACIONAL  
Ato de Reconhecimento / Autorização: DO \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
(no caso de escola particular)

**DECLARAÇÃO DO CANDIDATO**

Eu \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso \_\_\_\_\_ sob nº \_\_\_\_\_, declaro sob as penas da Lei que o Tempo de Serviço constante no presente Atestado não foi utilizado para fins de aposentadoria.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2004.

**ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DOCENTE**

Atesto, sob as penas da Lei, para fins de pontuação por tempo de serviço, no Concurso Públicos de Ingresso para provimento de cargos vagos de Professor Adjunto - Classe I da Carreira do Magistério Municipal, da Prefeitura do Município de São Paulo, que o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, R.G. nº \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_ nascido (a) em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ exerceu nesta Escola/Entidade Educacional o cargo/função/emprego de \_\_\_\_\_ no período de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ contando, até **31/12/2003**, com: \_\_\_ meses de Tempo de Serviço (bruto).

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato com firma reconhecida  
Reconhecimento de Firma

**ANEXO V – PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIA  
Concepção de Unidade Educacional**

A Unidade Educacional constitui-se como espaço de inclusão, de emancipação social, de produção de conhecimento, de manifestação e produção cultural e de construção da Educação Pública Popular. Nesse sentido, a construção de saberes está contextualizada na vivência das ações compartilhadas entre as diferenças de idades, etnias, culturas, gênero e sexualidade.

Assim, as relações entre todos os integrantes da Comunidade Educativa devem possibilitar o aprofundamento da compreensão e transformação da realidade. Ao expandir os espaços de convivência e de saberes no processo do pensar e do

\_\_\_\_\_  
LOCAL/DATA

\_\_\_\_\_  
LOCAL/DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO DA  
AUTORIDADE RESPONSÁVEL

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO  
DO SUPERVISOR DE ENSINO /  
DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO



fazer cotidiano educacional todos os participantes do processo educativo constituem-se em sujeitos nos espaços intra e inter Unidades Educacionais.

Nessa perspectiva, a Educação ultrapassa os muros das Unidades Educacionais, integrando-se à construção da Rede de Proteção Social e à constituição da cidade de São Paulo como Cidade Educadora.

Confirma-se o diálogo permanente entre as Diretrizes de Democratização de Acesso e Garantia da Permanência, a Democratização da Gestão e a Qualidade Social da Educação na ação de construir uma sociedade justa e igualitária. Para a efetivação dessas diretrizes propõe-se refletir sobre a reorganização do tempo e do espaço, a organização em ciclos, a avaliação reorientadora da ação educativa, o registro, o fazer pedagógico.

O desafio da Unidade Educacional é possibilitar a potencialização das dimensões humanas, a apropriação, a transformação e a produção de cultura pelas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A Formação Permanente e o acompanhamento da Ação Educativa ocorrem no contexto da concretização de todos esses desafios e na compreensão dos significados que o mundo globalizado imprime nas relações sociais e étnicas.

### Bibliografia Geral Para todos os cargos

Temas a serem desenvolvidos:

Gestão

- Descentralização e políticas públicas regionais articuladas;
- Dialogicidade, Participação e Autonomia entre os diferentes segmentos da Unidade Educacional na construção da Qualidade Social de Educação;
- Escola como *locus* da Ação Educativa.

Espaço das Unidades Educacionais e Educação Inclusiva

- Diversidade:
  - Cultural;
  - Étnico – racial;
  - Gênero;
  - Sexual.
- Necessidades Educacionais Especiais

Currículo

- Identidade da Unidade Educacional;
- Comunidade Educativa;
- Estudo da Realidade Local, Organização do Conhecimento e Produção Cultural: as Unidades Educacionais e as diferenças;
- Projeto Político Pedagógico;
- Tempo/Espaço nas Unidades Educacionais;
- Leitura de Mundo, Letramento e Alfabetização;
- Organização da Escola em Ciclos;
- Avaliação e Registro;
- Especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos: cultura infantil, cultura do adolescente, do jovem e do adulto.
- Currículo como construção sócio-cultural e histórica.

Formação

- Formação Permanente do educador;
- Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico – PPP;
- Processo de Globalização Política e Econômica.

## 1. Legislação

### 1.1 Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 205 a 214.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências – Arts. 7º a 24; 53 a 69; 86 a 89; 131 a 140.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – Plano Nacional de Educação.
- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.
- Lei Federal nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 – Altera a redação do art. 26 §3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências.
- Parecer CNE / CEB nº17, de 03 de julho de 2001 – Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE / CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE / CEB nº 03, de 10 de novembro de 1999 – Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

### 1.2 Legislação Municipal

- Lei Orgânica do Município – Título VI, Capítulo I – Da Educação.
- Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo - Arts. 178 e 179.
- Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

- Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 – Dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação, da Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei nº 12.396, de 02 de junho de 1997 – Dispõe sobre a reorganização parcial do Quadro do Magistério Municipal, altera as leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992, e nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, readequa as Escalas de Vencimentos que específica, e dá outras providências.

- Lei nº 13.304, de 21 de janeiro de 2001 – Reconhece, no âmbito do Município de São Paulo a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda, e dá outras providências.

- Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002 – Dispõe sobre a Criação de Subprefeituras no Município de São Paulo.

- Lei nº 13.500, de 08 de janeiro de 2003 – Introduce alterações na Lei 11.434, de 12 de novembro de 1993 que dispõe sobre a organização dos quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

- Lei nº 13.574, de 12 de maio de 2003 – Dispõe sobre a transformação e inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais a Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

- Decreto nº 33.930, de 13 de janeiro de 1994 – Define horários padronizados de serviço na Prefeitura do Município de São Paulo, regulamenta o registro de ponto e apontamento da frequência dos servidores municipais e dá outras providências.

- Decreto nº 41.986, de 14 de maio de 2002 – Regulamenta a Lei nº 13.304, de 21 de janeiro de 2002, que reconhece, no âmbito do Município de São Paulo a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda.

- Decreto nº 42.011, de 17 de maio de 2002 – Introduce modificações no Decreto nº 33.930, de 13 de janeiro de 1994.

## 2. Documentos - PMS (encontrados no site: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br) ou no endereço: Rua Diogo de Faria, 1247 – Vila Clementino – SME/DOT/Biblioteca)

- SME. Revista Educação 1. SME/DOT, 2001.
- SME. Revista Educação 2. SME/DOT, 2001.
- SME. Revista Educação 3. SME/DOT, 2002.
- SME. Revista Educação 4. SME/DOT, 2003.
- SME. Revista Educação 5. SME/DOT, 2004.
- SME. Projeto Político Pedagógico e o Movimento de Reorientação Curricular, 2003.
- SME. Caderno Temático de Formação I - Leitura de Mundo, Letramento e Alfabetização: diversidade cultural, etnia, gênero e sexualidade, 2003.
- SME. Caderno Temático de Formação 2 – Construindo a Pedagogia da Infância no Município de São Paulo, 2004.

## 3. Vídeos

- Nós que aqui estamos por vós esperamos. Direção: Marcelo Masagão, 1999.

## 4. Livros e Artigos

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2001.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRITO, Leila Maria Torraca. **Jovens em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.
- CANAU, Vera. **Reinventar a escola**. São Paulo: Vozes, 2002.
- CORTELLA, Mario Sérgio. **A Escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.
- GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político pedagógico**. São Paulo: Vozes, 2000.
- GUACIRA, Lopes Louro. Segredos e mentiras do currículo: sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron da. **A Escola no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo**: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2003.
- POCHMANN, Marcio. Pobreza e violência no Município de São Paulo. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Direitos Humanos no Brasil 2002**: relatório. Global Exchange, 2002. Disponível em: [www.social.org.br](http://www.social.org.br) (ou Rede Social de Justiça e Direitos Humanos -Rua Batista Cepelos, 28, Cj.04).
- SANTOS, Milton. **Por uma globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SKLIAR, C. **E se o outro não estivesse aí?** Notas para uma pedagogia (improvável) da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SPOSATI, Aldaiza. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- UNESCO Brasil. **Relatório do monitoramento global de educação para todos 2002**: o mundo está no caminho certo? São Paulo: Moderna, 2003.

## PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

### Concepção de Educação Infantil

As Unidades de Educação infantil constituem-se em espaços educativos para crianças de 0 a 6 anos, fortalecendo a compreensão de que todo cuidado educa e toda educação cuida.

Em uma ação complementar a família, concebendo a criança como sujeito de direitos, as Unidades de Educação Infantil não objetivam a antecipação ou preparação para o Ensino Fundamental, mas pretendem, sobretudo, constituir-se em espaço de múltiplas relações entre adultos (educadores, pais e representantes da comunidade) entre crianças e estas como os adultos. Essas relações ampliam experiências, potencializam as dimensões humanas, fomentam a criatividade, a cooperação, a solidariedade, a autonomia e a cidadania.

Assim, as Unidades Educacionais devem possibilitar a interação de crianças de diferentes idades e espaços intencionalmente preparados, no sentido de viabilizar a troca, a construção das identidades, a ampliação do conhecimento da cultura infantil, considerando essa interação condição para o seu desenvolvimento. Os espaços e os tempos planejados não são organizados apenas do ponto de vista dos adultos, mas flexibilizados nas relações, com a intenção de possibilitar novas experiências e aprendizagens e os exercícios de criação, para que as crianças vivam plenamente o seu tempo de infância: brincando, descobrindo, interagindo e produzindo cultura.

O grande desafio dos professores de crianças de 0 a 6 anos é organizar e reorganizar as atividades, os espaços, os materiais, os tempos, as interações sociais de modo a considerar o trabalho coletivo na perspectiva da Construção da Pedagogia da Educação Infantil. Nessa organização, adultos e crianças são protagonistas e, também atores, ao lado da família na construção do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional.

#### Temas a serem desenvolvidos

##### 1. A criança e a Educação Infantil.

- A cultura da infância e a cultura infantil: concepção de infância e de educação infantil.
- Construindo identidades nas interações: conhecendo a criança.
- A ludicidade como dimensão humana.
- A arte como fundamento da educação infantil.
- Educação Infantil: todo cuidado educa e toda educação cuida.
- Fundamentos da Educação Infantil: as contribuições da antropologia, da sociologia, da psicologia.

##### 2. Formação

- A Formação do Professor de crianças de 4 a 6 anos.

##### 3. Políticas Públicas para a Educação Infantil

- Histórico da educação infantil.
- LDB: a legislação e a educação Infantil.

##### 4. Pedagogia da Educação Infantil

- Pedagogia do olhar e da escuta.
- Pedagogia das relações.
- Pedagogia da Diferença.
- A organização dos tempos e dos espaços na Educação Infantil.

##### 5. A Educação Infantil e a Família: atores e protagonistas

#### Bibliografia:

##### 1. Legislação Federal

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 22, de 17 de dezembro de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.
- 1.2 Parecer CNE / CEB nº 04, de 16 de fevereiro de 2000 – Diretrizes Curriculares operacionais para a Educação Infantil.
- 1.3 Resolução CNE / CEB nº 01, de 07 de abril de 1999 – Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 BASSEDES, Eulália, HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- 2.2 BECCHI, Egle; BONDIOLI, Anna (orgs). **Avaliando a pré-escola**: uma trajetória de formação de professoras. Campinas: Autores Associados, 2003.
- 2.3 BRITO, Teca Alencar. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- 2.4 CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2003.
- 2.5 CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- 2.6 EDWARDS, Carolyn; GANDIDI, Lella; FORMAN, George. **As Cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- 2.7 FÁRIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira.(orgs). **Educação infantil pós – LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados; São Carlos: UFSCAR; Florianópolis: UFSC, 2001
- 2.8 FÁRIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação pré-escolar e cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Cortez, 2002.
- 2.9 MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. São Paulo: Papirus, 2003.
- 2.10 MACHADO, Maria Lúcia A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- 2.11 MARQUES, Isabel. **Danças na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.
- 2.12 MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 2.13 PERROTTI, Edmir. A Criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina (org). **A Produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- 2.14 ROSEMBERG, Fúlvia. A Criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO, Ivete (org); RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Famílias em processos contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1995.
- 2.15 SOUZA, Solange Jobim e. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da Infância. IN. KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (orgs). **Infância**: fios e desafios da pesquisa.Campinas: Papirus,1996.

#### 3. Vídeo

- 3.1 Kiriku e a Feiticeira. Direção: Michael Ocelot, 1998.

## PROFESSOR ADJUNTO DE ENSINO FUNDAMENTAL II

### Concepção de Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental compreende a segunda etapa da Educação Básica, sendo as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) espaços educacionais de crianças, adolescentes, jovens e adultos da cidade de São Paulo.

Nestes espaços, a educação deve estar voltada à humanização dos educandos, bem como de toda a Comunidade Educativa (educadores, agentes escolares, pais e comunidade): compreendendo, reconhecendo, considerando e incorporando suas diferenças de classe, etárias, étnicas, de gênero e de orientação sexual como identidade destes sujeitos, reconhecendo-os como autores e atores na perspectiva da transformação social.

Assim, além de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos estarem na escola, o grande desafio é uma educação que tenha como marca a qualidade social, expressa através do currículo como construção sócio-cultural e histórica tendo o educando como foco desta construção curricular.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa

##### Temas a serem desenvolvidos

1. Letramento e Ensino de Língua.
2. Linguagem e Língua.
3. Diversidade Lingüística.

##### 1. Leitura e produção de sentidos

- processamento da leitura;
  - interpretação;
  - dialogicidade.
- ##### 2. Língua: usos e reflexões
- oralidade.
  - reflexão gramatical: fonética e fonologia; relações morfossintáticas e semântica.
  - convenções de escrita e ortografia.
- ##### 3. Textualidade
- ##### 4. Gêneros Textuais.
- ##### 5. Literatura no Ensino da Língua.

#### Bibliografia

##### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**: novela sociolingüística. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- 2.2 BAKHTIN, Mikhail.Os Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.275-326.
- 2.3 **BECHARA, Evanildo**. Moderna gramática portuguesa. **Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000**.
- 2.4 FÁVERO, Leonor Lopes et alli. Oralidade e Escrita: perspectiva para o ensino da língua materna. São Paulo, Cortez, 1999.
- 2.5 FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. **Lingüística textual: introdução**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- 2.6 LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo, Ática, 1994.
- 2.7 KATO, M.A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolingüística. 3. ed., São Paulo, Ática, 1990.
- 2.8 KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, L.C. A Coerência textual. **São Paulo Contexto, 2000**.
- 2.9 KOCH, Ingedore V. **A Coesão textual**. São Paulo, Contexto, 2000.
- 2.10 **MORAIS Artur G. de Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 1998**.
- 2.11 **NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all (orgs)**. Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. **Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 137 – 171**.
- 2.12 PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**: ensaios sobre a linguagem. São Paulo: Ática, 2000.
- 2.13 BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. Cap. 1 p. 9 – 16.
- 2.14 **VAL, Maria da Graça Costa**. Redação e textualidade. **São Paulo: Martins Fontes, 1991**.
- 2.15 ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o ensino da literatura**. São Paulo, Contexto, 1998.

#### 3. Vídeo

- 3.1 **O carteiro e o poeta**. Direção: Michael Radford, 1994.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - Matemática

##### Temas a serem desenvolvidos

1. A natureza do conhecimento matemático.

2. A trajetória histórica da construção da Matemática.
3. A Matemática na escola. Concepções presentes do ensino da Matemática.
4. Matemática e construção da cidadania.
5. Resolução de problemas.
6. Recurso à história da Matemática.
7. Jogos e uso das Tecnologias da Informação e da comunicação.
8. Estudo de acontecimentos do cotidiano que são de natureza aleatória, as noções de acaso e incerteza: aspectos matemáticos e didáticos da construção dos conceitos referentes à estatística, análise combinatória e probabilidade.
9. A construção de procedimentos cotidianos para coletar, organizar, comunicar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações.

#### Bibliografia

##### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 COXFORD, Arthur, SHULTE, Albert P. **As Idéias da Álgebra**. São Paulo: Atual, 1995.
- 2.2 \_\_\_\_\_, **Educação Matemática**: da teoria à prática. Campinas: Ed. Papirus, 2003.
- 2.3 DAVIS, P.J.; HERSH, R. O Sonho de Descartes. Trad. Mário C. Moura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- 2.4 ENZENSBERGER, H.M. **O Diabo dos Números**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- 2.5 LERNER de Zunino, Delia. **A Matemática na Escola**: aqui e agora, Porto Alegre: Artmed, 1996.
- 2.6 LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1993.
- 2.7 MACHADO, N. J. **Matemática e língua materna**: análise de uma impregnação mútua. São Paulo: Cortez, 1999.
- 2.8 MACHADO, S. D. et all. **Educação Matemática**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.
- 2.9 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all (org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 167 – 203.
- 2.10 NUNES, Terezinha et all. **Introdução à educação matemática**: os números e as operações numéricas. São Paulo: PROEM Ltda, 2001.
- 2.11. PIRES, C.M.C. et all. **Espaço e forma**. São Paulo: PROEM, 2001.
- 2.12 POZZO, Juan Ignacio (org.) **A Solução de problemas**: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

##### 3. Vídeo

- 3.1 Uma Mente Brilhante. Direção: Ron Howard, 2001.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - História

##### Temas a serem desenvolvidos

1. Concepções teórico-metodológicas, relacionando-as com as categorias sócio-históricas.
2. Trabalho e sociedade: relações sociais de produção.
3. Manifestação e representação cultural, diversidade cultural e sua relação com as diversas experiências históricas.
4. Articulações Estado e sociedade do ponto de vista da participação política.
5. A produção historiográfica e sua relação com a sala de aula.

#### Bibliografia

##### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 ANDERSON, P. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- 2.2 BITTENCOURT, Circe (org) **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- 2.3 BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 2.4 CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- 2.5 CHASTEEM, Jonh C. **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- 2.6 DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- 2.7 FREITAS, Marcos C. de (org) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- 2.8 HOBBSAWM, E.J.A. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 2.9 MACKENZIE, J.M. **A Partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática, 1994.
- 2.10 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all. (orgs). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 107 – 120.

2.11 NOVAIS, F.A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. São Paul: Hucitec, 1979.

2.12 PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história**: operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

2.13 THOMPSON, E.P. A Formação da classe operária inglesa. **Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. v. 2**

##### 3. Filme:

- 3.1 Carlota Joaquina, Princesa do Brasil. Direção: Carla Camuratti, 1994.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - Geografia

##### Temas a serem desenvolvidos

1. História do pensamento geográfico.
2. O processo de urbanização no Brasil, após os anos 50.
3. A formação das Metrôpoles e seus problemas.
4. A geografia física e as relações sociedade e natureza.
5. A questão ambiental no Brasil: na cidade e no campo.
6. A cartografia e sua importância na produção e no ensino de geografia.
7. As atuais mudanças na educação e no ensino de geografia.

#### Bibliografia

##### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa**: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2003.
- 2.2 CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, M.; EGLER, Cláudio A. G. (org). **Redescobrimo o Brasil** : 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- 2.3 CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2003.
- 2.4 DAMIANI, Amélia L. População e geografia. **São Paulo: Contexto, 1999**.
- 2.5 GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Os (Des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: contexto, 1989.
- 2.6 GONÇALVES, Maria Flora (org). **O Novo Brasil urbano**: impasses / dilemas / perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- 2.7 MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- 2.8 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et all. (orgs). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 67 – 101.
- 2.9 PENTEADO Heloisa Drupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.
- 2.10. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP; FDE, 2003.
- 2.11 VESENTINI, José Willian. **Geografia e ensino**; textos críticos. Campinas: Papirus, 2003

##### 3. Vídeo

- 3.1 Denise está Chamando (Denise calls up). Direção de Hal Salwen, 1995.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II - Inglês

##### Temas a serem desenvolvidos

1. Objetivos do ensino do inglês na escola brasileira.
2. A problemática do ensino de uma língua estrangeira na escola pública.
3. O processo de aprendizagem de uma segunda língua.
4. Panorama geral dos principais métodos utilizados no ensino de línguas.
5. A abordagem comunicativa do ensino de línguas.
6. A dinâmica da sala de aula de língua estrangeira.
7. A constituição histórico-cultural de países de língua inglesa tais como Estados Unidos, Austrália, África do Sul, Índia e a influência de cultura da Grã-Bretanha.

#### Bibliografia

##### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

##### 2. Livros e Artigos

- 2.1 ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 2002.
- 2.2 BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1994. p.275-326.
- 2.3 CELANI, M. A. A. (org) **Ensino de segunda língua**: redescobrimo as origens. São Paulo: EDUC, 1997.
- 2.4 CELANI, M. Antonieta. A. (org) **Professores e formadores em mudança**: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- 2.5 DANIELS, H. **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo: Loyola, 2002.

- 2.6 HOLDEN, Susan. **O Ensino de língua inglesa**. São Paulo: SBS, 2001.  
 2.7 KATO, Mary. **O Aprendizado da leitura**. São Paulo : Martins Fontes: 1995.  
 2.8 MCARTHUR, Tom. The English languages. São Paulo: Cambridge do Brasil, 1998.  
 2.9 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all (orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 123 – 131.

### 3. Vídeo

- 3.1 For all – O Trampolim da Vitória. Diretor: Luiz Carlos Lacerda e Busa Ferraz, 1997.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II – Arte

##### Temas a serem desenvolvidos

1. Arte como área do conhecimento.
2. Arte como linguagem.
3. Construção do olhar, construção da escuta e movimento em construção.
4. A música e o teatro como articuladores de saberes, conhecimentos e sentimentos
5. Projeto em Arte: visual, musical, teatral e na dança, cinema, tecnologia.

##### Bibliografia

###### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

###### 2. Livros e Artigos

- 2.1 BARBOSA, Ana Mãe (org). **Arte- educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- 2.2 \_\_\_\_\_. **Imagem no ensino da arte: anos 80 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- 2.3 HEAD, Herbert. **Sentido da arte**. São Paulo: Ibrasa, 2004
- 2.4 HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- 2.5 KOUDELA, Ingrid D. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- 2.6 MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.
- 2.7 MARTINS, Mirian Celeste et. all. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.
- 2.8 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all (orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 23– 3 e 207-216.
- 2.9 PAREYSON, Luigi. **Problemas de estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- 2.10 PILLAR, Ana Alice Dutra. **Educação do olhar no ensino da arte**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- 2.11 ALMEIDA, M. Berenice; Pucci, Magda Dourado. **Outras terras: outros sons**. São Paulo : Callis, 2003.

- 2.12 SANTAELLA, Lúcia. **Arte e cultura: equívocos do elitismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

- 2.13 WESNICK, José Miguel. **Som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- 2.14 OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis :Vozes, 2002.

### 3. Vídeo

- 3.1 Frida. Direção: Julie Taymor, 2002.

#### Professor Adjunto de Ensino Fundamental II – Ciências

##### Temas a serem desenvolvidos

1. Educação em Ciências e prática docente.
2. Ciência, tecnologia e sociedade.
3. História e Filosofia da Ciência.
4. Dinâmica da produção científica.
5. Ecologia e sustentabilidade.
6. Ética.

##### Bibliografia

###### 1. Legislação

- 1.1 Parecer CNE / CEB nº 04, de 29 de janeiro de 1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.2 **Resolução** CNE / CEB nº 02, de 07 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- 1.3 Parecer CNE / CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- 1.4 Resolução CNE / CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

###### 2. Livros e Artigos

- 2.1 BACHELARD, Gaston. **O Novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- 2.2 BURSZTYN, M. (org). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.
- 2.3 BROCKMAN, J.; MATSON, K. (orgs). **As Coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 2.4 BRODY, D.E.; BRODY, A. E. **As Sete maiores descobertas científicas da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 2.5 BRANCO, S.M. **O Meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.
- 2.6 DELIZOICOV, Demetrio. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- 2.7 FRACALANZA, Hilário; AMARAL, Ivan A. **O Ensino de ciências**. São Paulo: Atual, 1986.
- 2.8 KRASILCHIK, M. **O Professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.
- 2.9 NEVES, Iara Conceição Bitencourt et. all (orgs). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 37 – 43.
- 2.10 PINTO, T.; TELLES, I.S. (orgs) **AIDS e escola: reflexões e propostas do EDUC/AIDS**. São Paulo: Cortez, 2002.
- 2.11 WEISSMANN, H. (org) **Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

### 3. Vídeo

- 3.1 Energia Pura (Powder). Direção: Victor Salva, 1995.

## CRONOGRAMA

### DATAS

12/04/2004  
 22/04/2004  
 23/04/2004  
 20/06/2004  
 27/06/2004

### EVENTOS

Abertura das Inscrições  
 Encerramento das Inscrições via Internet  
 Encerramento das Inscrições via BANESPA  
 Data prevista para publicação do Edital de Convocação para as Provas Objetivas



Os candidatos que indicarem, no campo específico da ficha de inscrição, um endereço eletrônico para contato poderão receber informações sobre local de realização das provas e resultados por e-mail.

**AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO PODEM SER OBTIDAS VIA INTERNET NO ENDEREÇO: <http://www.fcc.org.br>**

## CONCURSO PÚBLICO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



**CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DA CLASSE II – PROFESSOR TITULAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR TITULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL I, PROFESSOR TITULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL II, PROFESSOR TITULAR DE ENSINO MÉDIO E DA CLASSE III – COORDENADOR PEDAGÓGICO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL****EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS**

A Secretaria Municipal de Gestão – SMG e a Secretaria Municipal de Educação – SME, da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, nos termos da Lei 8.989, de 29 de outubro de 1979, Lei 11.229, de 26 de junho de 1992, Lei 11.434, de 12 de novembro de 1993, Lei 12.396, de 02 de julho de 1997, Lei 13.168, de 06 de julho de 2001, Lei 13.398, de 31 de julho de 2002, Lei 13.574, de 12 de maio de 2003, Lei 13.757, de 16 de janeiro de 2004 e Lei 13.758, de 16 de janeiro de 2004 fazem saber que realizarão em local(is), data(s) e horário(s), a serem oportunamente divulgados, Concurso Público de Ingresso para provimento, em caráter efetivo, de cargos vagos da Classe II - Professor Titular de Educação Infantil – QPE-11, Professor Titular de Ensino Fundamental I – QPE-11, Professor Titular de Ensino Fundamental II – QPE-14, Professor Titular de Ensino Médio – QPE-14 e da Classe III – Coordenador Pedagógico – QPE-15 da Carreira do Magistério Municipal, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo, no processo nº. 2005-0.206.471-0, concurso este que será regido pelas presentes Instruções Especiais e Anexos I, II, III, IV, V e VI que constituem parte integrante deste Edital para todos os efeitos.

**INSTRUÇÕES ESPECIAIS****1. DOS CARGOS**

- 1.1 O concurso destina-se ao provimento de cargos vagos, de acordo com a relação constante do Anexo I – Tabela de Cargos, mais os que vagarem ou forem criados durante o seu prazo de validade, sendo 5% (cinco por cento) do total de cargos vagos, reservado a pessoas portadoras de deficiência física e/ou sensorial nos termos da Lei Municipal nº 13.398/2002, conforme disposto no Capítulo 3.
  - 1.1.1 Dos cargos reservados a pessoas portadoras de deficiência(s), para efeito do disposto no item 1.1, quando da aplicação do percentual resultar fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), será arredondada para 1 (um) cargo;
  - 1.1.2 Não havendo candidatos portadores de deficiência(s) inscritos nos termos da Lei Municipal nº 13.398/2002 ou aprovados nas provas, os cargos reservados serão providos pelos demais aprovados, com estrita observância da ordem classificatória da lista definitiva.
  - 1.1.3 A síntese das atribuições e competências a serem desempenhadas pelos ocupantes do cargo de Professor e Coordenador Pedagógico está contida no Anexo II – Síntese das Atribuições Específicas dos Cargos.
- 1.2 Os ocupantes dos cargos de Professor ficarão sujeitos à prestação da Jornada Básica correspondente a 18 (dezoito) horas-aula e 2 (duas) horas-atividade semanais, perfazendo 120 (cento e vinte) horas-aula mensais.
- 1.3 Os ocupantes dos cargos de Coordenador Pedagógico ficarão sujeitos à prestação da Jornada Básica correspondente a 40 (quarenta) horas semanais.
- 1.4 A remuneração mensal dos cargos corresponde ao vencimento especificado no Anexo I – Tabela de Cargos.
- 1.5 A PMSP reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

- 2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.
  - 2.1.1 Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição, somente após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o concurso.
  - 2.1.2 São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição efetuada via banco ou pela Internet.
  - 2.1.3 As inscrições efetuadas em desacordo com as disposições deste Edital serão indeferidas.
- 2.2 São condições para inscrição:
  - 2.2.1 ser brasileiro nato ou naturalizado, cidadão português e estrangeiro conforme disposto na Lei nº 13.404, de 08/08/2002 e no Decreto nº 42.813, de 28/01/2003;
  - 2.2.2 ter até a data do ato da posse a idade de 18 (dezoito) anos completos;
  - 2.2.3 ter o pré-requisito para o cargo/disciplina para o qual estiver se candidatando conforme o especificado no Anexo III, até a data do ato da posse;
  - 2.2.4 encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
  - 2.2.5 conhecer e estar de acordo com as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como com as condições previstas em Lei.
- 2.3 O interessado poderá fazer, no máximo, 2 (duas) inscrições no Concurso Público de Ingresso objeto deste Edital, sendo uma inscrição para o cargo de Professor e uma inscrição para o cargo de Coordenador Pedagógico, devendo recolher o valor estabelecido no Anexo IV.

- 2.3.1 O candidato poderá inscrever-se para 2 (dois) cargos da seguinte forma:
  - Professor de Educação Infantil e Coordenador Pedagógico; ou
  - Professor de Ensino Fundamental I e Coordenador Pedagógico; ou
  - Professor de Ensino Fundamental II e Coordenador Pedagógico; ou
  - Professor de Ensino Médio e Coordenador Pedagógico.
- 2.3.2 O candidato que efetivar mais de duas inscrições no Concurso terá a(s) primeira(s) indeferida(s). Não sendo possível definir a(s) primeira(s) inscrição(ões) efetivada(s) todas serão indeferidas.
- 2.3.3 Na hipótese de o candidato optar por fazer duas inscrições no Concurso objeto deste Edital será proibida a inscrição no Concurso por Acesso, cujo Edital encontra-se publicado nesta data.
- 2.4 Ficam inscritos de ofício os profissionais de Educação Docentes, titulares dos cargos criados pela Lei nº 8.694, de 31 de março de 1978, não estáveis, nos termos do inciso IV do artigo 73 da Lei 11.434/93.
  - 2.4.1 A inscrição de ofício dar-se-á no concurso correspondente ao cargo a que se refere a Lei nº 8.694/78, o que não impossibilita de efetuar uma segunda inscrição para o cargo de Coordenador Pedagógico deste edital.
  - 2.4.2 O inscrito de ofício que não efetuar o pagamento da importância referente ao valor da referida inscrição, conforme especificado no Anexo IV – Valor da Inscrição, dentro do prazo regulamentar, terá sua(s) inscrição(ões) impedida(s) não cabendo, neste caso, interposição de recurso, o que implicará sua eliminação do concurso.
- 2.5 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá solicitar os benefícios do Decreto nº 23.269/87, até o término do período de inscrição, via SEDEX ou AR, à Fundação Carlos Chagas – Núcleo de Execução de Projetos – Ref.: Solicitação/PMSP/Professor e Coordenador Pedagógico Av. Prof. Francisco Morato, nº 1565, São Paulo, SP - CEP 05513-900.
  - 2.5.1 O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.
  - 2.5.2 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
  - 2.5.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da prova, deverá levar um acompanhante que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança.
    - 2.5.3.1 Não haverá compensação do tempo de amamentação no tempo de duração das provas.
- 2.6 As inscrições ficarão abertas através da Internet, de acordo com o item 2.6.2 deste Capítulo no período de **25 de junho a 05 de julho de 2007**, até às **20h30min** (horário de Brasília) e via Banco, no período de **25 de junho a 06 de julho de 2007**.
  - 2.6.1 As inscrições via Banco serão recebidas nas agências autorizadas do **BANESPA** – Banco do Estado de São Paulo, relacionadas a seguir, nos dias úteis, no horário de expediente bancário:

**AGÊNCIAS CREDENCIADAS DO BANESPA**

Ag. República – Praça da República, 291 – Centro  
Ag. Avenidas – Av. Paulista, 436 – Centro  
Ag. Penha – Rua Dr. João Ribeiro, 194 – Penha  
Ag. Vila Prudente – Av. Paes de Barros, 3442 – Mooca  
Ag. Pinheiros – Rua Teodoro Sampaio, 2258/68 – Pinheiros  
Ag. Tatuapé – Av. Celso Garcia, 3863 – Tatuapé  
Ag. Brooklin – Rua Joaquim Nabuco, 138 – Brooklin Paulista  
Ag. Vila Maria – Av. Guilherme Cotching, 1420/32 – Vila Maria  
Ag. Rafael de Barros – Rua Dr. Rafael de Barros, 37 – Paraíso  
Ag. Vinte Quatro de Maio – Rua Vinte Quatro de Maio, 224 – Centro  
Ag. Via Anchieta – Via Anchieta, 2027 – Moinho Velho  
Ag. Liberdade – Av. Liberdade, 151 – Liberdade

Ag. Tucuruvi – Av. Tucuruvi, 25 – Tucuruvi  
 Ag. Butantã – Av. Prof. Francisco Morato, 365 – Butantã  
 Ag. Moema – Av. Ibirapuera, 1994 – Indianópolis  
 Ag. Casa Verde – Rua Dr. Cezar Castiglione Jr, 121 – Casa Verde  
 Ag. Artur Alvim – Rua Maciel Monteiro, 297 – Artur Alvim  
 Ag. Pirituba – Av. Benedito Andrade, 302 – Pirituba  
 Ag. Vila Romana – Rua Clélia, 902 – Água Branca  
 Ag. Aclimação – Rua Tamandaré, 591 – Aclimação  
 Ag. Itaim Paulista – Rua Marechal Tito, 4712 – Itaim  
 Ag. Largo 13 de Maio – Av. Mário Lopes Leão, 121 – Santo Amaro

- 2.6.1.1 Para inscrever-se, o candidato deverá, no período das inscrições, apresentar-se em um dos locais indicados no item anterior, munido de original de documento de identidade. São considerados documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Polícia Militar; a Cédula de Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), expedida na forma da Lei nº 9.503/97, sendo que o mesmo documento deverá ser apresentado no ato da realização das provas;
- 2.6.1.2 Preencher a Ficha de Inscrição, o requerimento e o protocolo de inscrição, fornecidos GRATUITAMENTE nas Agências credenciadas do BANESPA, indicadas no item 2.6.1 deste Edital. É de fundamental importância que o candidato assine e preencha de forma correta e completa, na Ficha de Inscrição, o número de seu Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o número do Registro Funcional (RF), com nove dígitos (no caso de servidor ou ex-servidor da PMSP - Administração Direta), para fins de pontuação de títulos prevista no capítulo 7.
- 2.6.1.3 O candidato servidor da Administração Direta da PMSP poderá confirmar o número de seu Registro Funcional pelo constante no "hollerith" ou junto à Unidade de Recursos Humanos à qual pertence.
- 2.6.1.4 O candidato ex-servidor da Administração Direta da PMSP poderá obter ou confirmar o número de seu Registro Funcional junto à Seção Técnica de Atendimento do Departamento de Recursos Humanos – DRH, da Secretaria Municipal de Gestão – SMG, situada na Rua Líbero Badaró, nº 425, térreo, nos dias úteis, no período de 25 de junho a 06 de julho de 2007, das 9 às 16 horas;
- 2.6.1.5 O candidato que deixar de indicar na Ficha de Inscrição o Código do Cargo/Disciplina para o qual pretende concorrer, conforme tabela constante no Anexo I – Tabela de Cargos, deste Edital, ou indicar código inexistente, terá sua inscrição indeferida.
- 2.6.1.6 Efetuar o pagamento da inscrição, conforme especificado no Anexo IV – Valor da Inscrição, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços prestados pela Fundação Carlos Chagas.
- 2.6.1.6.1 O pagamento do valor da inscrição poderá ser efetuado em dinheiro ou cheque do próprio candidato, sendo que:
- o pagamento efetuado em cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação;
  - em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, considerar-se-á automaticamente sem efeito a inscrição;
  - efetuada a inscrição, não haverá, em hipótese alguma, devolução da importância paga e/ou alteração do cargo/disciplina a que o interessado estiver se candidatando.
- 2.6.1.7 O candidato deverá formalizar sua inscrição pessoalmente ou através de seu representante legalmente constituído, devendo, para tanto, preencher de forma correta e completa a ficha de inscrição e o requerimento, assinando no campo específico.
- 2.6.1.7.1 A inscrição por procuração será feita mediante entrega do respectivo instrumento de mandato com firma reconhecida e cópia reprográfica do documento de identidade do candidato e do mandatário. Deverá ser apresentada para cada inscrição uma procuração específica, que ficará retida.
- 2.6.1.7.2 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas na ficha de inscrição por seu representante legalmente constituído, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.
- 2.6.1.8 A ficha de inscrição será retida pelo banco, assim como, quando for o caso, a procuração e a cópia reprográfica do documento de identidade do candidato e do mandatário, sendo devolvido o comprovante com a autenticação bancária.
- 2.6.2 As inscrições via Internet estão disciplinadas abaixo:
- 2.6.2.1 Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br) e procurar os links referentes a este Concurso Público. A inscrição poderá ser efetuada a partir do dia 25 de junho de 2007, até às 20h30min (horário de Brasília) do dia 05 de julho de 2007, sendo que após esta data e horário, o acesso às inscrições estará bloqueado.
- 2.6.2.2 Ler o Requerimento de Inscrição, preencher o Formulário de Inscrição, transmitir os dados pela Internet.
- 2.6.2.3 Ao inscrever-se o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição via Internet, o Código do Cargo para o qual pretende concorrer, conforme tabela constante do Anexo I – Tabela de Cargos, deste Edital e das barras de opções do Formulário de Inscrição via Internet.
- 2.6.2.4 O candidato que realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento do valor da inscrição conforme especificado no

- Anexo IV – Valor da Inscrição, por boleto bancário, pagável em qualquer banco, até 06 de julho de 2007.
- 2.6.2.5 O boleto bancário disponível no endereço eletrônico [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br) deverá ser impresso para o pagamento do valor da inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.
- 2.6.2.6 O único comprovante de inscrição aceito é o boleto bancário, com a autenticação mecânica no valor referente à inscrição.
- 2.6.2.7 A efetivação da inscrição pela Internet ocorrerá após confirmação, pelo banco, do depósito referente ao valor.
- 2.6.2.8 A partir de 13/07/2007, conferir no site [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br) se os dados da inscrição efetuada pela Internet foram recebidos e confirmada a inscrição. Caso haja algum problema detectado o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da Fundação Carlos Chagas, (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas (horário de Brasília), para verificar o ocorrido.
- 2.6.2.9 As solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições, não serão aceitas, e não será devolvida a importância paga.
- 2.6.2.10 O candidato inscrito via internet não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.
- 2.6.2.11 A Fundação Carlos Chagas e a PMSP não se responsabilizam por solicitações de inscrição via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 2.6.2.12 O descumprimento das instruções para inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.
- 2.6.3 Não serão aceitos pagamentos de inscrição por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.
- 2.6.4 O deferimento da inscrição dependerá do correto e completo preenchimento da ficha de inscrição.

### 3. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- 3.1 O candidato portador de deficiência deverá tomar conhecimento da Síntese das Atribuições Específicas dos Cargos - Anexo II e da Lei Municipal nº 13.398/2002. Julgando-se amparado pelas disposições legais, poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, aos cargos vagos reservados aos portadores de deficiência(s), nos termos dos itens 1.1 a 1.1.2 deste Edital (desde que atenda os requisitos relacionados nos itens 2.2.1 a 2.2.5) podendo efetivar a sua inscrição, no período de **25 de junho a 06 de julho de 2007**, via banco (pessoalmente ou por procuração) ou **25 de junho a 05 de julho de 2007**, até às **20h30min** (horário de Brasília), via Internet observadas as demais condições estabelecidas no Capítulo 2 deste Edital.
- 3.1.1 O candidato deverá preencher CORRETA e COMPLETAMENTE a ficha de inscrição e declarar o(s) tipo(s) de deficiência(s) de que é portador.
- 3.2 Uma vez deferidas as inscrições, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão, na relação de candidatos inscritos como portadores de deficiência.
- 3.3 O candidato portador de deficiência(s) participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, critérios de aprovação, horário, local de aplicação das provas e à nota mínima exigida.
- 3.4 O candidato inscrito como portador de deficiência(s) nos termos da Lei Municipal nº 13.398/2002, deverá encaminhar no período de inscrições, via SEDEX ou Aviso de Recebimento (AR), à Fundação Carlos Chagas, (Núcleo de Execução de Projetos – Ref.: Laudo Médico – PMSP/Professor e Coordenador Pedagógico), Av. Professor Francisco Morato, 1565 – Jardim Guedala – São Paulo – SP – CEP 05513-900, ou entregar pessoalmente ou por procurador no Posto da Fundação Carlos Chagas, em funcionamento no Colégio Madre Cabrini, na Rua Madre Cabrini, 36 – Vila Mariana (próximo à Estação do Metrô Vila Mariana) São Paulo/SP, das 10 às 16 horas, a seguinte documentação:
- a) **Laudo Médico original e expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições**, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID-10, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo/Disciplina.
- b) O candidato portador de deficiência visual, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições, a confecção de prova especial em Braille ou Ampliada, especificando o tipo de deficiência.
- c) O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional e/ou leitura de prova para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
- 3.4.1 Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
- 3.4.2 Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial Ampliada serão oferecidas provas nesse sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
- 3.4.3 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem os dispositivos mencionados no:
- **Item 3.4 – letra "a" – Serão considerados como não portadores de deficiência.**
  - **Item 3.4 – letra "b" – Não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.**

- Item 3.4 – letra “c” – Não terão tempo adicional para realização das provas e/ou pessoa designada para a leitura da prova, seja qual for o motivo alegado.
- 3.5 O candidato portador de deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a portadores de deficiência.
  - 3.5.1 O não preenchimento do campo específico da Ficha de Inscrição ou do Formulário de Inscrição via Internet, de que trata o item 3.5, ou a indicação de mais de uma opção, será considerado como resposta a opção “não”.
  - 3.5.2 O candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas a portadores de deficiência deverá encaminhar Laudo Médico, de acordo com o item 3.4 deste Capítulo.
- 3.6 O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.
- 3.7 O candidato aprovado nos termos do Capítulo 6 deste Edital, inscrito nos termos da Lei 13.398/2002, além das exigências pertinentes aos demais candidatos, sujeitar-se-á, por ocasião do ingresso, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo almejado.
  - 3.7.1 O(s) local(is), data(s) e horário(s) para a realização do exame médico específico serão divulgados oportunamente no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC, pelo Departamento de Saúde do Servidor - DSS.
- 3.8 Será eliminado da lista específica o candidato habilitado cuja deficiência assinalada, na Ficha de Inscrição, não se fizer constatada, devendo o mesmo permanecer apenas na lista de classificação geral.
- 3.9 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas a deficientes.
- 3.10 O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.
- 3.11 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser argüida para justificar a readaptação funcional ou a concessão de aposentadoria.
- 3.12 A Prefeitura do Município de São Paulo publicará, no DOC, a relação de candidatos inscritos como portadores de deficiência(s).

#### 4. DO CONCURSO

- 4.1 O concurso constará de uma prova objetiva e uma prova dissertativa, eliminatórias e classificatórias, e, também, Títulos, de caráter classificatório.
- 4.2 A prova objetiva, composta de questões de múltipla escolha, e a prova dissertativa, versarão sobre os conteúdos discriminados nos Programas e Bibliografias descritos no Anexo VI.
- 4.3 Os títulos, de caráter classificatório, serão considerados conforme estabelecido no Capítulo 7.

#### 5. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1 As provas serão realizadas em São Paulo – Capital, com data prevista para 19/08/2007, em um domingo.
  - 5.1.1 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais para realização das provas, serão divulgadas, oportunamente, por meio de Edital de Convocação publicado no DOC e de Cartões Informativos que serão encaminhados via correio. Para tanto, é fundamental que o endereço constante na Ficha de Inscrição esteja completo e correto, inclusive com indicação do CEP.
    - 5.1.1.1 Não serão postados Cartões Informativos para candidatos cujo endereço na Ficha de Inscrição esteja incompleto ou sem indicação do CEP.
    - 5.1.1.2 A comunicação feita por intermédio do Correio e da Internet é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar pelo DOC a publicação do Edital de Convocação para Provas.
    - 5.1.1.3 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não recebida, não desobriga o candidato do dever de consultar no DOC o comunicado de convocação para as provas.
  - 5.1.2 O candidato que não receber o Cartão Informativo até o terceiro dia que anteceder a aplicação das provas ou em havendo dúvidas quanto aos locais, datas e horários de realização das provas, deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC, da Fundação Carlos Chagas (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas, ou consultar o site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)).
  - 5.1.3 Ao candidato só será permitida a realização das provas, na data, no local e horários constantes do Edital de Convocação, do Cartão Informativo ao Candidato e no site da Fundação Carlos Chagas.
- 5.2 Os eventuais erros de digitação verificados no Cartão Informativo, quanto a nome, número do documento de identidade, número do Registro Funcional com 9 (nove) dígitos, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos somente no dia das respectivas provas, em formulário específico.
  - 5.2.1 Caso a(s) opção(ões) efetuada(s) pelo candidato no ato da inscrição não esteja(m) corretamente indicada(s) no Cartão Informativo e/ou nas Listas de Convocação para Prestação das Provas e na Internet, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da Fundação Carlos Chagas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização das provas, pelo telefone (0XX11) 3721-4888, de segunda a sexta-feira, úteis, das 9 às 17 horas.
    - 5.2.1.1 As correções indicadas no item anterior somente serão processadas na hipótese de o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição ter sido transcrito para o Cartão Informativo e disponibilizado no site da Fundação Carlos Chagas, erroneamente.
  - 5.2.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 5.3 O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais/funcionais nos termos dos itens 5.2 e 5.2.1, arcará com todas as consequências advindas de sua omissão, inclusive com a não pontuação do tempo de serviço na PMSP e dos títulos por meio do Sistema EOL/SME, conforme discriminado no Capítulo 7.

- 5.4 Somente será admitido à sala de provas o candidato que apresentar documento que bem o identifique como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Polícia Militar; a Cédula de Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), expedida na forma da Lei nº 9.503/97.
  - 5.4.1 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
- 5.5 A Fundação Carlos Chagas, objetivando garantir a lisura e a idoneidade do concurso, o que é de interesse público, em especial, dos próprios candidatos, assim como visando a autenticidade do correspondente processo de seleção, solicitará aos candidatos, quando da aplicação das provas a autenticação digital das respectivas Folhas de Respostas personalizadas. Na hipótese de o candidato não autenticá-la digitalmente, deverá registrar sua assinatura em campo específico, por três vezes.
- 5.6 Não haverá segunda chamada ou repetição de provas. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento do candidato em qualquer etapa do concurso caracterizará a desistência do mesmo e resultará em sua eliminação do concurso.
  - 5.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas, com antecedência mínima de 30 minutos, munido de caneta esferográfica de tinta preta, lápis preto nº 2, borracha, comprovante de inscrição/boleto bancário e de identidade.
- 5.7 O preenchimento das Folhas de Respostas, que serão os únicos documentos válidos para a correção das provas, será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
  - 5.7.1 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente nas Folhas de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
  - 5.7.2 O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou reforçá-los com grafite na cor preta, se necessário.
  - 5.7.3 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 5.8 Será excluído do Concurso Público o candidato que:
  - a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
  - b) não comparecer às provas objetivas e dissertativas, seja qual for o motivo alegado;
  - c) não apresentar documento que bem o identifique;
  - d) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
  - e) ausentar-se do local de provas antes de decorrida uma hora do início das provas;
  - f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela Fundação Carlos Chagas no dia da aplicação das provas;
  - g) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
  - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
  - i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
  - j) não devolver integralmente o material recebido;
  - l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;
  - m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
  - n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- 5.8.1 O candidato que estiver portando equipamento eletrônico como os indicados nas alíneas “l” e “m” deverá desligar o aparelho antes do início das provas, conforme item 5.9 deste Capítulo.
- 5.9 Os eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, equipamentos eletrônicos como os indicados nas alíneas “l” e “m” do item 5.8 etc., deverão ser lacrados pelo candidato, antes do início das provas, utilizando saco plástico e etiqueta de identificação, a serem fornecidos pela Fundação Carlos Chagas exclusivamente para tal fim.
  - 5.9.1 Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados pelo candidato, antes de serem lacrados.
  - 5.9.2 Os pertences pessoais lacrados serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão permanecer durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova. A Fundação Carlos Chagas não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorrido no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
- 5.10 Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer lacrados e desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.
- 5.11 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos na Convocação, a Fundação Carlos Chagas procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do comprovante de inscrição autenticado pelo Banespa ou boleto bancário com comprovação de pagamento, com o preenchimento de formulário específico.
  - 5.11.1 A inclusão de que trata o item 5.11 será realizada de forma condicional e analisada pela Fundação Carlos Chagas, na fase de Julgamento das Provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
  - 5.11.2 Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 5.11, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 5.12 Quando após a prova for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso.
- 5.13 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

5.14 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a Fundação Carlos Chagas não fornecerá exemplares dos Cadernos de Questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público. As questões das Provas objetivas e respectivas respostas consideradas como certas serão divulgadas no endereço eletrônico [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br), em data a ser comunicada no dia da aplicação das provas.

## 6. DA AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISSERTATIVAS

- 6.1 Cada prova objetiva será estatisticamente avaliada, de acordo com o desempenho do grupo a ela submetido.
- 6.1.1 Considera-se grupo o total de candidatos presentes em cada uma das provas, por cargo/disciplina, quando for o caso.
- 6.2 Na avaliação da prova será utilizado o escore padronizado com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).
- 6.3 A nota da prova de cada candidato resultará da diferença entre seu escore bruto e a média do grupo, dividida pelo desvio padrão de distribuição, multiplicada por 10 (dez) e acrescida de 50 (cinquenta).
- 6.3.1 O escore bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
- 6.3.2 Esta padronização da nota de cada prova tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais. Na avaliação das provas, o Programa de Computação Eletrônica:
- conta o total de acertos de cada candidato em cada prova;
  - calcula a média de acertos de todos os candidatos presentes e o desvio

- c) padrão em cada prova;  
transforma o total de acertos de cada candidato em nota padronizada. Para isso, calcula para cada prova a diferença entre o total de acertos obtido pelo candidato e a média de acertos do grupo, divide pelo desvio padrão, multiplica o resultado por 10 (dez) e soma 50 (cinquenta).

$$NP = \frac{(A - X)}{s} \times 10 + 50$$

NP= nota padronizada  
A= escore bruto (número de acertos)  
X= média do grupo (o total de candidatos submetidos a prova)  
s= desvio padrão (índice de variação entre a nota dos indivíduos do grupo)

- 6.4 Será considerado aprovado nas provas objetivas o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) em cada uma das provas e somatório maior ou igual a 120.
- 6.5 Somente serão corrigidas as provas dissertativas dos candidatos aprovados nas provas objetivas na forma do item 6.4.
- 6.5.1 Cada prova dissertativa será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) utilizando-se critérios de avaliação de escore bruto.
- 6.6 Será considerado aprovado na prova dissertativa o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta).
- 6.7 O total de pontos de cada candidato será igual ao somatório das notas obtidas em cada uma das provas.

## 7. DOS TÍTULOS

- 7.1 Concorrerão à contagem de pontos por títulos os candidatos que forem aprovados na forma prevista no item 6.6 deste Edital.
- 7.2 Serão considerados títulos os relacionados na Tabela abaixo, limitados ao valor máximo de 8,0 (oito) pontos, observando-se o limite de 4,0 (quatro) pontos para o item "A" e de 4,0 (quatro) pontos para o somatório dos itens "B" e "C", sendo desconsiderados os demais.

ESPECIFICAÇÕES DOS TÍTULOS	COMPROVANTES	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO
A) Título de: - Doutor em área relacionada à Educação, obtido até 31/12/2006	Diploma devidamente registrado pelo órgão competente.	4,0	01	4,0 (A)
- Mestre em área relacionada à Educação (desde que não seja pontuado o título de Doutorado), obtido até 31/12/2006	Diploma devidamente registrado pelo órgão competente.	3,0	01	
B) Tempo de serviço na Administração Direta da PMSP em cargos e/ou funções do magistério até 31/12/2006	Não haverá necessidade de comprovação. Pontuação feita pela SME em conjunto com DRH/SMG.	0,10 (por mês)	40 meses	4,0 (B+C)
C) Tempo de serviço em estabelecimentos federais, estaduais, municipais ou particulares devidamente autorizados em cargos e/ou funções do magistério até 31/12/2006, não concomitante com o item anterior	Atestado de tempo de serviço expedido conforme modelo (Anexo V).	0,10 (por mês)	40 meses	

- 7.2.1 Os títulos a que se referem ao item "A" serão computados através do Sistema Informatizado Escola On Line – EOL, quando se tratar de servidor ativo cadastrado no referido sistema, sendo de exclusiva responsabilidade do servidor encaminhar para a Comissão de Cursos e Títulos – CCT, conforme cronograma a ser oportunamente publicado em DOC, os títulos que ainda não estiverem devidamente cadastrados.
- 7.2.2 Quando se tratar de candidato que atualmente não possui vínculo ativo com a PMSP/SME e portanto não possui os títulos relacionados no item "A" devidamente cadastrados no sistema EOL/SME, deverá encaminhá-los para a Fundação Carlos Chagas, conforme instruções a serem oportunamente divulgadas em DOC.
- 7.3 Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando vertidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidados por Universidades oficiais credenciadas pelo Ministério da Educação - MEC.
- 7.4 Somente serão pontuados os cursos reconhecidos e comprovados através de Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, bem como qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste Edital.
- 7.5 Não serão aceitos protocolos dos documentos, os quais, deverão ser entregues em cópia reprográfica autenticada.
- 7.6 A entrega e comprovação dos títulos serão de exclusiva responsabilidade do candidato.
- 7.7 A apuração dos pontos referentes ao item "B", tempo de serviço na Administração Direta da PMSP, será feita pela SME em conjunto com o DRH/SMG, com base nos dados constantes nos sistemas informatizados, para o candidato servidor ou ex-servidor que informar corretamente seu Registro Funcional – RF, com 09 (nove) dígitos, na ficha de inscrição, estando vedada a entrega de documentos comprobatórios do tempo de serviço a ser objeto de pontuação.
- 7.8 O Tempo de Serviço em estabelecimentos federais, estaduais, municipais ou particulares devidamente autorizados, será pontuado pela Fundação Carlos Chagas, mediante atestado expedido nos termos do Anexo V e encaminhado conforme cronograma a ser oportunamente publicado em DOC, mesmo quando já averbado junto à PMSP.
- 7.9 Não poderão ser, em hipótese alguma, objeto de pontuação:
- 7.9.1 tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria;
- 7.9.2 os períodos concomitantes.
- 7.10 As informações sobre local(is), data(s), horário(s) e demais especificações para encaminhamento dos títulos referentes aos itens "A" e "C" serão divulgadas no DOC.
- 7.11 Os títulos encaminhados pelos candidatos para fins de pontuação serão inutilizados decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da homologação do resultado definitivo do Concurso.
- 7.11.1 Excetua-se do disposto no item 7.11 os candidatos que estejam na condição de servidores da PMSP/SME, cujos títulos foram objeto de cadastro no Sistema EOL.
- 7.12 Para efeito do cômputo do tempo referido nos itens "B" e "C", a data limite a ser considerada é 31/12/2006.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1 A nota final do candidato aprovado no Concurso será igual ao total de pontos obtido pelo somatório das notas das provas objetivas e dissertativas, acrescido dos pontos atribuídos aos Títulos.
- 8.2 Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista geral e em lista específica.
- 8.3 Havendo igualdade na Classificação Definitiva, lista geral e lista específica, terá preferência, após observância do Parágrafo Único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741/2002 (Lei do Idoso), sucessivamente, o candidato que tiver:
- maior nota na prova dissertativa;
  - maior nota na prova de conhecimentos específicos;
  - ser brasileiro;
  - mais idade.
- 8.3.1 O desempate será efetuado pela Fundação Carlos Chagas.

## 9. DAS PUBLICAÇÕES

- 9.1 O DRH/SMG fará publicar no DOC, oportunamente:
- inscrições deferidas, indeferidas e impedidas;
  - convocação dos candidatos que tiverem suas inscrições deferidas, para prestação das provas;
  - divulgação dos gabaritos;
  - lista de candidatos aprovados nas provas;
  - convocação para vista da prova dissertativa;
  - convocação para encaminhamento dos títulos;
  - pontuação dos títulos e classificação prévia;
  - resultado dos recursos;
  - comunicados que se fizerem necessários;
  - classificação definitiva.
- 9.1.1 Para cada listagem de resultado publicada haverá uma relação com todos os aprovados (lista geral) e outra com os aprovados inscritos nos termos da Lei 13.398/2002 (lista específica).

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1 Caberá recurso ao Secretário Municipal de Gestão:
- do indeferimento, do impedimento e da omissão das inscrições, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação. No caso de recurso em pendência à época da realização das provas, o candidato participará condicionalmente do Concurso;
  - da realização das provas, dentro de 01 (um) dia útil, a contar do dia seguinte ao da data de sua realização;
  - dos gabaritos e das notas das provas, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data das respectivas publicações;
  - da vista da prova dissertativa, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data das respectivas publicações;



- e) dos pontos atribuídos aos títulos e da classificação prévia, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação.
- 10.2 Os recursos deverão ser entregues pessoalmente ou através de procurador no Posto da Fundação Carlos Chagas, em funcionamento no Colégio Madre Cabrini, na Rua Madre Cabrini, 36 - Vila Mariana (próximo à Estação do Metrô Vila Mariana) - São Paulo/SP, das 10 às 16 horas, nos dias e horários a serem oportunamente divulgados no DOC.
- 10.2.1 Os recursos deverão ser digitados ou datilografados, e entregues em duas vias (original e cópia), com capa contendo o nome do candidato, número de inscrição, número do documento de identidade, nome do concurso. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separada com argumentação lógica e consistente, com identificação do candidato.
- 10.2.2 Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fac-símile (fax), telex, Internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 10.3 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias que os justifiquem e interpostos dentro do prazo.
- 10.4 Será concedida vista da prova dissertativa a todos os candidatos habilitados na Prova Objetiva, em período a ser informado em Edital específico.
- 10.4.1 A vista da prova dissertativa será realizada através do site da Fundação Carlos Chagas ([www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)), em data e horário a serem oportunamente divulgados no DOC.
- 10.5 O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) da prova objetiva eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova.
- 10.6 No caso de provimento de recurso interposto na forma do item 10.5, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para aprovação.
- 10.7 O recurso interposto por procurador só será aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato.
- 10.8 A decisão do recurso será dada a conhecer, coletivamente, através de publicação no DOC, após o que não caberá recurso adicional.
- 10.9 Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste capítulo não serão avaliados.

## 11. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

- 11.1 A nomeação obedecerá, rigorosamente, à classificação obtida pelo candidato, que será integrante da lista final de classificação a qual será publicada em DOC.
- 11.2 Os candidatos deverão entregar o(s) documento(s) que comprovem o(s) pré-requisito(s) para o cargo, conforme especificado neste Edital e Anexo III – Pré-Requisito para Posse, bem como apresentar os seguintes documentos:
- 11.2.1 Cédula de Identidade de Estrangeiro ou visto permanente;
- 11.2.2 Carta de Igualdade de Direitos (se português);
- 11.2.3 Cédula de Identidade;
- 11.2.4 Comprovante de PIS/PASEP (para quem já foi inscrito);
- 11.2.5 Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- 11.2.6 Título de Eleitor e Comprovante da última eleição ou justificativa;
- 11.2.7 Certificado de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar constando Dispensa (para candidatos com idade inferior a 46 anos);
- 11.2.8 Laudo Médico de "APTO" a ser expedido pelo Departamento de Saúde do Servidor – DSS, da Secretaria Municipal de Gestão – SMG;
- 11.2.9 Três fotos 3x4;
- 11.2.10 O documento comprobatório do requisito a que se refere o item 2.2.3 e Anexo III do Edital deverá ser o diploma original registrado, com a habilitação específica devidamente apostilada, acompanhado de histórico escolar ou o certificado de conclusão do Programa Especial de Formação Pedagógica realizado nos termos da Resolução nº 02, de 26/06/97, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que deverá estar acompanhado do diploma do curso superior (bacharelado) utilizado como pré-requisito para sua obtenção e dos respectivos históricos escolares.
- 11.2.10.1 Nos termos da Portaria nº 5.902, de 28/12/2004, que aprova a Deliberação CME nº 02/2004, somente serão aceitos diplomas obtidos em cursos presenciais.
- 11.3 O candidato inscrito como portador de deficiência sujeitar-se-á, também, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo.
- 11.3.1 No exame médico específico, não sendo configurada a deficiência declarada, o título de nomeação pela lista específica será tornado insubsistente, voltando o candidato a figurar apenas na lista geral de candidatos aprovados, observando-se a ordem de classificação desta.
- 11.3.2 No exame médico específico sendo configurada a deficiência declarada, e remanescendo dúvidas, quanto à compatibilidade das atividades inerentes ao cargo, poderá a comissão multidisciplinar específica determinar a realização de avaliação prática, com as adaptações que se fizerem necessárias conforme a deficiência do candidato.
- 11.3.3 Do resultado do exame médico específico caberá recurso, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do dia seguinte ao da sua publicação, dirigido ao Diretor do Departamento de Saúde do Servidor – DSS.
- 11.3.4 Da decisão da comissão multidisciplinar específica, apenas na hipótese de não ter sido realizada a avaliação prática, caberá recurso fundamentado e documentado dirigido ao titular da Secretaria responsável pela realização do concurso público, no prazo de 3 (três) dias contados de sua publicação.
- 11.3.5 Será tornado sem efeito o título de nomeação do candidato cuja deficiência for considerada incompatível com as atribuições do cargo.
- 11.4 Será analisado o acúmulo de cargos em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, na redação que lhes foi conferida pela Emenda Constitucional nº 19/98 (Reforma Administrativa), bem como o acúmulo de proventos com vencimentos na conformidade do § 10 deste artigo, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20/98 (Reforma Previdenciária), observando-se, também, o Decreto Municipal nº 14.739/77.
- 11.5 No caso de ex-servidor da esfera Federal, Estadual ou Municipal, deverá ser apresentado documento que comprove o motivo da demissão, dispensa ou exoneração.
- 11.6 O candidato que se apresentar para posse deverá firmar declaração quanto aos antecedentes criminais e administrativos.
- 11.6.1 Apontada a existência de antecedentes criminais, a unidade encarregada da posse solicitará ao candidato a apresentação das certidões de Antecedentes e de Execução Criminal.

- 11.6.2 Após análise desses elementos, a posse deverá ser liminarmente negada se verificada a condenação nos seguintes casos:
- 11.6.2.1 crimes contra a Administração Pública;
- 11.6.2.2 crimes contra a Fé Pública;
- 11.6.2.3 crimes contra o Patrimônio;
- 11.6.2.4 crimes previstos pelo artº 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e dos definidos como hediondos pela Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990.
- 11.6.3 Quando a condenação decorrer de outros crimes que não os acima especificados, os elementos trazidos pelo candidato serão examinados para aferição de compatibilidade entre a natureza do crime e o exercício de função pública em geral e, particularmente, das atribuições específicas do cargo a ser provido.
- 11.6.4 Apurada a incompatibilidade a posse será negada.
- 11.6.5 O servidor que, na data da nomeação, estiver incurso em procedimento administrativo, somente poderá formalizar a posse após o despacho decisório do Departamento de Procedimentos Disciplinares da Secretaria de Negócios Jurídicos.
- 11.7 Preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Valores ou apresentação da cópia da Declaração de Imposto de Renda conforme o Decreto nº 36.472, de 25 de outubro de 1996.
- 11.8 Os documentos especificados no item 11.2. e os demais documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas autenticadas ou em cópias reprográficas acompanhadas dos originais para serem vistas no ato da posse.
- 11.9 A não apresentação dos documentos na conformidade deste Edital impedirá a formalização do ato de posse.
- 11.10 A SME, no momento do recebimento dos documentos para a posse, afixará 1 (uma) foto 3x4 do candidato, no Cartão de Autenticação Digital – CAD e, na seqüência, coletará assinatura do candidato e procederá autenticação digital no Cartão.
- 11.11 Os candidatos aprovados, constantes das listas de classificação definitiva serão convocados para escolha de vagas segundo a conveniência da Administração e observada a ordem de classificação no referido Concurso nos termos da Lei 12.396/97.
- 11.11.1 A SME enviará correspondência sobre a(s) data(s), horário(s) e local(is) para escolha de vaga, sendo no entanto a referida comunicação meramente informativa, ficando sob inteira responsabilidade do candidato acompanhar o Edital de Convocação a ser publicado no DOC.
- 11.11.2 O candidato convocado que não comparecer a escolha de vaga a que se refere o item anterior, no período, local e horário(s), conforme estabelecido no Edital de Convocação, não será nomeado, conforme dispõe a Lei 12.396/97.
- 11.11.3 A nomeação será comunicada via correio, para o endereço informado pelo candidato, sendo considerado desistente o candidato que não comparecer ao local indicado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação da nomeação no DOC.
- 11.11.4 O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde o momento da inscrição até a publicação da classificação definitiva, junto à Fundação Carlos Chagas e, após esta data e durante o prazo de validade do concurso, desde que aprovado, junto à CONAE – 2, na Av. Angélica nº 2.606 – Higienópolis, para atendimento ao disposto nas Leis Municipais 11.606/94 e 12.396/97, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à PMSP informá-lo da convocação para a escolha de vaga e da conseqüente nomeação, por falta da citada atualização.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 12.2 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da posse, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 12.2.1 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 12.2 deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.
- 12.3 Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.
- 12.4 Caberá ao Secretário Municipal de Gestão, a homologação dos resultados do Concurso.
- 12.5 O prazo de validade deste concurso será de 02 (dois) anos contados da data da homologação de seus resultados, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.
- 12.6 A aprovação e a classificação definitiva geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. A PMSP, durante o período de validade do concurso, reserva-se o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados para escolha de vaga e às nomeações, em número que atenda ao interesse e as necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os cargos vagos existentes.
- 12.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado no DOC.
- 12.8 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do concurso, a qualquer tempo.
- 12.9 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, os Editais, Comunicados e demais publicações referentes a este concurso.
- 12.10 Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na remota hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador do Colégio, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:
- a) substituição dos Cadernos de Questões defeituosos;
- b) em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;
- c) se a ocorrência verificar-se após o início da prova, o Coordenador do Colégio, após contato com a Fundação Carlos Chagas estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.
- 12.11 Os casos omissos serão resolvidos pelas Secretarias Municipais de Gestão e de Educação, por meio dos órgãos competentes, ouvida sempre a Comissão Coordenadora de Planejamento e Execução do presente Concurso.

**ANEXO I – TABELA DE CARGOS**

CÓDIGO DOS CARGOS	CARGO/PADRÃO	CARGOS VAGOS	CARGOS VAGOS Lei 13.398/02	VENCIMENTO MENSAL
IA01	Professor Titular de Educação Infantil / QPE-11	97	5	R\$514,61
IB02	Professor Titular de Ensino Fundamental I / QPE-11	117	6	R\$514,61
<b>Professor Titular de Ensino Fundamental II / QPE-14</b>		<b>375</b>	-	
IC03	Português	106	20	R\$621,68
ID04	Matemática	44	6	
IE05	Ciências	61	2	
IF06	História	26	3	
IG07	Geografia	70	1	
IH08	Inglês	9	4	
IJ09	Educação Artística	27	1	
IK10	Educação Física	32	1	
<b>Professor Titular de Ensino Médio / QPE-14</b>		<b>04</b>	-	
IM11	Filosofia	2	-	R\$621,68
IP12	Psicologia	1	-	
IR13	Sociologia	1	-	
IS14	Coordenador Pedagógico / QPE-15	73	4	R\$1.765,57

**ANEXO II – SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DOS CARGOS**

**Atribuições e competências do Professor:**

- I - Participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, bem como das demais atividades do processo educacional, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais do SME/SP.
- II - Planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos.
- III - Desenvolver, articuladamente com a Equipe Escolar e demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Unidade Educacional, tais como: sala de aula, Laboratório de Informática Educativa, Sala de Leitura, Sala de Apoio à Inclusão – SAAI -, ou naqueles identificados e localizados fora do espaço escolar.
- IV - Articular as experiências dos educandos com o conhecimento organizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas.
- V - Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo.
- VI - Planejar e executar atividades de recuperação, reforço e compensação de ausências, de forma a garantir oportunidades de aprendizagem dos educandos.
- VII - Participar das reuniões de avaliação de aproveitamento escolar.
- VIII - Discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da Unidade Educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação dos educandos.
- IX - Identificar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação e reforço.
- X - Adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implementação da Educação Inclusiva.
- XI - Manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo.
- XII - Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional.

**Atribuições e competências do Coordenador Pedagógico:**

- I - Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, tendo em vista os desafios do cotidiano escolar, as modalidades e turnos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais do município.
- II - Identificar, junto com a Equipe Escolar, casos de educandos que apresentem dificuldades escolares e necessitem de atendimento diferenciado, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados, especialmente no que se refere a recuperação e reforço.
- III - Identificar, planejar, organizar e executar as propostas e ações voltadas ao processo de formação continuada dos docentes da Unidade Educacional.
- IV - Atuar de forma integrada com os profissionais que compõem a Equipe Técnica da Unidade Educacional.
- V - Organizar e garantir o trabalho coletivo docente.
- VI - Acompanhar e avaliar junto com a equipe docente o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como garantir os registros do processo pedagógico.
- VII - Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade Educacional, bem como na organização e remanejamento de educandos em turmas e grupos.
- VIII - Analisar os dados obtidos referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, garantindo a implementação de ações voltadas para sua superação.
- IX - Organizar e sistematizar a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico junto aos responsáveis dos alunos.
- X - Garantir a implementação e avaliação dos Programas e Projetos que assegurem a implementação da Educação Inclusiva.
- XI - Acompanhar e divulgar na Unidade Educacional as recentes teorias e pesquisas pedagógicas.
- XII - Possibilitar acesso e conhecimento de diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis, garantindo a instrumentalização dos educadores quanto à organização e uso dos mesmos.
- XIII - Promover a sistematização e divulgação dos projetos e/ou práticas inovadoras desenvolvidos pela Unidade Educacional.
- XIV - Participar na elaboração, articulação e implementação de ações integrando a Unidade Educacional à comunidade e às organizações sociais voltadas para as práticas educacionais.

**ANEXO III – PRÉ-REQUISITO PARA POSSE**

CARGO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO
<b>PROFESSOR TITULAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	-	- Habilitação específica em nível médio na modalidade Normal; - Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil; - Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.
<b>PROFESSOR TITULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL I</b>	-	- Habilitação específica em nível médio na modalidade Normal; - Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental; - Curso Normal Superior com habilitação em Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
<b>PROFESSOR TITULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL II</b>	Português	- Licenciatura em Letras com habilitação em Português; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Português".
	Matemática	- Licenciatura em Matemática; - Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Matemática".
	Ciências	- Licenciatura em Ciências com habilitação em Biologia, ou em Química, ou em Matemática ou em Física; - Licenciatura em Ciências Biológicas; - Licenciatura em História Natural; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Biologia".
	História	- Licenciatura em História; - Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em História; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "História".

CARGO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO
PROFESSOR TITULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL II	Geografia	- Licenciatura em Geografia; - Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em Geografia; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Geografia".
	Inglês	- Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Inglês".
	Educação Artística	- Licenciatura Plena em Educação Artística; - Licenciatura em Arte em qualquer das linguagens: Artes Visuais, Artes Plásticas com ênfase em Design, Música, Teatro, Artes Cênicas e Dança; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Educação Artística".
	Educação Física	- Licenciatura Plena em Educação Física; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Educação Física".
PROFESSOR TITULAR DE ENSINO MÉDIO	Filosofia	- Licenciatura em Filosofia; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Filosofia".
	Psicologia	- Licenciatura em Psicologia; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Psicologia".
	Sociologia	- Licenciatura em Sociologia; - Licenciatura em Ciências Sociais; - Programa Especial de Formação Pedagógica (Resolução CNE nº 02/97) na disciplina "Sociologia".
COORDENADOR PEDAGÓGICO	-	- Licenciatura em Pedagogia; ou - Pós-graduação stricto sensu em Educação; ou - Pós-graduação lato sensu em Educação, de no mínimo 800 horas, nos termos da Deliberação CEE nº 26/02; e - Experiência mínima de 3 (três) anos no Magistério.

**ANEXO IV – VALOR DA INSCRIÇÃO**

CARGO	QUANTIDADE DE INSCRIÇÃO (ÕES)	VALOR DA INSCRIÇÃO
Professor Titular de Educação Infantil	01	R\$36,00
Professor Titular de Ensino Fundamental I	01	R\$36,00
Professor Titular de Ensino Fundamental II	01	R\$48,00
Professor Titular de Ensino Médio	01	R\$48,00
Coordenador Pedagógico	01	R\$58,00
Professor Titular de Educação Infantil e Coordenador Pedagógico	02	R\$88,00
Professor Titular de Ensino Fundamental I e Coordenador Pedagógico	02	R\$88,00
Professor Titular de Ensino Fundamental II e Coordenador Pedagógico	02	R\$96,00
Professor Titular de Ensino Médio e Coordenador Pedagógico	02	R\$96,00

Para o pagamento do valor da inscrição o candidato deverá:

- 1) verificar a(s) opção (ões) do(s) cargo(s) pretendidos;
- 2) se deseja concorrer a 1 ou 2 opções;
- 3) observar o valor da inscrição de acordo com a(s) opção(ões) desejadas. O candidato poderá concorrer a, no máximo, 2 opções. Para as duas opções uma delas será, obrigatoriamente, para coordenador pedagógico e uma professor;
- 4) indicar na ficha de inscrição de inscrição de acordo com a(s) opção(ões) pretendidas. Os códigos dos cargos são os estabelecidos no Anexo I deste Edital.

**ANEXO V – MODELO DE ATESTADO**

TIMBRE / CARIMBO DA ESCOLA OU ENTIDADE EDUCACIONAL  
Ato de Reconhecimento / Autorização: DO \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
(no caso de escola particular)

**ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DOCENTE**

Atesto, sob as penas da Lei, para fins de pontuação por tempo de serviço, no Concurso Público de Ingresso para provimento de cargos vagos de \_\_\_\_\_ (Professor Titular - Classe II ou Coordenador Pedagógico – Classe III) da Carreira do Magistério Municipal, da Prefeitura do Município de São Paulo, que o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, R.G. nº \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_ nascido (a) em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ exerceu nesta Escola/ Entidade Educacional o cargo/função/emprego de \_\_\_\_\_ no período de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ contando, até **31/12/2006**, com: \_\_\_\_\_ meses de Tempo de Serviço (bruto).

LOCAL/DATA \_\_\_\_\_ LOCAL/DATA \_\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO DA  
AUTORIDADE RESPONSÁVEL \_\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO  
DO SUPERVISOR DE ENSINO /  
DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO/RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
(Reconhecimento de Firma) \_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DO CANDIDATO**

Eu \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso \_\_\_\_\_ sob nº \_\_\_\_\_, declaro sob as penas da Lei que o Tempo de Serviço constante no presente Atestado não foi utilizado para fins de aposentadoria.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2007.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato  
(Reconhecimento de Firma)

## ANEXO VI – PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

#### TEMÁRIO

##### I. Gestão Escolar para o sucesso do ensino e da aprendizagem

- A prática docente e a gestão escolar como fator de aperfeiçoamento do trabalho coletivo;
- A escola como espaço de formação continuada e de aperfeiçoamento profissional;
- O processo de avaliação do desenvolvimento e do desempenho escolar como instrumento de análise e de acompanhamento, intervenção e reorientação da ação pedagógica e dos avanços da aprendizagem dos alunos;
- A Educação e as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação: Ensinar na era da Informação;
- O cotidiano escolar: A construção de valores de uma vida cidadã que possibilita aprender e socializar saberes, desenvolver atitudes cooperativas, solidárias e responsáveis;
- A ação coletiva e o diálogo com a comunidade educativa como fator de fortalecimento institucional para a promoção da cidadania;
- O desenvolvimento curricular: Planejamento da ação didática e o Projeto Pedagógico;
- A construção coletiva da proposta pedagógica da escola: demandas sociais, das características multiculturais e das expectativas dos alunos e dos pais, como fator de aperfeiçoamento da prática docente e da gestão escolar.

##### II. Currículo e Programas

- Saberes e práticas voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais;
- Concepção sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem;
- Organização dos conteúdos de aprendizagem
- Finalidades da educação
- A Escola o Currículo e a Diversidade

##### III. Educação e Sociedade

- Sociedade, Educação e Culturas
- Cidadania no mundo globalizado

#### BIBLIOGRAFIA GERAL

##### 1. Livros e Artigos

- ZABALA, A.** A prática educativa- como ensinar Porto Alegre, Armed, 1998.
- ALARCÃO, Isabel.** Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRUNEL, Carmen.** Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CANDAU, Vera Maria (Organizadora) –** Sociedade, Organização e Culturas, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARVALHO, Rosita Edler.** Educação Inclusiva: com os “pingos nos is”. Porto Alegre, Mediação, 2004, Capítulo 10.
- CASTORINA, J.A. et alii.** Piaget e Vigostsky - novas contribuições para o debate. São Paulo: Ed Atica, 2001.
- COLL, César.** Aprendizagem escolar e construção de conhecimento, Porto Alegre, Armed, 1994.
- FREIRE, PAULO.** Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, RJ: Paz e Terra, 2000.
- FREITAS, Luiz Carlos de.** Ciclos, Seriação e Avaliação: Confrontos de Lógicas, SP, Moderna, 2003.
- GARCIA, O. G.** A aula como momento de formação de educandos e educadores. Revista de Educação da AEC, n.º 104, 1997, página 62 a 84.
- GOÑGALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves.** O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seu contextos. Belo Horizonte; Autêntica, 3ª Ed., 2001
- HADJI, C.** Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- HARGREAVES, Andy.** O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre : Artmed, 2004.
- HOFFMANN, Jussara.** O jogo do contrário em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2005 .
- LERNER, DELIA –** Ler e Escrever na Escola: o real , o possível e o necessário, Porto Alegre, Artmed 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra.** Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2005. 1ª parte, Cap. 2 e 4ª parte, Cap. 1, 2, 3, 4.
- MACEDO, LINO.** Ensaios Pedagógicos: Como Construir uma Escola Para Todos, Porto Alegre, Artmed, 2005.
- MELLO, Guiomar Namó de.** Educação Escolar Brasileira – o que trouxemos para o Século XX? Porto Alegre, Artmed, 2004 – Parte II – Gestão Pedagógica – páginas 35 a 72.
- MOLL, Jaqueline (org.)** Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida.** Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas : Papyrus, 2000.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino.** Para entender o negro no Brasil: Histórias, realidades, problemas e Caminhos. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2004.
- PERRENOUD, Phillipe.** Avaliação entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999 – 1ª Edição. Introdução, Cap. 4,6 e 9.

**PERRENOUD, Phillipe.** Dez novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre : Artmed, 2000. Cap. 1 a 5.

**RIBEIRO, Vera M. Masagão (org.).** Educação de Jovens e Adultos – Novos Leitores, Novas Leituras – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leituras no Brasil).

**SACRISTÁN J.GIMENO,** Compreender e Transformar o Ensino, 4ª Ed. Artmed, Porto Alegre , 2000 – cap. 2, 6, 7 e 8.

**STAINBACK, Suzan.** Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, capítulo 4.

**TAILLE, Yves de La.** O erro na perspectiva piagetiana, in Aquino, J. G. (org). Erro e fracasso na escola – alternativas teóricas e práticas. SP, Summus, 1997, página 25 a 44.

**TEBEROSKY, Ana et alii.** Compreensão de leitura: a língua como procedimento, trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.

**THURLER, Mônica Gather** Inovar no interior da escola, Porto Alegre, Artmed, 2001.

**TORRES, Rosa Maria.** Que (e como) é necessário aprender? SP, Papyrus Ed., 1994, Cap. 4 e 6.

**VASCONCELLOS, Celso S. Vasconcellos.** Planejamento - Avaliação da aprendizagem: Práxis de mudança – Por uma práxis transformadora, São Paulo: Libertad, 2003. Cap.1

**VGOTSKY, L.S.** A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**WEISZ, Telma** O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo, Ática 2000.

**ZABALA, Antoni ,** Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo – Uma proposta para o currículo escolar, Artmed 2002.

#### 2. Legislação

##### 2.1 Educacional

- Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo - Título VI, Capítulo I, artigos 200 a 211.
- Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei Federal n.º 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 e Resolução CNE/CEB n.º 2/01 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.
- Decreto Municipal 45 415 - Política de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos
- Decreto Municipal 45 652- da nova redação ao parágrafo artigo 7 do decreto 45. 415/04
- Portaria 5718/04 – Regulamenta o Decreto 45. 415/04
- Portaria 5883/04 – altera a Portaria 5718/04
- Lei Federal 10436/2002 – LIBRAS
- Decreto Municipal 41986/2002- LIBRAS
- Lei Municipal 13.304 – LIBRAS
- Indicação 06/05 CME -Inclusão no âmbito escolar
- Parecer CNE/CEB n.º. 14/99 e Resolução CNE/CEB n.º. 03/99 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
- Parecer CNE/CP n.º. 03/04 e Resolução CNE/CP n.º. 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

##### 2.2 Municipal

- Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979 - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo - artigos 178 e 179 .
- Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992 - Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências .
- Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 - Dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo e dá outras providências .
- Lei nº 12.396, de 02 de junho de 1997 - Dispõe sobre a reorganização parcial do Quadro do Magistério Municipal, altera as Leis nº 11.229, de 26 de junho de 1992 e nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, e readequa as Escalas de Vencimentos que especifica, e dá outras providências .
- Lei nº 13.500, de 08 de janeiro de 2003 - Introduz alterações na Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993 que dispõe sobre a organização dos Quadros dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.
- Lei nº 13.574, de 12 de maio de 2003 - Dispõe sobre a transformação e inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais da Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

Observação: Na legislação indicada, devem ser incorporadas as alterações supervenientes.

#### 3. Publicações Institucionais

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares Brasília : MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio; bases legais. Brasília : MEC/SEMTEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica. Brasília : MEC/INEP, 2005. p. 11-53
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília, MEC/SEED, 2005. cap. 1, 2 e 3.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

São Paulo, Secretaria Municipal de Educação – Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologias na Educação, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

### BIBLIOGRAFIA

#### 1. Livros e Artigos

**BONDIOLI**, Ana; **BECHI**, Egle; **BORANDO**, Anna; **FERRARI**, Mônica; **GALBINO**, Eva – **GARIBOLDI**, Antonio – **MIGITO**, Gabriela e **ZEIHER**, Helga. O Tempo no Cotidiano Infantil – Perspectiva de Pesquisa e Estudo de Casos. São Paulo: Cortez Editora, 2002, capítulos 1, 2 e 3.

**BRITO**, Teca Alencar. Música na Educação Infantil. São Paulo: Peirópolis, 2001, p. 9-54.

**BROUGÈRE**, Gilles. Jogo e educação. (trad. Patrícia Chittoni Ramos). Porto Alegre: Artmed, 1998.

**BROUGÈRE**, Gilles. Brinquedo e Cultura. Cortez Editora. São Paulo, 1994.

**DAHLBERG**, Gunilla; **MOSS**, Peter; **PENCE**, Alan. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003, capítulo 3.

**FREIRE**, Madalena. Com Contribuições de Fátima Camargo, Juliana Davini e Mirian Celeste Martins. OBSERVAÇÃO REGISTRO REFLEXIVO – Instrumentos Metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

**LABAN**, Rudolf. Dança Educativa Moderna. Edição corrigida e ampliada por Lisa Ullmann. São Paulo: Ícone, 1990, Introdução, capítulo 4 (p. 55-61) e capítulo 7.

**MARQUES**, Isabel. Dançando na Escola. São Paulo: Cortez Editora, 2003, parte 1.

**OLIVEIRA**, Zilma. O desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição. Educação Infantil: Fundamentos e Métodos. Ed. Cortez, 2002.

**VGOSTSKY**, L. S. Construção Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

#### 2. Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.

- Lei Orgânica - Título VI – Capítulo I – Da Educação

- Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Lei Federal n.º 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Parecer CNE/CEB n.º 22, de 17/12/1998 e Resolução CNE/CEB n.º 01, de 07/04/1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Orientação Normativa n.º 01 São Paulo SME 2004

- Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 e Resolução CNE/CEB n.º 2/01 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.

- Lei Federal 10436/2002 – LIBRAS

- Decreto Municipal 41986/2002- LIBRAS

- Lei Municipal 13.304 – LIBRAS

- Indicação 06/05 CME -Inclusão no âmbito escolar

- Parecer CNE/CEB n.º 14/99 e Resolução CNE/CEB n.º 03/99 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

- Parecer CNE/CP n.º 03/04 e Resolução CNE/CP n.º 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Observação: Na legislação indicada, devem ser incorporadas as alterações supervenientes.

#### 3. Publicações Institucionais

BRASIL Saberes e práticas da inclusão: introdução (livro 1). Brasília: MEC, SEESP, 2004, páginas 19-30.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão: Dificuldades acentuadas de aprendizagens ou limitações no processo de desenvolvimento (livro 2). Brasília: MEC, SEESP, 2004, páginas 11, 12 e 29 a 40.

SME. DOT EI. Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, Creches e EMEIs da cidade de São Paulo. DOT. 2006.

SME. DOT EI. A Rede em rede a Formação Continuada na Educação Infantil – Fase 1. 2007.

São Paulo, Secretaria Municipal de Educação – Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologias na Educação, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I

### BIBLIOGRAFIA

#### 1. Livros e Artigos

**FERREIRO**, Emília. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 1997.

**COLOMER**, Tereza. Ensinar a ler, ensinar a compreender, Porto Alegre: Artmed 2002

**FERREIRO**, Emília Alfabetização em Processo. Porto Alegre: Artmed, 1999.

**GOODMAN**, M. Yetta (org.). Como as crianças constroem A Leitura e a Escrita – Perspectivas Piagetianas. Editora Artes Médicas. Porto Alegre – R.S. 1995. Capítulo 2.

**KAUFMAN**, Ana Maria e Castedo, Mirta – Alfabetização de Crianças: construção e intercâmbio. Tra. Carolina Buenier. Porto Alegre Artes Medicas, 1998.

**PANIZZA**, Mabel et alli Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais – análises e propostas., Porto Alegre:Artmed, 2006.

**SOLÉ**, Isabel. Estratégias de Leitura – Porto Alegre, Artmed, 1998.

**TEBEROSKY**, Ana e Gallart , Marta (organizadoras) Contextos de Alfabetização Inicial, Porto Alegre, Artmed, 2004.

#### 2. Legislação

- Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo - Título VI, Capítulo I, artigos 200 a 211.

- Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Lei Federal n.º 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Parecer CNE/CEB n.º 04/98 e Resolução CNE/CEB n.º 02/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB n.º 15/98 Resolução CNE/CEB n.º 03/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 e Resolução CNE/CEB n.º 1/00- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 e Resolução CNE/CEB n.º 2/01 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.

- Decreto Municipal 45 415- Política de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos

- Decreto Municipal 45 652- da nova redação ao parágrafo artigo 7 do decreto 45. 415/04

- Portaria 5718/04 – Regulamenta o Decreto 45. 415/04

- Portaria 5883/04 – altera a Portaria 5718/04

- Lei Federal 10436/2002 – LIBRAS

- Decreto Municipal 41986/2002- LIBRAS

- Lei Municipal 13.304 – LIBRAS

- Indicação 06/05 CME -Inclusão no âmbito escolar

- Parecer CNE/CEB n.º 14/99 e Resolução CNE/CEB n.º 03/99 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

- Parecer CNE/CP n.º 03/04 e Resolução CNE/CP n.º 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

#### 3. Publicações Institucionais

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

São Paulo: Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Projeto Toda Força ao Primeiro Ano: Guia para o planejamento do professor alfabetizador – orientações para o planejamento e avaliação do trabalho com o 1º ano do Ensino Fundamental / Vol. 1, 2, 3. 2006.

\_\_\_\_\_. Toda Força ao Primeiro Ano:Contemplando as Especificidades dos Alunos Surdos, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

São Paulo : Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Guia de Planejamento do professor e orientações didáticas para o Professor do 2º do Ciclo I / Vol. 1. 2007

São Paulo : Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Projeto Intensivo no Ciclo I: Material do Professor / Vol. 1, 2, 3. 2006

São Paulo. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: SME/DOT, 2006. (Orientações Gerais para o Ensino de Língua e Matemática no ciclo I).

São Paulo, Secretaria Municipal de Educação – Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologias na Educação, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

## PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO

### FILOSOFIA

#### BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Paulo et alli (Org.). A filosofia e seu ensino. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, p. 11-37, p. 277-360, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias.Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 2002.

GALLO, Sílvio. A função da filosofia na escola e seu caráter interdisciplinar. Revista Sul Americana de Filosofia e Educação. Brasília : UnB, v. 2, 2004.

LORIERI, Marcos: Rios, Terezinha Filosofia na Escola: O prazer da reflexão. São Paulo:Moderna, 2004

MATOS, Olgária. A filosofia e suas discretas esperanças. In: CATANI, Denice B. et al. (Org.). Docência, memória, gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, p. 51-62,1997.

PIOVESAN, A. et alli (Org.). Filosofia e ensino em debate. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

SAVIANI, D. Ética, educação e cidadania. Philos: Revista Brasileira de Filosofia no 1º Grau, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 19-37, 1º semestre, 2001.

#### SOCIOLOGIA

#### BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2000.

TOMAZI, Nelson Dácio. Iniciação à sociologia. São Paulo: Atual, 1993.

WEFFORT, Francisco C. (Org.) Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1991. (volumes 1 e 2).

WOODCOCK, George. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L& PM, 1981.

## PSICOLOGIA

### BIBLIOGRAFIA

BOCK, Silvio Duarte Orientação Profissional: a abordagem sócio histórica. São Paulo: Cortez, 2002

CABBALE, Edna M.P. A diversidade da psicologia : uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002

COLL, C. & Cols Psicologia da aprendizagem no ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COLL César Psicologia e currículo – uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar São Paulo Ática

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org) Cultura, Cognição e Afetividade: A sociedade em movimento . São Paulo : Casa do Psicólogo, 2002.

PONTECORVO, C.; AJELLO, A.M. ; ZUCCHERMAGLIO, C. - Discutindo se aprende Porto Alegre Artmed, 2005

ROSSETTI-ERREIRA, M.C. e COLS Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano Porto Alegre: Artmed, 2004.

YAMAMOTO, Oswaldo H. ; GOUVEIA, V.V. (orgs) - Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica – capítulos 1,2e 4 . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003

## COORDENADOR PEDAGÓGICO

### 1. Livros e Artigos

**FERREIRO**, Emília. Alfabetização em processo. Porto Alegre: Artmed, 1995.

**ALMEIDA**, Laurinda R.; **BRUNO**, Eliane B. G.; **CHRISTOV**, Luiza Helena da S. (Org.) O Coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Loyola, 1999. 93p

**BARRETO**, Elba S. de Sá. (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP. , Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

**BONDIOLI**, Ana; **BECHI**, Egle; **BORANDO**, Anna; **FERRARI**, Mônica; **GALBINO**, Eva – **GARIBOLDI**, Antonio – **MIGITO**, Gabriela e **ZEIHER**, Helga. O Tempo no Cotidiano Infantil – Perspectiva de Pesquisa e Estudo de Casos. São Paulo: Cortez Editora, 2002, capítulos 1, 2 e 3.

**BRITO**, Teca Alencar. Música na Educação Infantil. São Paulo: Peirópolis, 2001, p. 9-54.

**BROUGÈRE**, Gilles. Jogo e educação. (trad. Patrícia Chittoni Ramos). Porto Alegre: Artmed, 1998.

**BROUGÈRE**, Gilles. Brinquedo e Cultura. Cortez Editora. São Paulo. 1994

**CAVALLEIRO**, Eliane. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar. São Paulo: Contexto, 2000.

**COLL, C.** (org.) O construtivismo na sala de aula. São Paulo, Ática, 1998.

**COLOMER**, Tereza. Ensinar a ler, ensinar a compreender. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**DAHLBERG**, Gunila, Peter Moss, Alan Pence. Qualidade na educação da primeira infância – Artmed. Porto Alegre- RS. 2002

**FERREIRO**, Emília. A cultura escrita e Educação – Artmed – 2001.

**FORMOSINHO**, Julia; **KISCHIMOTO**, Tizuko M.; **APPEZZATO**, Mônica P. (Organizadoras). Pedagogia(s) da Infância – Dialogando com o Passado - Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007, capítulos 1, 9, 10 e 12.

**FREIRE**, Madalena. Com Contribuições de Fátima Camargo, Juliana Davini e Mirian Celeste Martins. Observação Registro Reflexivo – Instrumentos Metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

**GOODMAN**, M. Yetta (org.). Como as crianças constroem A Leitura E A Escrita – Perspectivas Piagetianas. Editora Artes Médicas. Porto Alegre – RS. 1995. Capítulo 2.

**HUETE**, Sánchez J.C. e Bravo, Fernández J.A. O ensino da Matemática: Fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2006. Matemática

**KAUFMAN**, Ana Maria & **CASTEDO**, Mirta. Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio Tradução. Carolina Buenier. Artes Médicas, 1998.

**KLEIMAN**, Angela B. Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

**LABAN**, Rudolf. Dança educativa moderna. Edição corrigida e ampliada por Lisa Ullmann. São Paulo: Ícone. 1990, Introdução, capítulo 4 (p. 55-61) e capítulo 7.

**LIBÂNEO**, José Carlos. Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. Editora Alternativa. 5 edição. Goiânia. 2004.

**MARQUES**, Isabel. Dançando na escola. São Paulo: Cortez Editora, 2003, parte 1.

**OLIVEIRA**, Zilma. O desenvolvimento da motricidade, linguagem e cognição. Educação Infantil: Fundamentos e Métodos. Ed. Cortez, 2002.

**PARRA**, Cecília & **SÁEZ**, Irma (org.). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996.

**SCARPA**, Regina. Era assim, Agora Não – Uma proposta de Formação de professores leigos. Editora Casa do Psicólogo. São Paulo. 1998.

**SOLÉ**, Isabel. Estratégias de Leitura – Porto Alegre, Artmed, 1998

**STREY**, Neves Marlene Sonia Lisboa Cabeda, Denise R. Prehn. Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2004.

**TEBEROSKY**, Ana e **GALLART**, Marta (org.). Contextos de alfabetização inicial. Artmed, 2004

**VYGOTSKY**, L. S. Construção Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo - Título VI, Capítulo I, artigos 200 a 211.

- Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Lei Federal n.º 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 e Resolução CNE/CEB n.º. 2/01 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.

- Decreto Municipal 45 415- Política de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos

- Decreto Municipal 45 652- da nova redação ao parágrafo artigo 7 do decreto 45. 415/04

- Portaria 5718/04 – Regulamenta o Decreto 45. 415/04

- Portaria 5883/04 – altera a Portaria 5718/04

- Lei Federal 10436/2002 – LIBRAS

- Decreto Municipal 41986/2002- LIBRAS

- Lei Municipal 13.304 – LIBRAS

- Indicação 06/05 CME -Inclusão no âmbito escolar

- Resolução CNE/CEB n.º 01/99 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Parecer CNE/CEB n.º 22/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Parecer CNE/CEB n.º. 14/99 e Resolução CNE/CEB n.º. 03/99 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

- Parecer CNE/CP n.º. 03/04 e Resolução CNE/CP n.º. 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Orientação Normativa n.º 01, São Paulo, SME, 2004.

Observação: Na legislação indicada, devem ser incorporadas as alterações supervenientes.

## 3. Publicações Institucionais

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental - Introdução dos Parâmetros Curriculares Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio; bases legais. Brasília : MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica. Brasília : MEC/INEP, 2005. p. 11-53

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília, MEC/SEED, 2005. cap. 1, 2 e 3.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão. Educação Infantil. Introdução. Brasília, MEC/SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Saberes e práticas da inclusão. Educação Infantil. Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. Brasília, MEC/SEESP, 2004.

São Paulo : Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Projeto Toda Força ao Primeiro Ano: Guia para o planejamento do professor alfabetizador – orientações para o planejamento e avaliação do trabalho com o 1º ano do Ensino Fundamental / Vol. 1, 2, 3. 2006

São Paulo : Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Guia de Planejamento do professor e orientações didáticas para o Professor do 2º do Ciclo I / Vol. 1. 2007

São Paulo : Secretaria Municipal de Educação: SME/DOT, Projeto Intensivo no Ciclo I: Material do Professor / Vol. 1, 2, 3. 2006

São Paulo. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo: SME/DOT, 2006. (Orientações Gerais para o Ensino de Língua e Matemática no ciclo I).

SME. DOT EI. Tempos e Espaços na Educação Infantil. São Paulo, SP: SME. 2006.

SME. DOT – EI. A Rede em rede: a Formação Continuada na Educação Infantil – Fase 1. São Paulo, SP: SME, 2007.

Toda Força ao Primeiro Ano: Contemplando as Especificidades dos Alunos Surdos, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

São Paulo, Secretaria Municipal de Educação – Caderno de Orientações Didáticas Ler e Escrever – Tecnologias na Educação, 2007. www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

## PROFESSORES DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

### LÍNGUA PORTUGUESA

**BAGNO MARCOS**, LINGUA DE EULALIA, SÃO PAULO, CONTEXTO, 2000

**BAKHTIN**, M. *Os gêneros do discurso*. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

**BATISTA, ANTONIO AUGUSTO G**, AULA DE PORTUGUES, MARTINS FONTES, SP, 2001

**BASSO**, Renato; **ILARI**, Rodolfo. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

**BEZERRA**, Maria Auxiliadora; **DIONÍSIO**, Ângela Paiva; **MACHADO**, Anna Rachel. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

**DOLZ, J.; SCHENEUWLY, B. Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

**GERALDI, J. Wanderley (Org.). O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2004.

**KLEIMAN, Ângela B.** Oficina de Leitura Teoria & Prática. Campinas: Pontes, 1993.

**KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça,** Desvendando os segredos do texto, São Paulo, Cortez.

**KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça.** Coesão Textual, São Paulo, Contexto, 1990.

**MANGUEL, A.** Uma história da leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**MARCUSCHI, Luiz Antônio: Da Fala para a Escrita – atividades de retextualização.** São Paulo: Cortez, 2005.

**MARINHO, Marildes,** A Língua Portuguesa nos currículos de final do século, in Barreto, Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados – Fundação Carlos Chagas, 2000, página 43 a 90.

**MORAIS, ARTUR GOMES DE MORAIS,** ORTOGRAFIA: ENSINAR E APRENDER, ATICA, São Paulo, 2002.

**PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 1996.

**POSSENTI, SIRIO POR QUE (NÃO) ENSINAR GRAMÁTICA NA ESCOLA,** ALB, MERCADO DE LETRAS, CAMPINAS, 1996.

**SOARES, MAGDA BECKER LETRAMENTO, AUTÊNTICA, SP, 1998**

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Língua Portuguesa. São Paulo: SME/DOT, 2007

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PROPOSTA CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 5ª A 8ª SÉRIE MEC 2002/LINGUA PORTUGUESA

## MATEMÁTICA

BALLONGA, Pep Pérez – Matemática, in Zabala, Antoni (org.) – Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre, Artmed, 1999.

CARVALHO, João Bosco P. de. As propostas curriculares de matemática. Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados – Fundação Carlos Chagas, 2000, página 91 a 126.

COURANT, Richard e ROBBINS, Herbert. O que é matemática? Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2000.

D'AMBROSIO, Ubiratan – Da realidade à ação: reflexões sobre educação matemática. Campinas, Unicamp, 1986.

FAINGUELERNT, E. K. – O ensino de Geometria no 1º e 2º graus; in A Educação Matemática em Revista, SBEM, nº 1, pp.45-53, 1995.

IFRAH, Georges. Os números - A história de uma grande invenção. São Paulo: Globo, 1989.

KRULIK, Stephen e REYS, Robert E. (orgs.). A resolução de problemas na matemática escolar. São Paulo: Atual, 1997.

LERNER de Zunino, Delia – A matemática na escola aqui e agora, Porto Alegre, Artmed, 1996.

LERNER, D e SADOVSKY, P. Didática da Matemática. Artes Médicas. Porto Alegre. 1994.

LORENZATO, S. – Por que não ensinar Geometria?; in Educação Matemática em Revista, SBEM, nº 1, pp.3-13, 1995.

PARRA, Cecília e Saiz, Irma (org.) – Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas Porto Alegre, Artmed, 1996.

PIRES, C M C – Currículos de Matemática: da organização linear à idéia de rede. São Paulo, FTD, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (5a a 8a séries) / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

## GEOGRAFIA

**AB'Saber, Aziz** Os domínios da natureza no Brasil; potencialidades paisagísticas. SP : ateliê Editorial, 2003

**Berquó, Elza** Evolução demográfica . in : Sachs, I . et alli (org) Brasil um século de transformações, SP. Cia das Letras, 2001 pag. 16-67

**Cavalcanti, Lana de Souza.** Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papyrus, 1998.

**Furlan, Sueli Ângelo e Nucci, João Carlos** A conservação das florestas tropicais, Atual, SP, 1999

**Joli, F.** A cartografia. Campinas, Papyrus, 1990

**Leoncini, Sandra Mudanças** na Metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. Revista do Depto. De Geografia, USP, SP :USP/FFLCH, n.12,p.27-42, 1998

**Martinelli, M.** Gráficos e Mapas: construa-os você mesmo SP Moderna, 1998

**Moraes, Antonio Carlos Robert de.** Geografia e ideologia nos currículos de 1º grau. Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados – Fundação Carlos Chagas, 2000, página 163 a 192.

**Ross, Jurandyr L. Sanches (org.)** Geografia do Brasil, São Paulo: EDUSP, 1996

**Santos, Milton.** A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

**Santos, Milton (org)** Novos rumos da geografia brasileira, SP Hucitec, 1982

**Vesentini José William (org)** Novas geopolíticas São Paulo : Contexto, 2000

**Vesentini, José Willian (org)** Ensino de Geografia no século XXI São Paulo: Papyrus, 2005

Brasil Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, 3º e 4º ciclos do ensino fundamental; geografia Brasília MEC/SEF, 1998

Brasil Ministério da educação. SEF. Parâmetros em ação . Meio Ambiente na escola. Brasília: MEC/SEF, 2001

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Geografia. São Paulo: SME/DOT, 2007

## HISTÓRIA

### -História do Brasil

FAUSTO, Boris. História do Brasil. SP: EDUSP, 1995.

### - História da América (contemporânea)

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina - América Latina após 1930. SP: EDUSP, 2005 (vol. VI).

### - História da África

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea. SP: Selo Negro, 2005.

### - História da Europa

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao feudalismo. SP: Brasiliense, 1998.

### - Historiografia brasileira

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

**Hobsbawm, Eric.** A era dos extremos: o breve século XX-1914-1991. São Paulo, Cia das Letras, 1991

**Ferro, M. A.** A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: Brasa, 1983

**Schmidt Maria Auxiliadora: CAINELLI, Marlene,** Ensinar História. São Paulo: ED Scipione, 2004 (Pensamento e Ação no Magistério)

**BITTENCOURT, Circe M. F.** Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados – Fundação Carlos Chagas, 2000, página 127 a 162.

**BITTENCOURT, Circe.** O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: História. Brasília: MEC/SEF, 1998

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de História. São Paulo: SME/DOT, 2007

## ARTE

**HERNÁNDEZ, F.** Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**OSTROWER, F.** Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 1997.

**OTT, R. W.** Ensinando crítica nos museus. In: BARBOSA, A. M. (Org.). Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997, p. 111-39.

**PILLAR, A. D. (Org.).** A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 2001.

**BARBOSA, A. M.** A imagem no ensino da arte: anos 80 e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1997.

**FERRAZ, M. H. C. T; FUSARI, M. F. R.** Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries). Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Artes. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Artes. São Paulo: SME/DOT, 2007

## LINGUA INGLES

**BAKHTIN, M.** Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

**LOPES, L. P. MOITA.** Interação e aprendizagem de leitura em sala de aula em língua estrangeira e materna na escola pública. In: LOPES, L.P. MOITA; MOLICA, M. C. (Org.). Espaços e interfaces da lingüística e da lingüística aplicada. Cadernos Pedagógicos, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

**LOPES, L. P. MOITA; BASTOS. L. C.** Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua inglesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Língua Inglesa. São Paulo: SME/DOT, 2007

## CIÊNCIAS

**ARDLEY, N.** Dicionário temático de Ciências. São Paulo: Scipione, 1996.

**BROCKMAN, J. e MATSON, K.** (orgs.) As coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

**DOMINGUES, José Luis;** Koff, Elionora D; Itamar J. Anotações de Leitura dos Parâmetros Nacionais do Currículo de Ciências. Elba de Sá (org.) Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados – Fundação Carlos Chagas, 2000, página 193 a 232.

**GLEISER, M.** A dança do Universo: dos mitos de criação ao Big Bang. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

**MARTINS, R.A.** O Universo: teorias sobre sua origem e evolução. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica)

**MOURÃO, R. R. F.** O livro de ouro do Universo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

**ALVES, R.** Entre a Ciência e a sapiência: o dilema da educação. São Paulo: Loyola, 1999.

**CHASSOT, A.** A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

**SOUSA SANTOS, B.** Um discurso sobre as Ciências. 11ª. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

**CACHAPUZ, A.** et al. (organizadores) A necessária renovação do ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 2005.

**CAMPOS, M. C. C. e NIGRO, R. G.** Didática das Ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. (Conteúdo e metodologia).

**WEISSMANN, H. (org.).** Didática das Ciências Naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

**WILSON, E. O.** A diversidade da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

**MARGULIS, LYNN e SAGAN, DORION.** Microcosmos: quatro bilhões de anos de evolução microbiana. São Paulo: Cultrix, 2004.

**GOULD, S. J.** Darwin e os grandes enigmas da vida. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

**MENEZES, L. C.** A Matéria uma aventura do espírito: fundamentos e fronteiras do conhecimento físico. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

**SOBRAL, H. R.** O meio ambiente e a cidade de São Paulo. São Paulo: Makron Books, 1996.

**CARVALHO, I. C.** de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Cortez, 2004.

**DIEGUES, A. C. S.** O Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

**REIGOTA, M.** Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.

**VALADÃO, MARINA MARCOS.** Saúde e qualidade de vida. São Paulo: Global/Ação educativa, 2003.

**SCLIAR, MOACYR.** et al. Saúde pública: história, políticas e revolta. São Paulo: Scipione, 2002. (Coleção Mosaico: ensaios & documentos)

**ALMEIDA, M. J. M.** O texto escrito na educação em Física: enfoque na divulgação científica. In: ALMEIDA, M. J. M.; SILVA, H. C. S. (Org.). Linguagens, leituras e ensino da Ciência. Campinas: Mercado de Letras, ALB, 1998.

**BASTOS, F.** Construtivismo – ensino de Ciências. In: NARDI, R. (Org.). Questões atuais no ensino de Ciências. São Paulo: Escrituras, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Manual para o consumo sustentável. Brasília, 2004.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Ciências. São Paulo: SME/DOT, 2007

## EDUCAÇÃO FÍSICA

**CARVALHO, Y. M. de & RUBIO, K.** Educação física e ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 2001.

**Castelani, Filho.** Educação Física no Brasil; a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1998

**GONÇALVES, M. A. S.** Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994

**NEIRA, M.G & NUNES, M.L.F.** Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas. São Paulo: Phorte, 2006.

**PEREZ GALHARDO, J.S.** Educação Física escolar: do berçário ao Ensino Médio. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

**SANTIN, S.** Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Ed.Unijuí, 1987

SME/DOT. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SME/DOT. Caderno de Orientação Didática - Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental da área de Educação Física. São Paulo: SME/DOT, 2007.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

## CRONOGRAMA

DATAS	EVENTOS
25/06/2007	Abertura das Inscrições.
05/07/2007	Encerramento das Inscrições via Internet.
06/07/2007	Encerramento das Inscrições nas Agências do BANESPA.
19/08/2007	Data prevista para aplicação das Provas.

**INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO PODEM SER OBTIDAS VIA INTERNET NO ENDEREÇO: [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br)**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Fundação  
Carlos Chagas



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)